Organizadores:
Norma Valencio
Elder Andrade de Paula
Antonio Carlos Witkoski

Processos de Territorialização e Identidades Sociais

Volume I

Antonio Carlos Witkoski • Daniele J. Oliveira • Diego Correia
Elder Andrade de Paula • Elder Monteiro de Araújo • Fernanda Flávia Cockell
Israel Pereira Dias de Souza • Jacob Carlos Lima • Josué Santos
Maria de Jesus Morais • Mariana Siena • Marilina Serra Pinto
Norma Valencio • Noval Benayon Mello • Pedro Rapozo
Rosemeire Aparecida Scopinho • Silvio Simione da Silva
Therezinha de Jesus Pinto Frax e •Victor Marchezini

RiMa
CAPES
Edufac
EDUA

Processos de Territorialização e Identidades Sociais
(Volume I)

RiMa EDUFAC EDUA
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

Reitora
Márcia Perales Mendes Silva
Vice-reitor
Hedinaldo Narciso Lima
Pró-Reitora de Ensino e Graduação
Rosana Cristina Pereira Parente
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Selma Suely Baçal de Oliveira
Pró-Reitor de Extensão e Interiorização
Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda
Pró-Reitor para Assuntos Comunitários
João Francisco Beckman
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Insitucional
Albertino de Souza Carvalho
Pró-Reitor de Administração e Finanças
Valdelário Farias Cordeiro

Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA
DIRETORA
Iraildes Caldas Torres
CONSELHO EDITORIAL
Arminda Rachel Botelho Mourão, David Lopes Neto, Francisco Antonino Bacelar de Souza, Gabriel Arcanjo dos Santos Albuquerque, Jaydiane Luiz Marcon, José Russo, Maria Sílvia de Mendonça Queiroz, Mauro Thury de Vieira Sá, Nilson Rodrigues Barreiro, Renan Freitas Pinto, Sidney Netto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC

Reitora
Olinda Batista Assmar
Vice-Reitor
Pascoal Torres Muniz
Pró-Reitor de Planejamento
Carlos Alberto Franco da Costa
Pró-Reitor de Graduação
Renildo Moura da Cunha
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Rusleyd Maria Magalhães de Abreu
Pró-Reitor de Administração
Francisco Antonio S. de Farias
Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
Jaider Moreira de Almeida
Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Gilberto Francisco Dalmolin

Editora da Universidade Federal do Acre – EDUFAC
DIRETOR
José Ivan da Silva Ramos
CONSELHO EDITORIAL
José Ivan da Silva Ramos (presidente)
Renildo Moura da Cunha, Manoel Domingos Filho, Raimundo Nonato Castro da Silva, Francisco Pereira Costa, Vinícius Menandro Evangelista de Souza, Henrique Silvestre Soares, João Carlos de Souza Ribeiro, Enock da Silva Pessoa, Sílvio Simione da Silva, Sebastião Elviro de Araújo Neto, Armando Muniz Calouro.
SECRETÁRIA GERAL DA Edufac
Ormifran Pessoa Cavalcante

RIMA EDITORA

COMISSÃO EDITORIAL
Dirlene Ribeiro Martins
Paulo de Tarso Martins
Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica- SP)
Evaldo L. G. Espíndola (USP-SP)
João Batista Martins (UEL-PR)
José Eduardo dos Santos (UFSCar-SP)
Michèle Sato (UFMT-MT)

© 2010 dos autores

Direitos reservados desta edição
RiMa Editora, EDUA, EDUFAC

P963p

Processos de territorialização e identidades sociais – Volume I / organizado por Norma Valencio, Elder Andrade de Paula e Antonio Carlos Witkoski – São Carlos : RiMa Editora, 2010.

336 p. il.

ISBN – 978-85-7656-265-8 – versão eletrônica

1. Sociologia. 2. Territorialização. 3. Identidade social. 4. Mudanças climáticas. I. Autor. II. Título.

CDD – 303.4

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula
13564-040 – São Carlos, SP
Fone/Fax: (16) 34111729

EDUA

Editora da Universidade Federal do Amazonas
Rua Cel. Sérgio Pessoa, 147 – Praça dos Remédios – Centro
69005-030 – Manaus-AM
Fones: (0xx92) 3231-1139/9128-5327

Edufac

Campus Universitário de Rio Branco
Rodovia BR 364, Km 04, B: Distrito Industrial
69.915-900 – Rio Branco-AC
Fone: (68) 3901-2568 – Fax: (68) 3901-2402

Apresentação

Com grande satisfação, apresentamos ao público o **Volume I** da obra coletiva **Processos de territorialização e identidades sociais**, a qual, sob os auspícios da CAPES, no âmbito do Programa PROCAD, reúne reflexões sintéticas oriundas de resultados de pesquisas de docentes e discentes, respectivamente, do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre (PPGMDR-UFAC) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGS-UFAM).

A motivação central, mas não única, do grupo foi expressar, sob vários prismas – como o da Sociologia, Geografia, Economia, Psicologia, Filosofia e Política –, os diversos processos de violência contra grupos vulneráveis no Brasil contemporâneo, sobretudo os que têm suas identidades reforçadas pela forma específica de sua territorialidade. O esfacelamento de tais grupos é decorrência de um modelo de desenvolvimento contestável, mas as vozes dos contestadores são sufocadas pelo ensurdecedor discurso do progresso a qualquer custo. No cotidiano socialmente produzido, desde o dos povos da floresta até o dos que labutam na saúde pública nas cidades, a intranquilidade se espraia, pois testemunham a supressão, antidemocrática e veloz, dos meios que lhes permitem afirmação no mundo, que lhes garantem sentidos de pertencimento, que orientam uma sociabilidade condizente à alteridade.

Ao fornecer elementos recentes para a reflexão acerca dos embates nas relações de trabalho, da luta pela terra, dos conflitos socioambientais, das manifestações culturais, da sobrevivência ante os desastres, tem-se por propósito acalentar uma permanente problematização do *espaço social*, isto é, fomentar a criticalidade permanente acerca dos processos complexos nos quais os circuitos econômicos, políticos, religiosos, ecológicos e demais tecem suas condições objetivas e os mecanismos simbólicos correspondentes. Mais do que heterogêneas, são inconciliáveis as representações sociais e práticas dos diversos agentes modernizadores – que forjam seus interesses locacionais à base da racionalidade de planilhas de cálculo – e a de grupos sociais cujas identidades e cotidiano são moldados territorialmente, tal como pescadores artesanais, famílias em assentamentos rurais ou moradores em periferias urbanas. Tal inconciliação não é pacífica, e o inexorável entrechoque explicita a assimetria entre os sujeitos supra; do que decorre, invariavelmente, a legitimação da violência, física e simbólica, contra os mais fracos, sob a égide discursiva de uma bonança irrealizável no mundo do trabalho, na vida comunitária, no espaço da moradia.

Ao pretender transcender o discurso monológico sobre Desenvolvimento que mal acoberta sua distorção e incompletude, uma vez a constatação do incremento

dos desafios atuais que enfrentam os grupos vulneráveis na afirmação de suas identidades sociais e respectivos processos de territorialização, os autores aqui congregados se inserem no debate tanto para trazer à consideração alguns casos que endossam as análises críticas clássicas e recentes de suas respectivas áreas de conhecimento quanto para propor outros caminhos analíticos.

Este primeiro volume está organizado em quatro partes, que abordam as subtemáticas sociais relacionadas à paisagem da floresta tropical úmida e à 'selva de pedra'. O assédio aos modos de vida tradicionais e ao cotidiano de trabalhadores e moradores das periferias urbanas explicita-se por diferentes estratégias de dominação, mas é possível vislumbrar, aqui e acolá, significativas resistências coletivas às práticas instituintes de projetos socioespaciais modernizadores e apartadores.

A Parte I, denominada *Fronteira, Meio Ambiente e Povos Tradicionais*, traz sete capítulos. No Capítulo I, "A epistemologia da floresta e o Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes: uma experiência amazônica", Marilina Serra Pinto (UFAM) e Elder Andrade de Paula (UFAC) tratam da desvalorização dos saberes das "populações tradicionais" no processo de modernização referenciado na ideologia do "desenvolvimento sustentável". No Capítulo II, "As dimensões do espaço produzido na Amazônia: cidade, campo, floresta", Silvio Simione da Silva (UFAC) procura mostrar que a compreensão do espaço agrário produzido na Amazônia-acreana – dadas as feições espaciais ali produzidas – não pode ser feita, simplesmente, pela apreensão da dicotomia *campo-cidade* ou *rural-urbano*. No terceiro capítulo, "Nos labirintos das fronteiras amazônicas", retorna Elder Andrade de Paula (UFAC), na companhia de Maria de Jesus Morais (UFAC), para nos remeter à Amazônia continental como um dos epicentros mais importantes da geopolítica mundial, problematizando o "ressuscitar" das fronteiras nessa região. Noval Benayon Mello (UFAM), no Capítulo IV, "Globalização, ideologia e cultura: aspectos da desterritorialização do Festival Folclórico de Parintins", reflete sobre o papel das estruturas hegemônicas no desenvolvimento das estratégias de preservação e ampliação do seu poder socioeconômico e político-cultural por meio de sua influência e ação em todo o mundo, (re)territorializando e (des)territorializando instituições e rituais estruturados e estruturantes da vida social – tomando por referência empírica o Festival Folclórico de Parintins. Segue, no Capítulo V, Josué Santos (UFAC), com o texto "FLONAS e 'concessões' na faixa de fronteira amazônica", problematizando as "concessões" nas Florestas Nacionais (FLONAS) localizadas na Faixa de Fronteira brasileira. No Capítulo VI, intitulado "Sociabilidades na fronteira: desterritorialização e disputas identitárias na fronteira entre Brasil e Bolívia", o autor Diego Correia (UFSCar) traz-nos a questão dos brasileiros que, atravessando a fronteira para, no lado boliviano, garantir a sobrevivência nas últimas décadas, são compelidos, por força das novas leis locais, a retornar ao lado brasileiro onde nenhum futuro alvissareiro lhes aguarda. No Capítulo VII, "USAID e a disputa pelo controle dos recursos naturais na Amazônia: nova for-

ma, velho conteúdo", os autores Israel Pereira Dias de Souza e Elder Andrade de Paula analisam o Programa "Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica" formulado pela USAID, afirmando tratar-se de uma atualização das estratégias utilizadas em outras iniciativas consideradas "localizadas" na Amazônia a partir da década de 1980, momento em que a "sociedade civil" passa a ser interpretada ou vista como a "redentora" dos males produzidos pelo "intervencionismo estatal" na indução do desenvolvimento.

A Parte II, denominada *Trabalho, Território e Conflitos Sociais*, é constituída por cinco capítulos. Começa com o Capítulo VIII, "Entre o trabalho dividido e o trabalho em cooperação: as representações de trabalhadores rurais assentados sobre cooperação e cooperativas", no qual a autora Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCar) discute, num contexto de assentamento rural no interior paulista, o processo organizativo dos trabalhadores e a adoção de valores e princípios cooperados e autogestionários. No capítulo seguinte, "Trajetórias de vida e lutas sociais: (re)territorialização dos demandantes de terra de Uarini", o trio de autores da UFAM, Antonio Carlos Witkoski, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe e Pedro Rapozo, evidenciam que a luta pela terra no município de Uarini não é diferente da luta pela terra tal como tem ocorrido no Brasil e no Amazonas – apesar das singularidades indicadas pela pesquisa. Os *agricultores urbanos* – que trabalham ao longo da Estrada Uarini–Copacá, mas moram na cidade de Uarini – procuram consolidar, através da força do associativismo local, seus *direitos legais* de posse e uso da terra, através da regularização fundiária, junto ao Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM), norteados por um único objetivo: usá-las como terras de trabalho. O Capítulo X, "A relocalização espacial da produção e do trabalho: flexibilização e mobilidades", de autoria de Jacob Carlos Lima (UFSCar), analisa criticamente a flexibilização do trabalho. A partir da relocalização industrial ocorrida em três diferentes setores nas últimas décadas, o autor estabelece uma relação entre território e trabalho que configura uma nova geografia industrial do país, cuja dinâmica implica acentuada vulnerabilidade dos trabalhadores. O Capítulo XI, "Espaços de uso comum? A construção de territorialidades sociais como formas de controle do acesso aos recursos pesqueiros entre os pescadores no baixo rio Solimões, Manacapuru (AM)", de autoria de Pedro Rapozo e Antonio Carlos Witkoski, traz reflexões acerca da pesca como atividade territorial que institui dimensões materiais/simbólicas das mais significativas na vida dos grupos sociais varzeanos de parte significativa da Amazônia brasileira. A atividade da pesca demonstra a dialética potência/ato de um modo de vida singular em que o etnoconhecimento considera – e não pode deixar de considerar – a dinâmica hidrológica dos seus rios (enchente, cheia, vazante e seca) na definição/redefinição dos lugares onde se pesca, em razão da gigantesca plasticidade ambiental e dos conflitos sociais inerentes à captura dos recursos ictiofaunísticos – principal fonte de proteína animal da vida dos ribeirinhos. Por fim, o Capítulo XII, "Da busca de seus direitos à efetivação: o caso dos agentes comunitários de saúde de Ribeirão Preto", de

Fernanda Flávia Cockell (UFSCar) aborda os desafios que os agentes comunitários de saúde, no interior paulista, enfrentam para resistir à precarização do trabalho e às forças políticas antagônicas à categoria e afirmar, por estratégias de coesão interna e busca de aliados, sua vinculação institucional ao SUS.

A Parte III do livro, sob o tema *Dimensões Identitárias e Religiosas do Mundo Vivido*, constitui-se de dois capítulos, começando pelo Capítulo XIII, "A destronização dos deuses: uma análise do processo de evangelização pentecostal na Amazônia", de Daniele J. Oliveira (UFSCar), focaliza o avanço do petencostalismo no Brasil e, particularmente, o avanço dessas missões em comunidades indígenas. Já o capítulo de autoria de Elder Monteiro de Araújo e Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, ambos da UFAM, "Identidades sociais e os processos religiosos: o pentecostalismo na comunidade Bom Jesus, Manacapuru (AM)", destaca a compreensão do processo identitário e suas conexões com os fenômenos religiosos no seio de uma comunidade ribeirinha amazônica. Os autores procuram mostrar que o pentecostalismo, mais do que qualquer outro ingrediente da ordem social e/ou política, em razão de suas singularidades nesse contexto, torna-se a dimensão instituinte fundamental da estruturação da identidade social.

Encerram as contribuições neste volume, na Parte IV, intitulada *Expressões Espaciais da Violência na Produção Social do Mundo Urbano*, os autores Victor Marchezini e Mariana Siena, ambos da UFSCar, que, no Capítulo XV, "Múltiplos territórios e desterritorializações múltiplas: repensando as dinâmicas urbanas a partir dos desastres relacionados às chuvas", refletem sobre a problemática dos desastres relacionados às chuvas na região Sul do país, fenômeno indutor do deslocamento compulsório de moradores nas periferias urbanas desassistidas. Já Norma Valencio (UFSCar), no Capítulo XVI, "O desastre como *locus* da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro", interpreta sociologicamente tais desastres como uma manifestação específica das formas de barbárie que a sociedade brasileira tem naturalizado, legitimando a ausência de prevenção e o descaso na resposta aos afetados e na reconstrução das moradias como um *modus operandi* do Estado e dos estabelecidos para forçar e obter a desterritorialização dos empobrecidos.

Esperamos que o mosaico de reflexões aqui ofertado, na pluralidade das autorias e de olhares, oriundos de diferentes áreas de conhecimento e trajetórias de pesquisa, revele ao leitor uma nação pulsante em termos sócio-históricos. Nem por isso, uma nação coesa e justa em sua sociodiversidade; uma nação capaz de assumir, coletiva e corajosamente, suas contradições e ambiguidades, a partir das quais poderia construir projetos de futuros nos quais os grupos sociais, combalidos e desvalidos, conseguissem se espelhar. E, neles, se reconhecer.

Os organizadores

Sumário

Parte I
Fronteira, Meio Ambiente e Povos Tradicionais

Capítulo I – A Epistemologia da Floresta e o Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes: uma experiência amazônica 3
Marilina Serra Pinto; Elder Andrade de Paula

Capítulo II – As Dimensões do Espaço Produzido na Amazônia: cidade, campo, floresta 15
Silvio Simione da Silva

Capítulo III – Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas 41
Elder Andrade de Paula; Maria de Jesus Morais

Capitulo IV – Globalização, Ideologia e Cultura: aspectos da desterritorialização do Festival Folclórico de Parintins 61
Noval Benayon Mello

Capítulo V – FLONAS e "Concessões" na Faixa de Fronteira Amazônica 75
Josué Santos

Capítulo VI – Sociabilidades na Fronteira: Desterritorialização e disputas identitárias na fronteira entre Brasil e Bolívia 89
Diego Correia

Capítulo VII – USAID e a Disputa pelo Controle dos Recursos Naturais na Amazônia: nova forma, velho conteúdo 109
Israel Pereira Dias de Souza; Elder Andrade de Paula

Parte II
Trabalho, Território e Conflitos Sociais

Capítulo VIII – Entre o Trabalho Dividido e o Trabalho em Cooperação: as representações de trabalhadores rurais assentados sobre cooperação e cooperativas 133
Rosemeire Aparecida Scopinho

Capítulo IX – Trajetórias de Vida e Lutas Sociais: (Re)territorialização dos demandantes de terra de Uarini 159
Antonio Carlos Witkoski; Therezinha de Jesus Pinto Fraxe; Pedro Rapozo

Capítulo X – A Relocalização Espacial da Produção e do Trabalho: flexibilização e mobilidades 187
Jacob Carlos Lima

Capítulo XI – Espaços de Uso Comum? A construção de territorialidades sociais como formas de controle do acesso aos recursos pesqueiros entre os pescadores no baixo rio Solimões, Manacapuru (AM) 199
Pedro Rapozo; Antonio Carlos Witkoski

Capítulo XII – Da Busca de Seus Direitos à Efetivação: o caso dos agentes comunitários de saúde de Ribeirão Preto 223
Fernanda Flávia Cockell

Parte III
Dimensões Identitárias e Religiosas do Mundo Vivido

Capítulo XIII – A Destronização dos Deuses: uma análise do processo de evangelização pentecostal na Amazônia 251
Daniele J. Oliveira

Capítulo XIV – Identidades Sociais e os Processos Religiosos: o pentecostalismo na comunidade Bom Jesus, Manacapuru (AM) 261
Elder Monteiro de Araújo; Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Parte IV
Expressões Espaciais da Violência na Produção Social do Mundo Urbano

Capítulo XV – Múltiplos Territórios e Desterritorializações Múltiplas: repensando as dinâmicas urbanas a partir dos desastres relacionados às chuvas 281
Victor Marchezini; Mariana Siena

Capítulo XVI – O Desastre como *Locus* da Barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro 299
Norma Valencio

Sobre os Autores 323

Parte I

Fronteira, Meio Ambiente e Povos Tradicionais

Capítulo I

A Epistemologia da Floresta e o Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes:

uma experiência amazônica

Marilina Serra Pinto
Elder Andrade de Paula

Introdução

Pensar a Amazônia em sua diversidade biológica e social é uma tarefa complexa e que demandará o esforço intelectual de muitas gerações. Neste sentido, nos incluímos nessa tarefa para pensarmos sobre o modo pelo qual as populações estão ocupando e se apropriando historicamente desse espaço. Quais foram os planos de governo e as políticas públicas em relação à Amazônia ao longo desses quinhentos anos de contato? Qual é nosso papel enquanto sociedade civil em relação a esta questão? Qual o papel e o nível de inserção, nesta questão, da comunidade acadêmica nacional e internacional? As questões apontadas implicam, para cada ator social envolvido, um desempenho específico, que ainda está sendo posto na medida em que o problema se impõe. Pretendemos aqui discutir sobre as identidades territorializadas e a inclusão enganosa dessas populações no modelo de desenvolvimento hegemônico, a partir de uma pesquisa concluída por Francisca Mesquita Souza, em 2009, intitulada *O apagar das porongas*: *manejo florestal madeireiro e a desvalorização dos saberes locais na Amazônia Sul Ocidental*, no âmbito do PPGMDR/UFAC, como exigência para obtenção do grau de mestrado[1]. Nela tratou-se de problematizar o discurso das políticas de manejo florestal madeireiro, que na prática desvaloriza os conhecimentos das populações locais da Amazônia. O *lócus* da investigação se deu no Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Chico Mendes, localizado no município de Xapuri, no estado do Acre.

Diante do exemplo supracitado, pode-se perguntar: Quais as reais possibilidades de conciliar desenvolvimento humano, geração de renda e conservação? Se considerarmos a sustentabilidade, como defende Leff (2001, apud LIMA, 2008), não como um conceito objetivo, mas como o conjunto de uma racionalidade alternativa ainda por ser construída, pode-se pressupor então que o capital de experiên-

1. Os autores participaram da Banca Examinadora do referido trabalho, respectivamente, na condição de membro e orientador.

cias amazônicas representa contribuições importantes para o desafio da construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Iniciativas assim servem tanto para fundamentar a prática quanto pesquisas destinadas a formular princípios do manejo de espécies economicamente valorizadas, os cursos interdisciplinares e as reflexões acerca de resultados dessas experiências, como é o caso deste trabalho.

As representações e imagens construídas sobre a Amazônia

No campo epistêmico das Ciências Humanas, parece ser hoje lugar-comum o imperativo de que a ciência deve ouvir e conversar com as populações portadoras de conhecimentos tradicionalmente reconhecidos e utilizados pelos grupos sociais, no entanto, a prática tem demonstrado que a construção desse novo modelo de racionalidade ainda está em processo. Por muito tempo, o senso comum acreditou na tese de que a Amazônia era um bem ilimitado e permanentemente disponível à humanidade, e isto se refletiu nas políticas brasileiras desde os tempos coloniais com a exploração das riquezas naturais da região e com o regime de apresamento da mão de obra que iria extrair tais produtos. A partir da segunda metade do século XX, por razões de ordem geopolítica ligadas a uma nova preocupação com a chamada "integração nacional", criada no sentido de promover o desenvolvimento econômico, houve grande investida na Amazônia patrocinada pelo Estado brasileiro, ações estas que se concentraram nos empreendimentos agropecuários, minero-metalúrgicos e industriais, que contribuíram para a melhoria da infraestrutura para a produção e distribuição de energia, construção de estradas, hidrelétricas e polos industriais.

No discurso político reproduzido e massificado pela mídia, categorias como "territorialização" e "desenvolvimento sustentável" tornaram-se autoevidentes. Sua banalização é tamanha que os grandes projetos em curso na Amazônia que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSAg) são interpelados como a "redenção" para as populações que vivem do seu próprio trabalho nesse vasto território, ocultando, assim, o processo de espoliação que os preside. Tal ocultamento é facilitado pela recriação na esfera da sociedade civil de representações voltadas para a legitimação da ideologia do "desenvolvimento sustentável", como bem ilustra a formação do "Fórum Amazônia Sustentável", que tem em sua Comissão Executiva[2]

2. A Comissão Executiva (CE), responsável por planejar, coordenar e definir as linhas de atuação do Fórum, bem como acompanhar as discussões nos GTs e captar recursos financeiros, é formada por 15 instituições eleitas pela PG, com mandato de dois anos: Agropalma; Conselho Nacional de Seringueiros (CNS); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn); Fundação Avina; Fundação Orsa; Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; Instituto Centro de Vida (ICV); Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); International Finance Corporation (IFC); Instituto Socioambiental (ISA); Projeto Saúde e Alegria (PSA); Vale; e Wal-Mart Brasil.

desde organizações ligadas às populações camponesas e indígenas, ONGs, até representantes do agronegócio, Vale do Rio Doce, Fundação Orsa, International Finance Corporation e Wal-Mart Brasil (http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/v3/instancias.php).

Há um conjunto de representações sobre a Amazônia que carregamos e que foram construídas ao longo da história; apesar de estarem dentro de nós, não nos pertencem, pois são rigorosamente arbitrárias e exteriores, criadas por pressupostos que desconhecemos (OLIVEIRA, 14: 2008). Segundo essas descrições, a Amazônia é o mundo das águas e da floresta, em que a natureza funciona como um sistema integrado e harmonioso. É o império da natureza e o acanhamento da civilização, o planeta das águas e o deserto da história. Ainda, de acordo com Oliveira, a natureza virgem a ser subjugada e colocada a produzir riquezas é uma fronteira sempre em movimento, passando de um lugar a outro sem precisar alterar o discurso, por tratar-se da "última fronteira".

Nessa marcha para o progresso, os interesses das populações autóctones não foram de maneira alguma levados em consideração nem na expansão colonial, nem na formação dos novos estados nacionais, e atualmente continuamos a assistir a uma nova reconfiguração geográfica do planeta de acordo com os interesses do grande capital. Tanto os indígenas quanto os outros grupos sociais fragilizados politicamente (ribeirinhos, assentados, populações insulares, populações de áreas de risco, povos da fronteira) são ainda abordados de forma totalmente desfavorável, considerados como expressão do primitivismo e da simplicidade.

Compartilhamos com Almeida (2008) a necessidade de repensarmos a categoria do tradicional, que não aponta nem para o primitivo, nem para o passado. Se perguntarmos em que consistem os conhecimentos tradicionais, e como os territórios se ligam com a questão das identidades, perceberemos que as observações e os estudos sobre essas populações apontam que o modelo tradicional pode ser uma alternativa para o futuro, uma vez que as experiências mostram que a preservação das florestas ocorre de fato dentro das áreas ocupadas pelas sociedades tradicionais, como deixam claro o Decreto Presidencial de 27 de dezembro de 2004, que institui a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais, e o Decreto n. 6040 de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Tais instrumentos ajudam a compreender que o tradicional não se liga mais necessariamente ao histórico ou ao passado remoto, uma vez que se mostra vinculado às reivindicações contemporâneas (ALMEIDA, 2008: 98).

Historicamente, constatou-se que os estudos de viabilidade econômica foram elaborados segundo um esquema interpretativo que os predefine; tais pré-conhecimentos sobre a Amazônia são o resultado de uma visão preconceituosa que menospreza o sistema econômico intrínseco aos sujeitos sociais que se afirmam

como povos e como detentores dos saberes tradicionais. Não há, portanto, sentido em falar da ideia de "degradação" sem mencionar explicitamente o sujeito da ação. Se ignorarmos como esses grupos estão se territorializando e se organizando política e economicamente, perderemos de vista os processos reais em jogo (ALMEIDA, 2008: 94-95).

A dificuldade de compreensão do fato advém da nossa formação escolar disjuntora, que separa o conhecimento em compartimentos fechados. Precisamos romper com a ideia de paisagens construídas e as imagens consolidadas, as grandes hipérboles criadas para pensar sobre a Amazônia. Cabe, portanto, aos atores sociais que promovem a formação escolar refletirem sobre o papel da educação enquanto mediadora na construção de uma coletividade na qual a diversidade cultural possa ser reconhecida e tolerada, reconhecendo a função da escola como ação configuradora das identidades e alteridades percebidas pelos sujeitos ao longo do processo educativo.

A epistemologia da floresta e o manejo florestal madeireiro

A questão ambiental na Amazônia tem sido abordada no período recente, predominantemente, sob o enfoque do "desenvolvimento sustentável". Tal enfoque, como demonstrou Paula (2005), caracteriza-se essencialmente pela hegemonia da matriz formulada pelo Banco Mundial, isto é, a valorização dos imperativos de mercado e aprofundamento dos processos de mercantilização da natureza. É do escopo mais amplo dessa matriz que derivam as políticas e estratégias de desenvolvimento em curso na região, inclusive, obviamente, a orientação da produção do conhecimento na Amazônia e sobre a mesma, levando, entre outros, à criação de cursos de pós-graduação (como é o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional criado na UFAC em 2006) contendo novas propostas interdisciplinares e à produção de estudos visando subsidiar as próprias políticas públicas (LIMA, 2008). Deve-se observar, contudo, que entre as proposições e o exercício efetivo da "interdisciplinaridade" parece haver ainda um enorme fosso que os separa. Afinal de contas, o legado cartesiano limita de forma monumental a busca da produção de conhecimento inspirada em outras racionalidades alternativas, como propõe Leff (2001, apud LIMA, 2008).

De acordo com Lima, nos estudos que envolvem os modelos de participação, desde sua arquitetura à formulação dos seus resultados, segue-se uma retórica comum de aproximar os sujeitos participantes em posições diferenciadas de poder, buscando-se incorporar saberes locais aos conhecimentos acadêmicos, no entanto, as propostas falham nesse aspecto porque na própria formulação da pesquisa encontra-se uma representação das populações locais como possuindo saberes e práticas que respondem espontaneamente ao que a própria pesquisa pretende incentivar. Ora, se reconhecemos a dificuldade de "intercambiar saberes" no âmbito interno do "mundo acadêmico", como imaginar que poderia ser diferente nas

tentativas envolvendo a interação entre "saber científico" e saberes emanados de outras formas de elaboração consideradas como "não científicas"?

O caso do PAE Chico Mendes[3] (mapa em anexo) analisado por Souza (2009) contribui para lançar luzes sobre a indagação supra. Ao refletir se existiria correspondência entre a valorização discursiva da incorporação dos "saberes tradicionais" na formulação e implementação das políticas e estratégias de desenvolvimento e o "fazer-se" das populações envolvidas, Souza conclui que:

> "(...) o discurso 'embutido' nas políticas de manejo florestal madeireiro, ao invés de valorizar os conhecimentos das populações locais da Amazônia, tende a demonstrar, na prática, sua desvalorização através da proeminência do discurso científico que está vinculado a um conjunto de organizações e instituições que naturalizam esse discurso, como o experimento MAP" (SOUZA, 2009: 13).

A conclusão da autora chama atenção por tratar-se de um caso emblemático nas lutas de resistência camponesa na Amazônia brasileira no último quarto do século XX. A área que se transformaria no PAE Chico Mendes constituiu-se num dos núcleos mais avançados da organização sindical capitaneada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri no tempo em que Chico Mendes ocupou sua liderança e presidência. A luta intransigente contra o latifúndio – notadamente através dos "empates", mobilizações coletivas voltadas para impedir os desmatamentos – e a busca de uma alternativa que ultrapassava os limites impostos pelo Estatuto da Terra na regularização fundiária, os levaram, juntamente com outros integrantes da organização do STR de Xapuri, a formular uma proposta original de reforma agrária para a Reserva Extrativista e apontar os passos iniciais para sua concretização. De acordo com a síntese formulada por Paula e Silva (2008: 109-110):

> "Para viabilizar as RESEXs, atribuía-se ao Estado um papel decisivo na dotação de meios necessários para o uso sustentável dos recursos naturais. Tal sustentabilidade requeria, necessariamente, a valorização das práticas e saberes acumulados por essas populações na sua interação com a natureza. Ou seja, dado que a biodiversidade era – e continua sendo – largamente desconhecida na Amazônia, dever-se-ia, a médio e longo prazo, desenvolver pesquisas com intuito de apropriar-se da ciência para gerar novas tecnologias voltadas para a utili-

3. O PAE Chico Mendes foi criado pelo INCRA através da Portaria n. 158 de 8/3/1999 e é constituído por uma área de 24.898 hectares formada pelos antigos seringais Cajazeira/Mucuripe. As 68 famílias que vivem nesse território já o ocupavam antes de sua regularização jurídica e se reconheciam como seringueiros. Nos PAEs, assim como nas reservas extrativistas, a terra permanece como propriedade da União, que institui junto aos moradores um "Contrato de Concessão Real de Uso" por tempo limitado que pode ser renovado. Através do "Plano de Utilização" estabelece as regras gerais para a utilização desses territórios.

> zação dos diversos recursos naturais. No curto prazo, priorizar-se-ia a adoção de incentivos (na forma de subsídios) àqueles produtos como borracha e castanha, habitualmente exploradas pelas populações extrativistas. Cabe ressalvar que a exploração de madeira para fins comerciais é absolutamente descartada nesse esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista. Compõe ainda esse conjunto de proposições iniciais, o incentivo às populações dessas áreas para criarem ou fortalecerem organizações destinadas a assegurar a autonomia e a autogestão. Tais objetivos traduzem-se em iniciativas do tipo cooperativista voltadas para eliminar as práticas de exploração do trabalho engendradas sob o contexto das relações mercantis, bem como naquelas de cunho mais político direcionadas para coordenar a gestão nas RESEXs, visando assegurar o máximo possível de autonomia. Ou seja, pretendia-se construir 'por baixo' a sustentabilidade econômica, sociocultural e política da RESEX. Deve-se lembrar de que não se trata de um fenômeno isolado. Iniciativas similares ocorrem em diversos países da América Latina, conferindo novos significados 'às lutas dos grupos indígenas e camponeses pela socialização da natureza, pela reapropriação democrática de seu patrimônio de recursos naturais e culturais e pela autogestão de suas potencialidades ambientais' (LEFF, 2000: 345). Foi nessa direção que o movimento dos seringueiros marchou no 'tempo de Chico Mendes'."

Chamamos, no caso analisado, tal saber de epistemologia da floresta, produzida pelos habitantes que a ocuparam tradicionalmente, uma vez que revela o fruto de um contato íntimo entre o homem e o meio. Trata-se, portanto, de um conhecimento sofisticado sobre o aproveitamento racional dos recursos naturais que responde a indagações sobre a melhor forma de ocupação do território. Aqui concordamos com Almeida, ao afirmar que qualquer proposta de "alternativa de desenvolvimento" passa, portanto, por esse saber acumulado, pelas formas de agregação de valor dele derivadas e por um novo gerencialismo nas associações e cooperativas agroextrativistas, que incorpora fatores étnicos, de identidade, de gênero e de ênfase no entendimento dos sujeitos da ação (ALMEIDA, 2008). No entanto, é notório que tais experiências sempre foram consideradas menores em função das condições históricas produzidas que sempre pensaram a Amazônia "de fora para dentro".

Hoje assistimos ao uso e exploração dos recursos naturais da Amazônia em escala industrial e à necessidade da proteção jurídica sobre os saberes tradicionais, em função da apropriação ilegítima dos mesmos. Como é o caso do Decreto n. 2.519, de 16 de março de 1998, que trata da Convenção sobre a Diversidade Biológica, e da Lei n. 1.235, de 9 de julho de 1997, que "dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do Estado do Acre e dá outras providências" (ALMEIDA, 2008: 135).

Encontramos no Artigo 4º, Capítulo I da lei supra, que trata das definições e termos, duas categorizações cruciais a esta discussão. Primeiro o que se deve en-

tender por "comunidade local e população indígena" e segundo o que juridicamente é reconhecido como "uso sustentável":

> "Comunidade local e população indígena: grupo humano distinto por suas condições sociais, culturais e econômicas, que se organiza total ou parcialmente por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação especial e que, qualquer que seja sua situação jurídica, conserve suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais ou parte delas.
>
> (...) Uso sustentável: utilização de componentes da diversidade biológica de modo e em ritmo tais que não leve, no longo prazo, à diminuição da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender às necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras" (ACRE, 1997).

No caso do Seringal Cachoeira, local de nascimento da resistência ao avanço do processo de modernização liderado por Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, que por sua luta pela preservação da floresta acabou emprestando seu nome ao PAE, observa-se que tais aportes jurídicos servem para caracterizar a identidade desses atores sociais e o papel que desempenham nesse jogo político pelo uso e manejo da terra. O grupo em questão garantiu sua territorialização por meio de mobilização social e apoiado também no repertório de saberes específicos, dado que neste processo de construção social a categoria território envolve especificamente os sujeitos da ação. São os seringueiros com seus "empates" que ajudaram a construir o território em que a ação em defesa dos seringais se realizou (ALMEIDA, 2008).

Segundo o que preconiza a lei em relação à categoria de uso sustentável, o estudo de caso do PAE Chico Mendes revelou, também, que existe uma separação perversa entre o conhecimento produzido nas e pelas práticas diárias dos seringueiros no enfrentamento com a floresta e as propostas de "desenvolvimento local sustentável" impostas pela dinâmica de funcionamento do PAE custeadas pelos grandes capitais.

Depois de breve tentativa de colocar em prática parte de suas proposições iniciais, como a valorização da produção de castanha do Brasil, via adoção do cooperativismo e agroindústria para beneficiamento do produto, os moradores do PAE Chico Mendes passaram a ser fortemente pressionados a adotar "alternativas" consideradas mais adequadas ao "mercado". Sob contexto marcado por mais uma crise do mercado da borracha e da castanha, do crescimento e da atuação de grandes ONGs ambientalistas internacionais, como a WWF, e da ascensão ao executivo estadual de uma frente política liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), fortemente identificada com o modelo de "desenvolvimento sustentável" preconizado pelo BIRD (PAULA, 2005), o chamado "manejo florestal comunitário" passa a ser difundido – por ONGs e instituições governamentais – como a "salvação". Como bem mostra Souza (2009: 61-62):

> "De acordo com os moradores que entrevistei, a ideia de manejar a floresta chegou às colocações 'de forma simples e inofensiva'. No entanto, muitos moradores ficaram assustados e contrariados com a ideia de retirar árvores da floresta para comercialização, já que a história de luta desta comunidade está relacionada à proibição do desmatamento. Ia de encontro ao desmatamento e o manejo era visto por eles como desmatamento. Sendo-lhes explicadas as formas técnicas e científicas da retirada das árvores e sendo influenciados pelas vantagens econômicas e ambientais, além do fornecimento de cursos específicos para treinar os seringueiros a trabalhar com a floresta, um grupo de 10 famílias aderiu ao manejo para testar o projeto. A partir daí algumas dessas famílias passaram a ser também divulgadoras do projeto '(...) foi a partir do manejo madeireiro que a comunidade passou a ser valorizada e vista como parte importante no processo de preservação da floresta' [morador (G) do PAE Chico Mendes] '(...) assim como Chico Mendes morreu para dar a vida pela comunidade, as árvores velhas morrem para dar vida às novas árvores'."

Em relação ao trabalho de campo realizado no PAE Chico Mendes, percebemos que no embate político entre o estado e o grupo social envolvido há uma perspectiva desfavorável a este último, pois, segundo Souza (2009), os processos que envolvem a valorização da natureza e os direitos de propriedades estão sendo adaptados ao uso privado da natureza, no qual, em vez de se abrir espaço para a valorização do discurso dessas populações, o que se visa é a apropriação de seus conhecimentos e dos recursos naturais, tendo como resultados imediatos o ajuste e o cumprimento das exigências do mercado capitalista, por meio da incorporação do discurso do manejo madeireiro pelos líderes do assentamento (SOUZA, 2009: 71).

De acordo com Lima (2008), do ponto de vista das populações locais, o conjunto das instituições envolvidas nos embates territoriais se apresenta como várias opções para afiliações diversas: de um lado, órgãos de desenvolvimento e extensão; de outro, órgãos ambientalistas. No entanto, apesar dessas dissensões, as "populações tradicionais" ainda são as mais comprometidas com o modelo socioambiental pela percepção da escassez dos recursos naturais fundamentais para sua reprodução (LIMA, 37: 2008).

Diante do exposto, podemos inferir que fica evidenciada, em relação à população do PAE Chico Mendes, sua filiação e subordinação, embora não seja consenso, a instituições governamentais e ONGs, o que significa perda substantiva da autonomia relativa conquistada no período anterior. Segundo Souza, a apropriação dos recursos naturais no PAE supracitado foi realizada sob a promessa de que tais recursos seriam mantidos para as gerações presentes e futuras, no entanto, uma parcela dos moradores percebe a prática do manejo madeireiro como mais uma imposição do pacote mercadológico, de acordo com a fala de Osmarino Amâncio, liderança sindical de Brasileia e contemporâneo de Chico Mendes em entrevista registrada na obra *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-Acreana:*

> "(...) Agora é o marketing da questão ecológica. Eles estão destruindo árvores de 500, 600, 800 anos e tão dizendo que as outras vão se recompor em trinta anos, isso também não é verdade, porque em nenhum lugar do mundo foi feito o manejo que eles tão fazendo e deu certo. Os mexicanos vieram aqui e eu levei eles na floresta e mostrei árvores frondosas, eles disseram que lá no México em 40, 50 anos já se acabou onde eles tão fazendo o manejo. Lá nos países asiáticos a mesma coisa, onde estão fazendo tá com uns 70 anos que se acabou" (PAULA & SILVA, 2006: 134).

O saldo da criação do modelo de desenvolvimento socioambiental apontou para várias mudanças sociais, entre elas o surgimento de novas redes de mediação, políticas públicas de apoio a sistemas de manejo ambiental, criação e implantação de unidades de conservação, movimentos sociais articulados em torno da defesa de territórios com exploração regulada e emergência de novas identidades políticas como a própria noção de populações tradicionais (LIMA, 2008). Identidades que se esfacelam para dar lugar a novas ressignificações que possam ancorar tanto suas estratégias de reprodução antigas quanto as soluções emergentes do novo contexto social.

Conclusões

Como sabemos, as pretensões do modelo acima proposto, no que diz respeito à valorização de conhecimentos tradicionais, encontra certa ressonância no discurso das Ciências Humanas, na medida em que certos estudiosos defendem o diálogo da ciência com outras formas de saber menos ortodoxas, saberes adquiridos longe da esfera acadêmica no enfrentamento diário do homem com o mundo. Claude Lévi-Strauss, por exemplo, ao entrar em contato com os índios brasileiros, na oportunidade de sua estada no Brasil na década de 1940, desconstruiu a tese de que esses povos eram portadores de um conhecimento rudimentar, com isto quebrou alguns paradigmas do fazer antropológico ao criar uma nova abordagem sobre as sociedades tradicionais sem cair no colecionismo dos itens exóticos.

Ao se deparar com grupos que operavam com uma lógica cognitiva diversa da racionalidade ocidental, percebeu que tinha diante de si farto material empírico que merecia novos métodos de estudo e uma teorização que deveria ainda ser criada, conforme relata em algumas de suas obras produzidas entre as décadas de 1950 e 1970, como: *O pensamento selvagem*, *Tristes trópicos*, *Antropologia estrutural*, *Mitológicas*. Filiamo-nos à sua tese que busca demonstrar nas sociedades tradicionais um interesse que extrapola o nível da simples utilidade e elabora um conhecimento sistemático sobre a riqueza da biodiversidade, cuja expressão acontece sob as mais variadas formas.

Parece longe o tempo no qual foram produzidas essas reflexões, sobretudo se levar-se em consideração o paradigma positivista de produção do saber, ainda não

ultrapassado pela Academia e engendrado pela dominação, no qual se considera que a validade dos dados empíricos é tão ou mais flutuante quanto à criação de modelos alternativos para a sustentabilidade do meio ambiente.

Todavia, a tese levistraussiana de que o conhecimento científico encontra-se também no acúmulo do capital intelectual produzido pelos homens da floresta, seja pelo uso centenário dos recursos ou pelo seu manejo em contínua transformação, vai de encontro à problemática colocada inicialmente neste texto: de que modo as experiências de produção em cooperativas agroextrativistas podem garantir a consolidação dos saberes tradicionais? O desafio se consolida na realização de pesquisas de caráter exploratório da realidade territorial e política da Amazônia, como foi o caso do estudo sobre o PAE Chico Mendes. É imenso nosso compromisso na tentativa de tentar responder, com nossas reflexões, aos entraves que se colocam neste jogo político.

Referências bibliográficas

ACRE. Lei n. 1235, de 9 de julho de 1997. Dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do Estado do Acre e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Acre de n. 186; 7.608 A de 10 de julho de 1997. In: ALMEIDA, A. W. B. **Conhecimento tradicional e biodiversidade:** normas vigentes e propostas. v. I. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA /Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia /Fundação Ford /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In: **Antropologia dos archivos da Amazônia.** Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BRASIL. Decreto n. 2.519 de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D259.htm, em 19 de abril de 2007. In: ALMEIDA, A. W. B. **Conhecimento tradicional e biodiversidade:** normas vigentes e propostas. v. I. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA /Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia /Fundação Ford /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

LIMA, D. de M. Ciência, saberes e populações tradicionais. In: NORONHA, N.; ATHIAS, R. (Org.). **Ciência e saberes na Amazônia:** indivíduos, coletividades, gêneros e etnias. Recife: Ed. Universitária da UFPE/Manaus: EDUA, 2008.

OLIVEIRA FILHO, J. P. A fronteira e seus cenários: narrativas e imagens sobre a Amazônia. In: NORONHA, N.; ATHIAS, R. (Org.). **Ciência e saberes na Amazônia:** indivíduos, coletividades, gêneros e etnias. Recife: Ed. Universitária da UFPE/Manaus: EDUA, 2008.

PAULA, E.; SILVA, S. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. **Revista Nera**, ano 11, n. 13, jul.-dez. 2008.

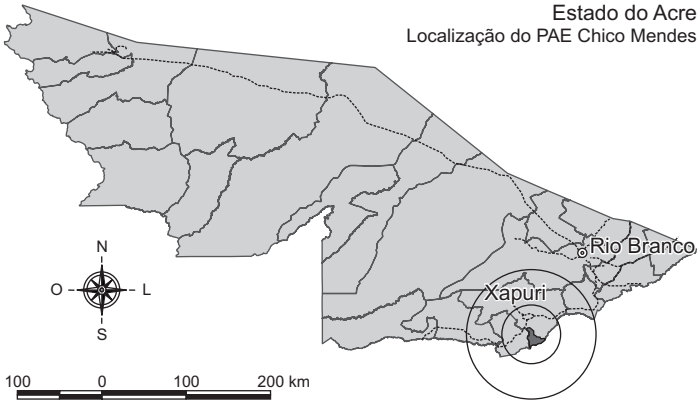
PAULA, E. A. **(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2005.

PINTO, M. C. S. O cultivo da razão diversa. **Avesso do Avesso. Revista de Educação e Cultura.** Araçatuba: Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba, v. 3, n. 3, jun. 2005.

SOUZA, F. M. **O apagar das porongas**: manejo florestal madeireiro e desvalorização dos saberes locais na Amazônia sul ocidental. 2009. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

Anexo

Localização Geográfica do PAE Chico Mendes (SOUZA, 2009)



Capítulo II

As Dimensões do Espaço Produzido na Amazônia:
cidade, campo, floresta

Silvio Simione da Silva

Apreensão do espaço produzido

A compreensão do espaço agrário produzido na Amazônia-acreana poderia ser feita, simplesmente, pela apreensão da dicotomia *campo-cidade* ou *rural-urbano*. Todavia, o agrário regional, no contexto das relações que o produziu, traz para os dias atuais feições espaciais que não podem ser apreendidas simplesmente pela aplicação desses conceitos. A condição que a produção global impôs ao espaço local resultou em certas especificidades que nos fazem questionar se tais categorias de análise contemplam as dimensões de um espaço que começou a ser produzido a partir da floresta. De uma coisa estamos certos, aqui *floresta* não foi e não é sinônimo de espaço não-produzido. Então, sob as bases da produção da empresa extrativa, os seringueiros demarcaram os territórios produtivos das empresas e do trabalhador (seringal/colocação), os territórios vivenciais dos trabalhadores (colocação/colônia), abriram as estradas de seringas, os varadouros, as clareiras onde construíram suas moradas e as sedes dos barracões, identificaram as árvores produtivas, aprenderam a colher da *floresta* muitos recursos nela contida para seu viver cotidiano. Daí, a *floresta* chegar aos dias de hoje como espaço pelo qual também se luta para mantê-la como ambiente de vivência social.

Negar tais condições evidenciará a compreensão da produção desse espaço sob viés único de "produzir" pela artificialização do ambiente natural, isto é, da floresta. Nega-se o seu potencial como parte das forças de produção socialmente localizadas (natureza, trabalho e sua organização, tecnologia e conhecimento). Isto, na realidade amazônica-acreana, desconsideraria as históricas relações de produção e de sociabilidade que se desenvolveram na *floresta* e a partir da floresta[2]. Na verdade, na realidade local, o agrário[3] também está para a *floresta* como está para o *rural* e para o *campo*.

---

1. Este trabalho é uma síntese do Capítulo III de minha tese de doutoramento: *Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana*, desenvolvida junto à FCT/UNESP em 2005.
2. Neste sentido, concordamos com Lefebvre (1992) de que a história do espaço, de sua produção qual se apresenta na realidade e de suas formas de representações não pode ser confundida nem com as causas de séries de acontecimentos, nem com uma sequência

Então, como podemos apreender essas distinções? E, ainda, considerando que a concreticidade conceitual se manifesta em espaços e territórios produzidos, como se torna possível apreendermos e dimensionarmos essas significações na realidade estudada? Há evidências reais de que existe uma interpenetração dessas dimensões na realidade do vivido dos sujeitos sociais que produzem e inscrevem tais significações no seu cotidiano. Certamente, por aí poderemos definir o recorte desses aspectos na apreensão das dimensões fundamentais do espaço produzido, sobretudo visto a partir do "agrário" amazônico-acreano.

Na Amazônia, as áreas que se formaram a partir da implantação do extrativismo da borracha, em especial, sob a ótica de organização produtiva empresarial, foram produzidas num padrão socioeconômico de ocupação incorporando áreas florestais. O espaço produzido aparece como faces de um processo, no qual vincula diretamente ao uso do solo florestal e dos recursos naturais toda a sustentação socioeconômica. Assim, já a partir de meados do século XIX, a floresta em si, perante o potencial de produção da matéria-prima da borracha natural, torna-se também base da produção de vivência social via a atividade social trabalhadora[4] dos migrantes nordestinos que chegavam. Então, muito mais do que uma viabilização da empresa extrativista fixava-se também as precondições de uma formação socioespacial dada sob o ambiente florestal como espaço produzido, no âmbito da produção global do capitalismo (pois a *floresta* antes já era produzida como ambiente de vivência dos indígenas que a habitavam). Por outro lado, é sob a influência desses sistemas produtivos florestais que se forja a formação das incipientes aglomerações populacionais, onde se vê desenvolverem os primeiros rastros de uma vida citadina, assim como de uma incipiente organização produtiva, exclusivamente agrícola e criatória.

Embora a *floresta* por muito tempo tenha sido considerada como sinônimo de espaço não-produzido, visto no âmbito do circuito produtivo hegemônico mundial,

---

(*continuação*) de costumes e leis, ideais e ideologia, estrutura e instituições (superestruturas). Porém, pode-se admitir que as forças de produção e, naturalmente, as relações de produção representam uma parte, embora ainda não a tenhamos definida na produção do espaço. Daí a pertinência de ver na *floresta* um espaço produzido que se configura territorialmente no âmbito do agrário regional.

3. O que estamos propondo é superar, na compreensão do *agrário* produzido, a visão dicotômica e excludente de conceitos que, a nosso ver, estão subjacentes à sua significação. Assim, no *agrário* visto como *abrigo* dos conceitos de *campo* e *rural*, esses aparecerão interligados dialeticamente numa relação social do produzido que os condicionam como coparticipantes do processo global que *abriga* também o conceito de *cidade* e *urbano*.

4. Na realidade agrária referida, o trabalho configura-se como um processo de trocas recíprocas entre o homem a natureza (entendida como seu entorno). Esta relação, que é progressiva e dinâmica, num processo de renovação promove modificações e incorporações tanto no homem como na própria natureza. Então se compõem feições que representam cada momento histórico das ações sociais que se materializam (SANTOS, 1996) hoje, seja na *floresta*, no *campo* ou mesmo na *cidade*.

isso não se aplica à realidade amazônica-acreana, desde o princípio de sua ocupação. A condição da *floresta* como *espaço produzido* estava na raiz da formação social e territorial do Acre, já no final do século XIX, no âmbito da produção agrária que se estabeleceu nesse território, posteriormente incorporado pelo Brasil. Esse espaço produzido assim se coloca no presente, perante as configurações territoriais apreendidas como produto deste passado que, dialeticamente, nele está contido e ele o contém. Isso significa dizer que, no âmbito desta produção[5] , o passado deixa suas impressões demonstrando que o tempo tem escritas próprias. O espaço será sempre o agora e o antes; um espaço presente, visto como totalidade completa em suas associações e conexões pretéritas e futuras com a atualidade. Visto na sábia expressão de Horieste Gomes (1991: 56), "o espaço e o tempo exprimem continuadamente um ser (existir) e um vir a ser (vir a existir)". Então, o processo de produção do espaço é produto do presente em si mesmo, mas com esses aspectos temporais que se colocam de forma inseparáveis, não como duas ideias ou momentos separáveis (LEFEBVRE, 1992). Estão presos simultaneamente ao sentido do que é produzido e à corporificação destas relações, isto é, na sua espacialização, na inserção territorial dos processos sociais que se constroem (SANTOS, 1996).

Neste sentido, o espaço agrário produzido na Amazônia-acreana traz em si rastros desses conteúdos pretéritos dando base à existência da diversidade no presente: o agrário se diversifica por três conceitos básicos em sua apreensão – o *rural*, o *campo* e a *floresta* –, numa visão ora de conexões/interpenetrações, ora de negações/interoposições recíprocas ao *urbano* e à *cidade*. Diante disso, quais seriam as bases da produção do espaço que se forjam tornando possível serem apreendidas? Para esta resposta parece-nos pertinente antes tecer algumas considerações teóricas sobre o *espaço produzido* para que possamos obter melhor compreensão dos processos que produzem esse espaço regional.

Concordamos que o "espaço produzido" se mostra a partir de três dimensões, ou melhor, de uma tríade conceitual em sua apreensão: o "percebido, o concebido e o vivido", como explicou Lefebvre (1992). Daí depreende-se três categorias para a análise do espaço produzido, conforme o referido autor (id ibid):

- **Prática espacial**. Através da qual se pode compreender como as práticas sociais exercem o poder de segregação espacial de parte da própria sociedade em si. Nisso se propõem e pressupõem, numa interação dialética, lenta e definida, modos de controlá-la e de apropriá-la de forma segregada. É nessa situação que o espaço produzido não se caracteriza por ser contínuo, mas sim sendo permeado por descontinuidades.

5. Considerando o aspecto teórico/prático, vemos que o espaço é muito mais que instâncias, representações constituintes da realidade social. Ele é a dimensão material concreta das relações sociais em que se processa a reprodução social. Já o território é um produto produzido pela prática social e também consumido, utilizado e vivido como meio, sustentando, portanto, a prática social que se localiza (BECKER, 1983).

- **Representação do espaço**. Trata-se de vermos o espaço conceituado. É o espaço vivido, percebido e concebido a partir das significações que lhe atribuímos. Este é o espaço dominante de algumas sociedades na forma que resulta dos processos engendrados na sua produção. A concepção de espaço que se firma tende, com certas exceções, a voltar-se para um sistema de signos verbais, o que lhe confere um *status* de, intelectualmente, ser colocado como um conceito resolvido.
- **Espaço representacional**. Refere-se ao espaço como é diretamente visto através de sua imagem e símbolos associados, sendo, portanto, o espaço dos "habitantes" e "usuários". É também o espaço de alguns artistas e de alguns escritores e filósofos, que descreve e inspira mais do que quem propriamente escreve. Este é dominado – e, portanto, passivamente experimentado –, espaço que a imaginação busca mudar e apropriar. Então, com certas exceções, esse espaço pode ser chamando de um sistema coerente de símbolos não-verbais e signos.

É nisto que se inscrevem dimensões que, a partir da concepção da prática espacial aplicada da realidade amazônica-acreana, tem-se a materialização da diversidade macro do espaço produzido regionalmente. No âmbito das representações sociais, esse espaço produzido se materializa como *territórios de vivências*, seja no *campo*, na *floresta* ou na *cidade*, ou como dimensões do *rural* e do *urbano* que emergem da produção do vivido local. Então, dá-se a inter-relação dessas dimensões formando o universo de representações e significações criadas/produzidas, ou seja, a dimensão representacional do espaço. A materialidade e a concreticidade dos processos (ainda que se inscrevam no âmbito da instituição do simbólico e do imaginário social) formaram-se no contexto da produção socioeconômica em que se deu a apropriação dos territórios dos povos nativos para a implantação e firmação da empresa extrativista (das últimas décadas do século XIX ao início do século XX). Mas, também, provém do processo de formação de uma identidade social camponesa, florestana, e da pequena expressão social de uma incipiente identidade camponesa agricultora que se desenvolve marginalmente às produções agroextrativistas, até princípios da década de 1970.

Esse universo representacional se forma no contexto de práticas sociais de sujeitos que terão suas identificações exacerbadas a partir do avanço da fronteira agropecuária (1970). A suscitação de conflitos de identidades (entre os próprios trabalhadores) amplia-se com a chegada de maior número de trabalhadores camponeses em atividades agropecuaristas, e nas especificações da materialização do espaço produzido tornam-se mais evidentes as diferenças internas entre seringueiros e colonos migrantes. É nesse ambiente que se desenvolve a ressignificação de um conteúdo socioespacial, inscrevendo-se no que podemos agora chamar de "espaço representacional" da luta de resistência dos trabalhadores camponeses amazônicos-acreanos.

É desta conjuntura processual no espaço produzido a partir da *floresta*, socialmente transformada em ambiente produtivo (econômico, social e cultural), que são trazidos para a vivência, para o embate político (nos movimentos sociais) e para a pressão social (como a exercida pelo poder público) os significados que interagem em nossa cotidianidade. O que seriam então esses significados? Seriam algo, ou melhor, manifestações históricas que poderíamos tratar como as *rugosidades*; estas, ao longo das décadas de transformação desse espaço em áreas do domínio capitalista, se formaram e se mostraram como *permanências* que tanto se terriorializam como atuam sobre a territorialização[6]. No espaço produzido atual "representa um tempo do passado que, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento" (SANTOS, 2002: 140). Na realidade, referimo-nos, então, ao conteúdo geográfico e histórico de todo o processo de ocupação e formação sociopolítico amazônico-acreano: o seringal, a colocação, as estradas de seringa, os roçados, a floresta, o rio, os seringueiros(as), a pequena produção familiar agrícola e pecuária, o convívio com o ambiente, os elementos culturais que se recriam ou se forjam, etc.

Especificações no tratamento do agrário produzido

Como podemos compreender a configuração do espaço e do território no agrário produzido, no âmbito regional e nacional? Partimos de duas situações constatadas: por um lado, há uma tendência a homogeneizar o tratamento na realidade nacional pela distinção dicotômica *campo-cidade*, *rural-urbano*, em que a *floresta* é tratada como espaço não-produtivo (mais que não-produzido), enquadrada como ambiente *não-urbano* e mais ou menos *rural* ou marginalmente como *"campestre"*. Por outro lado, à vista das condições em que foi e é produzida a partir da presença social no seu interior, a *floresta* se coloca como ambiente socializado tanto quanto o *campo* ou a *cidade*, diferenciando-se no que se refere aos processos produtivos quando esses submetem ao ambiente natural a produção do espaço[7]. Então, materializam-se também as relações de convívio no lugar em que, no âmbito da produção camponesa, marca o que entendemos ser a materialização do seu *espaço* e *território de vivência* (o que discutiremos no final desta parte).

---

6. Conforme Santos (2002: 43, 140), "chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e cumulam em todos os lugares". Não apenas como legados "físico-territoriais", mas também como "socioterritoriais e sociogeográficos" que podem ser vistos.

7. Isso, pois, ao produzir as condições de viabilização da floresta no âmbito de ação da empresa, forjaram-se valores da vida social e econômica com influências recíprocas. Seria, numa visão da dialética do espaço produzido, a apreensão de que no processo de desenvolvimento humano não há separação do homem e da natureza. Na produção do vivido, a "natureza se socializa e o homem se naturaliza", como explica Santos (1996).

Para uma primeira aproximação à questão, como poderíamos encarar as especificações do espaço produzido regionalmente? Bom, parece-nos que uma primeira constatação, com relação ao espaço agrário, refere-se às especificações das feições espaciais produzidas, tratadas no âmbito dos trabalhos de pesquisadores ou em classificações pelo Poder Público. O *urbano* realmente condiz com o modo de vida, combinado à produção territorial da *cidade* que, em si, é diferente do *rural* (visto, inclusive, como *floresta*). Já a conotação da *cidade* é mais de caráter de centro político e comercial. Ambos, em seus processos interativos, dão significações a uma realidade que pode, seguramente, configurar-se numa sociedade que reproduz à custa da significação do "agrário". Daí como ficariam as especificações da *floresta*? Ela sempre foi vista e dimensionada no que caracterizam como *setor rural* (Cf., p.e., BASA, 2002). Todavia, antes de aprofundar mais o assunto, como já referimos, vejamos os tratamentos dados à caracterização do espaço agrário produzido:

a) Quanto aos trabalhos de pesquisadores

Aqui há três condições formais de encarar a questão:

- A produção da *floresta* vista como etapa para outras formas de produção. O espaço produzido na *floresta* é tratado como produção do espaço *rural* ou do *campo* brasileiro, sendo forçadamente identificada sua reprodução como uma etapa para a futura produção agrícola e pecuária. Trata-se da maioria dos estudos tradicionais sobre o Acre/Amazônia (p. e., COSTA, 1940; REIS, 1954; GUERRA, 1955; etc.).
- A *floresta* vista como parte da produção do campo. Refere-se à maioria dos trabalhos recentes sobre a Amazônia que veem a floresta como ambiente que produziu formas próprias de organização, mas tratam-nas como especificidades da produção do *rural* ou *campo*, no âmbito do agrário brasileiro (p.e., IANNI, 1978; SILVA, 1982; CALAÇA, 1983; SILVA, 1999; etc.).
- A *floresta* vista como espaço produzido específico. Tratam da questão distinguindo-a da produção do *campo*, porém não localizam a questão teoricamente defendida. Aqui estão algumas das mais recentes pesquisas sobre o agrário regional (p.e., GONÇALVES, 1998; CALAÇA, 1999; ALBUQUERQUE, 2001; PAULA, 2003; etc.).

Os estudos que caracterizam essa terceira condição têm o mérito de tecer críticas às visões anteriores e propor que no entendimento do espaço agrário amazônico sejam consideradas as especificidades que se constituem a partir da floresta. Percebem que tal realidade socioespacial não pode ser apreendida numa simples análise da produção do campo brasileiro. Todavia, no âmbito geral, não trata de uma discussão conceitual, mas de considerações práticas no decorrer de suas análises.

b) Quanto ao âmbito institucional

Aqui podemos distinguir as seguintes situações:

- Dos movimentos sociais – sobretudo os STRs e organizações coletivas e comunitárias, em geral diferenciam "trabalhadores" extrativistas dos agricultores (p. e., cooperativas das associações de *seringueiros* e *agricultores* do Vale do Juruá). O que deixa transparecer que concebem o espaço produzido na *floresta* (*locus* do seringueiro) como diferente, porém não antagônico, daquele produzido no *campo* (*locus* do agricultor). Todavia, quando referem ao *rural*, há identificação das diversas categorias camponesas que congregam (p. e., Sindicato dos *Trabalhadores Rurais* de Xapuri).
- Dos órgãos da administração pública. Destacam-se três especificações:
  - ✓ Primeiro, do Governo Federal, que, a partir do Ministério do Meio Ambiente tem tentado implementar políticas próprias para a *floresta*, sobretudo introduzindo-a no tratamento das Unidades de Conservação (UCs). Nisto diferencia-se a produção do *campo* e da *floresta* mais por suas características naturais do que pelas ações sociais existentes. Essas políticas se inserem no âmbito do chamado "novo rural" (SILVA, 1999), iniciado com o Governo de FHC e dado prosseguimento no governo atual. Na concepção da criação das UCs, excetuando-se as reservas extrativistas, não há lugar para que o trabalhador florestal (posseiro, seringueiro, etc.) possa firmar-se em seu território vivencial (p.e., nos Parques Nacionais, em que não se prevê a permanência de populações; já nas florestas nacionais, mesmo prevendo-se o uso e a permanência, isso implicaria um novo rearranjo territorial na área em que são implantadas).
  - ✓ Segundo, das Instituições de Fomento, sobretudo o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia. As linhas de crédito voltadas para o extrativismo se subordinam ao montante destinado à agricultura (campo) ou às linhas gerais de créditos rurais (p. e, ao especificar as linhas de crédito como parte do "setor rural" e caracterizar as especificidades quanto à agricultura, à conservação da floresta, ao extrativismo e à pecuária).
  - ✓ Terceiro, do Estado do Acre. Tradicionalmente, a *floresta* como espaço produtivo ou a ser produzido é encarada como *rural*, em que as questões levantadas do *meio ambiente* são apresentadas como "sinônimas" àquelas referentes ao *campo* (no âmbito geral do agrário). Durante o "Governo da Floresta", tem-se implantado mudanças com a criação da SEFE (em que se propunha tratar a *floresta* com "setor" produtivo específico) e, posteriormente, da SEPROF (em que já se muda o conteúdo da proposta anterior, para tratar a partir da concepção da produção familiar) e a instituição de departamentos ligados à produção florestal e da agricultura. As especificidades que podiam ser apreendidas no âmbito das lutas e dos movimentos sociais são trazidas para o âmbito institucional. Todavia, na prática, ainda se vê com pouca clareza a efetivação de tais distinções no plano da execução de políticas agrárias no setor florestal e não-florestal.

Há em todos os âmbitos citados um consenso: os espaços produzidos na *floresta* se inserem no âmbito da produção do que identificamos como *rural*.

Então, seria esse um ponto conceitual já firmado? Para uma aproximação inicial, podemos dizer que sim. Mas em que dimensões do espaço produzido se inscrevem esses conceitos, perante a realidade tratada? Do ponto de vista geral, podemos dizer que o conceito de *rural* engloba essas dimensões do espaço, pois ao serem produzidas em si, de formas concretas, suas significações derivam-se mais das especificações que se efetivam mais no plano da "representação do espaço e do espaço representacional" do que no da "prática espacial" (no qual se inscreveria em primeiro o *campo* e a *floresta*). Daí o *rural* (tal qual a concepção de *urbano*) tratado pode ser entendido como um conceito inscrito por elementos e processos de um universo que se concretiza pela representatividade do simbolismo e imaginário social em que permeiam modos de vida, valores socioculturais territorialmente identificados e suas implicações nas relações sociais e econômicas que produzem o espaço agrário local (seja do *campo* ou da *floresta*).

A pertinência e a amplitude dessa reflexão sobre o *rural* se depreendem, por exemplo, de quando o próprio CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros) no III Encontro Nacional dos Seringueiros em 1992 (realizado em Rio Branco de 26 a 29/3/1992), ao defender um território florestal (no caso as RESEXs), insere socialmente suas lutas nesses âmbitos conceituais: "a reforma agrária é fruto das iniciativas do próprio trabalhador rural, seja ele extrativista, colono ou sem-terra organizados em sindicatos, cooperativas, associações ou movimentos para legalizar seus ganhos" (CNS, 1992: 7). Então, parece-nos situar a dimensão de um *ethos* dos sujeitos sociais representados, mas, em especial, de uma concepção social camponesa, tendo a condição de classe social como horizonte. Na verdade, é também uma demonstração da unidade perante a diversidade (categorias camponesas) apresentada na totalidade do espaço produzido (visto no âmbito da luta no agrário). Portanto, como totalidade, o agrário se revela por força das contradições como uma realidade dialeticamente concebida sob as diversidades em que está inscrito no âmbito socioespacial da realidade amazônica-acreana.

A totalidade do espaço agrário produzido

O espaço produzido visto como totalidade[8] permite-nos apreender as múltiplas relações que nele se concretizam e materializam. Há uma visão dual do que é

8. Neste sentido, conforme Santos (2002, p. 116), estamos compreendendo conceitualmente a totalidade como sendo todas as dimensões que se depreendem desse universo agrário amazônico-acreano, formando uma unidade na diversidade. Então, a interação das partes dessa unidade forma a totalidade, em que as partes não explicam o todo, mas ao contrário. A compreensão das partes, no âmbito do processo geral, permite uma visão da totalidade nas relações dinâmicas e contraditórias que as produzem. Assim, "a totalidade é a realidade em sua integridade".

agrário e do que *não* é *agrário* que se depreende mais da situação dos processos relacionais que os produzem (de trabalho, de sociabilidade, de escalas relacionais, mas também de conflitos de classes, etc.) e dos meios de produção empregados (uso da terra, sistemas de habitação, implementos, condições sociais de detentores ou não do seu domínio territorial, etc.), do que como qualificação essencialmente distintiva, ou seja, de uma qualidade de ser diferente em si. Todavia, no âmbito da totalidade que se apresenta, o espaço produzido é "uma realidade fugaz que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer" (SANTOS, 2002: 117). Aparece, contudo, norteado por práticas espaciais e relações representacionais que o confirmam a partir da concreticidade e da materialidade que permitem identificar as dimensões distintivas que fazemos: do *rural* e do *urbano*, do *campo*, da *floresta* e da *cidade*. São faces das "descontinuidades" (GOMES, 1991) que se mostram como unidade interagindo com a diversidade no agrário produzido.

Mas de onde se depreende essas dimensões conceituais? Ora! Todo conceito é uma representação significada da realidade em sua materialidade intelectualmente concebida. Portanto, provém de um conteúdo concreto especificando as diferenças promovidas por processos produtivos sociais, nas feições do espaço agrário produzido (Quadro 1).

Na questão demonstrada, tratamos do fato de que na Amazônia-acreana o conceito de *espaço agrário* e *espaço citadino* não pode ser visto como representações socioespaciais excludentes. Vemo-lo como parte da passagem da condição de subjetividade para a objetividade no espaço produzido (seja da qualidade para a quantidade, ou do espaço produzido ao território percebido e vivido). Então, numa dimensão da dialética desse espaço produzido, o *agrário* contém territorialmente o *citadino* – o espaço da cidade em si, mas o contém como sua negação e sua confirmação, vista no campo da subjetividade. Isso ocorre mesmo perante as relações de reciprocidade que se estabelecem enquanto condição de vida (sociocultural, relacional, comportamental) que permite à *cidade* (ou territórios citadinos nas pequenas "aglomerações" populacionais) se qualificar como *urbana*, ainda que em profundos espectros do *agrário/rural*, materializados nas pequenas cidadelas e vilarejos (são "cidades políticas", sob o ponto de vista de serem sede de municípios). São faces do espaço produzido numa *sociedade agrária* que institui uma vida "chamada" de *urbana,* porém amplamente dependente do espaço circundante. Daí institui também o *rural* como dimensão produzida sobre a realidade do *campo* e da *floresta*.

No Quadro 2, tratamos das questões como se apresentam no âmbito conceitual da objetividade e da subjetividade. Isso nos levará a entender a diversidade representada na amplitude do conceito de *agrário*. O *agrário,* como um processo apreendido na ampla dimensão do espaço produzido territorialmente, faz-se por relações diversas na materialização de formas territorializadas de ações sociais. Então, sua cognoscibilidade se mostra muito mais por meio da interlocução que podemos estabelecer com as relações produtivas que produzem o espaço do que pelos elementos predominantes na configuração visível ou "invisível" (porém, perceptível) do espaço

produzido, dos valores socioculturais e dos modos de vida que configuram, passíveis de aparentes dicotomias na paisagem de um lugar. No *agrário*, diante da sua dinâmica produtiva, o *rural* dialoga com *campo* e *floresta* para se completarem como "parceiros" dialéticos com o *urbano* e *cidade*, nas expressões e impressões interagindo no espaço produzido (o que é social e territorialmente apreendido).

Neste sentido, no espaço agrário produzido, sua condição concreta se dá sob dimensões objetivas: p.e., referimo-nos àquilo que caracteriza *agrário* como *campo* e *floresta* territorialmente, como o ambiente, forma de ocupação e uso do solo, moradia, delimitações territoriais, etc.; e subjetivas: p.e, naquilo que qualifica o *agrário*, porém que não se materializa como ser físico (um "*ente*" propriamente), mas se concretiza no âmbito representacional, como o modo de vida, costumes, sentido e simbolismo sociocultural da terra, seu uso significado, relações comunitárias, etc.

Quadro 1 Caracterização do espaço social produzido, visto do "agrário".

	Categorias		Processos de manifestações dimensionadoras	Manifestações de reciprocidade
	Subjetivas	**Objetivas**		
Relações fundamentais do espaço produzido na Amazônia-acreana,	**Espaço agrário** Define-se a partir de relações múltiplas (produtivas, econômicas, culturais, etc.) sobre ambiente, ligadas à atividades do uso direto do solo.	**Campo** Território que é dimensionado a partir do agrário, pelo cultivo da terra.	**Relações produtoras** Ligadas ao uso da terra; as transformações nas características naturais; a recriação e artificialização de novos ambientes, pelo desmatamento e o cultivo e a criação de espécimes vegetais e animais. Aspectos culturais ligados ao cultivo da terra e práticas criatórias.	**Campo-floresta** As relações de produção e trabalho sobre a terra como meio fundamental; base de mão de obra familiar; domínio da terra de trabalho pautado mais em relações de afetividade de que econômica; representação social no âmbito geral da sociedade; projetos de vida produzidos sob ideais de "viver bem" – lógica da autossustentação *versus* a da acumulação. Aproximação sociocultural com trocas de saberes.
		Floresta Território que se dimensiona a partir do agrário pelo aproveitamento dos recursos naturais das florestas.	**Relações produtoras** Ligadas ao uso da terra florestal, enquanto potencialidade da natureza. Operam via sistemas produtivos de extração e coletas, mas há pequenas áreas de atividades agrícolas e criatórias. Aspectos culturais ligados ao uso da floresta e seus recursos.	
	Espaço citadino Fundamenta-se num modo de vida diferente do que predomina no agrário, mesmo quando suas relações produtivas e de trabalhos dependem em exclusivo do campo ou da floresta.	**Cidade** Território que se forma a partir de concentração populacional e socioeconômica, instituindo transformações no ambiente natural e sociocultural do lugar, num padrão de ocupação populacional mais concentrado sobre o solo.	**Relações produtoras** Em que o trabalhador está alienado dos meios de produção; ou ainda tem aí seu *locus* de moradia, mas trabalha no agrário (*campo* ou *floresta*). Aspectos culturais desvinculados da terra como meio de produção, recriando sobre um modo de vida citadino.	**Cidade-campo-floresta** Relações de serviços oferecidos e de *locus* de circulação de mercadorias do agrário no espaço citadino. *Locus* de interlocução política, de lazer e de contato com mudanças mais bruscas, sobretudo no âmbito sociocultural.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2004.

Quadro 2 Caracterização do espaço produzido a partir interação rural-urbano.

Relações fundamentais do espaço produzido na Amazônia-acreana.	Categorias			Manifestações dimensionadoras	Manifestações de reciprocidade
		Subj.	Obj.		
	Agrárias	Rural	Campo	**Modo de vida agrário de agricultor** Sobre as relações produtivas e os meios de produção, a partir da destituição do ambiente natural e a recriação de um ambiente artificial. *Locus* primordial do camponês agricultor/criador.	**Campo-floresta** Apresenta-se no âmbito do modo de vida como valores socioculturais sob um universo representacional de relações com a terra – *campo* ou *floresta* – traduzido em ruralidade (campesinidade e florestanidade), como condição que qualifica diferente do que é urbano.
			Floresta	**Modo de vida agrário do agroflorestano** Sobre as relações produtivas, os meios de produção e o ambiente natural da floresta. *Locus* primordial do camponês florestal.	
	Citadinas	Urbano	Cidade	**Modo de vida citadino** Sobre relações produtivas, de aglomeração populacional e alienação do domínio do meio de produção pelo produtor. *Locus* primordial do proletário.	**Cidade-campo-floresta** Apresentam sob valores socioculturais num universo representacional de relações que não se vincula diretamente com a terra (campo e floresta) nas ações sociais desenvolvidas. Estas relações podem ser dar indiretas no consumo e circulação de pessoas e mercadorias. Traduz-se na urbanidade como modo de vida e de valores citadinos.
	Transição agro-citadino	Agrourbano	Pequenas cidades e aglomerações populacionais	**Modo de vida citadino/campesino** Sobre relações produtivas com grande participação de camponeses que mantêm sua base de trabalho no ambiente agrário e moradia nas pequenas aglomerações populacionais.	**Rural/urbano-campo-floresta** O espaço produzido apresenta-se como expressão de processos citadinos, mas a vida produtiva, na essência, permanece ligada a atividades de trabalhos no campo ou na floresta. Nisto se configura uma paisagem que difere do ambiente circundante como aspecto da pequena cidade, mas sob domínios de espectros bucólicos como caracterizador territorial.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2004.

Portanto, no âmbito conceitual, o *agrário*, em sua abrangência, contém outras dimensões conceituais que se referem àquilo que não é *urbano* nem é dele. Por outro lado, tomando o conceito sob o ponto de vista que de sua relação como *rural* este dimensionará, no espaço produzido, os elementos representacionais em que encerram um universo de significações do *campo* e da *floresta* (que, na Amazônia, apenas juntamente a estes conceitos poderia conceber uma reciprocidade territorialmente definida); porém, não incorporará as dimensões relacionais produtivas do espaço como interações. Isto produz a visão dicotômica de um processo, quando sua apresentação no *agrário* se faz por relações de interações. Basta ressaltar que, inclusive territorialmente, é no *agrário produzido* que se situa o *espaço*

citadino ou *transicional* (espaço de sobreposição do *agrário* ao *citadino*, ou vice-versa), que, todavia, no âmbito das dimensões de poder que se institui, territorializando-se, reciprocamente, o sobrepõem[9].

O que significa isso na realidade amazônica-acreana? Seria a materialização de pequenos espaços *rurbanos* (SILVA, 1999), com a *cidade* (detentora do urbano) sobrepondo-se ao *agrário* (detentor do rural)? Ou a situação se mostra numa realidade contrária, isto é, a *cidade* se territorializa sobre condições nas quais o *agrário* é dominante (o poder territorializante)? Referindo-se à questão mais ampla do espaço produzido, Santos (1982: 70) trata a questão a partir do conceito de "cidades locais" (conceito que entendemos ser deveras pertinente) como "verdadeira especialização do espaço":

> "Nosso problema, aqui, consiste em definir essas aglomerações em seu nível mais fundamental, nível abaixo do qual não se pode mais falar da existência de uma verdadeira cidade. Temos aqui uma questão de limite inferior da complexidade das atividades urbanas capazes [...] de garantir ao mesmo tempo um crescimento autossustentado e um domínio territorial. Quando o nível se situa abaixo dessa cota, não se pode mais propriamente falar de dissociação geográfica da produção. Existe, de certa forma, coabitação ou interdependência funcional entre atividades agrícolas e atividades não-agrícolas. Em outros termos, as atividades não-agrícolas do ambiente desapareceriam sem elas. A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população (...)."

Na verdade, na Amazônia-acreana, a condição de especialização se instaura junto com o principiar da aglomeração populacional, porém, na atualidade, essas *cidades locais* servem também para a firmação de ambientes de práticas "primárias", mesmo que sejam apenas como locais de moradias. Por isto, vemos no processo regionalizado uma realidade que se materializa em espaços produzidos que são *transicionais.* Esses se mostram como faixa de transição sob processos *estruturantes* do vivencial que se localiza; não se trata de uma visão de um espaço "periurbano", em que o *urbano* é visto como o centro, o instituidor, ou seja, o único *estruturante*. A transicionalidade é condição para situar espacialmente essas *cidades locais* territorialmente no âmbito do espaço produzido geral. O espaço *transicional* é *locus* de interação em que o *estruturante* provém do domínio que se estabelece e territorializa, seja do *urbano* ou do *rural*, pois no processo produtivo da realidade,

9. Na questão das significações o termo *agrário,* na língua portuguesa, do ponto de vista semântico, não tem um termo usual que o contrapõe, como ocorre na relação cidade-campo, rural-urbano (embora haja termos como *agro* e *polis*). Então, em sua significação, nele se inscrevem todas essas dimensões das quais a cidade (como espaço urbano ou transicional) é a negação que está contida na sua afirmação como espaço produzido diferentemente, ou seja, no passar da abstratividade para a concreticidade do espaço produzido.

p.e, o poder *estruturante* pode não ser emanado do espaço citadino, mas do espaço agrário. Refletiremos melhor isso a partir da representação no Quadro 3.

Quadro 3 Síntese de dimensões fundamentais da realidade produzida.

Relações fundamentais da realidade produzida	Categorias		Formas de concretização/ derivação		Domínios e definidores	Elos	Processos interativos	
	Agrário	Campo e floresta	Território	Territorialidade	Concreticidade de relações dinâmicas em espaços políticos empiricamente demarcáveis ——— Alteridades espaciais de naturalidade social e ecológica	De interdependências	Relações que se definem a partir do domínio do ambiente local (natural ou transformado) e das relações de produção estabelecidas sobre outras dimensões sociais do vivido no cotidiano vivencial em curso	Derivações de relações de produção socioeconômicas como definidoras na produção política e cultural
	Espaço citadino	Cidade						
	Agrário	Rural	Espaço	Espacialidade	Abstratividade de relações dinâmicas em espaço político nem sempre empiricamente definido ——— Alteridades espaciais de artificialidade social e ecológica	De interpenetração	Relações definidas sob o modo de vida e implicações socioculturais na produção do espaço e do domínio de territorialidade e espacialidade no cotidiano vivencial em curso	Derivações de relações de produção socioeconômicas na definição da produção política e cultural
	Espaço citadino	Urbano						

Fonte: Elaborado pelo autor, 2004.

Analisando as informações expostas (Quadro 3), nota-se que, se o *rural* engloba em si o *campo* e a *floresta,* estas duas últimas, agora vistas como categorias (mais do que conceitos), têm, portanto, especificidades de serem dimensionadas diferentemente. Então, individualmente, não há possibilidade de reciprocidade com a ação *significante* do conceito de *rural*. Portanto, considerando as condições que se apreendem pelo *percebido, concebido* e *vivido* no espaço produzido, temos uma intercomplementação de significados e uma interpenetração de significações conceituais, em que ao mesmo tempo unem-se e distanciam-se numa relação dialeticamente significada.

Portanto, sob o ponto de vista de caracterização geral do *espaço agrário produzido*, como expomos (Quadro 3), a significação dos conceitos de *campo* e *floresta*[10] se inscreve no âmbito das práticas espaciais a partir de sua concreticidade. Isso nos abre a possibilidade de apreendê-los também como dimensão representacional da territorialidade vivida. Daí deriva um universo de significações que os preenchem com o conteúdo das "representações do espaço" e do "espaço representacional" (LEFEBVRE, 1992), em que o sentido de "território" torna-se condição e conceito fundamental para apreender a realidade inquirida. Por outro lado, esse *agrário* concebido pelo conceito de *rural* se manifesta qualitativamente em sua inscrição inicial, no âmbito das representações espaciais e do espaço representacional, sob impressões de abstratividade ao se dar a cognoscibilidade partindo de sua concepção teórica como "espaço produzido". Isso demonstra concreticidade, mesmo que certos processos formadores não se apresentem corporificados numa entidade histórica e social, mas sim em processos que são concretos, porém imateriais.

Embora isso ainda não responda a questões da relação do processo de poder (domínios) na interação *urbano-agrário* ou *agrário-urbano*, já podemos passar para uma análise mais profunda dessas formulações, numa apreensão em que partimos da realidade vivida na Amazônia-acreana.

Para além da dicotomia/tricotomia do espaço produzido

O conceito de espaço produzido, à primeira vista, inclui dimensões contraditórias. Mas se há contradições, como essas se fazem presentes sem configurarem-se em segregações, p.e., do *rural* e do *urbano*? Há aí especificidades que se formam? Poderíamos responder simplesmente pelas classificações que expomos e tudo estaria resolvido. Porém, na realidade amazônica-acreana, há um universo de significações que se inscrevem no espaço representacional do vivido local. Isto nos obriga a buscar também a apreensão do simbolismo e imaginário social que se produziu ao longo dos cento e cinquenta anos de sua incorporação no âmbito da produção capitalista global.

Como então apreender essas dimensões representacionais? Acreditamos que temos de partir da proposição de que o espaço produzido da região amazônica-acreana, sob certas especificidades da apropriação, proveio da instituição de relações produtivas sobre a *floresta*. Assim, mesmo perante aqueles processos que foram instituídos pela sobreposição de ação social, negando ao ambiente florestal as representações socioespaciais que se firmam mais fortemente, apontam para aqueles processos provindos de forças que saem da *floresta* para dar base a outras

10. Concebido numa visão de não-interação, na realidade agrária amazônica, esta significação pode nos levar a considerar uma "tricotomia" com o conceito de *cidade* no âmbito do espaço produzido.

produções espaciais ou territoriais, seja o *campo*, a *cidade* ou a própria *floresta ressignificada*[11].

A lógica das discussões sobre o *rural versus urbano* tem ocupado o centro da questão sobre o espaço produzido no âmbito do vivido agrário. Todavia, na realidade, nos estudos atuais do agrário há uma tendência à sua compreensão por via exclusiva de interpretação, em que tudo aquilo que não é *urbano* é tratado como uma coisa única. Todavia, a realidade amazônica-acreana demonstra que seu espaço produzido se dimensiona sob uma lógica contraditória de *ser*. Então, expressando por uma *relação dicotômica*, qualitativamente o *rural* representado coloca-se também como *espaço dicotômico* numa relação que dimensiona o *campo versus floresta*. Ao mesmo tempo, visto em sua construção concreta, a realidade produzida definir-se-ia territorialmente numa relação tricotômica – *floresta*, *campo* e *cidade*.

Mas o que implica essa compreensão polarizada do espaço produzido? Vemos nisso que a apreensão dicotômica ou tricotômica, em que conceitualmente o espaço produzido é visto por elementos contrários (de um conceito), impede-nos de perceber as interações possíveis que se dão. A partir da busca dessa compreensão centraríamos nossa atenção na pura visão de oposições, nas feições em que se materializam a partir de processos produtivos no espaço produzido. Na verdade, essas feições contraditórias não se colocam como polos de contradição, mas como processo de interação, interconexão ou, ainda, como interpenetração.

Pode-se dizer que a configuração estabelecida no espaço produzido passa-se em dimensões escalares diversas, e assim se apresentam como *campo-floresta-cidade*. Tais processos produtivos são nutridos a partir da expressão das escalas, em que os sujeitos sociais que produzem (que "grafam", conforme GONÇALVES, 1998) o espaço, escrevem este com seu cotidiano nas feições do vivencial em que se inserem. Então, o *homem agrário* interage pelo produzido da cidade, *mora na cidade*, mas *trabalha no campo e na floresta*; a interconexão/interpenetração se dá com as lutas, reivindicações e estratégias na *cidade*, mas também pela absorção de produção do *campo* e da *floresta* na *cidade*, ou de constituir no espaço citadino *locus* de treinamento e difusão de inovações para os sujeitos agrários.

Em síntese, o que queremos dizer é que a *cidade* nem sempre comanda a vida (parafraseando a afirmação de Leandro Tocantins com relação aos rios amazônicos),

11. Thomas (2001: 232-3), estudando a Inglaterra do século XIX, explica que nesse sentido as matas e as florestas eram vistas como "lar de animais e não de homens". Então, viria daí a compreensão de que "todo homem que vivesse nas matas devia ser rude e bárbaro". Todavia, sabe-se que os "primeiros seres humanos, acreditava-se amplamente, eram 'homens silvestres', *homines sylvestres*". Assim, o chamado "progresso da humanidade, deu-se da floresta para o campo. (...) Disso deriva-se uma concepção cultural de que apenas "se retirando das florestas, os homens seriam levados à civilidade". É esse "mito" que ocupa a concepção urbana (presente nas expressões orais de grande parte dos políticos e da sociedade brasileira), o que nos parece, na realidade amazônica com os povos da floresta, termos possibilidade de desfazê-lo.

pois as especificidades que se arranjam nos seus espaços têm vida cravada na produção do *agrário*. Então, vemos uma relação que no espaço produzido se produz por unidade na diversidade: *cidade-campo-floresta* aparece como parte de um processo de interação em que se "grafam" formas de coexistência diversas do *rural-urbano*. Se perante a formação da humanidade *cidade e campo* se formaram como processos distintos que definem seu espaço produzido pela divisão da sociedade em classes antagônicas, então esta especificação, na atualidade, se difunde também pela distinção e sociabilidade no espaço vivido. Mas, ao mesmo tempo, fundem-se nas relações em que a *cidade* (mesmo como espaço transicional) é centro de poder que se impõe sobre o espaço vivencial que lhe circunvizinha.

Romper com a visão de concepções estruturais em si (dicotômica/tricotônica) desses conceitos vistos como antagônicos, para vê-los na interação conceitual a partir da realidade vivencial, nos permitirá apreender as "amarras" que dialeticamente se construíram no processo histórico que produziu o espaço vivido. A questão, portanto, passará por uma apreensão da interação que se dá desses conceitos na sua conexão com a realidade significada. Então, p.e., dizer que as pequenas cidades, aglomerações populacionais amazônicas, são espaços urbanos pode até ser questionado[12], porém não é também *campo* e *floresta!*

Por outro lado, tudo isso nos leva a rever que o padrão conceitual de apreensão da realidade brasileira, como uma realidade urbana, é simplificadora. A verdade é que nem sempre o que vemos como *cidade* é realmente *urbano*, assim como o que não é urbano não é necessariamente apenas *campo* ou *rural*. A visão urbanizada do Brasil, quando aplicada à realidade amazônica, é simplificadora, pois não considera a dimensão territorial, o papel local das pequenas localidades e a própria dinâmica em que se produz como região essencialmente agrária. Neste sentido, discordamos que, como parte do país, a Amazônia "é uma selva urbanizada", como referiu a Becker (1995: 54). A realidade que vemos, saindo das grandes cidades regionais (sobretudo, das capitais dos estados), é contrária a isso; a pequena produção camponesa se firma em espaços produzidos na *floresta* e no *campo* (áreas extrativistas e agricultáveis), ou mesmo nos espaços transicionais (inclusive nos arredores dessas grandes cidades). Sem a produção do campo teríamos espaços "fantasmas" configurados, ou seja, não haveria vida produtiva e social se retirarmos os processos produtivos agrários.

Como caracterizar esse espaço produzido? Ultimamente, nos estudos socioeconômicos da realidade brasileira, tem se difundido o conceito de *rurbano* como possibilidade de sua compreensão (cf. SILVA: 1999a, 1999b). Tem-se, então, uma tentativa de homogeneizar a questão da produção do espaço numa leitu-

12. Isso porque legalmente são considerados urbanos. As placas colocadas pelo poder público ao longo das rodovias nesses lugarejos sempre indicam: "cuidado: área urbana"; "área urbana, diminua a velocidade", demonstrado a vacuidade dessa questão conceitual.

ra do urbano[13]. No *rurbano*, o espaço produzido deriva da significação do *urbano* (qualificante da vida na cidade) sobre o "rural" (qualificante da vida no agrário), ou seja, o *urbano* impõe-se sobre o *rural* como modo e relação de produção totalizante no espaço produzido. Nesse sentido, a urbanização como processo de expansão do modo de produção e vivência do espaço urbano tende a submeter outros espaços (p.e, o *rural*), de modo a aniquilar a coexistência da interação entre *o que é da cidade e o que não é*. Daí se falar da "urbanização do rural" como um processo inevitável, neste possível "país urbano" que dizem ser o "Brasil".

Trata-se de uma visão urbana do processo que ocorre no país, em que não se admite a diversidade espacial da manifestação de tais processos nas diversas realidades regionais brasileiras. Além disso, perpetua a visão dicotômica de *urbano* como sinônimo de "moderno" e *rural* como sinônimo de "atraso". O absurdo é que nessa concepção de realidade, implicitamente, coloca-se em dúvida a capacidade intelectiva dos sujeitos sociais que produzem tais realidades agrárias de poderem gerar ou absorver novas tecnologias, e até de promoverem parcialmente autotransformações em seus modos de vida.

Daí faz sentido a dura crítica de Oliveira (2003: 1), de que a luta pelo acesso à terra tem a "dimensão da modernidade incompreendida pela elite latifundiária e parte da intelectualidade brasileira". Diríamos mais, que tem difusão errônea do que é ser "moderno" na visão urbanizada que se propaga da realidade social, vista como totalidade:

> "No Brasil, há intelectuais que preferem acreditar que o campo acabou e que a agricultura é atividade de 'tempo parcial' (*part-time farmer*). As pluriatividades estariam agora na agenda do dia, assim, a produção agrícola estaria irremediavelmente em segundo plano. Estes intelectuais afirmam com apoio de parte da mídia brasileira que o campo urbanizou-se e não há mais sentido falar-se em rural. A onda agora é o 'novo rural brasileiro', o 'rururbano'. O campo do Brasil real foi substituído pelo Brasil da ficção virtual que emerge das análises estatísticas da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, que o IBGE levanta. Aliás, esses intelectuais continuam a fazer com que a '*estatística seja a arte de torturar os números até que eles confessem*' (...)."

A realidade é que a definição conceitual de *urbano* e *cidade*, aplicada pelo IBGE e que respalda a conotação *urbana* e *rural*, permite uma camuflagem dos

13. Na leitura do "rurbano", tenta-se propor uma visão de que há uma difusão centro-periferia das atividades urbanas, numa "mistura" com as atividades não-urbanas nos "arredores" das cidades (o periurbano). Esses espaços seriam áreas do encontro e sobreposição da *cidade* ao *rural,* ao *campo*. Portanto, a vida social e produtiva aí se mescla por valores socioculturais que se adquirem do urbano, mas mantém outros de origem do *campo*, do *rural*, inclusive nas atividades de labor na terra – daí serem *locus* da pluriatividades.

dados[14]. Ademais, partindo de uma constatação de que *rural* não é setorial, mas territorial, Veiga (2003) categoriza que "o Brasil essencialmente rural" está formado por 80% dos municípios e com 30% da população brasileira. Sem entrar no mérito das manipulações dos dados estatísticos, vemos que, com isso, se, por um lado, há uma tendência à firmação de uma população predominantemente urbana no âmbito geral, por outro, isso não acontece quando o que consideramos é a distribuição territorial. Então, a realidade urbana é uma situação de apenas 20% dos municípios brasileiros.

Todavia, voltando nossas atenções à realidade amazônica, vemos os vilarejos, aglomeração e sede de municípios que tendem a concentrar população, embora esta mantenha suas bases produtivas no *campo* e na *floresta*. Então, voltamos a uma questão anterior: como ambientes plenos de vida *urbana*, essas localidades podem ser deveras questionadas [se comparável ao que Veiga (2003) preconiza por "Brasil indiscutivelmente urbano", ou com a realidade das grandes e médias cidades nacionais], mas admitir que aí o modo de vida, o arranjo territorial que se desenha, as relações sociais que vão se construindo, a emergência de setor de serviços no âmbito da vivência que se instituiu nesses lugares, como uma realidade puramente *rural* (com reflexo da concepção dicotômica de *rural-urbano*), também é deveras questionável!

Então, o que caracterizam esses espaços? São cidades rurais? São ambiente rurbano? Como resposta, apenas temos de admitir que há um vazio conceitual por trás das discordâncias da intelectualidade e da imposição de concepções geradas nos grandes centros urbanos (geradores também de culturas próprias), sobre realidades raramente tangidas por suas captações reflexivas.

Daí, admitimos estar correto Oliveira (2003: 1), quando afirma que "não são só as estatísticas que registram um Brasil majoritariamente urbano, mas, há, de fato (...), o modo de vida urbano dominando simultânea e contraditoriamente a cidade e o campo". E explica que o que reflete essa pouca capacidade conceitual de retratar a realidade é ter em mente "que não são os dados que determinam a realidade, mas, ao contrário, é a realidade que determina os dados". Então, a questão que levantamos com base na realidade amazônica-acreana é que, se do ponto de vista do quantitativo populacional já temos um predomínio do *urbano*, do ponto de vista da escala territorial não há reciprocidade.

Ora! Se as pequenas cidades (sedes municipais), vilarejos e aglomeração não são *urbanos*, então este conceito não se aplica à maior parte da realidade do terri-

14. Este conceito de cidade e urbano é "herança getulista" (OLIVEIRA, 2003), criada pelo Decreto-lei 311/38 (VEIGA, 2003: 34). Portanto, considerando que do ponto de vista legal, no Brasil, pelo critério político-administrativo, é urbana "toda sede de município (cidade, que são apenas as sedes municipais) e de distritos" (MARQUES, 2002: 97), mesmo que sejam apenas vilarejos ou aglomerações populacionais.

tório amazônico. Forjar outra compreensão e dotação conceitual é a condição para que a realidade seja realmente significada no que estamos tratando. Isso, pois, como conceito, não vemos no tratamento da realidade devidamente significada, a partir da questão urbano-rural, que, mesmo vendo-as como *continuunn* (SILVA, 1999), o que notamos é a polarização entre domínios relacionais. Se o conceito é visto representando "instrumento teórico, metodológico e intelectual" de que necessitamos para desmascarar e "conhecer a realidade", ele tem de partir de uma ideia do "fato social" (SOLARES, 1998: 13) que buscamos apreender. A questão então é ter no conceito uma representação que reflita o universo das forças representacionais contidas, a partir dos domínios que se estabelecem no espaço produzido, mas que perante a realidade estudada se manifesta em situações contrárias.

Revendo conceitos no universo de representação do *agrário*

Da relação contida no conceito de espaço *rurbano*, temos uma significação de domínio (poder que se estabelece) do *urbano* sobre o *agrário.* Então, numa visão de espaços contínuos (*o continuunn*), a sobreposição de relações de produção no espaço do socioeconômico e do sociocultural do *urbano* sobre o espaço *agrário* visto como *rural* é inevitável. Temos convicção de que há ocorrência de tais processos, sobretudo em cidades de vivência urbana mais intensa; porém, mesmo nessas realidades, há uma interação que se dá por espaços transicionais, mas não como condição de um ambiente que anula o outro. Quando vemos o *rural* e o *urbano* como parte integrada num mesmo contexto processual no âmbito do espaço produzido, certamente não dá para concebê-los como polos opositores. São processos de interação em que as forças contraditórias se manifestam na lutas dos sujeitos sociais, sob as quais se estabelecem relações de poder.

É essa dimensão contraditória manifestada na luta que, dialeticamente, solda a criação das cidades (as *urbs*), em processo que tende a artificializar a vivência social sobre o território físico. Também é aí que se firmam as bases menos artificializadas na produção do agrário, no território físico como condição produtiva (inclusive, de matéria-prima para manter a "artificialização" urbana principiada na cidade). Esta "costura social", que se faz do espaço produzido sobre a natureza, consuma-se como face do valor de uso espaço, que, ao ser produzido, ganha significado como valor de troca e já se mostra como território diversificado, sob domínios mensuráveis e apropriados.

Todavia, é inegável que a distinção do espaço produzido como se houvesse uma *linha de fronteira* entre o *rural* e o *urbano* já é uma visão superada, sobretudo se nos referirmos às áreas de maiores transformações e artificializações na paisagem agrária (o que, talvez, pudéssemos chamar de *ruralização* – como generalização da ação de "ruralizar" –, sob o pressuposto do domínio externo com modos de produção im-

postos pelo mercado[15]). Então, conforme Solares (1998: 21), o "espaço rural" mostra ampla "variedade de uso, dentre os quais a agricultura é uma das atividades econômicas" que pode ser desenvolvida. Mas, no sentido amplo também para áreas que não estão devidamente incorporadas ao processo de mercado, tais condições vão sendo introduzidas, de forma que "espaço rural é um complemento do espaço urbano, e por isto tais diferenças entre ambos são cada vez menos importantes". Acrescenta ainda o autor que "pode-se concluir que no rural coexistem diferentes funções ainda que mantenha sempre um peso específico do tipo agrário".

Nesse sentido, em parte o *campo* já se mostra como adjetivo do *rural*. Porém, a *floresta*, com seu conteúdo social, parece se negar a ser reconstruída, ou melhor, refeita sob tal condição de artificialização da realidade posta, sobretudo perante as políticas que implementam formas de legitimação de territórios florestais (como, p.e., na criação de UCs, de PAEs e de outras modalidades mais recentemente). Aí a luta e resistência na terra dos camponeses, p.e., na manifestação dos *empates*, reforçam a condição de sujeitos sociais *agrários*, enquanto as políticas conservacionistas têm firmado base para a introdução da produção de uma espacialidade *rural*, sobrepondo ao *agrário produzido*, ou melhor, introduzindo-se com seu conteúdo territorial (*campo* e *floresta*) amazônico no âmbito do chamado "novo rural brasileiro".

Mas voltemos à questão de entender as diversificações no espaço produzido na Amazônia-acreana, sob a perspectiva de vê-la numa realidade agrária. Tomando o conceito de *agrário* como qualificante, acreditamos ser então possível começarmos a propor outra base conceitual que permita uma apreensão de dentro da realidade investigada.

Nesse sentido, propomos ver a realidade amazônica-acreana por outra ótica relacional. Referimo-nos a uma compreensão em que os territórios (seja a *cidade*, o *campo* ou a *floresta*) necessariamente não se consumam sob dimensão da espacialidade urbana dominante. Então, esse espaço produzido se faz por relações em que o agrário (visto como o que não é urbano) admite produção de arranjos espaciais sob lógicas diversas (como aquelas de inspiração urbana), mas também domina os territórios que se institucionalizam sob outras formas de arranjos socioespaciais e socioterritoriais. Isso nos leva a defender a ideia de um *continuunn*

15. Neste sentido, no contexto atual das políticas agrárias, podemos atribuir ao rural (ou ao "novo rural", mais apropriadamente) a condição de ser uma (re)qualificação do uso e produção que se implantam sobre o agrário (campo e floresta), artificializando-o. Isto se dá sob a ótica da modernização, adoção e alteração na base técnica, mas também da busca de homogeneização dos interesses socioeconômicos contra as relações de conflito de classes, sob a "venda" do ideal de vida urbana. Então, se não nega a essência do *agrário*, quanto ao domínio e atuação direta sobre o meio de produção *terra*, suprime o sentido das lutas dos trabalhadores por questões de ordem tecnológica e de mercado, na lógica da territorialização do "agri"-"business", contra a "agri"-"cultura", como ressaltou Carlos Walter Porto Gonçalves em uma palestra na Universidade de São Paulo (maio de 2003).

no espaço produzido, visto como relações de interações, mas não como única via em que o urbano se sobrepõe ao rural, num processo de homogeneização. Situa-se nisso a base para vermos, no espaço produzido, a dimensão de um *continuum* em que se possa inverter não apenas o conceito de *rurbano* para caracterizar os espaços como "vilas rurais", mas também uma inversão do amplo processo que dá feição própria ao espaço produzido. A questão passa pela concepção de um espaço que optamos por chamar de *agrurbano*, não como sendo de "cidades agrárias", mas como expressão de relações de produção agrárias (que são socioeconômicas, mas também políticas e socioculturais) que se instituem, mesmo em suas dimensões territoriais (inclusive nas "cidades locais"). No *agrurbano,* tem-se a formação de dimensões de espaços transicionais, em que há interação produtiva da diversidade da vida citadina e campesina (as "pluriatividades"), paralelas ao estabelecimento de espaço de territorialização de relações de poder.

A visão do *rurbano* como processo de expansão da polaridade contida na dicotomia *urbano-rural*, com a supremacia do segundo, pressupõe uma anulação mútua no espaço produzido. Para refletimos sobre isso, Lefebvre (1991: 69) tece algumas considerações interessantes:

> "Não há razões para conceber tal situação numa fusão da sociedade urbana com o campo. A oposição 'urbanidade-ruralidade' se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua. Há um deslocamento da oposição e do conflito. Quanto mais, em escala mundial, o conflito cidade-campo está longe de ser resolvido (...). Atualmente, a superação não pode deixar de se efetuar a partir da oposição tecido urbano-centralidade. O que pressupõe a invenção de novas formas urbanas."

Então, quando vemos a realidade de pequenas sedes municipais e aglomerados populacionais que se inserem numa realidade tipicamente agrária, mas institui novas formas de arranjos socioterritoriais[16], reforça-se a ideia de que a realidade *campo, cidade* e *floresta* se mistura. Por outro lado, não há um puro padrão de urbanidade que assim o produz, porém, há espaço que se mostra produzido que também não se define por uma ruralidade pura. Pensamos que nisso, certamente, há criação de novos padrões de vivências citadinas em que a lógica organizacional se dá pelas condições de *agrarialidade* (vista como processo que qualifica o domínio de relações agrárias, independente da sua localização). Não se trata de uma "floresta urbanizada", mas de um *agrário* (que é *campo* e é *floresta*), como base para instituição de espaços citadinos que podem, inclusive, fluir da *floresta*. Portanto, o "agrário" que não é cidade, mas é *locus* para sua produção. Então, a produção desse *agrário* amazônico se configura como uma reificação da *natureza já modificada pelo homem*, mas não negando sua condição natural (como primeira natureza), quando se considera a *floresta* como fomentadora da diversidade no espaço produzido.

16. Sobre o conceito de socioterritorial, referimos Fernandes (2001) e Santos (2002).

Nesse sentido, qualificando a situação no contexto do espaço produzido amazônico, a questão histórica provém de que o agrário contém dimensões duais do espaço produzido desde o princípio. Podia-se falar de um *espaço agrário* mesmo antes da existência do *urbano* e do *rural*. A *floresta* esteve integralmente na raiz dessa formação social e territorial. A reprodução econômica estabelecida deu base para a formação dessas significações na realidade vivida. Assim, do espaço que se tinha como selva[17] erigiu-se o princípio da *cidade* e do *campo*, mas também uma *ruralização* e *urbanização* desse espaço produzido. São, portanto, esses conceitos, essas significações que brotaram da *floresta* e que, enquanto "selva transformada" pela ação de agentes sociais e econômicos, por força da empresa extrativista, são também um espaço produzido.

Se a construção do próprio conceito de *floresta*, enquanto ambiente produzido, emerge do *agrário*, como se dá então a sua relação com a significação de *rura*l e *urbano*? Sobre isso, vimos o ponto de vista do geógrafo e historiador Jones Dari Goettert (2003), professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre, em entrevista recente:

> "Nos aproximadamente cento e cinquenta anos de formação socioespacial extrativista-seringueira foram constituindo características importantes: além do isolamento e da distância, a produção de um *ethos* da floresta, que parece ter, no centro, o contraponto fundamental em relação ao rural: de fora para dentro – e não de dentro para fora. O rural, intimamente ligado ao urbano, volta-se para este. Em grande medida, é o urbano que o influencia, o subordina e define suas mudanças. A floresta, ao contrário, parece mais isenta deste intrometimento urbano, acarretando um modo de vida e um mundo simbólico à parte."

Para o entrevistando, o conceito de *rural* e *urbano* é a significação de uma sobreposição externa de um modo de produção territorial que se impõe.

A vida urbana se apresenta mais distante na floresta do que no campo. Se, por um lado, exerce o fascínio, por outro, causa precaução ao homem que, vivendo mais distante da cidade, tem no seu lugar de vivência a referência fundamental para seu *viver cotidiano*. Porém, ao se territorializar sobre a base concreta da cidade, esta ganha condição de coexistência e penetra tanto na vida do campo (por excelência rural) como na vida da floresta. Assim, por exemplo, um morador da Floresta Nacional do Macauã, em março de 2002, mesmo vivendo apenas com a esposa, ambos idosos e sozinhos, entende que viver na floresta é melhor que enfrentar a "vida agitada", na "pacata" cidade de Sena Madureira (AC), onde reside um dos filhos,

17. Com relação ao sentido da floresta, Thomas (2001: 232) explica que esta, na realidade da Inglaterra no início do século XIX, tinha sido "sinônimos de rusticidade e perigo". Isto se justifica pelo nome "selva", como *locus* do 'selvagem' (de silva). Sugere-se que os primeiros representantes da civilização "preferiram o campo aberto às florestas por sua segurança: era possível ver o que se aproximava e defender-se com antecedência".

já casado e que há anos deixou a vida florestana, para ser "agente de saúde" com emprego público. Então, pode-se falar de uma condição de *ruralidade* como qualificante, mas que se diversifica a partir do *campo* e da *floresta*, e ao mesmo tempo se unifica perante as condições relacionais que produz como uma possível *agrarialidade*[18], como qualificante dominante dessas territorialidades que se forjam. Vimos isto como resultante de um longo processo histórico implantado no âmbito da produção do espaço amazônico.

Conclusão

Depois desta reflexão, para concluirmos, penso que há pelo menos dois pontos que devem estar martelando na cabeça do leitor: Como os processos históricos aqui na Amazônia, a partir de relações de produção diversas submetidas no âmbito da condição de fronteira do capitalismo, nos permitem uma leitura diversa do que se convencionou tratar no âmbito social e acadêmico sobre a produção do espaço no mundo? Qual a importância real de pensar uma configuração do espaço produzido a partir realidade Amazônica? Vejamos.

Primeiro, não negamos a importância das construções teóricas externas, mas as vemos como bases para pensar a realidade, apenas quando há ressonância entre realidade-teoria e vice-versa. Não havendo, partimos da crítica a essa insuficiência para a construção/ampliação de um aporte teórico que reflita as feições reais da produção do espaço regional. Neste sentido, vemos que a realidade amazônica em si é muito diversa e está prenhe de conteúdo que nos permite outras formulações para entendermos o "mundo e a nós mesmos vistos de cá".

Partindo desse pressuposto, a Amazônia se coloca como território fronteira; mas fronteira de muitas e diversas coisas: da economia, da política, de integração social, de conhecimento, de civilização, de possibilidades e até fronteira de sonhos para aqueles que viram e veem nela espaço para realizações futuras saudáveis – sustentáveis.

Deste modo, sendo a condição de vida cravada no território firmada por relações de produção diversas no tempo, vistas como qualificantes de seu processo de formação, estas especificidades territoriais antes referidas são faces das *rugosidades* da longa formação desse espaço produzido. Na atualidade se fazem entender diversas porque foram produzidas diversamente do que ocorreu noutras parte do

18. O historiador Prof. Domingos José de Almeida Neto (2001: 66-7), a partir da compreensão do comportamento sociocultural dos seringueiros na periferia de Rio Branco, trata a questão como uma relação de "interpenetração seringal/cidade". Assim, por estar em ambiente periférico de Rio Branco, "desprovido de serviços, tipicamente urbanos", esses migrantes, ao menos no início de sua vivência na cidade, sentem-se "muito à vontade para impor sua própria concepção do espaço, vez que o mesmo em muito se assemelhava ao do seringal (...)".

mundo e necessitam dessa apreensão para se ter um tratamento mais acertado, seja nas pesquisas ou mesmo nas políticas públicas regionais.

Portanto, estas são bases para que, entendendo a produção do espaço amazônico e seus processos de produção, possamos propor outro referencial para compreender e agir sobre nossas caracterizações socioterritoriais. Tudo isto tratando numa ótica de "olhar da Amazônia para fora" e não apenas absorvendo conceitos externos a serem aplicados sobre essa realidade sem refletir os reais processos produtivos em que se deu a configuração do espaço produzido na região.

Isto são desafios de encarar a possibilidade de ter na(s) fronteira(s) amazônica(s) também um espaço capaz de instigar novos conceitos e teorias para compreender a realidade.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, G. R. **Espaço, cultura, trabalho e violência no Vale do Juruá – Acre**. 2001. 246 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ALMEIDA NETO, D. J. **Aos trancos e barrancos**: identidade cultural e resistência de ex-seringueiros na periferia da cidade de Rio Branco – Acre (1970-1980). 2001. 172 f. Mestrado (História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – Programa Interinstitucional com a Universidade Federal do Acre, Recife.

BASA – Banco da Amazônia. **Operações contratadas**: Acre – atividade, por setor e por estado da região Norte. Rio Branco: Superintendência do Acre, 1998, 2002.

BECKER, B. K. Uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. H.; SILVEIRA, C. B. (Orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ/Depto. de Geografia, 1983.

_____. A (des) ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER et al. (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo/ Rio de Janeiro: HUCITEC/ Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995. p. 46-64.

CALAÇA, M. **Características da pequena produção no estado do Acre**. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____. Geoestratégia do capital: novas formas de subordinação do trabalho ao capital na Amazônia sul ocidental brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, P. Prudente: AGB, jul. 1999, n. 21, p. 71-84.

CNS – Conselho Nacional dos seringueiros. **III Encontro Nacional dos Seringueiros.** Rio Branco: CNS-Sede Nacional, 1992. 29 p.

COSTA, C. **A conquista do deserto ocidental**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. 434 p.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortes, 2001. 120 p. (Coleção Questões da Nossa Época).

GOETTERT, J. D. **Entrevista.** Geógrafo, prof. do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC. Concedida ao autor em outubro de 2003, Rio Branco, AC.

GONÇALVES, C. W. P. **Geografando:** nos varadouros do mundo (da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à reserva extrativista). 1998. 531 f. 2 vol. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOMES, H. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.121 p.

GUERRA, A. T. **Estudo geográfico do território do Acre**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1955. 293 p.

IANNI, O. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978. 236 p.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. 216 p. (Série: Temas).

_____. **The production of space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. Oxford UB, Cambridge USA: Blackwell Publishers, 1992. 454 p.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Rev. Terra Livre,** São Paulo: AGB, ano 18, n. 19, jul.-dez. 2002, p. 95-112.

OLIVEIRA, A. U. **Barbárie e modernidade**: o agronegócio e as transformações no campo. Goiânia: CPT/Nacional, 22 out. 2003. (mimeo).

PAULA, E. A. **Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental:** dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. 2003. 255 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura Sociedade – CPDA, Rio de Janeiro.

RÊGO, J. F. **Amazônia**: do extrativismo ao neoextrativismo. Disponível em: http:/ www.dataterra.org.br. Acesso em: 2001. (Também publicado na Revista Ciência Hoje, S. l.d., v. 25, n. 47, p. 62-65).

REIS, A. C. F. **O seringal e o seringalista**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954. 149 p.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982. 156 p.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 1. ed.; 2. ed.; 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1988; 1994; 1996. 124 p.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. 381 p. (Coleção Milton Santos, 1).

SILVA, A. F. **Raízes da ocupação recentes das terras do Acre:** movimentos de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. 1982. 115 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IE., 1999a. (Coleção pesquisa 1 – Edição revisada).

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 1999b. 238 p.

SILVA, S. S. **A fronteira agropecuária acreana**. 1999. 373 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOLARES, C. J. Lo rural y lo urbano: uma reflexión en torno a su definición. **Avances de investigación,** Chapingo: Universidad Autónoma, ano 1, n. 5, p. 5-28, 1998.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitudes com relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhias das Letras, 2001. 454 p.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

Capítulo III

Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas

Elder Andrade de Paula
Maria de Jesus Morais

Como sabemos, a delimitação das fronteiras na Amazônia continental remonta ao advento da colonização europeia iniciada no século XVI. Ingleses, franceses e holandeses demonstraram seu interesse na região em suas investidas sob contexto ainda de disputas de domínio territorial entre Portugal e Espanha, que perdurariam até o final do século XVIII com a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso. Após a derrocada do domínio colonial ibérico no século XIX, as disputas territoriais na Amazônia prosseguiram até o século XX[1], entre os diferentes Estados que se formaram no continente. Nesse processo, produziram-se ora fragmentações, ora extensão da faixa territorial de alguns estados.

Na faixa territorial amazônica de domínio do Estado brasileiro, a ocupação econômica e a afirmação da dominação política passam a ser implementadas de forma mais ambiciosa na "Era Vargas", mas é a partir do golpe militar de 1964 que a expansão capitalista na região ganha fôlego. O uso, por parte da ditadura militar, do emblemático slogan "integrar para não entregar" procurava difundir junto à população em geral a ideia de um "governo forte", empenhado na afirmação da soberania nacional sobre aquele vasto território. Estranho nacionalismo, dado que inaugurou em grande escala o loteamento da Amazônia para fins de exploração por parte de corporações transnacionais associadas ou não a capitais sediados no Brasil. Não menos estranha foi a "integração", uma vez que se deu à custa da desintegração da maioria dos povos indígenas existentes no território, bem como do campesinato[2]. Este último teve sua desintegração decorrente de processos de expropriação, seja na Amazônia ou no Centro-Sul do país.

A partir da década de 1990, diferentemente do que ocorreu no período comandado pelo "Estado desenvolvimentista" – marcado pela obsessiva busca de "integração da Amazônia" na dinâmica do "desenvolvimento nacional" –, a "ma-

---

1. Como foi o caso do Brasil, no processo de incorporação de uma parcela dos territórios da Bolívia e do Peru que formam atualmente o estado do Acre.
2. No caso do campesinato, não nos referimos somente àquele localizado na Amazônia, que foi expropriado e migrou para os núcleos urbanos e/ou imigrou para países fronteiriços, mas também àqueles expulsos do campo no Centro-Sul do país em decorrência da "modernização conservadora". Como é sabido, parte desse contingente seria deslocada para a Amazônia através da política de colonização instituída pela ditadura militar.

triz" passou a ser outra: o "mercado". As referências deixaram de ser o Estado, o desenvolvimento ou a nação, que passaram a ser consideradas noções superadas, incompatíveis com a "globalização". A partir de então, procurou-se potencializar as capacidades dos diversos agentes sociais, para que se integrassem à lógica dos "mercados globalizados".

Sob esse contexto, a Amazônia passou a subordinar-se mais diretamente aos interesses de capitais privados transnacionais e/ou nacionais a eles associados. Agências de financiamento multilaterais, como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como a Agência para o Desenvolvimento do Governo dos Estados Unidos da América (USAID), passaram a exercer influência maior na difusão de padrões homogeinizadores de organização social e produtiva. Coronil (2005: 126) denomina esse processo de "globocentrismo", isto é, uma modalidade de ocidentalismo que implica a submissão das populações não ocidentais. Tal submissão aparece como efeito de mercado e não como consequência de um projeto político de dominação ocidental deliberado. Em contraste com o eurocentrismo, continua o referido autor,

> "O globocentrismo expressa a persistente dominação ocidental através das estratégias representacionais que incluem: 1) a dissolução do ocidente no mercado e sua cristalização em módulos de poder financeiro e político menos visíveis, mas mais concentrados; 2) a atenuação de conflitos culturais através da integração de culturas distantes num espaço global comum; 3) uma mudança da alteridade à subalternidade como a modalidade dominante de estabelecer diferenças culturais. Na medida em que o "ocidente" se dissolve no mercado, funde-se e solidifica-se ao mesmo tempo; a diferença cultural agora se baseia menos em fronteiras territoriais que através de vínculos de identificação com a ordem ocidental tal como este aparece difundido através do globo (...) dado que o mercado aparece como uma estrutura de possibilidades e não como um regime de dominação, este cria a ilusão de que a ação humana é livre e não limitada (...)."

Problematizando um pouco mais a formulação supra, diríamos que no tratamento da "questão ambiental" os limites interpostos à continuidade da exploração dos recursos naturais e as consequências climáticas dela decorrentes transformaram-se, gradativamente, em "possibilidades". Tanto "mercado" quanto "meio ambiente" passam a estar "encapsulados" em estratégias de "desenvolvimento sustentável" que não se restringem aos limites das fronteiras nacionais, como revela com nitidez a "Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA)" formulada pela USAID[3]. Parece-nos, contudo, que essa "arquitetura" sofreu fortes

3. Para outras informações sobre o referido Programa, recomendamos a leitura de um dos capítulos que compõem o presente livro: *USAID e a disputa pelo controle dos recursos naturais na Amazônia: nova forma, velho conteúdo*.

abalos no início do século XXI, fazendo com que a "questão nacional" – seja em razão da ascensão de governos conservadores na Europa e EUA e de governos considerados progressistas na América Latina – e, portanto, as fronteiras "ressuscitassem", assumindo contornos diversos na geopolítica mundial.

Considerando que a Amazônia continental constitui-se num dos epicentros mais importantes da geopolítica mundial, nos deteremos no presente capítulo à problematização desse "ressuscitar" das fronteiras nessa região. Para tanto, fixaremos o olhar na zona fronteiriça formada pelos departamentos de Madre De Dios e Pando (Peru e Bolívia) e estado do Acre (Brasil), por tratar-se de um caso extremamente rico para fins de reflexão a respeito do tema proposto. Nos tópicos a seguir procuramos situar o problema e apontar algumas conclusões daí resultantes.

Historicidade da fronteira política

Em linhas gerais, o termo fronteira se refere a uma linha divisória – concreta ou imaginária – entre algo que conhecemos e que, em certo sentido, nos pertence e algo que desconhecemos. No imaginário social, as fronteiras se apresentam como um limite que define a soberania de um Estado sobre determinado espaço. Além dessa noção de fronteiras materiais, identificáveis nos mapas, há também as fronteiras sociais que "separam" indivíduos, grupos sociais, culturas e nações, mesmo que estes se encontrem na presença de um mesmo espaço físico-geográfico.

A origem da palavra fronteira é "derivada do latim *fronteria* ou *frontaria* e indicava inicialmente a parte do território situado *in fronte*", isto é, nas margens, nas bordas do mundo conhecido. A concepção de fronteira traz também forte conotação militar, pois deriva de *front*, da *ligne de front*, ou seja, da guerra, empregado no período medieval para designar uma "ordem de batalha" dada àqueles que se encontravam na vanguarda das tropas combatentes (FOUCHER, 1991: 77). As fronteiras políticas, enquanto limites, trazem nelas implícita a noção de *front*, seja diplomático, seja militar; hoje, como consagração de determinadas correlações de forças políticas, a fronteira política tende a esconder o *front* (a disputa, a batalha) que a engendrou.

O sentido de fronteira em sua origem não era de fim, mas do começo, o do lugar para onde tenderia expandir (FOUCHER, 1986). Questão essa amplamente defendida pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel. Ratzel, a partir da discussão da formação do Estado alemão, instituiu a ideia de fronteira como órgão periférico do corpo do Estado, sendo estas zonas as expressões do movimento dos povos (MORAES, 1990).

A noção de fronteira política está associada às "estruturas espaciais elementares que correspondem ao invólucro contínuo de um conjunto espacial e, mais especificamente, de um Estado-nação" (FOUCHER, 1991: 38-39). Na definição de fronteira política Foucher destaca que a mesma é uma descontinuidade

geopolítica que possui uma função real de limitação da soberania; uma função simbólica de designar o pertencimento a uma comunidade política inscrita em um território próprio e uma função imaginária que conota uma relação com o outro, o vizinho, com sua própria história e seus mitos fundadores.

Aqui é importante ressaltar que a concepção de fronteira com a qual estaremos trabalhando é tanto a concepção de limite, como delimitação territorial da atuação jurídica do Estado-nação, quanto a concepção de fronteira enquanto *front* de expansão econômica e cultural. A fronteira é, portanto, concebida como o traço definidor de poderes territorialmente instituídos, ou seja, das divisões político-administrativas entre Estados, mas, também, como zona de interação, como parte constitutiva da vida regional transfronteiriça.

Da mesma forma, a concepção de território discutida aqui vai além da dimensão jurídica-administrativa, de corpo do Estado-nação, de áreas geográficas delimitadas, reconhecidas e controladas pelo Estado nacional. Território aqui é entendido como resultado de processos concomitantes de dominação e controle (jurídico-econômico-social) ou apropriação (cultural-simbólica) do espaço físico por agentes não-estatais (HAESBAERT, 2004). A territorialização desses processos se dá, como lembra Haesbaert e Machado (2005: 91), tanto de "cima para baixo, a partir da ação intencional do Estado ou das grandes empresas", quanto de "baixo para cima, através das práticas e da significação do espaço efetivamente vivido e representado pelas comunidades", e nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos oficiais.

A definição das fronteiras e dos territórios participa de projetos socioeconômicos ou sociopolíticos e passa por fases de "funcionalização" ou de "desfuncionalização" (no caso das fronteiras políticas), que são modificações socioeconômicas ou sociopolíticas que afetam tanto o território quanto o tempo social no interior dela. Nesse sentido, o "limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo", pois as fronteiras são construções geopolíticas datadas, são tempo inscrito no espaço, ou melhor, tempos inscritos nos espaços. As fronteiras, portanto, "se exprimem de uma só vez, no espaço e no tempo, num local e momentos dados, sobre certa extensão e por certa duração" (RAFFESTIN, 1993: 169).

Uma reflexão sobre fronteiras é, portanto, também uma reflexão sobre o poder, pois, como ressalta Raffestin (1993: 169), é preciso realizar partições territoriais para reinar, pois "sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer". O que significa dizer que "o exercício do poder implica a manipulação constante da oposição continuidade *versus* descontinuidade". E que o "jogo estrutural do poder conduz a assegurar ora a continuidade, deslocando os limites, ora a provocar a descontinuidade, criando novos limites" (RAFFESTIN, 1993: 169).

A delimitação de limites e fronteiras, portanto, faz parte de jogos de interesses e de manipulação. As fronteiras são definidas "como instrumento para comunicar uma ideologia". Ideologia e poder de fiscalização, de controle e legislação. Nesse último caso, a função legal "delimita uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e modernas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade política" (RAFFESTIN, 1993: 167). Fronteiras e limites são, portanto, criados para estabelecer domínios e demarcar territórios. São criados e instituídos para insinuar precisão, "a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder" (HISSA, 2002: 35).

Os territórios que são quadrículas de poder são "ao mesmo tempo a expressão de um projeto social" (RAFFESTIN, 1993: 165). Nesse sentido, o limite "aparece como uma informação que estrutura o território (...) é convencional, mas desde o momento em que foi pensado, colocado no lugar (...) ele não é mais arbitrário, pois facilita o enquadramento de um projeto social, aquele mesmo de uma sociedade" (RAFFESTIN, 1993: 165). Os limites e as fronteiras "não são nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários" (p. 165). E no que diz respeito à qualidade de uma fronteira, não existe boa ou má fronteira, pois "a principal qualidade de uma fronteira está no fato de esta ser reconhecida como legítima por ambos os lados" (FOUCHER, 1991: 43).

Daí, a importância da compreensão da constituição do território e de suas fronteiras, dos territórios que são produzidos em um e outro lado dos limites e das fronteiras. O território é construído, como aponta Raffestin (1993: 158), a partir do espaço, sendo "o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível". Ao se apropriar de um espaço, o sujeito territorializa esse espaço. O território é, por isso, revelador de relações marcadas pelo poder. Essas relações tendem à constituição de identidades entre os sujeitos e os territórios, construindo territorialidades que refletem a "multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade", e se manifestam em todas as escalas espaciais e sociais; são consubstanciais a todas as relações e seria possível dizer que "é a face vivida da face agida do poder" (RAFFESTIN, 1993: 162). Mas a territorialidade não é constituída só por

> "(...) relações com territórios concretos, mas também por relações com os territórios abstratos como línguas, religiões, tecnologias. Esta relação é então organizada segundo uma série de regras, comunicabilidade que está implícita na mesma relação societária" (RAFFESTIN, 1988: 266).

A demarcação das fronteiras políticas se confronta com "outras lógicas, através das quais a fronteira se transforma em fronteiras, que assinalam diferentes formas de vivenciá-las". Para a população fronteiriça, os "outros" são o estrangeiro, que são ao mesmo tempo o vizinho, o parente e, em determinados contextos, estes se transformam em um "nós" (CÁRDIA, 2009: 23). A linha fronteiriça, nesse

caso, delimita o principio da identidade territorial e a separação entre os "nacionais" e os "não-nacionais" através de impedimentos jurídicos, políticos e ideológicos (RAFFESTIN, 2005).

Nesse sentido, a fronteira é uma marca simbólica do cotidiano fronteiriço, dadas as relações entre essas populações, relações de parentesco e amizades, relações comerciais e de serviços. O cotidiano fronteiriço "implica a superação de velhas fronteiras sociais e a criação de novas, em um movimento em que as formas de produção social se projetam sobre territórios e fazem com que os limites se alterem" (CÁRDIA, 2009: 24).

É no cotidiano que são construídos territórios e territorialidades. Mas é importante distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, ou seja, que o território seja trabalhado na multiplicidade de suas manifestações, pois ora a dinâmica econômica é mais importante, ora a política, ora a simbólica. É igualmente importante atentar para o fato de que a produção de territórios, em qualquer acepção, "tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação" (HAESBAERT, 2004: 2).

Corroborando com a ideia de construção de territorialidades Robert Sack (1986: 38) salienta que, "assim como a cultura, a tradição e a história mediam a mudança econômica, elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra". Da mesma forma, continua o referido autor, a "territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e o dotamos de significado".

A fronteira política pressupõe a distinção dos territórios estatais, mas cotidianamente há fluxos de pessoas e informações que cruzam constantemente o limite territorial. Nesse sentido, a população da fronteira "desenvolve práticas que se especializam e apresentam semelhanças em ambos os lados da linha, o que pode ser entendido como a formação de uma região: a região fronteiriça" (DORFMAN, 2005: 197). Nesta compreensão, a noção de faixa de fronteira que são as zonas especiais dos limites territoriais do poder do Estado é ampliada para zona de fronteira[4], que é o espaço de interação entre os países composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é a das cidades-gêmeas (HAESBAERT, 1998).

4. Adotamos aqui a definição de zona de fronteira proposta pelo Ministério da Integração Nacional, que a conceitua como as "faixas territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um *meio geográfico* próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças" (BRASIL, 2005: 152).

As interações transfronteiriças na zona de fronteira articulam várias escalas, não limitadas apenas às interações locais e regionais, mas aberto a interações com o ambiente externo, sendo, portanto, um sistema aberto, mutável e adaptável (MACHADO, 2005). A fronteira como zona de interação se caracteriza por ser um lugar de comunicação e trocas entre domínios territoriais distintos.

A territorialidade fronteiriça aparece "constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade", o que significa afirmar que as relações dos sujeitos com seu território é também definida pelas relações – materiais ou simbólicas – que desenvolvem com os territórios externos (HAESBAERT, 2002: 161). Na produção de territórios estão sempre implícitos a dimensão política e o papel dos limites ou fronteiras na definição de territorialidades, pois na produção de territórios concorre sempre o controle de pessoas, fenômenos e relacionamentos, que afeta comportamentos através do controle de acesso. Assim, o espaço só se torna território quando suas fronteiras são utilizadas para "moldar, influenciar ou controlar atividades" (SACK, 1986: 38).

Sobre a zona fronteiriça Brasil/Peru/Bolívia

A questão fronteiriça, como ressaltado em Raffestin (1993), deve ser compreendida a partir de sua historicidade, uma vez que o sentido de fronteira muda ao longo do tempo. E essa mudança é consequência das modificações sociopolíticas e socioeconômicas, pois os limites e fronteiras refletem o poder daqueles que moldam, influenciam ou controlam atividades (SACK, 1986).

No caso da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia, o atual limite internacional se consolidou historicamente sobre territórios ancestrais de diversos grupos indígenas. A faixa da tríplice fronteira é habitada imemorialmente por diferentes povos indígenas e, há pouco mais de um século, por seringueiros de origem nordestina (no caso do Brasil) e por migrantes dos altiplanos (no caso da Bolívia e Peru).

Os territórios das comunidades tradicionais formam uma espécie de zona-tampão do lado brasileiro da fronteira internacional. Essa zona-tampão foi incentivada pelo poder público tanto no sentido de proteção do patrimônio ambiental diante das frentes madeireiras e agropecuária quanto na estabilização da linha de fronteira (ver Mapa 1 e Quadro 1, anexos). Esse fato não foi aleatório e sim efeito de uma política federal deliberada, de criar zonas-tampão no limite internacional amazônico. Em alguns trechos da região fronteiriça os países vizinhos também criaram, do outro lado do limite internacional, suas próprias zonas-tampão, institucionalizando terras indígenas e parques nacionais (MACHADO, 2005).

Do lado peruano da fronteira internacional, há hoje um mosaico contínuo de terras protegidas ao longo da bacia do Alto Purus, com distintas finalidades: reservas destinadas a indígenas isolados, um parque nacional e uma "reserva

comunal", com área agregada de pouco mais de quatro milhões de hectares (AQUINO, 2008) (ver Mapa 2 e Quadro 2, anexos). Área essa que corresponde ao eixo de desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia, proposto pelo IIRSA, no qual se prevê a construção da rodovia do pacífico, o que contribuirá para a destruição de culturas seculares em benefício de grupos sociais ou organizações política-financeiras articuladas em escala internacional.

No Departamento de Pando/Bolívia, a reconfiguração territorial segue um padrão similar ao da zona de fronteira brasileira e peruana (ver Mapa 3 e Quadro 3, anexos). Apesar de não haverem dados disponíveis ainda[5], sabe-se que há presença significativa de imigrantes brasileiros naquele território, a maioria vivendo do extrativismo e da agricultura de subsistência. Há também fazendeiros que se apropriaram de grandes extensões de terras para dedicar-se à pecuária extensiva de corte e à exploração madeireira.

O governo de Evo Morales (2006-) tomou diversas iniciativas no período recente no sentido de "dinamizar o desenvolvimento" na região. Como ocorre frequentemente nesses processos de expansão interna de fronteiras econômicas, elas tendem a provocar novos conflitos na região. Destacaríamos em particular duas dessas medidas: 1) remoção dos brasileiros que vivem nas terras situadas na faixa

5. Os governos do Brasil e Bolívia firmaram contrato com o Escritório Regional para o Cone Sul da Organização Internacional para as Migrações (OIM) a fim de realizar um censo na faixa de fronteira boliviana, bem como para a proposição de projetos diversos de assentamentos, considerando que o governo brasileiro, por meio da Lei nº 11.471/2007, destinou recursos com o objetivo de fortalecer a cooperação entre os governos da Bolívia e do Brasil, especialmente na área de desenvolvimento agrário e de agricultura familiar, para prestar assistência na implantação da política fundiária de reforma agrária do governo boliviano e, ao mesmo tempo, viabilizar a regularização migratória e fundiária de famílias brasileiras que se dedicam a atividades extrativistas, à pequena agricultura e outras atividades em território boliviano, na faixa de fronteira do Departamento do Pando, assegurando sua ocupação econômica e seu desenvolvimento sustentado (...). O governo brasileiro transferirá para o Programa Latino-Americano de Cooperação Técnica em Migrações (PLACMI), do Escritório Regional para o Cone Sul da OIM, recursos da ordem de US$ 10.256.410,25 (dez milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e dez dólares norte-americanos e vinte e cinco cêntimos). Tais recursos serão utilizados para a concepção e desenvolvimento de projetos destinados à ocupação econômica de cidadãos brasileiros que devam retirar-se de terras que hoje ocupam na faixa de fronteira entre a Província de Abunã, do Departamento de Pando, na Bolívia, e o estado do Acre, no Brasil, por força da implementação de normas legais do governo da Bolívia. Também nacionais bolivianos poderão beneficiar-se dos referidos projetos, atendida sua finalidade principal em relação aos brasileiros. Os projetos a serem desenvolvidos pelo Escritório Regional para o Cone Sul da OIM poderão contemplar modalidades diversas como unidades produtivas, "agrovilas" e sistemas agropecuários com moradias, infraestrutura básica e capacidade de produção em áreas designadas pelo governo boliviano no Departamento do Pando (http://www.abdir.com.br/legislacao/legislacao_abdir_20_10_08_4.pdf).

de 50 km da fronteira[6] para áreas de assentamento na parte central do Departamento; 2) assentamento de quatro mil famílias de camponeses oriundas dos altiplanos nas terras de Pando (cerca de 400 famílias já haviam sido deslocadas para esse Departamento no segundo semestre de 2009).

No caso da primeira medida, o governo do Brasil tem feito inúmeros esforços no sentido de garantir a permanência do contingente de imigrantes brasileiros na Bolívia (nota 5). Contudo, tais atitudes parecem insuficientes para resolver o problema, uma vez que esses imigrantes se recusam a sair das áreas que ocupam para ocupar os assentamentos a serem criados em outras localidades do Departamento de Pando. É possível perceber nas entrevistas desses imigrantes, publicadas em diversos meios de comunicação no Brasil, que essa resistência tem motivações diversas; destacaríamos, contudo, como a mais importante aquela relacionada com a territorialidade. Isto é, na condição atual, além de permanecerem exercendo suas atividades ligadas ao extrativismo, asseguram a continuidade das relações sociopolíticas instituídas tanto do lado brasileiro quanto com o boliviano, e isso lhes proporciona maior segurança. Em síntese, pelos seus cálculos, as perdas seriam maiores que os ganhos se aceitarem a remoção, por isso resistem.

É preciso lembrar também que essa medida adotada pelo governo boliviano despertou do lado brasileiro manifestações de xenofobia e racismo similar àquele vigente na Europa e Estados Unidos, como revela as passagens extraídas do blog do Altino[7] (http://altino.blogspot.com/) transcritas a seguir, com o necessário pedido de perdão aos leitores pela manutenção do texto original com suas inúmeras grosserias gramaticais:

> "esse bolivianos!!!! já estão entupindo são paulo, roubando empregos de trabalhadores brasileiros; acham que o acre é deles; roubam a petrobras e como agradecimento ao brasil, expulsão os brasileiros. tá virando moda. agora é o paraguai que está nos "passando a mão" em relação a itaipú. estamos bem de vizinhos e de governo (...) Será que o Brasil do Binho Marques vai fazer o mesmo com **aquela corja de bolivianos que está no Acre sem fazer nada e pedindo esmolas nas esquinas de Rio Branco? (grifos nossos)** ou eles acham que o Acre ainda é deles??. Providências minha gente !!!!"

Comentários dessa natureza passaram de uma centena somente no veículo de comunicação citado. O detalhe interessante é que eles acabam, ainda que involuntariamente, denunciando a diferença de condições dos imigrantes, como a que destacamos em negrito na transcrição supra. Apesar de a maioria dos brasilei-

6. A retirada dos brasileiros da faixa de fronteira ocorre por determinação do artigo 25 da Constituição da Bolívia que proíbe a permanência de não-bolivianos em toda a área fronteiriça de 50 quilômetros.

7. Esse blog é considerado a principal referência de comunicação desse gênero no Acre.

ros que vivem na faixa de fronteira boliviana ser pobre, eles detêm, ainda que precariamente, o controle dos seus meios de subsistência: a terra. Em contrapartida, os bolivianos mencionados nos mesmos meios de comunicação, que "reivindicam o direito de propriedade dos brasileiros na Bolívia", vivem no território brasileiro na indulgência ou submetidos a condições de trabalho degradantes.

No que diz respeito à segunda medida adotada pelo governo de Evo Morales – assentamento de quatro mil famílias de camponeses oriundas dos altiplanos nas terras de Pando –, ela tende a gerar uma série de novos conflitos. Além de implicar uma alteração na atual configuração fundiária e as resistências daí decorrentes, pode gerar uma série de frustrações para uma parcela do contingente de migrantes. Afinal de contas, trata-se efetivamente de um tipo de colonização cujas consequências são bastante conhecidas, especialmente no caso da Amazônia brasileira.

Devemos lembrar que durante décadas a zona de fronteira formada por esses três países pouco chamou a atenção dos respectivos governos centrais. Destaque para essa questão foi a iniciativa do governo peruano de criar zonas de colonização, do governo boliviano de potencializar as cidades de livre-comércio na faixa fronteiriça e do governo brasileiro de transformar a faixa fronteiriça em áreas de segurança nacional. Porém, na atualidade, vários eventos mostram sua importância estratégica e geográfica, entre eles, projetos públicos e privados de integração sul-americana, e novas políticas desencadeadas pelos três governos. A faixa de fronteira continua sendo uma região estratégica para a garantia da segurança nacional, porém, incorpora a dimensão geoeconômica.

O "isolamento" dessa região fronteiriça dos seus respectivos centros políticos é uma marca histórica na estruturação territorial da fronteira entre os três países. Mas, hoje, a região amazônica se configura como a última fronteira para a expansão do capitalismo transnacional. O que foi em século anterior considerada como região "inóspita", como "vazio demográfico", como "reserva da biodiversidade" e como "reguladora do clima" do planeta, hoje aparece como objeto de desejo de grandes grupos econômicos de capitais sediados nos EUA e Europa. Na atualidade não é a borracha natural que está sendo disputada, mas outras fontes de matéria-prima existentes no subsolo e na biodiversidade da floresta tropical (PAULA, 2008).

A região fronteiriça, como vimos, é formada pelas práticas ligadas à existência da fronteira, e nesse caso a fronteira aparece como precursora de integração. Em lugar de zonas de separação, as regiões fronteiriças são pontos de convergência, e nesse sentido o contínuo geográfico é tomado como uma oportunidade para incrementar fluxos comerciais e de serviços. No caso em tela, da fronteira trinacional na Amazônia sul-ocidental, formada pelo Estado do Acre, Departamento de Pando e Departamento de Madre de Dios, as iniciativas dos três governos e do IIRSA têm caminhado em direção à formação de uma região fronteiriça.

A fronteira que no passado não recebeu muitas iniciativas do poder público, hoje se configura como constitutiva das políticas regionais. Na atualidade, dada a importância do fortalecimento dos blocos regionais para sua inserção competitiva no mercado global, as fronteiras passaram a desempenhar papel estratégico para o desenvolvimento, uma vez que, em função de características comuns e necessidades de desenvolvimento articulado, configuram-se como pontos estratégicos para catalisação e fortalecimento da integração dos países (GADELHA, 2005).

A definição da faixa de fronteira no Brasil tinha inicialmente como preocupação a segurança nacional, e nesse sentido foi criada como um território especial, mas não foi acompanhada de uma política pública que atendesse às especificidades regionais, nem do ponto de vista econômico, nem da cidadania fronteiriça (GADELHA, 2005). Conforme texto da *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF* (BRASIL, 2005), a criação da faixa fronteiriça brasileira foi motivada por ser uma "área estratégica para a segurança nacional, resultante de uma política que deu ênfase à concepção de fronteira como sendo fundamental para a defesa nacional" (p. 31), com características de imposição de barreiras às supostas ameaças estrangeiras e estabelecimento de limites nas relações com os países vizinhos.

Em anos mais recentes, com o governo Lula, a faixa de fronteira tem se configurado como importante diretriz da política nacional e internacional. Exemplo disso é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, prioridade do Plano Plurianual 2004-2007, que tem investido na formulação e implementação de um Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileira.

Os objetivos do PDFF é promover o "desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul" (BRASIL, 2005: 36). Em nível nacional o programa prevê:

> "o ajuste das políticas públicas estatais à 'permeabilidade' das fronteiras; a integração da Faixa de Fronteira às outras regiões do país por estar à frente do processo de integração sul-americana; a promoção da cidadania e o desenvolvimento regional como forma de combater o crescimento de diversos tipos de tráfico de ilícitos; e a criação de novos espaços de articulação entre os sistemas territoriais produtivos de áreas com povoamento consolidado e não-consolidado no país" (BRASIL, 2005: 10).

O mesmo visa à "promoção do desenvolvimento sustentável da faixa de fronteira" a partir de uma atuação articulada do governo federal, em parceria com estados e municípios, voltada para a "promoção da infraestrutura econômica e social, para a dinamização econômica e a organização social e institucional, elegendo a faixa de fronteira como uma das áreas de desenvolvimento prioritárias do país" (BRASIL, 2005: 40).

O "desenvolvimento sustentável na faixa de fronteiras" é uma denominação nova usada para opacisar a continuidade da política de "integração da Amazônia" iniciada pela ditadura militar. A diferença é que agora a escala de exploração por parte dos grandes grupos de capitais privados "transbordou" as fronteiras nacionais da Amazônia brasileira e se expandiu em direção à Amazônia continental. Simultaneamente à construção dos eixos de integração previstos na IIRSA, as empreiteiras brasileiras, movidas pelos generosos financiamentos do BNDES, vão ampliando seu raio de ação. Como bem mostram Dourojeanni et al. (2009: 116), ao analisar os recentes contratos firmados entre os governos do Peru e Brasil,

> "De hecho, la falta obvia de planeamiento peruano para su Amazonía está suplantada por el planeamiento cuidadoso del Brasil para esa región. En efecto, las obras más importantes propuestas o en ejecución en la Selva responden a un planeamiento de largo aliento, bien elaborado y que se va cumpliendo paso a paso. Pero ese planeamiento, como se ha dicho, no fue hecho en el Perú ni para el Perú. Responde estrictamente a los intereses mediatos y de largo plazo del Brasil, hecho que además no se esconde ni siquiera en las declaraciones públicas de los gobernantes de ese país. El Brasil aprovechó el IIRSA para impulsar su programa, que aparentemente incluye por lo menos tres objetivos esenciales: (i) acceder a menor costo a los mercados asiáticos usando puertos peruanos en el Pacífico, (ii) disfrutar de las generosas fuentes de energía hidráulica disponibles en los Andes orientales, y (iii) usar los valiosos yacimientos de fosfato de Piura para mantener la competitividad de su agricultura de exportación. A eso, algunos añaden el interés en los hidrocarburos contenidos en la Selva peruana (…). Nada más que lo mencionado es suficiente para explicar la súbita euforia de construcción de carreteras, ferrovías e hidrovías así como de centrales hidroeléctricas propuestas actualmente. Tampoco cabe duda que el Brasil tenga un antiguo sueño hegemónico suramericano, ahora posible gracias a su buena coyuntura económica (…). De hecho, el BNDES ya dedica más del 10% de sus US$40 mil millones anuales de préstamos, a su cartera de operaciones en el exterior, mayormente en América Latina y África, ejecutadas a través de empresas de ese país. El volumen anual de negocios de ese banco brasileño, en 2007, fue 4 veces superior al del BIRD, BID y CAF juntos en América Latina. Ahora, el Brasil puede encontrar una nueva vía, adicional o complementaria, a través del recién creado Banco del Sur, una reciente hechura de la Unasur, donde Brasil también es dominante. O sea que el Brasil, a través de los mecanismos que están siendo establecidos, será cada día más el árbitro y el mayor beneficiario de la integración regional."

Apesar do "descuido" dos autores com outras forças externas que tendem a produzir fortes impactos na Amazônia peruana – como é o caso do Tratado de Livre Comércio firmado entre os governos do Peru e dos Estados Unidos da América –, eles traduzem uma preocupação que se faz presente em outros países da América do Sul (notadamente, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Equador) com o expansionismo

brasileiro. Os contornos daquilo que Ruy Mauro Marini denominou há mais de quatro décadas de "subimperialismo"[8], ao analisar o papel a ser cumprido pelo Brasil na América Latina, parecem agora se expressar com maior nitidez.

Considerações finais

As fronteiras, como vimos, são abertas ou fechadas dependendo dos interesses em disputa, pois os limites atuam como *filtros* aos fluxos internacionais. Estas podem ser mais ou menos permeáveis, podendo inclusive ser dissolvidas. São, portanto, datadas, o que nos remete a sua construção histórica, tanto social quanto territorial. A delimitação da fronteira reflete também amplas relações de poder e adquire diferentes significados de acordo com as funções das quais está investida. A fronteira é também a marca simbólica das territorialidades. No caso peruano e boliviano, há a oposição entre os serranos e os amazônidas, bem como entre os seringueiros e os paulistas, no caso do Acre dos anos de 1970 e 1980. Os "amazônidas da fronteira" foram se definindo historicamente em conformidade com a atividade extrativista e o sistema socioeconômico e cultural que o engendrou.

Sob essa perspectiva, as reflexões contemporâneas sobre fronteiras na Amazônia – tanto no sentido da expansão interna do capital quanto no das delimitações territoriais do Estado nação – requerem o aprofundamento das investigações no sentido de abarcar essa nova dinâmica. Reconhecer o esboroamento do "mito da globalização" e o ressuscitar do Estado nacional é tão somente um ponto de partida e não de chegada. Dito de outro modo, para lançarmos luzes sobre os novos "labirintos das fronteiras amazônicas" é preciso levar em conta tanto as transformações operadas nas relações de poder interno quanto nas relações interestatais em nível continental e mundial.

O caso da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia é extremamente rico para avançar nas reflexões supra. Nessa zona fronteiriça – em que pesem as singularidades e vigores das lutas de resistência camponesa e indígena na conquista de seus territórios – acabou concretizando-se um arcabouço institucional de ordenamento e utilização de território padronizado. Essa padronização segue rigorosamente as diretrizes do "desenvolvimento sustentável" definidas internacionalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas e difundidas de forma mais intensa a partir

8. De acordo com Marini (1977: 18), o subimperialismo define-se "como la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza".

da década de 1990, pelas denominadas "Agências multilaterais", USAID e grandes ONGs ambientalistas.

Parte desse ordenamento transfronteiriço parece agora ameaçado com o avanço das obras de infraestrutura previstas no escopo da IIRSA[9], em que o Brasil acaba figurando como um dos principais protagonistas. É ameaçado também pelas políticas "desenvolvimentistas" que começam a ser implementadas no âmbito do Estado Plurinacional boliviano na Amazônia. Sob tal contexto, os conflitos assumem outra ordem de complexidade que transbordam também os limites fronteiriços do Estado nacional. Ao lutarem contras as concessões florestais e/ou exploração madeireira em seus territórios (TCO, TIs, Resex, entre outros), os movimentos camponeses e indígenas da Bolívia, Peru e Brasil confrontam simultaneamente as leis vigentes nos seus respectivos países (implementadas de acordo com as diretrizes do "desenvolvimento sustentável" mencionadas anteriormente) e os interesses das corporações transnacionais ligadas à exploração madeireira, portanto, eles têm algo em comum que os unifica. Do mesmo modo, ao lutar contra a construção de barragens, como as de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, o Movimento Antibarrragens (MAB) no Brasil se articula com diversos movimentos sociais na Bolívia e Peru para o confronto contra o Estado brasileiro e as empreiteiras a ele associadas. No caso das hidrelétricas projetadas em Madre de Dios, os movimentos sociais daquela região vêm buscando o apoio do MAB e de movimentos sociais da Bolívia.

Enfim, procuramos apontar neste capítulo um conjunto de questões que podem contribuir para pensar os problemas relativos à dinâmica contemporânea de fronteiras, tendo por referência o processo em curso na tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia. Não há, portanto, pelo exposto, intenções de "concluir", mas de suscitar novas indagações sobre o problema.

Referências bibliográficas

ACRE, GOVERNO DO ESTADO. **Zoneamento ecológico-econômico do Acre**. Documento Síntese da Fase II. Rio Branco: SEMA, 2006.

AQUINO, T. T. V. de; IGLESIAS, M. P. X Encontro do Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá – Brasil-Peru. Rio Branco, **Jornal Página**, Coluna Papo de Índio, n. 20, p. 28-10, 2008.

9. De acordo com Ceceña et al. (2007: 55-56), a IIRSA expressaria: "Los intereses de las empresas transnacionais involucradas em convetir esse vasto território em mercancias y ganancias; los intereses militares que buscan abrir los pasos vigilarlo y controlarlo desde dentro e desde fuera; los intereses locales de quienes sacrifican todo por um pequeño "nicho" que lês reporte uma pequena – comparada com la de los inversionistas extranjeros – ganância; confluen todos em la ideia de "progreso", que supone la concepción de la naturaleza como objeto externo apropriable. (…) Esa lógica de la naturaleza como 'barrera' o como 'recurso' (...)" que Zibech (2006) encunetra 'em todos los aspectos del plan', efectivamente caracteriza las proyeciones presentes y futuras de la readecuación sudamericana a esta nueva fase, depredadora hasta al suicidio, de la modernidad capitalista".

BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2005.

CARDIA, L. M. **Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia ocidental:** Brasil, Peru e Bolívia. Barcelona: Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais, 2009.

CECEÑA, A. E. et al. **Territorialidad de la dominación:** integración de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA). Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolitica, 2007.

CORONIL, F. **Natureza do pós-colonialismo:** do eurocentrismo ao globocentrismo. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2005.

CRONKLETON, P. et al. **Reformas en la tenencia florestal en Bolívia**: la gestión comunal en las Tierras Bajas. La Paz: CIFOR-CEDLA, 2009.

DORFMAN, A. Regionalismo fronteiriço e o "Acordo para os Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios". In: OLIVEIRA, T. M. de. **Territórios sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

DOUROJEANNI, M. et al. **Amazonía peruana en 2021.** Explotación de recursos naturales e infraestructuras: Qué está pasando? Qué es lo que significan para el futuro? Lima: ProNaturaleza – Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza, 2009.

FOUCHER, M. **L'Invention des frontières**. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1986.

FOUCHER, M. **Fronts et frontières:** un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

GADELHA, C. A. A Política Nacional de Integração e Desenvolvimento das Fronteiras: o PDFF. In: OLIVEIRA, T. C. M. de. **Territórios sem limites**. Campo Grande: UFMTS, 2005.

HAESBAERT, R. **Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do Mercosul**. Porto Alegre: AGB, seção Porto Alegre, 1998.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades. In: LOPES, L. P. M. (Org.). **Identidades**: recortes multi e interdisciplinar. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.; MACHADO, L. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. M. de. **Territórios sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2002.

MACHADO, L. O. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil**. Brasília, DF: Parcerias Estratégicas (Brasília), 2005. v. 20, p. 709-728.

MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México, DF: Editorial Era, n. 12, abr.-jun. 1977.

MORAES, A. C. R. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MORAIS, M. de J. **"Acreanidade":** invenção e reinvenção da identidade acreana. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – UFF, Niterói.

PAULA, E. A. de. **Sociedade civil internacional e meio ambiente na Amazônia**: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. México: Observatório Latinoamericano de Geopolítica, 2008.

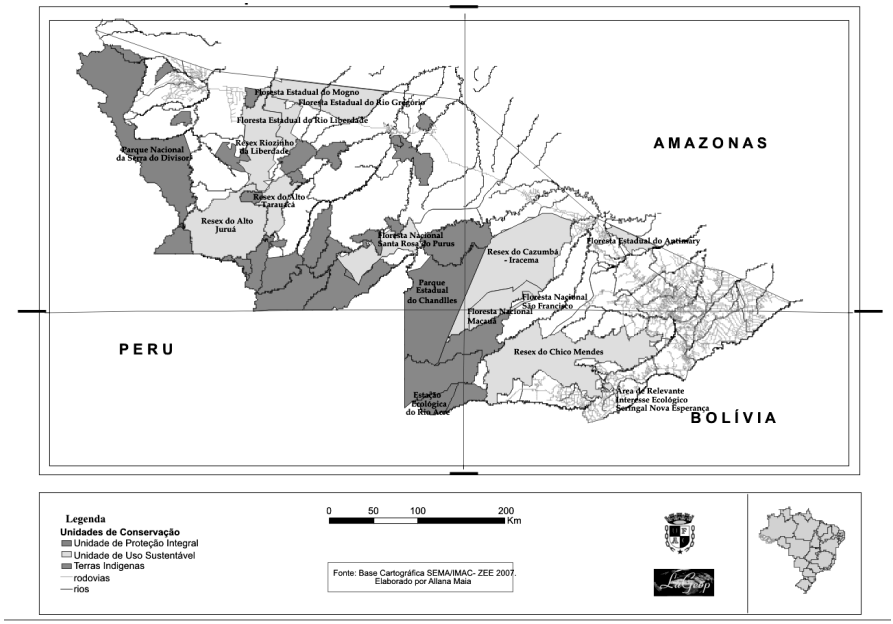
RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. (Dir.) **Résseaux territoriaux**. Caen: Paradgime, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, T. M. de. **Territórios sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

SACK, R. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Anexos



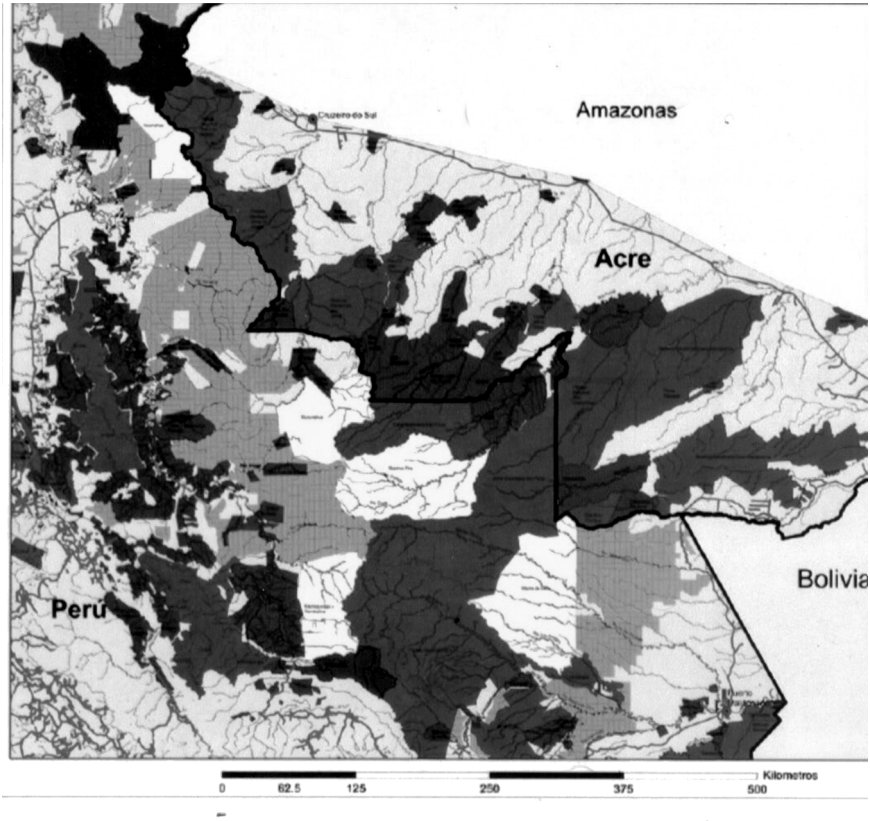
Mapa 1 Acre: áreas naturais potegidas. *Fonte*: Morais, 2008.

Quadro 1 Estado do Acre: unidades de conservação. *Fonte*: Acre, 2006.

Categoria	
I – Unidades de Conservação de Proteção Integral	**% do Estado**
Parque Nacional Serra do Divisor	4,77
Parque Estadual Chandless	4,23
Estação Ecológica Rio Acre	0,51
Subtotal	**9,51**
II – Unidades de Conservação de Uso Sustentável	
Reserva Extrativista Alto Juruá	3,28
Reserva Extrativista Chico Mendes	5,66
Reserva Extrativista Alto Tarauacá	0,92
Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema	4,47
Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade	1,95
Floresta Nacional do Macauã	1,08
Floresta Nacional Santa Rosa do Purus	1,40
Floresta Nacional São Francisco	0,12
Floresta Estadual Mogno	0,88
Floresta Estadual Rio Liberdade	0,47
Floresta Estadual Rio Gregório	1,32
Floresta Estadual do Antimary	0,88
Área de Proteção Ambiental Igarapé São Francisco	0,18
Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá	0,03
Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra[10]	0,01
Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança[11]	0,02
Subtotal	**22,67**
Total de Unidades de Conservação	**32,18**
III – Terras Indígenas	**14,55**
TOTAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS	**46,73**

10. A Aparis, sigla usada para a área, está localizada dentro da maior comunidade daimista do Estado, onde existem quatro centros religiosos: o Iluminação, o Rainha da Floresta, o Centro Eclético e a Associação dos Moradores do Irineu Serra.

11. Localizada no município de Xapuri, tem por objetivo proteger exemplares raros da biota regional, em especial as espécies Castanheira (*Bertoletia excelsa*) e Seringueira (*Hevea brasiliense*).



Legenda:

Bosques de Produción

Unidades de Conservação

Unidades de Conservação Prop.

Terras Indígenas

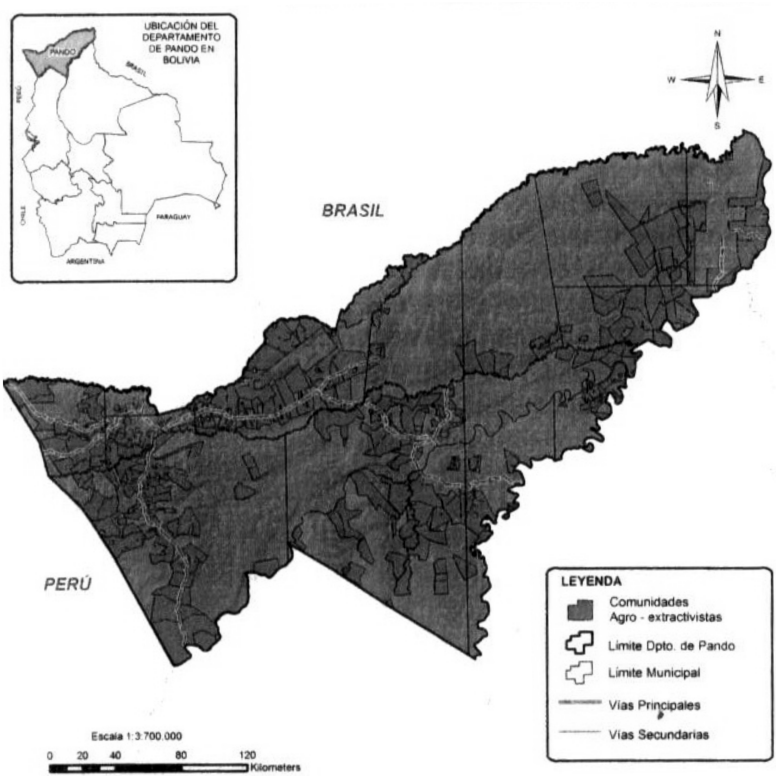
Reservas para Índios isolados

Fonte: www.socioambiental.org

Mapa 2 Áreas de conservação na faixa de fronteira da República do Peru.

Quadro 2 Mosaico de áreas protegidas na Faixa de Fronteira da República do Peru.

Categoria	Departamento	Denominação	Extensão (ha)	Finalidade
Reservas para índios Isolados	Madre de Dios	Reserva del Estado para Pueblos Indígenas Aislados de Madre de Dios	829.941	Índios Isolados
	Ucayali	Reserva Territorial Murunahua	481.560	Índios Isolados
Subtotal	**2**	**2**	**1.311.501**	
Áreas naturais protegidas	Ucayali e Madre de Dios	Reserva Comunal Alto Purus	202.033	Índios isolados
	Ucayali	Parque Nacional Alto Purus	2.510.694	Índios isolados
Subtotal	**2**	**2**	**2.712.727**	
TOTAL	**2**	**4**	**4.024.228**	



Mapa 3 Tierras comunales ortorgadas a comunidades agro-estractivas de Pando.

Quadro 3 Avance de la reforma agrária em Pando. *Fonte*: Cronkleton (2009: 51).

Grupo de interesados	Número	Superfície (ha.)
Comunidades agro-extractivas	**163**	**1.919.704**
Tituladas	139	1.807.320
En proceso de titulación	24	112.384
Propriedades privadas[12]	**978**	**288.824**
Menos de 50 ha	252	5.105
50-100 ha	320	18.487
100-500 ha	300	105.175
500-1.000 ha	46	33.003
1.000-2.500 ha	48	73.026
Más de 2.000 ha	12	54.028
Demandas de barraqueros[13]	**237**	**1.535.790**
Menos de 1.000 há	62	22.052
1.000-5.000 há	84	203.544
5.000-10.000 ha	46	346.209
10.000-15.000 ha	17	211.406
15.000-30.000 ha	20	396.451
Más de 30.000 ha	8	356.127
TCO tituladas	**2**	**432.899**
Yaminahua Machineri	1	25.315
TIM II	1	407.584
Concesiones forestales	**14**	**1.236.793**
Áreas protegidas	**2**	**821.054**
TOTAL asignado		**6.235.063**
SUPERFÍCIE TOTAL		**6.382.700**

12. Incluye parcelas tituladas a nombre de barraqueros como propriedades privadas.
13. Demandas de barraqueros bajo consideración como concesiones castañeras.

Capitulo IV

Globalização, Ideologia e Cultura:

aspectos da desterritorialização do Festival Folclórico de Parintins

Noval Benayon Mello

Introdução

As estruturas hegemônicas[1] desenvolvem estratégias de preservação de seu poder econômico, tecnológico, político e ideológico por meio de sua influência e ação em todo o mundo, em especial naqueles territórios[2] que estiveram até recentemente sob a esfera do socialismo e as regiões da periferia do capitalismo desenvolvido, as quais foram contempladas com programas de ajuda econômica para preservá-las do domínio da esfera do socialismo real então existente.

A criação e expansão de organizações internacionais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial, entre outros, fazem parte da estratégia de preservação das estruturas hegemônicas. A elaboração de normas de conduta econômica para um número crescente de atividades se realiza no seio dessas organizações. Outros palcos de elaboração de normas são as estruturas supranacionais, como a União Europeia, que agrega um crescente número de países europeus, o Mercosul, composto por países do Cone Sul, e a Cúpula de Miami, que pretende criar na esfera econômica a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com o objetivo de definir e consolidar normas de política econômica para todos os países do continente americano.

---

1. O conceito de "estruturas hegemônicas" inclui vínculos legais e de interesse, organizações internacionais, a elaboração de normas de conduta e se encontram no âmago dos Estados nacionais. Elas têm suas origens na expansão econômica e política da Europa, que se inicia em fins do período medieval, com a formação da Espanha (1492), França (1453) e Inglaterra (1558-1603). A revolução tecnológica, militar e industrial dos séculos XVIII e XIX consolidou a supremacia europeia no cenário internacional. O movimento dos ciclos de acumulação de capital, o desenvolvimento tecnológico e o poderio industrial-militar explicam boa parte do processo de formação dessas estruturas (GUIMARÃES, 2001: 28).
2. Entende-se, neste contexto, o termo "território" como uma área ou região controlada por instituições, sejam de caráter político, econômico, educacional, científico, cultural, etc.

A estratégia de cooptação para a preservação das estruturas hegemônicas resulta na necessidade de incluir novas regiões e reflete novas realidades de poder, decorrentes da dinâmica internacional. Exemplos recentes dessa estratégia encontram-se na proposta de incluir a Alemanha e o Japão no Conselho de Segurança das Nações Unidas; a expansão da União Europeia pela incorporação de pequenos e médios países europeus; a incorporação dos Estados da Europa Oriental à OTAN; a criação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA); e o acesso da China à OMC. Os eventuais contestadores dessas estruturas sofrem um processo de isolamento e de sanções, como é o caso de Cuba, Vietnã, Coreia do Norte, Iraque e de todos os países muçulmanos fundamentalistas não-cooptados. Por outro lado, os processos de fortalecimento dos Estados periféricos, fora das estruturas hegemônicas de poder, são vistos com desconfiança e antagonismo (GUIMARÃES, 2000: 34).

O processo de geração de conceitos e de concepções de mundo pelo qual se ocupam as estruturas hegemônicas se utiliza de distintos instrumentos visando fornecer ideologias[3] a serem absorvidas pelas populações do planeta, quer dos países centrais, quer dos países periféricos. Essas ideologias deverão ser percebidas como neutras, imparciais e de interesse geral, situando-se acima dos governos e dos Estados nacionais. As organizações internacionais exercem papel fundamental na disseminação das ideologias e de políticas que devem ser seguidas. Suas análises são assimiladas pelos meios de comunicação dos países periféricos e por suas elites cooptadas e apresentadas às populações como imparciais, benéficas e únicas (GUIMARÃES, 2000: 35-36).

O presente trabalho pretende compreender, sem buscar uma explicação única, como essas estruturas globais conectam-se sinergicamente com o plano local, tornando-se capazes de impor, de forma quase imperceptível, os interesses das nações hegemônicas sobre territórios. Essa relação manifesta-se através de empresas transnacionais, ao tempo em que suas políticas se ajustam às estruturas regionais de mercado. Em virtude dos limites deste texto, o enfoque maior é dado ao tema da difusão cultural[4], considerando a dinâmica econômica que se verifica entre o global e o local, bem como os possíveis resultados e seus impactos nos diversos segmentos sociais. Os exemplos dos bois-bumbás de Parintins, no Amazonas, e a evolução dos meios de comunicação na região servem como pano de fundo para maior compreensão de algumas das estratégias que as estruturas hegemônicas adotam na preservação de seus interesses.

---

3. Usa-se o termo "ideologia" no sentido de um conjunto de ideias de uma época, convergindo a ideia de "opinião comum" com a elaboração teórica dos pensadores dessa época (CHAUÍ, 1984).

4. Entende-se por "difusão cultural" o processo no qual as estruturas hegemônicas, através de intenso uso das mais recentes inovações em propaganda e *marketing*, incutem num país ou região um conjunto de valores capazes de modificar os costumes, as tradições locais.

A cultura no final do milênio

Os programas de bolsas de estudo, de difusão cultural, de pesquisadores visitantes, de visitas de formadores de opinião são instrumentos amplamente utilizados pelos países hegemônicos para a formação, na periferia, de elites e quadros de intelectuais, técnicos e políticos simpáticos e admiradores das estruturas hegemônicas. Partes desses indivíduos terminam por assimilar o estilo de vida, a visão de mundo, os ideais do neoliberalismo, a relação entre centro e periferia do capitalismo global e, o mais importante, as políticas adotadas pelos países centrais sobre as relações internacionais. Ao retornarem após a conclusão dos cursos aos seus países de origem, passam a ocupar posições de destaque nos governos e na iniciativa privada e tornam-se, então, elementos de grande importância na preservação dos interessas das estruturas hegemônicas de poder no plano local.

Dentro do programa de difusão cultural global, a Agência Central de Informações dos Estados Unidos (CIA) tem exercido papel fundamental como órgão estimulador da ideologia do neoliberalismo do final do século XX.

Criada em 1947, durante o governo de Harry Truman, a agência foi formada originalmente por membros do serviço secreto e intelectuais dos países aliados vencedores da II Guerra Mundial, na esteira da guerra fria que estava por vir. Visavam glorificar os valores éticos e morais estadunidenses pelo chamado mundo livre, em contraposição à ideologia socialista, divulgada pela antiga União Soviética (SAUNDERS, 2008).

Através de instituições, a maioria de fachada, que funcionavam como elementos de distribuição dos recursos financeiros oriundos de órgãos e instituições ligados às elites produtivas, religiosas, intelectuais e governamentais, encarregava-se de promover a difusão cultural, para evitar a proliferação de regimes socialistas de inspiração soviética, visto como a grande ameaça aos ideais do capitalismo e liberdade, por meio da publicação de livros, da promoção de concertos internacionais, da expansão da indústria cinematográfica *hollywoodiana* e da criação de órgãos e fundações que servissem de polos irradiadores de seus interesses.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, símbolo da falência do socialismo real, a CIA continua sua obra catequizadora, elaborando cenários que visam desenhar um futuro cada vez mais afinado com os interesses do capitalismo mundial da pós-modernidade (BARBEIRO, 2009).

O esforço dos países centrais de interpretar a periferia a partir de suas próprias ideias é recompensado com a divulgação e a absorção dessa interpretação ideológica pela própria periferia. Um importante traço cultural de parte significativa das elites nacionais dos países periféricos é que elas se veem como são vistas pelos países centrais e não a partir delas próprias, isto é, sua identidade cultural é a do elemento dominador com o qual se relacionam de forma servil. É essa elite que dá continuidade, como bem disse Florestan Fernandes, a um Brasil *gigante com*

os pés de barro. Nação com história, mas determinada lá fora. Como os antigos escravos e descendentes, seguiremos presos a uma liberdade ilusória que, por si só, é uma terrível escravidão (FRIGOTTO, 2001: 12).

Sociedades periféricas como a nossa são exemplos de sociedades que sempre importaram ideologias dos países centrais. A difusão ideológica das políticas dos países desenvolvidos é alimentada pelo uso dos meios de comunicação de massa. Controlados por gigantescos conglomerados econômicos, compõem importante instrumento na moldagem da opinião pública para que esta aja de acordo com os interesses das estruturas hegemônicas, na difusão dos seus modos de viver e de pensar, através de diversas representações da totalidade concreta, das quais o rádio, o cinema, a televisão, a música e a literatura constituem exemplos mais significativos. O caráter ideológico da globalização, comandando o estágio atual do capitalismo, relê a história de maneira própria, interpreta a realidade atual, inventa o futuro, influencia o padrão de comportamento social e constrói de forma estereotipada questões da existência individual da atualidade, como a política, a criminalidade, a violência urbana, etc.

De acordo com Jameson (2001: 5), "a padronização da cultura mundial – com as formas de cultura locais populares ou tradicionais sendo varridas ou emudecidas para dar espaço à televisão americana, à música e ao cinema americanos – tem sido considerada por vários autores como o verdadeiro cerne da globalização". Este processo á claramente o resultado da dominação econômica que impõe a indústria cultural norte-americana desbaratando as indústrias locais.

As questões culturais tendem a se subordinar às esferas econômica e social. A dimensão econômica da globalização controla as novas tecnologias, reforça interesses geopolíticos e absorve a dimensão cultural. O sucesso da comercialização, apoiada em intensa mídia com base não só na qualidade e utilidade do produto, como também em sua imagem, torna a produção de mercadorias um fenômeno cultural, em que a estética substitui a ética e se transforma em mais um fator de consumo.

Os efeitos da globalização provocados pelo imperialismo[5] também podem ser observados na desarticulação da literatura nacional, na crise da produção cinematográfica, na invasão da televisão nacional pelos enlatados estrangeiros e até no fechamento de bares e restaurantes locais, que perdem seus espaços para as gigantescas cadeias de *fast-food* internacionais.

5. O imperialismo, entendido como uma categoria de análise crítica do capitalismo, foi usado inicialmente na França dos anos 1830 para denominar a expansão da soberania política de algumas nações europeias e, posteriormente, americanas e japonesas, sobre povos e territórios estrangeiros. Para um estudo mais profundo do tema vide Benayon (2006).

A indústria do entretenimento

Neste contexto, o cinema *hollywoodiano* desempenha papel fundamental no sistema mundial. Seus filmes fazem parte do discurso da cultura popular. As empresas cinematográficas de *Hollywood* são parte atualmente de transnacionais vinculadas às indústrias eletrônica, imobiliária e até mesmo do setor de armamentos. Os filmes produzidos anualmente se expandem dentro de uma estratégia de produção de bens de consumo que incluem o vídeo, a televisão, a internet, quadrinhos, brinquedos, alimentos, etc. *Hollywood* é quem define, com sua inovação tecnológica e volume de capital, o que constitui um produto cinematográfico no mundo de hoje. Ela não só aumentou sua parcela no mercado mundial, como também aumentou de forma sensível o controle sobre a produção cinematográfica de outros países, que se tornaram mais filiais que espaços rivais das produções estadunidenses (FORSYTH, 2006).

A indústria do entretenimento gera um dos produtos de exportação mais lucrativos dos Estados Unidos, ao lado da indústria de armamentos e de *fast-food*, consumidos fartamente pela maior parte do planeta. A França e o Japão, com suas culturas seculares, compõem ainda os raros exemplos de resistência à hegemonia cultural estadunidense, e alguns grupos sociais específicos como o árabe e o indiano, cujos gostos e identidades milenares os tornam peculiares, podem teoricamente opor alguma resistência natural a essa forma de dominação. Mas, para a maioria das outras culturas do mundo, não é difícil a sua adaptação ao estilo ianque. Conforme Jameson (2001: 8):

> "Os EUA fizeram grande esforço desde o final da II Guerra para garantir o domínio dos seus filmes nos mercados estrangeiros – uma façanha em geral impulsionada politicamente, por meio de cláusulas inscritas em vários tratados e pacotes de ajuda (...). A insistência dos EUA em derrubar as políticas de 'protecionismo cultural' (nos outros países) é apenas parte de uma estratégia empresarial mais geral e crescentemente global, hoje incrustada na Organização Mundial do Comércio e em seus esforços para revogar leis locais por meio de estatutos internacionais que favorecem as empresas norte-americanas, seja na propriedade intelectual de *copyrights* e patentes – por exemplo, de materiais extraídos da biodiversidade das florestas tropicais ou de invenções locais –, seja no deliberado solapamento da auto-suficiência nacional em alimentos."

Na ausência de políticas públicas orientadas para o fortalecimento das tradições locais, a globalização poderá levar ao domínio da cultura norte-americana. Mais que uma ameaça, a erosão das culturas nacionais dos países da periferia nesse contexto de economia neoliberal já é uma realidade. De acordo com os princípios neoliberais e do culto ao mercado, a cultura passa a fazer parte de um sistema de bens e serviços que podem ser comprados e vendidos. Não é novidade que os Estados Unidos controlam os mercados mundiais de entretenimento, particularmente o cinema e a televisão, e que desta forma exercem influência cultural direta sobre

regiões subdesenvolvidas e mesmo sobre alguns países europeus desenvolvidos. As empresas norte-americanas controlam 50% da produção mundial de cinema, cerca de 80% da veiculação de programas de televisão, mais de 70% dos programas de vídeo, 50% dos satélites de comunicação e 70% da *internet*. Na América Latina, companhias estadunidenses cobrem entre 50% e 80% do tempo total de transmissão das estações e TV da região (MADRUGA, 2002: 62).

O processo de mercantilização da cultura, em busca permanente de redução de custos, entra em contradição com a diversidade prometida pela economia de mercado e ameaça a identidade local dos países receptores. Também se amplia o fosso que separa ricos e pobres em termos de informação e acesso à cultura. Note-se que um em cada três habitantes do planeta não tem acesso a uma rede de energia elétrica e, como ilustração, o continente africano, que detém 12% da população mundial, é a região mais pobre em infraestrutura cultural, dispondo de apenas uma linha telefônica para cada cem habitantes, com 80% das pessoas sem acesso à TV e baixa participação na *internet* (MADRUGA, 2002: 63).

A indústria cultural transforma a cultura em um produto economicamente rentável, capaz de ser negociado no mercado que, consequentemente, se transforma em economia, e essa vai determinar a agenda política das nações. O imperialismo da virada do século XX para o século XXI usa essas agendas para ditar políticas e o faz através dos projetos do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), OMC, Nafta (e mais recentemente o delineamento do projeto de implantação da ALCA), que são exemplos da confluência entre o cultural, o político e o econômico e favorecem a estrutura da globalização. No plano cultural, a globalização representa uma ameaça de extinção das culturas locais ou a metamorfose de suas crenças e tradições em espetáculo *hollywoodiano*.

A globalização da cultura regional

As transformações que vêm ocorrendo com a festa do boi-bumbá realizada anualmente em fins de junho no município de Parintins, estado do Amazonas, formam um bom quadro do que se pretende identificar como resultado da globalização da cultura. Originário do ultramar, de onde foi trazido pelo elemento colonizador, a tradição da *brincadeira de boi* vai se instalar em vários estados brasileiros, onde recebe diversas denominações – bumba-meu-boi no Maranhão, boi-mamão em Santa Catarina, boi-bumbá no Amazonas, além de outras representações em alguns estados do Norte e Nordeste.

Sua origem no Amazonas está relacionada com o *boom* da borracha na Amazônia, datada do final do século XIX, que trouxe para a região um grande contingente de migrantes nordestinos, maranhenses inclusive, para trabalhar nos seringais coletando o látex da *Hevea brasiliensis*, atraídos pela "ilusão do fausto" (DIAS, 1999), o ganho fácil pela extração do *ouro verde*. Foram eles que trouxeram a festa do boi para a região. Por aqui chegando foi rebatizado de boi-bumbá. O espetáculo origi-

nal era uma representação na forma de auto no qual um boi construído numa estrutura de madeira e forrado com tecido era a figura principal. Cada boi agregava um grande número de brincantes, como eram chamados os que dançavam, tocavam e cantavam ao seu redor.

O boi de pano desfilava pelas ruas das cidades do interior e da capital carregado por um brincante – o *miolo* ou *tripa* – e seguido por uma legião de outros brincantes e simpatizantes que iam atrás do boi, acompanhando o canto do amo, dos vaqueiros e de índios que representavam o elemento folclórico local, ao ritmo da batucada de tambores rústicos, chocalhos, *palminhas* (um tipo de matraca) e outros instrumentos construídos artesanalmente. O cortejo era iluminado pelas *porongas*, lamparinas fixadas no capacete de alguns brincantes que clareavam a escuridão das ruas e das casas sem energia elétrica. O grupo oferecia seu espetáculo aos moradores dos bairros, onde era possível se observar um "pensamento elementar de morte e ressurreição da natureza" (BRAGA, 2002: 326). A encenação se dava nos quintais e nos jardins sem muro das residências de então, recebendo através do amo determinada quantia em dinheiro pela venda da *língua do boi*, que era gasto na festa do dia 17 de julho, ocasião da *morte do boi*, com a compra de comida, bebida e contratação de um grupo musical para animar o evento que normalmente tinha a duração de dois dias (*Op. cit.*: 344-345). Era comum também serem distribuídas doses generosas de cachaça para alegrar os corações dos participantes por ocasião de suas apresentações.

No interior do Amazonas, particularmente no município de Parintins, situado a 300 quilômetros de distância em linha reta, o fenômeno vai adquirindo, por volta do último quarto do século passado, uma conotação mais ampla. Os atuais representantes dos bois-bumbás da sede desse município do Baixo Amazonas, Garantido e Caprichoso, afirmam que ambos surgiram nas primeiras décadas dos anos 1900, assunto controverso, pois não há registro que comprove o surgimento desses bumbas e de outros no início daquele século (*Op. cit.*: 342).

Segundo a tradição, o boi Garantido, cujas cores predominantes são o vermelho e o branco, foi criado por Lindolfo Monteverde, pescador e agricultor, estabelecido no atual bairro de São Benedito, parte da chamada Baixa do São José, território do bumbá desde então (*Op. cit.*: 343).

O boi-bumbá Caprichoso, rival histórico do Garantido, segundo um antigo brincante, em depoimento registrado em 1993, chegou a Parintins em 1913, trazido de Manaus por seu "dono", um maranhense que morou por um tempo naquela cidade. O responsável pela continuação do trabalho do maranhense foi Feliz Cid. Sua sede atual situa-se no centro da cidade e sua importância como o boi "contrário" passa a ocorrer nos anos 1930.

Naquela época, não ultrapassava sessenta o número de pessoas que brincavam de boi. Mas a rivalidade entre eles era grande, com encontros que ocorriam

no dia 29 de junho no centro da cidade, marcados por toadas de desafio que culminavam em brigas de rua. O pau comia solto, e os dois bois brigando, *boi com boi*, deveriam ter suas armações suficientemente fortes para aguentar o embate com o boi "contrário", além de "correr taco de madeira para todo lado" (*Op. cit.*: 346).

O ano de 1966 marca a data do inicio do Festival de Parintins, considerado o primeiro Festival Folclórico oficial e responsável pela revitalização do boi-bumbá na cidade. O local original escolhido foi a quadra da Catedral e ali foram realizados festivais por mais oito anos. Em 1981, o espetáculo na forma de teatro de arena é transferido para o Estádio Tupy Catanhede, o Tupyzão, que abrigava cerca de 15 mil pessoas, e os bumbás apresentaram em torno de mil brincantes. O espetáculo foi transmitido pelas emissoras de TV amazonenses, marcando o lançamento do festival para fora do município (*Op. cit.*: 364).

O bumbódromo, atual *templo do folclore caboclo*, foi aberto durante o festival de 1988. Com sua inauguração, o festival afirma sua configuração de espetáculo de massa, numa arena capaz de comportar mais de quatro mil figurantes em cada boi e área com capacidade para 35 mil espectadores, que também participam do espetáculo como um dos itens de julgamento do festival (*Op. cit.*: 368).

Nos anos 1990, os dois principais "bois" de Parintins experimentam mais mudanças. A brincadeira de boi aproxima-se do modelo das escolas de samba do carnaval do Rio de Janeiro, absorvendo delas a larga experiência na organização das grandes apresentações, na ocupação do espaço cênico, no uso de alegorias e na presença de fantasias de luxo, adaptadas aos bumbás (*Op. cit.*: 368).

O pós-modernismo cultural transformou uma brincadeira de bairro em um megaespetáculo, que se amplia com a transmissão direta, via satélite, para outras partes do país e do mundo, a cada dia de suas três apresentações, que originalmente ocorria nos dias 28, 29 e 30 de junho e atualmente, por interesse de *marketing*¸ sempre acontece no último final de semana do mês de junho. É Parintins para todo mundo ver.

O Festival Folclórico de Parintins tem hoje como principal patrocinador a *The Coca Cola Company*, que investe financeiramente em ambos os grupos, em troca da exclusividade na distribuição de seus produtos. O *marketing* utilizado é tão pesado que, para não contrariar os aficionados torcedores do Caprichoso, cuja cor predominante é o azul, as placas de propaganda da multinacional, afixadas no reduto do bumbá, não carregam a sua cor tradicional, o vermelho – a cor do "contrário" –, mas o azul. No território do boi Caprichoso, a Coca-Cola veste azul.

O megaevento é um verdadeiro *show* de efeitos especiais, alguns eletrônicos digitais, como o raio laser controlado pelo computador e outros efeitos mecânicos ainda criados de forma artesanal nos barracões das agremiações. A sofisticação e a perícia utilizadas nesses efeitos transformam os caboclos da Velha Tupinambarana amazonense em hábeis artesãos, cuja técnica e arte ultrapassam os limites do muni-

cípio e vão enriquecer as alegorias que desfilam nas escolas de samba em Manaus e no Sudeste do país. Os milhões de reais investidos retornam na forma dos patrocínios obtidos, nos ingressos vendidos para uma classe média alta e nos oferecidos gratuitamente para alguns atores e atrizes globais que lotam o camarote das personalidades em troca de publicidade, bem como da venda dos produtos regionais.

Isso, contudo, implica a perda da originalidade. Personagens hilariantes, que no passado faziam as delícias da garotada e também dos adultos, como o Pai Francisco e a Catirina – um "casal" de brincantes homens encarregados de vender a língua do boi à dona da casa, desfiando textos muito engraçados –, perderam o seu brilho, ofuscados pelos rituais pirotécnicos dos pajés, com seus enredos que variam a cada ano, ao contrário de antigamente, quando a mesma estória era interpretada ao longo do tempo.

A música e o ritmo também se modificam. À batucada e ao canto originais são incorporados de forma gradativa instrumentos de corda de origem latina como o *charango* andino e o *quatro* venezuelano, somados ao violão acústico, teclados eletrônicos e nova percussão que inclui o tarol, o surdão, o surdo de repique e o chocalho, entre outros. O tradicional ritmo binário e dolente da toada é acelerado e sua cadência aproxima-se do samba tocado no desfiles das escolas, tudo isso para que cada vez mais pessoas se sintam atraídas a bailá-lo. O repertório musical se renova a cada ano, seguindo a evolução dos temas-enredos dos dois bumbás, sem, contudo, deixar de incluir toadas que foram sucesso em anos anteriores. Algumas de suas letras são carregadas de malícia, descoladas dos temas folclóricos e tocadas o ano inteiro e não apenas no tradicional período junino, época do Festival. O boi-bumbá da pós-modernidade[6] se afasta de suas origens para se tornar um espetáculo mundial, com um nível de qualidade técnica e riqueza de detalhes que lembra os melhores espetáculos do mundo, como o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro.

Os efeitos remotos da dominação cultural já se mostravam com o advento do rádio. As transmissões radiofônicas comerciais diárias começam nos EUA em 1910, quatro anos depois de Reginald Aubrey Fassender criar um processo de transmissão de sons em amplitude modulada. A estreia do rádio no Brasil, que acontece em 1922 com a entrada no ar da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, da família Roquette Pinto, se revela como um instrumento de conquista social muito mais importante que a imprensa escrita. Sua audiência exige menor nível de qualificação educacional e tem seu alcance mais imediato e mais amplo. A radiodifusão criou ouvintes potencialmente permanentes, como bem ilustra o filme *A era do rádio*,

6. De forma sucinta, o pós-modernismo pode ser entendido como uma condição histórico-geográfica de um sistema calcado na emergência de modos mais flexíveis de produção e acumulação de capital e de uma nova forma de compreensão do espaço-tempo na organização do capitalismo do final dos anos 1900. Para um entendimento mais acurado ver Harvey (1992).

dirigido por Woody Allen. O rádio tem a característica de dissociar a audição da visão, o que facilita seu alcance. Atividades como ler, comer, viajar, descansar e trabalhar podem ser executadas ouvindo-se o rádio.

A forma pela qual o rádio se difunde e cumpre seu papel de meio de informação e comunicação se dá de maneira diferenciada. O ouvinte típico do rádio pré-advento da televisão mostrado no filme de Allen, um individuo da classe média norte-americana com acesso à educação e informação, é muito diferente dos ouvintes de outros países ou regiões. O modo de vida diverso, a cultura, a informação e a educação fazem com que um meio de comunicação seja assimilado, utilizado e controlado pelos donos do poder de forma particular.

A crônica da era do rádio amazonense, tirada do relato do escritor e jornalista Simão Pessoa (2002: 5), mostra um exemplo interessante. O cenário é um grande seringal nativo incrustado nas selvas de Humaitá, ao sul do Amazonas. Durante a II Guerra Mundial, os seringais da região foram incentivados a aumentar sua produção de borracha para ajudar no esforço de guerra dos exércitos aliados, contratando mão de obra nordestina para compor o que foi denominado de *exército da borracha*. Com o controle dos seringais asiáticos pelas forças imperiais japonesas, os exércitos aliados que lutavam contra os países do Eixo enfrentavam problemas de suprimento dessa matéria-prima, fundamental para manter em movimento toda a máquina de guerra, com seus tanques, aviões, navios e tudo aquilo que necessitasse de derivados do látex da seringueira.

Um coronel de barranco proprietário do seringal e, segundo consta, primo do governador da época desconfiava que a falta de empenho de seus seringueiros era a causa principal da baixa produção de seu domínio.

Decidido a resolver o problema, convida todos os seringueiros ligados ao seu barracão para uma reunião no casarão numa manhã de domingo. Como autoridade típica, recebe seu pessoal na varanda, sentado numa cadeira de balanço. Demonstrando irritação, lamentou a pouca produção e avisou que iria receber em breve, vindo de Manaus, um equipamento remetido por seu primo governador e que este aparelho revolucionaria a produção de borracha no seringal. E logo despachou a caboclada rumo aos seus tapiris no meio do mato, não sem antes marcar uma nova reunião com todos, para o domingo seguinte.

Na data marcada, lá estavam todos. Nenhuma falta. Do alto da varanda do casarão, o coronel apontou em cima de uma mesa o tão esperado aparato – um super-rádio *Transglobe 9 Band AM/FM*, da *Philco*. O caro aparelho receptor, fabricado pela multinacional holandesa, funcionava a bateria e era capaz de sintonizar estações de radiofrequência espalhadas pelo mundo. Falando para uma plateia mais desconfiada que curiosa, avisa que aquilo era capaz de lhe informar o que estava acontecendo em qualquer lugar do mundo. Ato contínuo ligou o rádio e logo sintonizou uma emissora da capital, que retransmitia uma partida de futebol entre

dois times locais, no antigo estádio do Parque Amazonense. Mudou de estação e ouviu, em uma emissora carioca, um discurso do presidente, feito no Palácio do Catete. Mais um giro no *dial* e entrou no ar uma emissora falando uma língua estranha que nem ele nem ninguém entendia, mas que serviu para aumentar o temor de seus empregados, que pensavam se tratar de seres do outro mundo.

Para os assombrados seringueiros postados à frente do casarão, gente rude e praticamente sem instrução, aquilo soou como feitiçaria, algo sobrenatural. Condenados a viverem confinados no meio da floresta, tendo os rios e os braços de igarapés como único meio de ligação entre as estradas de seringueiras e o mundo urbano, isolados de qualquer contato direto com a cidade e sem nenhuma informação, nunca tinham visto nada parecido em suas vidas. Aproveitando-se da situação, o seringalista acrescenta que aquele aparelho também era capaz de informar tudo o que se passava no seu seringal – quem faltava ao trabalho, trabalhava pouco ou adulterava o peso das pelas misturando outras matérias ao perfumado látex defumado. E que, a partir daquele momento, qualquer peão que fosse denunciado seria expulso do seringal. O coronel antecipava, de forma fictícia, o *big brother* da atualidade.

Beneficiando-se do temor provocado pela ignorância nos caboclos, que nunca tinham tido acesso à educação e à informação, o seringalista conseguiu, durante um par de anos, aumento notável na produção. A rápida popularização do rádio que se seguiu, mesmo no interior, tirou das mãos dele o poder virtual de controlar seu pessoal. Além disso, o fim do conflito mundial desaqueceu a demanda pela borracha nativa, que volta a ser substituída pela cultivada no oriente, e termina por sepultar essa atividade extrativa. Mas a crença daqueles sofridos *soldados da borracha*, de que dentro daquela caixinha havia um "grande irmão" que tudo via e a tudo ouvia, antecipava uma demonstração de manipulação do imaginário coletivo que o controle da mídia por uma elite iria exercer, de forma cada vez mais violenta sobre uma sociedade, nos anos que estavam por vir.

As inovações tecnológicas pesadas nas áreas da informação e comunicação, que têm seu ritmo acelerado a partir dos anos 1950, terminam por contribuir para a popularização do meio mais revolucionário para a difusão de ideias: a televisão. Reunindo a característica – o áudio do rádio – à imagem e ao texto da imprensa, a televisão sintetiza os três tipos de linguagem com o poder de monopolizar a atenção de um grande número de pessoas. Com ela dá-se um salto qualitativo no poder de comunicação de massa. Ao contrario do rádio, a televisão consegue de seu público uma dupla atenção – auditiva e visual.

A televisão tem sua origem na Alemanha, em 1935, mas a primeira emissora comercial foi a norte-americana NBC, em 1941. Transmitindo inicialmente imagens em preto e branco, a cor chega através da NBC e da CBS, ambas americanas, já em 1953. No Brasil, país de desenvolvimento tardio, a TV Tupi foi a pioneira, inaugurada em 1950. A telinha em cores só chegaria por aqui em 1972. Sua disse-

minação no país termina por afetar a indústria cinematográfica nacional, antiga campeã como difusora da cultura de massa.

A nova geração de aparelhos de TV interativas, conectadas à rede mundial de comunicação digital, constitui o meio mais importante de comunicação dos tempos atuais. Cria fatos como se fossem verdade e que passam a ser verdadeiros porque foram criados por ela. Através da imagem e textos bombardeados diariamente sobre o *videocidadão* (VASCONCELLOS, 2002: 38), cria "verdades" que fariam Goebells, em seu túmulo, retorcer-se de alegria. Apropriada predominantemente pelo grande capital, a TV ajuda a fazer o Estado e sua programação pode ganhar eleições.

Mas o aspecto mais alienante da TV nacional encontra-se na sua programação normal. Através da exibição de filmes e desenhos, em sua maioria de origem estrangeira, que reproduzem de forma estereotipada suas culturas e seus modos de vida, e de programas ao vivo que obedecem também a formatos comprados no exterior e favorecidos por intensa propaganda de produtos, a TV termina por moldar o *videoidiota*, prendendo sua atenção por longas horas com as informações que quiser, preferencialmente aquelas que não o façam pensar em nada a não ser em consumir os produtos oferecido nos intervalos comerciais, ou inseridos de forma subliminar em sua programação ordinária. A onda de programas que invadem a privacidade dos indivíduos no formato dos *reality shows* e mostram, em tempo real e em todos os ângulos, a convivência íntima diária de um grupo de pessoas que sonham com a primeira colocação, cujo prêmio é uma polpuda quantia em dinheiro e, talvez, a oportunidade de tornarem-se estrelas do *show business*, transformou em realidade a crença do seringueiro amazonense da era do rádio. Desta forma, o controle privado dos meios de comunicação pelo grande empresário nacional e transnacional tornou-se estratégico para o processo de alienação e desinformação da sociedade. Ideologizada pelos valores do capitalismo e liberdade, a programação da televisão prende a atenção dos indivíduos para que não pensem que o programado são eles mesmos. Ao ligar um aparelho, estão ligando a si próprios.

Conclusões

As relações internacionais de produção incluem hoje a indústria do entretenimento como um dos setores mais dinâmicos da economia. Para ela convergem as tecnologias de informação e comunicação, as artes e os ofícios. A estrutura da oferta dessa indústria é formada por uma pequena quantidade de empresas gigantescas que controlam de forma oligopolista o mercado em nível mundial, muitas vezes associadas ao empresariado local, estabelecendo valores dos países desenvolvidos sobre os países da periferia.

Tal relação representa uma sutil forma de hegemonia, que se materializa pela assimilação de valores éticos e morais externos por parte das populações locais, como se delas fossem. Com isso, vai-se degenerando ou se transformando a cultura lo-

cal, sempre para atender aos anseios de um modo de produção e consumo de massa da economia mundial e, através da difusão cultural, implantar padrões de consumo e de comportamento que afetam a cultura e o conhecimento tradicional e, ainda, exercer o controle, pela vigilância eletrônica, de toda a sociedade. O Festival Folclórico de Parintins constitui, no escopo deste trabalho, um exemplo palpável de como uma estrutura econômica hegemônica, na busca incessante de lucros crescentes, busca adaptar-se à cultural local, ao mesmo tempo em que provoca uma reconfiguração na organização do evento interiorano, transformando-o em um espetáculo mundializado.

Esse processo de mutação, que representa uma das múltiplas dimensões da globalização, recebe apoio significativo da indústria cultural mundial e expressa, no limite da alegoria, a encarnação do "grande irmão", personagem do célebre livro *1984*, escrito originalmente em 1932 por George Orwell (1969), e a divisão social exposta no *Admirável mundo novo*, romance de ficção de Aldous Huxley (1980), datado de 1932.

Referências bibliográficas

BARBEIRO, E. (Introd.). **O novo relatório da CIA**: como será o amanhã/The National Intelligence Council´s. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

BENAYON, N. **Subordinação reiterada**: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/FAPEAM, 2006.

BRAGA, S. I. G. **Os bois-bumbás de Parintins**. Rio de Janeiro: Funarte/Editora Universidade do Amazonas, 2002.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. (Primeiros Passos, 13).

DIAS, E. M. **A ilusão do fausto:** Manaus 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

FORSYTH, S. Hollywood reloaded: o filme como mercadoria imperial. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Orgs.). **O Império Reloaded.** Socialist Register 2005, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

FRIGOTTO, G. Os "homens de negócios" e a política governamental do MEC. **Folha Dirigida/Caderno Educação**, Rio de Janeiro, 20 a 26 de maio de 2001, p. 12.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HUXLEY, A. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

JAMESON, F. Globalização e estratégia política. **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 61, p. 3-19, nov. 2001.

MADRUGA, R. P. Globalización, crecimiento y pobreza: construyendo una economia mundial incluyente. **Revista Bimestre Cubana,** La Habana: Sociedad Económica de Amigos del País, n. 17, p. 51-66, jul.-dic. 2002.

ORWELL, G. **Nineteen eighty-four.** Suffolk, England: Penguin Books, 1969.

PESSOA, S. Big Brother Humaitá. **A Crítica/Caderno Opinião,** Manaus, 17 fev. 2002, p. 5.

SAUNDERS, F. S. **Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VASCONCELLOS, G. F. O caso do milênio. **Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, n. 59, p. 38, fev. 2002.

Capítulo V

FLONAS e "Concessões" na Faixa de Fronteira Amazônica[1]

Josué Santos

Neste capítulo pretende-se tecer algumas considerações acerca das "concessões" nas Florestas Nacionais (FLONAS) localizadas na Faixa de Fronteira brasileira. Inicialmente, partindo da revisão teórica sobre a formação social da Amazônia, analisam-se as diversas estratégias de desenvolvimento e a Política Ambiental para a região. Para situarmos o debate acerca das FLONAS, traçamos um panorama das Unidades de Conservação nessa região e tratamos da aprovação da Lei 11.284, de 2 de março de 2006, conhecida como "Lei de Florestas Públicas". Na sequência, passaremos para alguns apontamentos acerca da Faixa de Fronteira, que irá subsidiar a discussão posterior sobre as FLONAS do Macauã e São Francisco (Sena Madureira, AC), que conforme o Plano de Outorga Florestal de 2009/2010 encontram-se integralmente localizadas na Faixa de Fronteira e serão objetos de concessão florestal.

Inserido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPG-MDR) da Universidade Federal do Acre (UFAC), este estudo traz, ainda, discussões iniciais referentes à exploração de recursos naturais estratégicos na Faixa de Fronteira. É nesse sentido que chamamos a atenção para as "concessões", tanto em nível político quanto no legal e de gestão, que têm sido feitas pelo Estado nesse processo. Busca-se a todo custo a adequabilidade dessas áreas indicadas para concessão florestal e, da mesma forma, a "compatibilização" das atividades de manejo florestal com atividades de mineração, sob o argumento de "potencializar as ações de mitigação de impactos ambientais". Evidentemente, não pretendemos esgotar esse debate, mas tecer considerações para repensarmos a abordagem do desenvolvimento e da política ambiental vigente na Amazônia, incluindo principalmente a discussão da Faixa de Fronteira.

Política ambiental na Amazônia

Desde o período colonial, a Amazônia é palco de intensa disputa territorial entre diversos sujeitos e nações. Leal (1991) divide a história da região em quatro

1. Este texto é uma versão modificada de um artigo publicado originalmente na *Revista Polidisciplinar da Faculdade de Guairacá,* v. 2, p. 108-121, dez. 2009. (Caderno de Ciências Humanas).

grandes períodos, com suas respectivas subdivisões, a saber: 1) o período exploratório, que incorpora um intervalo de tempo em que a região ainda permaneceu – aparentemente – infensa a essa intenção. Esse período compreende o século XVI, e a partir dele já se tem uma clara amostra do que adviria nos séculos seguintes; 2) o chamado período colonial português, que segundo o autor pode ser compreendido entre o ano de fundação de Belém (1616) e o inicio do Império (1822); 3) o período de vinculação às economias hegemônicas, em que há subordinação econômica de fato do Brasil, principalmente à Inglaterra, por força da existência de uma independência política formal, mas uma dependência econômica contundente; 4) por último, a fase da atualidade, em que essa vinculação é reorientada em função da redefinição da Divisão Internacional do Trabalho após a Segunda Grande Guerra e que se materializará, segundo o autor, a partir do golpe militar de 1964, consolidando-se com a vigência da ditadura.

Tanto no processo de formação histórica quanto econômica da Amazônia, a Ciência sempre esteve presente, geralmente acompanhada por dois modos distintos e complementares de agir: de um lado, o maravilhamento, o desejo, a busca do desconhecido; de outro, a ação colonizadora (ARBEX, 2005: 28; SANTOS, 2007). Arbex Junior afirma que no mundo contemporâneo essa dupla atitude está na base de grande parte dos comportamentos extremos, bem exemplificados, de um lado, pelo radicalismo de determinadas entidades ambientalistas de defesa da Amazônia, que lutam pela preservação intocada de um "santuário natural", ignorando os povos que nela habitam, e, de outro, pela fúria e voracidade das madeireiras e exploradores das riquezas, que pouco se importam com os impactos ecológicos e culturais resultantes de suas atividades predatórias.

No processo de expansão da fronteira para Amazônia brasileira iniciado com a ditadura militar a partir de meados da década de 1960, podemos apontar duas estratégias distintas do capitalismo no campo: 1) a expansão da Fronteira Agropecuária, em que o capital busca expandir-se sem considerar os aspectos ecológicos; 2) a "fase ecológica", que culminará nas chamadas "Estratégias de Desenvolvimento Sustentável" (PAULA, 2005).

Da mesma forma, no decurso desse processo (meados dos anos 1970 e final da década de 1980) era possível identificar duas posições distintas: exploração econômica *versus* preservação. A partir dos anos de 1990 isso fica notadamente difícil. Para os novos governantes e agentes da "sociedade civil", seria possível compatibilizar interesses econômicos com preservação ambiental, desde que se empreendesse a exploração racional da floresta, utilizando os aportes da ciência como garantia para o uso sustentável dos recursos naturais.

Segundo Paula e Silva (2006), seguindo o estilo clássico de desenvolvimento do tipo extensivo, a floresta amazônica representava um obstáculo a ser vencido no curso da modernização capitalista no pós-1964. Esse processo traria irremediavelmente efeitos imediatos, como a derrubada da floresta e a expropriação das

populações camponesas e indígenas que nela habitavam, consequência inexorável da "modernização". Desde o princípio o Estado, sob o discurso de resguardar as fronteiras nacionais, procurou impor um projeto de modernização da Amazônia que preteria, a bem de grandes grupos empresariais, uma parcela significativa das populações, excluindo-os dos benefícios sociais do "progresso".[2]

A Amazônia, portanto, passou a ser objeto de uma política ambiental agressiva de desenvolvimento e integração regional concebida nos anos 50 e 60 sob a influência direta da Escola Superior de Guerra (SILVA, 1967, *apud* ALBERT, 1991), que tinha em sua fase inicial o objetivo de promover o "povoamento" da região, incentivando, por meio dos diversos planos, programas, créditos e construção de infraestrutura, a vinda das empresas, criando, assim, condições para colonização pública.

Essa visão, que definimos aqui como estadocêntrica, teve seu apogeu durante o regime da ditadura militar no Brasil (1964-1984). Àquela época, valorizando o Estado como indutor do desenvolvimento e ancorados nos fundamentos da doutrina de "segurança nacional", os governos militares colocaram em marcha um conjunto de políticas voltadas para a "integração da Amazônia" ao novo processo de acumulação capitalista em curso no país. Cabia ao Estado desenvolver e "proteger" a região – mesmo que isso significasse prejuízo ambiental, expulsão ou extermínio de frações nada desprezíveis das populações indígenas e campesinas (SOUZA & PAULA, 2008: 2).

Esse modelo de política ambiental suscitou inúmeras reações nacionais e internacionais. Na década de 1980, esses processos contraproducentes se expressaram tanto nas vozes dos movimentos sociais, destacando-se o caso do Acre com os chamados "empates" liderados, principalmente, pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Xapuri, quanto em "denúncias" levadas a cabo por ONGs internacionais ligadas à questão ambiental.

Como resposta às reivindicações desses movimentos sociais, principalmente de seringueiros e outros trabalhadores extrativistas, foram instituídas as Reservas Extrativistas[3]. Segundo Paula e Silva (2006: 119), os pressupostos que orientaram a criação das RESEX podem ser definidos da seguinte forma:

---

2. O uso de tal conceito está referenciado nas formulações de Trotsky (1978) *apud* Paula (2005): segundo o referido autor, o desenvolvimento extensivo se caracteriza pela utilização e a posse da natureza de forma extensiva, demandando sempre a incorporação de novas áreas ao processo de produção agrícola. Esse tipo de desenvolvimento se processa de "fora" para "dentro", articulando diferentes subsistemas nacionais a um único sistema integrado economicamente pelo mercado e politicamente pelo Estado. Quando predomina o caráter extensivo do desenvolvimento, tende a ocorrer dominância da esfera política sobre a econômica.
3. As Reservas Extrativistas foram instituídas pelo Decreto-lei Presidencial 98.987/90 e são objeto de diversas legislações e estudos posteriores. Para outas informações ver Borges et al. (2007).

> "Em linhas gerais, propunha-se, como alternativa para o desenvolvimento regional, uma inversão na lógica de apropriação dos recursos naturais: a natureza deixaria de estar subordinada aos interesses imediatos de capitais privados e passaria a ser incorporada como bem público, cuja utilização deveria levar em conta as demandas sociais da população da região. Desse modo, o Estado passa a constituir-se em referência central para atuar na reversão do modelo em curso, conforme demonstra o esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista."

Apesar de representarem enorme conquista dos trabalhadores rurais do Acre e da Amazônia em geral, as propostas das RESEX passaram do "romantismo" inicial, em que as demandas sociais da população da região seriam levadas em conta, para uma lógica de "mercantilização" dos recursos naturais, passando a incorporar elementos negados anteriormente, quando foram formulados os paradigmas da chamada "Reforma Agrária" dos seringueiros.

Por outro, lado a partir da década de 1990 ocorre uma inversão. As estratégias de desenvolvimento que tinham no Estado seu principal indutor, passam a ter no mercado e nos diversos agentes da sociedade civil suas referências. Nas palavras de Souza e Paula (2008: 4), a partir daí são estabelecidas:

> "(...) estratégias voltadas para o mercado (mercadocêntricas) e que têm na descentralização e no fortalecimento da participação da 'sociedade civil' sua principal tônica. Com o novo período que se abre, consolidar-se-á também uma espécie de 'tirania do desenvolvimento sustentável', posto que considerado como a 'única forma de salvar a Amazônia'."

Nessa perspectiva, as principais reivindicações e demandas relacionadas à questão ambiental serão encabeçadas pelos diversos setores da sociedade civil nesse período. Um dos pontos em que essa pressão junto ao Estado brasileiro, exercida pelos setores ligados à questão ambiental, pôde ser claramente percebida foi no aumento significativo da criação de Unidades de Conservação (federal, estadual e municipal) de usos diversos, principalmente no território da Amazônia Legal. Abordaremos, a partir daqui, as estratégias de gestão ambiental implementadas atualmente nesse território.

Unidades de Conservação e Gestão dos Recursos Florestais na Amazônia

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000) define que "Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".

Por ocuparem boa parcela do território amazônico, cerca de 23%, as Unidades de Conservação são objeto atualmente dos mais diversos estudos. Segundo o Instituto Socioambiental, cerca de 7,76% da Amazônia brasileira está protegida dentro de UCs de Proteção Integral – principalmente em Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas – e outros 14,37% da floresta se encontram dentro de UCs de Uso Sustentável, como Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais, entre outras categorias.

Observa-se na distribuição das UCs federais um equilíbrio entre as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável, enquanto as UCs estaduais são predominantemente do grupo de Uso Sustentável, tendo inclusive grande participação de APAs.

A categoria de Florestas Nacionais é definida pelo SNUC como uma "área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas que tem por objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas". Nesses casos, passam a ser espaços para aplicação de formas de explorações sustentáveis de florestas nativas, como campo de experimento, tanto por instituições de pesquisa (universidades, IBAMA, etc.), como por outros que obtiverem permissão junto aos órgãos responsáveis e ao Plano de Manejo e Uso do espaço dessa Unidade de Conservação (SILVA, 2003).

Nessa perspectiva, outro fator importante na gestão dos recursos florestais no Brasil foi a aprovação da Lei 11.284, de 2 de março de 2006. Conhecida como "Lei de Florestas Públicas", essa lei trata da gestão de florestas públicas e instituiu o Sistema Florestal Brasileiro (SFB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), alterando o conjunto de Leis que dispunham sobre a Gestão de Florestas. Traz em seu bojo o mecanismo de concessão florestal, por meio do qual é possível a exploração pela iniciativa privada de uma quantidade de recurso florestal em áreas públicas. Nas palavras de Paula e Silva (2008),

> "Na década de 1990, a criação de Unidades de Conservação de Uso Direto representava grande inovação em termos de reforma na estrutura fundiária. Atualmente não representa mais, uma vez que houve profundas mudanças na legislação que transferiu paulatinamente a exploração nessas áreas para fins privados, como foi o caso da aprovação da Lei 11284/06, que instituiu a concessão para exploração madeireira nas florestas públicas por parte de grandes empresas privadas. Em síntese, embora essas unidades de conservação sejam formalmente de domínio público, na prática, estão privatizadas."

Para Elder Paula (2007) e Dilma Paula (2007), a aprovação dessa lei em nível nacional obedece à lógica de criação de um marco regulatório comum para a exploração das florestas no planeta. Um dado importante ressaltado pelos autores é que lei similar foi aprovada na Bolívia (1996), Colômbia e Peru (2005), e no Brasil

o Estado do Acre já havia aprovado legislação estadual em 2001[4]. Deve-se chamar a atenção também para dois elementos centrais no processo que resultou na aprovação da Lei 11.284/06: 1) a perda de soberania do Estado brasileiro para tomar decisões relativas ao uso dos recursos naturais existentes em seu território; e 2) o protagonismo de agências e organizações não governamentais, na esfera da sociedade civil, na construção de um consenso em torno da mercantilização da floresta, principalmente da exploração "sustentável" de madeira.

Primeiramente destacamos, nesse processo, a perda de soberania do Estado no trato da gestão dos recursos naturais nacionais, que se evidenciou na "imposição dos interesses das grandes corporações internacionais que controlam a exploração madeireira" quando da formulação, elaboração e aprovação do marco legal no Brasil. Consolidou-se, assim, um "Novo Arranjo Internacional de Florestas" (PAULA, D., 2006; PAULA, E.; 2006).

Outro aspecto que destacamos como central na aprovação dessa lei foi o protagonismo de agências e organizações não governamentais na esfera da sociedade civil, na construção de um consenso em torno da mercantilização da floresta, principalmente da "exploração sustentável" de madeira [uma Agência Não Governamental (WWF-Brasil), três ONGs (IPAM, IMAZON, IMAFLORA) e uma rede formada por ONGs e representações de movimentos sociais na Amazônia (GTA), por exemplo, participaram diretamente na aprovação da Lei 11.284/06].

O mecanismo de concessão florestal estabelecido na Lei 11.284/2006 é uma delegação onerosa do direito de praticar o manejo florestal para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação aberta a empresas brasileiras, em consórcio ou não (Serviço Florestal Brasileiro – SFB). Por tratar-se de uma "concessão" pública, em que o Poder Público outorga à iniciativa privada a prerrogativa de exploração de recursos florestais, esse processo passa a obedecer a várias especificações. Destacamos aqui a situação de concessão florestal na Faixa de Fronteira, especificamente na região amazônica.

Faixa de fronteira amazônica

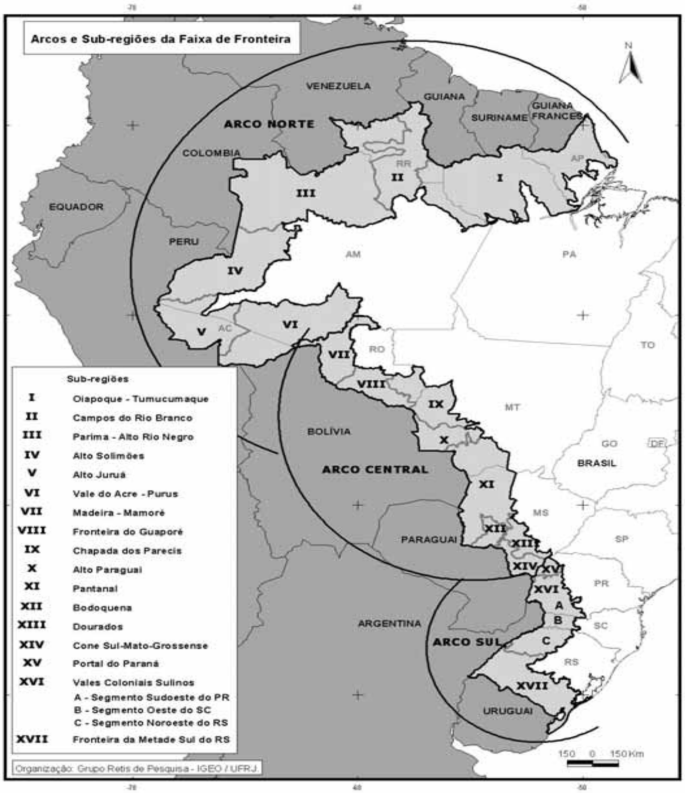
É importante destacarmos que existem dois significados distintos para a noção de fronteira. Essa pode ser compreendida como: i) margem do mundo habitado (significado mais antigo), que originou a concepção da fronteira como área de ocupação humana em direção a territórios "vazios", ou "a conquistar", ou frente pioneira, muito influente na geografia; e ii) espaço associado à linha de divisa internacional. Esta concepção está vinculada à emergência dos estados nacionais no século XVIII e ao processo de colonização do século XIX (PEITER, 2005).

Neste capítulo trataremos da Fronteira como limite político internacional, ou seja, a Faixa de Fronteira e a Zona de Fronteira. A região da Faixa de Fronteira

4. Lei Estadual 1.426 de 27 de dezembro 2001.

caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de até 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 588 municípios de 11 Unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Essa área corresponde a 27% do território brasileiro e reúne uma população estimada em dez milhões de habitantes. O Brasil faz fronteira com dez países da América do Sul e busca a ocupação e a utilização da Faixa de Fronteira de forma compatível com sua importância territorial estratégica (BRASIL, 2009: 11).

Na região amazônica, a Faixa de Fronteira compreende três capitais estaduais (Boa Vista, RR; Rio Branco, AC; e Porto Velho, RO) e possui ainda 27 pares de cidades (cidades gêmeas) onde é maior a integração das populações fronteiriças. O Ministério da Integração Nacional (MI/Grupo RETIS, 2005) dividiu regionalmente a Faixa de Fronteira em três grandes Arcos (Norte, Central e Sul) e 19 sub-regiões. O Arco Norte abrange praticamente todos os estados da Faixa de Fronteira amazônica, com exceção dos estados de Rondônia e Mato Grosso, que tiveram sua Faixa de Fronteira deslocada para o Arco Central, considerando a base produtiva e os critérios socioeconômicos (Mapa 1).



Mapa 1 Arcos e sub-regiões da faixa de fronteira. *Fonte*: MI/Grupo RETIS, 2005.

Nesse contexto, a Faixa de Fronteira é considerada região estratégica, principalmente no que se refere à defesa do território nacional. Desse modo, salientamos aqui a situação peculiar de concessões florestais nessa região, uma vez que, conforme especifica o Decreto 85.064 de 26 de agosto de 1980 (regulamenta a Lei 6.634, de 2 de maio de 1979), existem procedimentos a serem seguidos para a prática de atos na Faixa de Fronteira que necessitem de assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional (CSN).

Conforme o Plano de Outorga Florestal – 2010, que trata das áreas passíveis de concessão florestal para esse ano, as FLONAS do Macauã e São Francisco (Sena Madureira – AC) possuem essa peculiaridade, tendo em vista que a região está integralmente localizada na Faixa de Fronteira.

"Concessões" nas FLONAS do Macauã e São Francisco

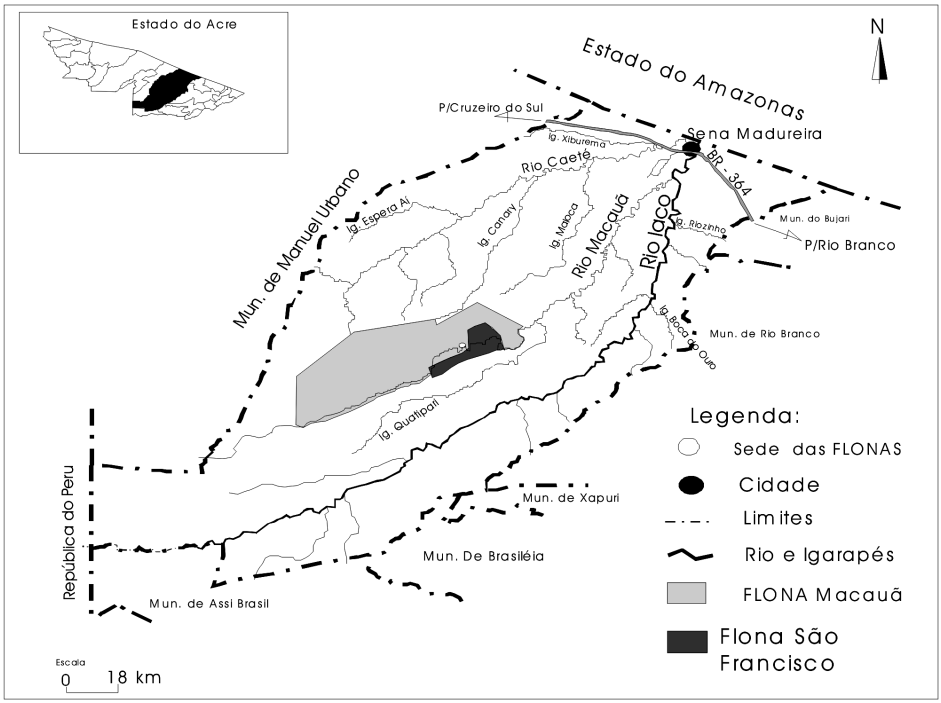
A partir de 1990, na Amazônia-acreana ocorreu maior valoração do potencial econômico da floresta. Fruto das lutas "camponesas", a busca por alternativas de nova ocupação produtiva dos territórios amazônicos encontrou, ao longo da década de 1980 e, sobretudo, de 1990, apoio dos movimentos ambientalistas mundiais. Todo esse processo dava-se sob a ideologia gestada a partir do Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum (1983/1987), isto é, na busca do "desenvolvimento sustentável" (SILVA, 2008: 14).

Nessa expansão do processo de exploração mercadológica da floresta amazônica, o caráter de território usado, cede lugar a uma visão puramente "ecológica" (mais de mercado do que humana), pouco considerando os povos que, no caso da Amazônia - acreana, habitavam a floresta há décadas. É nesse cenário que se inscrevem a criação e implantação de Unidades de Conservação de uso indireto, em que se prevê, inicialmente, a retirada de populações de seus territórios para as áreas do seu entorno (SILVA, 2008: 15).

Nas Unidades de Conservação, definidas anteriormente como um espaço territorial de conservação da natureza, cabe à instância pública criadora fomentar formas de gestão desse território como foi deliberado na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. O território dessas unidades deve ser entendido como o espaço em sua integralidade de recursos naturais existentes, ou seja, com suas águas, sua flora e sua fauna (BRASIL, 2000).

Para o objetivo aqui proposto, interessam-nos especificamente as Florestas Nacionais (FLONAS) do Macauã e São Francisco. Nas FLONAS, é permitida a permanência das populações locais que habitavam esses espaços antes da regulamentação como área de domínio público, sendo possível a criação dessa categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, tanto pelos Estados da Federação, como municípios, nos casos específicos: Florestas Estaduais e Municipais.

As FLONAS do Macauã e São Francisco foram criadas em 1988 e ocupam 173.475 ha e 21.600 ha, respectivamente. Ambas localizam-se no município de Sena Madureira, no Estado do Acre, formando um território contínuo (Mapa 2).



Mapa 2 Sena Madureira, AC. FLONAS Macauã e São Francisco. ***Fonte:*** Silva, Miriam A. Bueno da. et al. (2002). Reorganizado por Silvio Simione da Silva (2003).

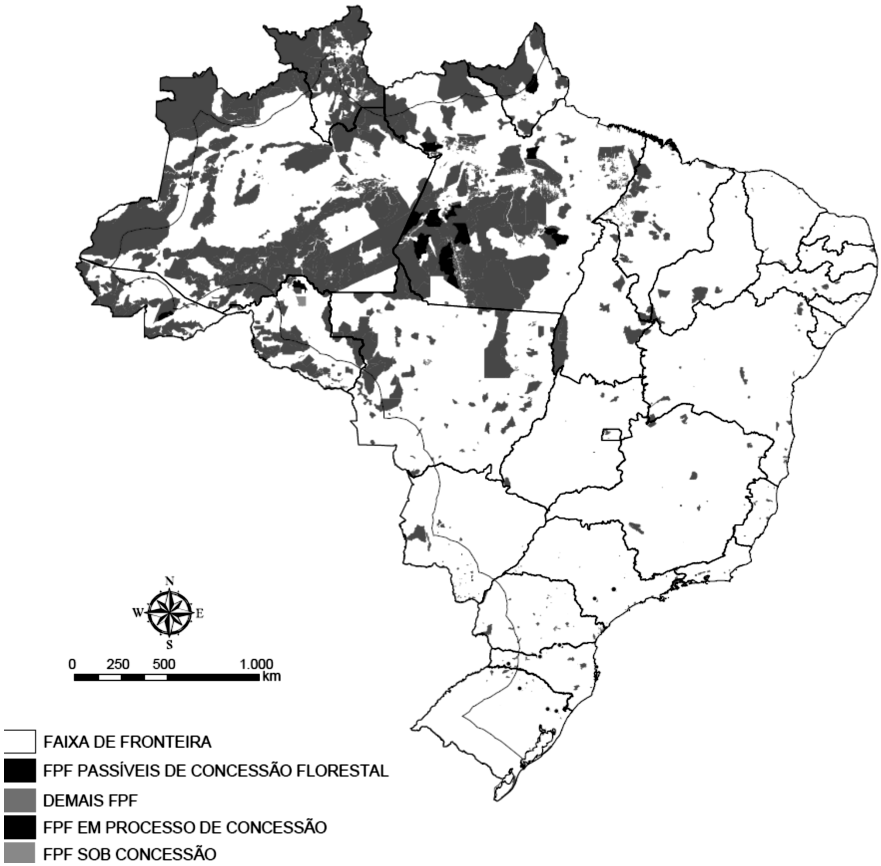
Silva (2003: 27), apresentando os principais aspectos de uma viagem de estudos às FLONAS do Macauã e São Francisco, afirma que:

> "Por outro lado, a criação das FLONAS de Macauã e São Francisco, que se territorializou sobre seus territórios de vivências (refiro-me às colocações, pois a área era território de antigos seringais, habitados por seringueiros, desapropriados para estes fins), suscita nos moradores locais duas situações contraditórias facilmente apreendidas nas conversas com eles: i) O sentimento de esperança e otimismo. Aí falam com entusiasmo da assistência na saúde, escola, na extensão rural, na estrada que esperam ter tráfego normal e se possível com veículo que faça a linha de transporte público até a cidade. E, especialmente, de que com tais medidas o governo finalmente lembrou-se de sua existência. Aí esperam transpor a situação de abandono e isolamento que sempre os caracterizaram. ii) O sentimento de desconfiança e incerteza. As medidas que serão introduzidas com o plano de uso e manejo da terra nas FLONAS geram situações que estes desconhecem o que poderá vir acontecer. Há uma

> certa timidez de falar destas questões, pois temem por punições do poder público. Daí a extrema precaução em falar o que pensam sobre as políticas para a área."

Ora, se nessa época da viagem de estudo às FLONAS (2002) os moradores já nutriam esse tipo de incerteza acerca do projeto de desenvolvimento regional gestado para essa UCs, atualmente essas incertezas se avolumaram, vejamos a razão.

Apesar de as FLONAS do Macauã e São Francisco possuírem um território relativamente pequeno (173.475 ha e 21.600 ha, respectivamente), comparadas com outras Unidades de Conservação (como a Floresta Estadual do Rio Gregório, AC, que possui cerca de 216.062 ha, por exemplo), e estarem integralmente localizadas na Faixa de Fronteira (Mapa 3), elas figuram desde 2009 no Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) como áreas passíveis de concessão florestal.



Mapa 3 Faixa de Fronteira e florestas públicas passíveis de concessão em 2009. *Fonte:* CNFP/ Serviço Florestal Brasileiro, julho de 2009. In: Plano de Outorga Florestal, 2010.

Esse PAOF também "avaliou a convergência das concessões florestais previstas para 2010 com as áreas de potencial interesse para o segmento de petróleo e gás" (BRASIL, 2009). A primeira iniciativa do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) de "compatibilização" das atividades de manejo florestal com atividades de mineração está ocorrendo no processo de concessão florestal em curso na FLONA de Saracá-Taquera no Estado do Pará. Na avaliação do PAOF 2010:

> "A compatibilização operacional ocorre por meio do estabelecimento de um conjunto de ações que a concessionária florestal deve incorporar ao seu planejamento operacional, com o objetivo de conciliar as atividades florestais com as atividades de pesquisa e lavra mineral. Os principais objetivos desse planejamento são: a redução dos riscos de acidentes, a adequação dos cronogramas de operações, a definição de regras para o uso compartilhado de vias e a implementação de operações incompatíveis no mesmo local e ao mesmo de tempo. Esse planejamento objetiva também potencializar as ações de mitigação de impactos ambientais de ambas as concessionárias e deve ser incorporado ao plano de manejo da concessionária florestal" (BRASIL, 2009: 42).

Nesse documento fica evidente a intenção do SFB de iniciar o processo de gestão para a elaboração de regulamentação conjunta, que normatize a compatibilização dessas atividades em áreas de florestas públicas em toda a região Amazônica. Buscando assegurar a coexistência das concessões florestais e minerais em áreas de interesse mútuo, o SFB objetiva "potencializar as ações de mitigação de impactos ambientais" provocados pelas concessionárias nessas áreas, sem explicar como pretende fazer isso.

Esses fatos corroboram nosso interesse pelo tema, uma vez que já existem estudos avançados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) (aerolevantamento magnetométrico e gravimétrico) que demonstram a sobreposição da área das FLONAS do Macauã e São Francisco com bacias sedimentares de interesse do setor de petróleo e gás (Quadro 1).

Por estarem integralmente localizadas na Faixa de Fronteira, qualquer processo de concessão florestal nessas FLONAS necessita ser precedido de manifestação favorável e demais orientações do Conselho de Segurança Nacional (§ 2° do artigo 20 da Constituição Federal e § 3º do artigo 10 da Lei 11.284 de 2 de março de 2006) . As orientações do CND, nesse caso, além de requisitos legais para o andamento do processo, envolvem discussões referentes à exploração de recursos naturais estratégicos na Faixa de Fronteira. Nesse sentido, apesar do grau de complexidade quanto à adequabilidade dessas áreas indicadas para concessão florestal no PAOF 2010, o próprio CND não manifestou restrição:

> "De acordo com a manifestação formal (Ofício nº 264-GSI/PR-SAEI-AP, de 17/7/2009) da Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, **a inclusão das FLONAs do Macauã, de São Francisco** e do Amapá **no PAOF de 2010**

não encontra restrição (grifo nosso). Complementarmente, o CDN apresentou recomendações referentes à estrita observância do Decreto 4.411, de 7 de outubro de 2002[5], solicitações relativas aos futuros procedimentos licitatórios para fins de concessão florestal em qualquer uma das FLONAs localizadas na faixa de fronteira e outras com o objetivo de acompanhar a implementação do modelo de concessões florestais no Brasil" (BRASIL, 2009: 43).

Quadro 1 Sobreposição de florestas públicas federais passíveis de concessão florestal a bacias sedimentares de interesse do setor de petróleo e gás. *Fonte:* CNFP/Serviço Florestal Brasileiro, julho de 2009. In: Plano de Outorga Florestal, 2010.

FLONA	**Comentário**
Jacundá	Integralmente localizada na Bacia Sedimentar do Solimões
Macauã e São Francisco	Integralmente localizada na Bacia Sedimentar Madre de Dios, com estudos em andamento (aerolevantamento magnetométrico e gravimétrico
Caçador, Canela, Chapecó, Passo Fundo, São Francisco de Paula e Três Barras	Integralmente localizada na Bacia Sedimentar do Paraná. Existem estudos previstos para esta bacia sedimentar (levantamento geoquímico e dados gravimétricos e magnetométricos).
Capão Bonito e Ipanema	Integralmente localizada na Bacia Sedimentar do Paraná. Existem estudos previstos para esta bacia sedimentar (levantamento geoquímico e dados gravimétricos e magnetométricos). Trecho do Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se inserido ma área da FLONA de Ipanema.

Além disso, outros fatores chamam atenção para os processos em curso nessas áreas. No PAOF 2009, o CND estabelece uma série de recomendações para concessões florestais nessas FLONAS, das quais destacamos as seguintes: i) Incluir nos editais, como condição para participar na licitação, o pré-requisito de ser empresa brasileira com maioria de capital nacional, assim como possuir gerência e controle de brasileiros (a aplicação desta recomendação está sujeita à confirmação

5. Esse Decreto dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas Unidades de Conservação e dá outras providências.

da sua validade jurídica conforme consulta encaminhada pelo CDN à SAGE). ii) Incluir, no Conselho Consultivo das FLONAS do Macauã e São Francisco, um representante do Comando da Fronteira (Cmdo Fron Acre/4º BIS). iii) Apoiar medidas governamentais que visem permitir obras de infraestrutura para a integração sul-americana, em momento oportuno[6].

Considerando o caráter preliminar desta pesquisa, pensamos que o texto clama mais por indagações do que por conclusões. Nesse sentido buscamos dialogar com o objetivo inicial do texto, de tecer algumas considerações acerca do processo de "concessões" em curso nas FLONAS localizadas na Faixa de Fronteira amazônica e das informações coletadas até o momento. Como se viu, apesar do elevado grau de complexidade que envolve as concessões florestais na Faixa de Fronteira, o Conselho de Segurança Nacional não encontrou restrição para inclusão das FLONAS do Macauã e São Francisco no PAOF 2010 como áreas passíveis de concessão, mesmo estabelecendo uma série de recomendações. Temas como segurança nacional, soberania, controle sobre fontes energéticas estratégicas, biopirataria, etc. são simplificados diante da crença cega nos mecanismos de mercado como única alternativa para o "desenvolvimento e conservação" das florestas na Amazônia.

Referências bibliográficas

ALBERT, B. Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. de. (Orgs.). **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. 2. ed. Belém: CEJUP/ Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei n. 9.985 – 18/07/2000. Brasília: MMA/SBF, 2000. 32p.

BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente. **Plano Anual de Outorga Florestal – 2009.** Brasília: MMA/SFB, 2008. 111 f.

BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente. **Plano Anual de Outorga Florestal – 2010**. Brasília: MMA/SFB, 2009. 80 f.

CECENÃ, A. E. et al. **Territorialidade de la dominación:** la integración de la infraestrutura regional suldamericana (IIRSA). 2007.

LEAL, A. L. **Sinopse histórica da Amazônia:** uma visão política. Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, FFLCH/USP, 1991.

PAULA, E. A. de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005. (Séries Dissertações e Teses – 7).

PAULA, E. A. de.; SILVA, S. S. (Orgs.). **Trajetória da luta camponesa na Amazônia-acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006. p. 105-139.

6. Para outras informações sobre a Integração Sul-Americana ver: CECENÃ, A. E. et al. *Territorialidade de la dominación:* la Integración de la Infraestrutura Regional Suldamericana (IIRSA). 2007.

PAULA, E. A. de.; SILVA, S. S. Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital. **Revista NERA** (UNESP), v. 12, p. 25, 2008.

PAULA, D. A.; PAULA, E. A. de. Agronegócio e ambientalismo: reconstruindo hegemonia. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito: FLACSO, 2006.

PEITER, P. C. A. **Geografia da saúde na Faixa de Fronteira internacional do Brasil na passagem do milênio**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, L. F. Amazônia: das idéias de paraíso às idéias de ecossistema. In: BASTOS, E. R.; PINTO, R. F. (Orgs.). **Vozes da Amazônia**: investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: EDUA, 2007.

Rio Macauã: viagem aos confins do rio das mil e uma curvas. **Revista Uáquiri**, Rio Branco: Departamento de Geografia, Universidade Federal do Acre, n. 1, A. 1, p. 133-164, jul.-dez. 2003.

SILVA, S. S. **A floresta como dimensão territorial**: novos e velhos apontamentos para a compreensão do desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana. UFAC, 2008. Artigo.

SOUZA, I. P. D. de; PAULA, E. A. de. **"Estadocentrismo" ou "mercadocentrismo"**: desafios aos movimentos sociais e à soberania na Amazônia. Texto apresentado no 1º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS Amazônia: em busca de novas abordagens 16-19/09/2008, UFAM, AM GT: Movimentos Sociais na Amazônia: desafiando fronteiras, 2008.

Capítulo VI

Sociabilidades na Fronteira:
desterritorialização e disputas identitárias na fronteira entre Brasil e Bolívia

Diego Correia

Introdução

O intercâmbio entre a UFSCar e a UFAC permitiu o contato com diferentes grupos e contextos de sociabilidades ao longo da fronteira acreana com a Bolívia e o Peru no período de 20 de julho a 19 de agosto de 2009. Na inserção ao campo foi identificado um processo de desterritorialização de brasileiros que vivem na faixa de fronteira boliviana. A partir da revisão dos conceitos de fronteira, identidade e território dentro da sociologia e das áreas afins, faremos uma interpretação dos conflitos político-simbólicos entre brasileiros e bolivianos no fato deflagrado. O presente capítulo apresenta as primeiras reflexões a respeito do tema.

Desterritorialização e a questão agrária no Brasil

Fonte de litígio entre Brasil e Bolívia entre os séculos XIX e XX, o atual território do estado do Acre pertencia à Bolívia, porém, com uma população de maioria brasileira ocupada com a exploração dos seringais. Em 1899, os bolivianos tentaram assegurar o controle dessas áreas, no entanto, foram rechaçados em confrontos fronteiriços conhecido como a *Questão do Acre.* Essas lutas cessaram com o Tratado de Petrópolis[1], assinado entre Brasil e Bolívia em 17 de novembro de 1903, no qual a Bolívia, mediante indenização de dois milhões de libras esterlinas e o compromisso brasileiro de construir uma ferrovia que viesse facilitar o escoamento de produtos bolivianos, entregava a posse definitiva da região (BEZERRA, 2006; TRINDADE, 1986).

A partir do estabelecimento da indústria extrativa da borracha nos fins do século XIX, a região fora ocupada por frentes migratórias patrocinadas por comerciantes das casas aviadoras de Manaus e Belém. Essas frentes eram compostas sobretudo por nordestinos que atravessaram e se fixaram no interior amazônico em busca de ascensão socioeconômica e de sobrevivência. Segundo Celso Furtado (2008), tal movimento foi consequência da alta pressão demográfica e agrária no

1. O Tratado de Petrópolis pode ser encontrado na íntegra no site do Ministério das Relações Exteriores, pelo link: http://www2.mre.gov.br/dai/b_boli_11_927.htm.

Nordeste brasileiro[2], que, aliada à grande seca ocorrida na década de 1870 e aos incentivos institucionais que estimulavam a emigração para o incremento de mão de obra na região Norte, dissuadiu grande parte da população nordestina a sair de suas casas em busca de alternativas de vida.

Tal movimento foi visto como positivo pelas autoridades políticas, uma vez que retiraria das cidades litorâneas uma pressão demográfica causada pelos flagelados que ali se instalavam. Segundo estimativas, até a década de 1920 cerca de quinhentos mil nordestinos emigraram para a região amazônica (VELHO, 1967). No entanto, ao se fixar ali, esse trabalhador permaneceu fadado a condições de vida ainda mais difíceis que as enfrentadas em sua região de origem, pois acabariam permanentemente atrelados a condições de extrema precariedade, inibidos de encontrar outros meios de sobrevivência que não aquela vinculada à borracha (FURTADO, 2008).

Com a tendência declinante do ciclo da borracha pós-1920, a situação pareceu se agravar pela "gradativa liberação da força de trabalho excedente", que procurava manter ainda imobilizada tais trabalhadores, sendo feito uso de uma série de artifícios, como as dívidas contraídas nos barracões, doação de pequenos lotes de terra, uso de intimidação e da violência física, entre outros (VELHO, 1967: 119).

> "Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia, seduzido pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem estes de ver, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia e de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução. Excluídas as consequências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão de obra" (FURTADO, 2008: 196-197).

2. Segundo esse autor, enquanto prosperava, a cultura algodoeira contribuiu para o aumento vegetativo na região, assim como para a diversificação econômica do Nordeste. No entanto, também criou uma espécie de desarranjo entre as práticas vinculadas à economia de subsistência e a das grandes propriedades, visto que tais culturas concorriam pela posse e uso da terra. Calcula-se que a seca prolongada ocorrida entre os anos de 1877 e 1880 provocou a morte de 100 mil a 200 mil pessoas e dizimou quase a totalidade do rebanho.

Esse primeiro processo de ocupação da Amazônia está diretamente relacionado à abolição da escravatura e às estratégias da forma pela qual o capital criou mecanismos para se desenvolver no Brasil. No ingresso do trabalho livre, surgem figuras intermediárias de sujeição do trabalho ao capital (cooptação de trabalhadores por meio de aliciadores denominados "gatos", peonagem, servidão por dívida, entre outros), formas arcaicas de trabalho dentro de uma dinâmica moderna de expansão do capital, por isso entendido como um processo contraditório (MARTINS, 1997; SECRETO, 2007; GONÇALVES, 1991). "O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra" (MARTINS, 1997: 45).

O segundo processo de ocupação está ligado à eclosão do golpe de 1964 e aos Programas de Integração Nacional (PNDs) instaurados pelo regime militar. O Estatuto da Terra, aprovado no mesmo ano do golpe, contemplava duas questões principais: a agricultura e a reforma agrária. A primeira diz respeito às tecnologias e mecanismos utilizados no campo para o incremento da produção agrícola com base nas grandes propriedades rurais, na monocultura e no desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura (MARTINS, 1997; PAULA & SILVA, 2006).

O segundo mote aborda a questão agrária, em que se tratam as questões sociais no campo, em virtude do clima de insatisfação no meio rural brasileiro e do temor de conflitos no campo nos moldes de outros países latino-americanos, como o México, a Bolívia e Cuba. Essa abordagem partia da promessa de ampla reforma agrária, numa estratégia de apaziguar os camponeses e, ao mesmo tempo, tranquilizar os grandes proprietários de terra. Dessa forma, o processo de distribuição de terras na Amazônia pelo governo militar foi um projeto para não redistribuir terra, principalmente para aqueles situados em áreas de tensão social, seja pela pressão da procura de terra em áreas de minifúndio, seja em virtude dos conflitos fundiários. Por "interesse social", o governo desapropriava terras no "vazio" amazônico para distribuir entre excedentes, sobretudo nordestinos, por conta do déficit habitacional naquela região. Distribuir terras para não redistribuí-las era uma prática oficial do governo federal, por trás de uma ideologia de que era necessário ocupar a região Amazônica para garantir a soberania sobre esse território e ao mesmo tempo integrá-lo ao espaço econômico (IANNI, 1979; PAULA & SILVA, 2006).

> "No caso do Acre, a substituição do extrativismo da borracha pela pecuária extensiva de corte, baseada na grande propriedade fundiária, consistiu no eixo central da 'modernização'. Essa estratégia do governo federal apoiava-se fortemente na oferta de incentivos fiscais, complementada por outros incentivos oferecidos pelo governo estadual. Esses atrativos, somados às possibilidades de especulação com o mercado de terras, abriram passagem para a expansão da frente agropecuária no inicio dos anos 1970. O seu impacto na estrutura agrária acreana foi imediato. Em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas no INCRA encontrava-se sob o domínio de investidores do Centro-Sul, em sua maioria oriundos do estado de São Paulo" (PAULA & SILVA, 2006: 109).

Ao mesmo tempo, ambicioso de figurar entre as potências mundiais, o Estado brasileiro formulou os Planos de Desenvolvimento Nacional (PNDs), que objetivaram o crescimento econômico e a integração nacional por meio da modernização do setor industrial e da abertura de novas fronteiras agrícolas pelo país por meio de incentivos e da construção de grandes obras de infraestrutura buscando maior interlocução entre as regiões, além de assegurar a segurança nacional, interna e externa[3].

A partir do I PND (no governo Médici) e do II PND (no governo Geisel), o governo federal acabou por assumir o processo de ocupação da Amazônia, difundindo a ideia de que a emigração induzida acabaria por resolver também o problema agrário existente no Nordeste. Como obra símbolo de sua atuação nesse sentido, o governo federal pôs-se a construir um gigantesco corredor de exportação entre o Atlântico e o Pacífico, a Transamazônica, que, além de facilitar a integração entre as regiões Norte-Nordeste, também objetivava a colonização "planejada" levada a cabo a partir da distribuição e legalização da posse da terra no entorno da rodovia pelo INCRA, particularmente entre os rios Xingu e Tapajós (VELHO, 1967: 219).

Dentro do panorama observado, ou seja, das contradições no campo, observa-se uma dupla dimensão dessa expansão: por um lado, o fluxo de trabalho dos deserdados da terra (MOURA, 1988) e, por outro, o fluxo do capital que de certa forma chegou à Amazônia, a partir das atividades industrial, agropecuária, madeireira, entre outras. Otávio Guilherme Velho (1976) e José de Souza Martins (1980) discutem o embate dos conceitos da terra de trabalho e da terra de negócio. Os vários regimes de propriedade que existiam antes do avanço da fronteira são sobrepostos pela "terra de capital e de negócios".

> "O Estatuto (da Terra) restabelece como ponto essencial da redefinição fundiária a colonização das áreas novas, mediante remoção e assentamento de lavradores desalojados pela concentração da propriedade ou removidos de áreas de tensão. A grande extensão disponível seria justamente a da região Amazônica e partes do Centro-Oeste, sobretudo Mato Grosso. Essa única válvula de reforma agrária, no entanto, foi em grande parte fechada apenas dois anos após a promulgação do Estatuto, quando o governo federal estabeleceu uma política de subsídios para estimular a implantação de empresas industriais e agropecuárias na região Amazônia (...), sendo assim, a mesma região que o Estatuto destinava formalmente à ocupação pelos camponeses deslocados das regiões, onde exercia seus efeitos concentracionistas, passou a ser destinada também aos grandes grupos econômicos, além do mais, estimulados pelos incentivos fiscais" (MARTINS, 1995: 96).

3. Os documentos relacionados aos PNDs podem ser encontrados na biblioteca virtual do Instituto Brasileiro de Informação de Ciência e Tecnologia (IBICT): http://biblioteca.ibict.br/.

As formas de produção (e reprodução), ainda que contraditórias, são estabelecidas e subordinadas nos termos a garantir a reprodução do capital. Martins (1995) enfatiza a legitimidade da luta camponesa pela posse da terra distinguindo a propriedade familiar da propriedade capitalista da terra. Destaca ainda que, na propriedade familiar camponesa, as condições da produção social do lugar e da vida não são motivadas pelo lucro, mas pelo próprio trabalho e o de sua família. A terra para o camponês é "terra de trabalho".

Ainda para Martins (1995), os conflitos sociais no campo têm por base a combinação entre reconhecimento de tempos históricos e ritmos diferentes do processo de desenvolvimento capitalista, explicados a partir do processo de expropriação da terra e da concentração do capital. As noções de *exploração* e de *expropriação* são utilizadas para ilustrar e esclarecer o processo diferenciador na formação das classes sociais na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que mostra que o processo de desenvolvimento capitalista expropria, mas sem proletarizar, o trabalhador do campo.

Os impactos negativos do avanço do capitalismo no campo recaem sobre etnias e populações mais vulneráveis, envolvendo, entre elas, também as comunidades tradicionais, ocasionando entraves na sobrevivência e na reprodução social desses grupos. As comunidades tradicionais, como ribeirinhos e seringueiros, adotam um modo de vida mais afastado daqueles de centros urbanos, compartilhando uma percepção espacial-temporal pautada por ciclos hidrológicos, de seca e cheias, consubstanciada por práticas culturais que resultam em saberes e observações particulares, dinamizados e associados aos sistemas naturais da região onde vivem (DIEGUES, 2001).

Tais fatos remetem a como esse sujeito, o camponês/extrativista, sofreu com o avanço do modo de produção capitalista. Foi expulso de sua terra em contínuos processos de desenraizamento, seja ele do seu lugar, da forma como vive ou de com quem convive, colocando-o à margem, pois não está inserido no modo de produção vigente. A esse fenômeno, mediado por transtornos funcionais e simbólicos a partir da precarização territorial, podemos chamar de desterrorialização (HAAESBAERT, 1999). O descolamento desses grupos foi em busca da preservação de um modo de vida da família que trabalha na agricultura (e, posteriormente, no extrativismo), para si mesma, e que não trabalha para os outros (MARTINS, 1997).

Trata-se de um processo, de ação explícita ou dissimulada por diversos agentes, incluindo o Estado, numa regulação subordinativa, pois busca favorecer determinados atores hegemônicos e objetiva a integração em níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. Para Milton Santos, "tal integração é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes" (SANTOS, 2004: 106-107).

A identidade em questão

Para Stuart Hall (1992: 49), "(...) as identidade nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação", ou seja, uma comunidade de representações simbólicas, um modo de construir tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.

A nação é a tentativa de união do político com o cultural, mesmo em situações de diferença, à medida que, para ela, "não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional" (HALL, 1992: 59).

"A nação moderna não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural (...)" (HALL, 1992: 49). Como dispositivo da modernidade, a cultura nacional segue como um discurso construtor de identidades e mitos que dão referência ao sujeito sobre o que ele é, onde está e a posição a ser tomada. Tal referência gera um sentimento de responsabilidade e lealdade à nação, que em tempos pré-modernos eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, e hoje são atribuídas à cultura nacional (*op. cit.*).

A história do Acre começa com o extrativismo da borracha no interior amazônico. O discurso identitário se inicia no campo de disputa entre 'brasileiros do Acre' e bolivianos pelo território, nos âmbitos econômico e político; tanto pela exploração das árvores de seringa, como nas argumentações dos "revolucionários do Acre", em virtude do fato de o território ser ocupado majoritariamente por brasileiros do Rio Acre. Para a geógrafa Maria de Jesus Morais:

> "O território em disputa pelos brasileiros do Acre e o governo boliviano é acionado como estruturador da identidade acreana. O território dos seringais foi ocupado, explorado e defendido durante quatro anos. O território, nesse sentido, é o 'lugar fundador' da identidade, mas ele só se torna fundador porque o discurso identitário o investe desse papel" (MORAIS, 2008: 26).

Ainda segundo a autora, a história da construção da identidade acreana está pautada em três movimentos: a Revolução Acreana (1899-1903), o movimento autonomista (1957-1962) e o movimento social de índios e seringueiros (décadas de 1970 e 1980).

O primeiro seria caracterizado pela chegada dos migrantes nordestinos aos seringais, os confrontos destes (enquanto soldados da borracha) com os bolivianos e a luta pelo reconhecimento de causa pelo governo brasileiro. O segundo movimento deflagrado está ligado à falta de autonomia do território acreano, cujas administrações eram frutos de indicações do governo central, que não considerava interesses locais, num processo de marginalização perante o cenário nacional. Já os movimentos sociais do final do século XX tiveram por motivação o confron-

to com novos *de fora*, no caso, *os paulistas*, termo depreciativo para todos aqueles nascidos fora do Acre, associando a eles os males da venda dos seringais para a constituição, principalmente, de pastos para o gado (MORAIS, 2008).

Essas narrativas são utilizadas como estratégias que vão permanentemente recontando um passado, uma história de glórias e uma origem comum, com o objetivo de conectar indivíduos isolados a um projeto e discurso único. Com isso é possível, em tempos históricos diversos, recriar tradições, passados que acabam por influenciar novos acontecimentos.

Para Stuart Hall (1992), as estratégias de mitificação são construídas a partir da diferenciação, isto é, do posicionamento que o indivíduo adota: "Sou aquilo que eu não sou". Dessa forma, a identidade não exclui a diferença, pelo contrário, ela necessita desta, pois ela é a marcação simbólica de signos sociais de exclusão e de distinção. No caso acreano, encontramos vários *outros* na constituição da identidade. O primeiro *outro* era o indígena, o que levou a uma matança indiscriminada dos povos que ali residiam. Tal questão só foi apaziguada por volta de 1980, na aliança entre os índios e os seringueiros, contra um inimigo em comum, o *paulista*, dentro de uma nova ressignificação das identidades.

Depois, outras figuras do *outro* surgem, como o governo federal e os *paulistas*. Nesse momento, o ser acreano/brasileiro é posto em questão. Assumem-se novas posições por meio de diferenciações, conforme as necessidades e contexto. Porém, o estrangeiro, o inimigo na posse do território, perdura através dos tempos como o *outro permanente*. Bandeiras, praças, monumentos e até nome de cidades (vide Plácido de Castro, herói da Revolução Acreana, e Rio Branco, assegurador do território) tratam de reforçar isso a todo o momento, além de livros, museus e escolas.

Fronteira: acirramento na construção da identidade e da diferença

Grande parte do território do estado do Acre encontra-se na faixa de fronteira (no caso brasileiro, 150 quilômetros adentro da área que compreende o limite geopolítico). É um ambiente onde a relação com o outro se torna complexa, pois, como ressalta Becker (2006: 20), trata-se de um "(...) espaço não plenamente estruturado e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas (...)", um permanente espaço de disputa e controle.

A fronteira é um território forjado pela variável constante do outro, em torno do qual há uma identidade e práticas a serem construídas visando à ambígua situação de convivência e estranhamento. Segundo José de Souza Martins, "(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade (...) à primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si (...) a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro" (MARTINS, 1997: 150-151).

Em virtude disso, os processos de identificação e de representação nesse espaço em relação ao outro são ainda mais fortes, pois se dão a todo o momento em virtude do intenso contato e das trocas estabelecidas. Além disso, ocorre uma realidade na qual, muitas vezes, aqueles estabelecidos em região de fronteira são cobrados a um compromisso nacional, na defesa do território e da soberania, numa obrigação civil de agir na proteção e fortalecimento da identidade nacional diante do outro (estrangeiro). Tal comprometimento se dá em função de essa territorialidade ser estratégica para o Estado, pela defesa não apenas territorial, como também do próprio *ethos*, seja brasileiro ou boliviano.

A relação dessas comunidades com o Estado brasileiro mostra a proximidade entre os dois e a pressão exercida pelo segundo sobre o primeiro nessa cobrança de um compromisso nacional. Primeiramente, porque, numa perspectiva diversa à de Castells (2002) – na qual essa instituição deixa de ser um órgão central e soberano da organização social da nação para se tornar mais um ator estratégico na mediação das redes de poder transnacionais e locais, sem conter o poder por si mesmo –, o Estado-Nação se mostra fortalecido nas regiões de fronteira.

Além disso, nas fronteiras da Amazônia, tanto no Brasil quanto na Bolívia, o compromisso dessas comunidades em agir na proteção e no fortalecimento da identidade nacional parece ser maior, sendo incorporado de maneira mais enfática pelas comunidades ali situadas do que em outras regiões adentro de seus respectivos países.

No Brasil, é comum, ao se adentrar pelas estradas nessas áreas de fronteira, aumentar o número de bandeiras nacionais hasteadas, como um permanente relembrar (e mostrar ao outro) o projeto de nação. No Acre, esse fenômeno se repete, porém, além de encontrar a bandeira brasileira, é comum estar junto uma bandeira acreana.

Nesse lugar, a figura do seringueiro, e seu histórico como "soldado da borracha", continua a representar a produção de símbolos e significados numa relação de poder, pois atribui a posição de superioridade ao vencedor (acreano/brasileiro) em detrimento do vencido (boliviano). Para Silva (2008: 81), nesse ato, "a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais", na forma de embate, por recursos simbólicos e materiais.

Para Woodward (1992: 13-17), "a representação inclui práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais são produzidos, posicionando-nos como sujeito", e nesse processo "há uma tendência de reivindicações essencialistas sobre quem pertence e para quem não pertence a determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável". Ao mesmo tempo em que o acreano se vê como um desbravador, que irrompe a floresta, explora e produz, também vê o boliviano como um "vagabundo" ou "preguiçoso", pois não faz o mesmo em suas áreas. Observa-se que não há esforço para compreender que existe outro modo de vida além daquele que é seu.

Além disso, há uma representação dos bolivianos como ariscos, que não gostam de se socializar. Ao mesmo tempo, os bolivianos consideram o brasileiro como um povo "esperto", "que gosta de levar vantagens", e esse lançar de representações acabam por afastá-los. Um capitalismo (o querer lucrar) mais consolidado na região brasileira parece subsidiar a visão dos bolivianos sobre os brasileiros. Ao mesmo tempo, a perda dos territórios para os brasileiros está muito forte nas lembranças dos bolivianos, lembrados desse processo o tempo todo ao ter contato com os simbolismos criados pelo *outro* no lado oposto da fronteira.

Woodward ressalta:

> "As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições (...) as identidades são construídas por meio de uma clara oposição entre 'nós' e 'eles'. A marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação" (WOODWARD, 1992: 41).

Durval M. Albuquerque Júnior (2007), ao traçar historicamente esses embates, responsabiliza-os por muitos dos aspectos de diferenciação atribuídos por brasileiros a bolivianos e outros povos latino-americanos:

> "(...) Esse episódio terá como consequência também o surgimento de uma visão hostil e preconceituosa dos brasileiros em relação aos bolivianos, vistos como um povo feio, ignorante, traiçoeiro, preguiçoso, sujo, características que vêm a se somar em nossos dias aos de contrabandistas e traficantes de droga. As vitórias militares e diplomáticas do Brasil, em relação aos seus países vizinhos, serviram para alimentar entre nós certa visão de superioridade, certa arrogância, que nos faz olhar com preconceito e desprezo para os povos sul-americanos" (ALBUQUERQUE Jr., 2007: 69).

Ainda segundo Albuquerque Júnior, o preconceito acaba falando mais sobre quem emite do que daquele que é atacado, pois são os conceitos e valores daqueles que direcionam a ação desse grupo que estão sendo colocados em voga.

É ilusório pensar que o contato cotidiano entre brasileiros e bolivianos na área de fronteira acaba com as diferenciações e preconceitos, pelo contrário, eles parecem se acirrar ainda mais pelo contato mais próximo, muitas vezes indesejado e conflituoso.

Para além dos confins

A partir da década de 1970, à medida que as fazendas e os grandes proprietários chegaram e os conflitos sociais e agrários agravaram-se, muitas famílias brasileiras atravessaram o rio Acre, passando para o lado boliviano, onde ainda havia a disponibilidade de seringais e terras a ocupar, além disso, se sentiam protegidos

diante da expansão pecuarista. Outro fator que desencadeou a ida ao país vizinho foi a forma pela qual os órgãos responsáveis trataram a distribuição de terra, exigindo da grande maioria dos trabalhadores rurais da região, adaptados ao trabalho de extração da seringa, da castanha e de frutos, que se fixassem e produzissem em pequenos lotes para assegurar propriedades de terra, transtornando o seu modo de vida, assim como a produção social do lugar.

> "O INCRA passou e cortou o seringal e falou: 'Você é dono de uma propriedade aqui'. O cara vai fazer o quê? Passou a vida dele fazendo aquilo que ele fazia. Ele se colocou diante uma areazinha que se ele desse um grito pode incomodar o vizinho. Acostumado a andar o dia inteiro em linha reta e ninguém incomodava ele. Aí tem que trabalhar num lugar que tem que desmatar e enfrentar o sol, e ele não gosta do sol. É questão dele, o trabalho era outro. O psicológico mesmo dele foi-se embora[4] ."

A fixação de brasileiros na fronteira boliviana já descumpria a Constituição Política desse país, na medida em que o artigo 25 determinava a proibição da posse de terras, de água ou subsolo por estrangeiros na faixa de fronteira (área que parte do limite territorial para 50 quilômetros adentro). Porém, a resolução e o cumprimento da lei com a presença dos brasileiros não foram resolvidos imediatamente. Dessa forma, estes continuaram na fronteira boliviana com o Brasil.

> "**Articulo 25 –** Dentro de cincuenta kilómetros de las fronteras, los extranjeros no pueden adquirir ni poseer, por ningún título, suelo ni subsuelo, directa o indirectamente, individualmente o en sociedad, bajo pena de perder, en beneficio del Estado , la propiedad adquirida, excepto el caso de necesidad nacional declarada por ley expresa."

Sob o governo de Evo Morales, a nova Constituição aprovada em 2007 acabou por manter a restrição de posse da zona de segurança fronteiriça e ainda concedeu ao Estado boliviano o direito de desapropriar terras com posse de estrangeiros sem a obrigação de indenizações

> "**Artículo 261 –** I. Constituye zona de seguridad fronteriza los cincuenta kilómetros a partir de la línea de frontera. Ninguna persona extranjera, individualmente o en sociedad, podrá adquirir propiedad en este espacio, directa o indirectamente, ni poseer por ningún título aguas, suelo ni subsuelo. La propiedad o la posesión afectadas en caso de incumplimiento de esta prohibición pasarán a beneficio del Estado, sin ninguna indemnización. La ley podrá prever excepciones a la prohibición."

---

4. Antônio José Passamani, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Plácido de Castro. Entrevista concedida em pesquisa de campo no mês de agosto de 2009, dentro do projeto "Processo de territorialização e identidades sociais: construção material e simbólica do lugar em contextos políticos-economicos e socioambientais distintos", coordenado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Segundo órgãos da imprensa, os brasileiros que atualmente moram na faixa de fronteira da Bolívia começaram a receber as primeiras notificações para deixar o país em maio de 2006. Em setembro de 2009 havia entre 350 e 400 famílias brasileiras que viviam na região e que tinham prazo até dezembro de 2009 para desocupar a área (AGÊNCIA BRASIL, agosto de 2009)[5].

Para apaziguar a situação, foi realizado um acordo entre Brasil e Bolívia mediado pela Organização Internacional para Migrações (OIM). Segundo esse acordo, depois de levantamento de dados sobre as famílias que moram na região, os brasileiros terão a opção de serem reassentados em áreas do interior da Bolívia, longe da fronteira, se naturalizarem (opção para aqueles(as) casados(as) com bolivianos(as), por exemplo) ou, se quiserem, retornar ao Brasil e se candidatar a projetos de reforma agrária brasileiros no Acre (NOTÍCIAS TERRA, setembro de 2009)[6].

Em pesquisa de campo na fronteira acreana, entrevistas concedidas por sindicalistas rurais que atuam na região revelaram que muitos conflitos e mal-entendidos têm ocorrido. Um dos exemplos são os relatos que tratam de pessoas que procuraram se aproveitar da vulnerabilidade dos envolvidos para adquirir propriedades a preço vil. Ainda existe a acusação contra autoridades bolivianas, que estariam procurando apressar a saída desses brasileiros por questões de política interna do país vizinho, visto que tal área é zona de influência de opositores do governo central e seria povoada por aliados de Evo Morales após a desocupação. Tal contexto parece ser reflexo de um período muito conturbado naquele país, haja vista os relatos de mortes em conflitos existentes entre o governo provincial e o governo central boliviano (PORTAL MS, s/d)[7].

Em entrevista ao Blog da Amazônia[8] e disponibilizado no *Jornal Rondônia Agora* (julho de 2009), Waldemar Gomes, seringueiro fixado na fronteira boliviana, ilustra a resistência às propostas dos governos brasileiro e boliviano:

> "Eu não quero isso de jeito nenhum. Não dá pra aceitar uma coisa dessas. Como eu vou levar todas as benfeitorias? Como vou levar minha casa? Gastei R$ 7 mil para construir ela toda de madeira. Aqui, que é perto, os bolivianos já es-

5. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/10/07/materia.2009-10-07.4924077819/view>. Acesso em: 28 out. 2009.
6. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4005943-EI306,00-Comeca+dialogo+sobre+brasileiros+ilegais+em+fronteira+com+Bolivia.html>. Acesso em: 28 out. 2009.
7. Disponível em: <http://www.portalms.com.br/noticias/Exercito-brasileiro-ocupa-pontes-na-fronteira-apos-massacre-na-Bolivia/Mundo/Tragedia/21677.html>. Acesso em: 28 out. 2009.
8. Disponível em: <http://www.rondoniagora.com/noticias/brasileiros-prometem-"tocar-fogo"-em-propriedades-se-forem-expulsos-da-bolivia.htm>. Acesso em 28 out 2009.

> tão fazendo essa questão toda. Imagina o que vão fazer com a gente num lugar mais distante."

Dentro do mesmo depoimento, também são relatados possíveis desencadeamentos por conta do acirramento dos ânimos:

> "Tem muita família de brasileiros pensando em fazer besteira com os bolivianos. Tem gente que tá pensando em ficar lá e matar esses caras. Quando estão no Brasil, os bolivianos parecem santos, mas lá são muito desumanos. Nesta semana mesmo eu vi eles tomando borracha. Um seringueiro vinha descendo o rio numa canoa e eles foram lá e tomaram a borracha. Chefe, eu pelo menos tenho uma partezinha aqui no Brasil, mas muitos tudo o que tem tá jogado lá dentro da Bolívia. Como é que alguém assim vai sair com uma mão no fecho e outra no cano, sem ter para onde ir nem onde ficar? Nenhum de nós vai mais pra dentro da Bolívia, ninguém quer isso."

Segundo a imprensa local, agricultores e seringueiros brasileiros estão se organizando para evitar uma expulsão sumária. Representantes dos agricultores chamaram a atenção para um possível enfrentamento entre brasileiros e a polícia boliviana. O alerta foi dado na primeira reunião de sindicatos, prefeitos, vereadores, deputados e movimentos sociais, a Frente Parlamentar Brasil – Pando, em agosto de 2009. Os produtores não aceitam ser retirados da propriedade em que vivem sem indenização. O presidente boliviano Evo Morales concedeu um prazo até dezembro de 2009 para que os brasileiros residentes saiam dessas localidades e migrem para polos em áreas centrais da Bolívia (45 GRAUS, agosto de 2009)[9].

Adicionado a isso, o *Jornal Rondônia Agora (op. cit)* revela que, no lugar dos brasileiros, o governo de Evo Morales quer realocar quatro mil famílias que estão se deslocando dos Andes para a região. Segundo relatos coletados em pesquisa de campo, quatrocentas já estariam em Santa Rosa de Abunan, próximo ao município acreano de Capixaba, apenas esperando a liberação das terras. O governo boliviano começaria, assim, a induzir a emigração de bolivianos do Altiplano, numa prática de pressão sobre os atuais moradores da faixa de fronteira.

Mesmo que o acordo Brasil-Bolívia-OIM salientasse o compromisso de reassentamento no Brasil, os depoimentos coletados revelam uma sensação de insegurança e de resistência, pois os agricultores/extrativistas temem serem realocados para áreas afastadas de seus familiares e amigos. Além disso, deduzem que o espaço escolhido estará inadequado para o tipo de atividade a que estão acostumados:

> "Veja bem. Quando uma pessoa mora na zona rural, sabe plantar e produzir daquela forma lá, sai de lá e rapidinho ele vai a vida dele. Mas da forma que

9. Disponível em: <http://www.45graus.com.br/geral/44198/brasileiros_que_vivem_em_area_de_fronteira_na_bolivia_devem_desocupar_area.html>. Acesso em: 28 out. 2009.

> ele está, de tirar de como ele está para botar aqui, coitado, vai morrer de fome. Porque ele não consegue viver dessa forma. A questão dele, é viver daquilo que ele tem, vai lá, pega uma faca de seringa, tira o látex, vai lá pega um peixe, mata uma caça. Essa é a cultura dele e tá vivendo dessa forma. E fazer ele viver dessa forma é como pegar uma onça e colocar ela num lugarzinho fechado, em que ela não pode se mexer. É complicado. Quando eu morava aqui na extrema, meu pai tinha uma propriedade, na época, ela tinha mil metros de frente por dois mil metros de fundo. Nos fundos, não tinha dono. Na época abandonamos, hoje quem faz isso? Antes você encontrava 50 a 60 hectares de assentamento, hoje não há mais assentamento, não faz mais. Hoje só tem polos, chácaras, isso com terras que já foi derrubado, hoje já não faz mais assentamento em mato" (Antônio José Passamani).
>
> "A única questão é que é uma área pequena e eles não têm extrativismo, na Bolívia eles têm uma colocação, onde tiram borracha, tiram castanha, onde vivem mais do extrativismo do que da lavoura. E aqui não, eles vivem como agricultores, porque é uma quantidade de terra muito pequena, né? No máximo trinta a quarenta hectares[10]."

A partir de tais fatos, podemos entender que a fronteira acreana com a Bolivia virou um campo de disputas, sujeitas a acusações e ações violentas por ambas as partes, reforçando outro tipo de fronteira tratado por José de Souza Martins, do qual só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem , quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós"* (MARTINS, 1997: 151). É nesse movimento que a identidade é posta em questão.

A configuração da identidade no território do "outro"

Para o geógrafo Rogério Haesbaert, o território oferece um duplo papel: um funcional e outro simbólico, pois se desempenha nele o domínio tanto das realizações por "função" quanto para produzir "significados". "O território é funcional, a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo, ou como fonte de 'recursos naturais' – 'matérias-primas' que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s)" (HAESBAERT , 2004: 3).

Já o conceito de identidade territorial recorre "a uma dimensão histórica do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência condense a memória do grupo" (HAESBAERT, 1999: 180). A (re)construção imaginária de iden-

10. Luiza Cartola, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia. Entrevista obtida em pesquisa de campo no mês de agosto de 2009, dentro do projeto "Processo de territorialização e identidades sociais: construção material e simbólica do lugar em contextos políticos-econômicos e socioambientais distintos", coordenado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

tidade envolve, portanto, uma escolha "entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade" (*op. cit.*). Rogério Haesbaert assevera ainda que a construção da "comunidade imaginada" de qualquer nação ou região faz com que o indivíduo aja como próprio daquele lugar, porque se sente pertencente a esse recorte territorial (nacional, regional ou local).

Autores como Goffmann (1975) e Bauman (1998) entendem que a identidade possui dois elementos de formação: ao mesmo tempo em que é produção do sujeito, é produto de uma sociabilidade, ou seja, uma tentativa de autoimagem subsidiada por questões como a história, a linguagem e o território, e que deve ser validada pelo outro. Dentro da faixa de fronteira boliviana, compartilhada entre brasileiros e bolivianos, a alteridade à qual a construção das identidades é submetida acontece dentro de um mesmo território, realçando disputas que ressuscitam divergências históricas e servem de mote para amparar conflitos.

Para Elias e Scotson (2000), o poder não se restringe às lutas entre origens e nações, tampouco está resumido aos países subdesenvolvidos. Há estabelecidos e *outsiders* em quaisquer relações humanas, e a escolha em qual lado ficar acaba não sendo do sujeito, e, sim, a partir das sociabilidades e do processo de construção de identidade. A partir de um jogo bidirecional, o sujeito é aprisionado dentro de uma identidade por meio do estranhamento do outro. Ao mesmo tempo, ao não saber se colocar perante o *outro,* acaba por considerá-lo como oponente, não permitindo a aproximação, a validação das características culturais e do repertorio do individuo ou do grupo estranho ao seu (ELIAS & SCOTSON, 2000).

No caso aqui em estudo, o estranhamento e as divergências entre indivíduos de diferentes nacionalidades que dividem o mesmo território se acirram, visto que o projeto nacionalista defendido pelo atual presidente boliviano acaba por transformar nações e estrangeiros estabelecidos ou aspirantes em potenciais inimigos. Ao mesmo tempo, quando o camponês/extrativista aciona a sua *brasilidade* em consonância com suas necessidades, tem negado o respaldo desejado, visto que é encarado como um problema também em seu país natal, no qual esperava ser acolhido:

> "Como se trata de uma questão de não ter direitos, de estarem mais próximos de acessos e ficarem num lugar isolado, no centro da floresta, sem acesso a nada, a mais de 50 km de distância, para eles isso é um conflito, pois eles plantaram, produziram uma vida. Tem pessoas que nasceram praticamente dentro da Bolívia e estão lá até hoje. Construíram algo lá. Por que sair de lá, e dar oportunidade dos bolivianos entrarem onde eles moram, e construir tudo de novo dentro da Bolívia, eles preferem vir para cá, no Brasil" (Luiza Cartola).

> "Eu tenho dó desses seringueiros, você chegar e pensar o que ele vão passar caso não coloquem eles num seringal mesmo, para eles trabalharem. Eu já imagino o que vai acontecer com eles, viu? É as filhas se prostituindo, porque elas estão lá, às vezes nem sabe o que é cidade, pois elas se casam e ficam por lá mesmo. Pois bota eles numa casa aí, sem ter no que trabalhar, sem nada o

> que fazer o dia inteiro. Hoje ainda tem o bolsa-família, mas sabe-se lá se uma hora o governo vai acabar com isso? Aí o filho dele está crescendo, necessitando das coisas, pois sabe que necessita, né? E lá ele vê uma coisa e fica e vai ficar de olho naquilo, né? E já vai começar a roubar. A filha vai querer alguma coisa e pode querer se prostituir. Chega naquele caso que a gente espera que chegue, né?" (Antônio José Passamani).
>
> "Se o governo brasileiro não tomar medidas, se não conseguir terras para esse pessoal, as cidades vão se encher de gente. As escolas, os postos de saúde, além de eles não terem um meio de sobrevivência para viver na cidade. Eles querem viver no meio rural, mas para isso eles precisam de terra, né?"[11]

Dentro da fronteira boliviana, os brasileiros ali instalados são um constante lembrete da relatividade e limites da autoidentidade e do interesse comum, que os critérios de nacionalidades e o aparato estatal deveriam determinar com absoluta e definitiva autoridade. Para o *estabelecido,* não se trata apenas do *outro* em si, separado pelas linhas internacionais, mas daquele que pode minar a "diferença entre hóspede e hospedeiro, entre nativo e estrangeiro" dentro do seu próprio território, colocando em dúvida sua própria identidade, a propriedade do lugar, e até mesmo interferir em estruturas políticas e de poder (BAUMAN, 1998: 73).

Em seu livro *Modernidade e holocausto*, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman destaca o processo de estigmatização de judeus na Alemanha no início do século XX. Tendo por referência essa obra, podemos compreender a disposição de manter intacta sua própria identidade mantendo o *outro* a distancia. Ao mesmo tempo em que execra sua proximidade, o sujeito acaba por realçar atributos preconceituosos e racistas, com o objetivo de se proteger:

> "O forasteiro (...) ameaça penetrar o grupo nativo e fundir-se com ele – se medidas preventivas não forem tomadas e rigorosamente observadas. O elemento estranho, portanto, ameaça a unidade e a identidade do grupo nativo, não tanto por confundir o seu controle sobre um território ou sua liberdade de ação pelos padrões conhecidos, mas por borrar a fronteira do próprio território e apagar a diferença entre o modo de vida familiar (certo) e o modo de vida estranho (errado). Esse é o caso do 'inimigo em nosso meio' – que desencadeia um vivo alvoroço para traçar limites, o que por sua vez gera uma pesada precipitação radioativa de antagonismo e ódio àqueles considerados culpados ou suspeitos de jogo duplo, de ficar em cima do muro. (...) A consequência é que se associa inevitavelmente o racismo à estratégia de isolamento. Se as condi-

11. Delma Dias Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Epitaciolândia. Entrevista cedida em pesquisa de campo no mês de agosto de 2009, dentro do projeto "Processo de territorialização e identidades sociais: construção material e simbólica do lugar em contextos político-econômicos e socioambientais distintos", coordenado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

> ções permitem, o racismo exige que a categoria ofensora seja removida para além do território ocupado pelo grupo que ela ofende. Se tais condições não existem, o racismo exige que a categoria ofensora seja fisicamente exterminada. A expulsão e a destruição são métodos intercambiáveis de isolamento" (BAUMAN, 1998: 87-88).

Para Rogério Haesbaert, a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, também relaciona questões econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar". Para discutir a complexidade dos processos de reterritorialização presente no processo de globalização, apresenta a noção de multiterritorialidades, que seria mais do que uma "desterritorização desenraizadora, uma manifestação num processo de reterritorialização espacial descontinuo e extremamente complexo, que devem ser apreendidos pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam", ou seja, a capacidade de se readaptar entre os diversos territórios (HAESBAERT, 2004: 1).

Caso seja necessário retornar ao seu país de origem, porém, o camponês/extrativista leva um choque. Ele não tem a acolhida, ou seja, a espacialidade para o exercício de sua identidade. Ele vive em dois "não lugares", pois não tem segurança na Bolívia, nem se sente abrigado no Brasil. Dessa forma, a noção de multidesterritorialização proposta por Haesbaert (2004) acaba por não tratar casos de "desterritorializações múltiplas", em que o sujeito é afrontado, ameaçado e expulso de todos os lugares, ao mesmo tempo em que não consegue acionar a identidade por ele construída. Diante desse circuito de relações na fronteira, ele não se torna bem quisto em lugar algum, ou seja, a identidade enquanto dispositivo de segurança no entendimento de Bauman (1998) acaba por se deteriorar.

Ao mesmo tempo é permitida aos brasileiros a "naturalização" deste enquanto boliviano, criando uma aparência de sobrevivência seletiva àqueles que se sujeitassem a tais termos. Mas tal exigência acaba por comprometer por completo sua existência enquanto brasileiro, pois não poderá mais recorrer à sua brasilidade em casos de extremo conflito, uma vez que a renunciou. Também é aceito que esses brasileiros possam adentrar ao território boliviano (fora da faixa de fronteira), fato acatado por alguns, que veem nisso a solução para sua necessidade de preservação. Contudo, o preço disso pode ser gradualmente aumentado, em outras dimensões, seja cultural, educativa ou religiosa, em outros processos de sujeição.

No entanto, muitos não se rendem às decisões impostas, particularmente pela força da identidade nacional constituída que encara o boliviano como o *diferente*. Para isso, evoca mitos e atribuições raciais e preconceituosas, frutos de sua constituição enquanto brasileiro.

Ainda assim, essas pessoas passam a ser estigmatizadas em processos de desterritorialização e deterioração identitária, "inseguros sobre a recepção que os

espera na interação face a face e profundamente envolvidos nas várias respostas a essa circunstância". Dessa forma, deverá manter relações com diversos *outros,* até porque, a princípio, não conseguirá se estabelecer num lugar que se constitua num espaço de autodefesa, mesmo um gueto étnico-racial (GOFFMAN, 1988: 157). Estarão convertidos a serem estigmatizados na Bolívia ou marginalizados no Brasil.

> "Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. O social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder, anulando todos os que rompem ou tentam romper com esse modelo. O diferente passa a assumir a categoria de 'nocivo', 'incapaz', fora parâmetro que a sociedade toma como padrão. Ele fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. O social tenta conservar a imagem deteriorada com um esforço constante por manter a eficácia do simbólico e ocultar o que interessa, que é a manutenção do sistema de controle social" (MELO, s/d).

Ao se orientar por referenciais culturais brasileiros, o camponês/extrativista, grupo social constantemente desterritorializado, encara uma dupla ambiguidade: ele encarna uma identidade de brasileiro, porém, o espaço de consolidação de sua identidade nacional e onde busca manter sua forma de vida é no território do outro, o que ocasiona uma série de constrangimentos. Ao acionar a sua identidade enquanto brasileiro, num contexto territorial e social controverso, aciona também o acirramento do estranhamento e potencializa adversidades.

Conclusão

A migração induzida é parte constitutiva e persistente das estratégias do Estado brasileiro no processo de ocupação da Amazônia e, particularmente, do Acre. Contudo, a concentração paulatina dos meios de produção – sobretudo da terra e à parte os movimentos locais de resistência – engendrou a expulsão de alguns grupos para além da fronteira brasileira. Estes passaram a ocupar o lado boliviano da fronteira como forma alternativa, porém precária, de manter a sobrevivência econômica sem perder os laços sociais que os vinculam, ainda, ao lado acreano.

Contudo, atravessar a fronteira do Acre com a Bolívia não foi a mais dolorosa vivência de tais grupos, em termos de sua afirmação identitária no modo de vida extrativista, uma vez que o mesmo está confrontado com um desafio ainda maior, que é a expulsão dos brasileiros residentes na fronteira como política de segurança nacional e afirmação de soberania da parte da Bolívia. Com prazo para deixarem o local, isto é, se desterritorializarem compulsoriamente, tais grupos veem sua nacionalidade como fator restritivo à produção de um lugar no território boliviano, sem que seja um fator favorável à sua reinserção no lado brasileiro e, mais especificamente, no interior acreano.

A descrição e a análise dos processos de socialização na área de fronteira Brasil-Bolívia e na compreensão das visões desses brasileiros acerca do processo deflagrado acabam por revelar disputas identitárias que, historicamente, marcam a ocupação amazônica – na dupla dimensão dessa expansão, qual seja, o fluxo de trabalho dos deserdados da terra e o fluxo de capital.

Esse processo desenraizador acabou por gerar custos econômicos e suscita distúrbios psicossociais, em geral, constroem um senso da vivência da crise, em que modificações socioambientais ocasionam fatores estressantes e quadros de incertezas. Uma circunstância à qual muitos não irão se adaptar, favorecendo ainda mais a distribuição desigual de poder.

Tal desarranjo obriga um constante "re-fabricar" dos mecanismos de coesão social com o intuito de preservação, porém, quando esse processo se constitui continuadamente, se findam as motivações e se cria certo receio de novas experiências de resistência, ocasionando uma ruptura com um conjunto de práticas, revelando o drama dos sucessivos processos de desterritorialização do grupo e seus desdobramentos em termos identitários.

Para tais grupos, qualquer resolução similar às apresentadas pelos Estados brasileiro e boliviano, como o reassentamento em outro espaço, conservará a sensação de fragilidade e vulnerabilidade, provocando artifícios que buscam para sempre a vigilância, reforço e defesa, mesmo que se utilizando de métodos violentos, pois, pessoas que hoje sonham com segurança de longo prazo, hoje sentem-se frequentemente assoladas pela discórdia com o *outro.*

Diante do quadro apresentado, cabe levantar a hipótese (para pesquisas futuras) de como a degradação ambiental e o avanço do setor agropecuarista-industrial na Amazônia acabarão por forçar os povos, sobretudo aqueles advindos de comunidades tradicionais, a emigrar para as regiões de fronteira, e mesmo atravessá-las, no intuito de preservação de seu modo de vida e de sobrevivência em restingas de matas nos países vizinhos onde o avanço do capitalismo não parece pleno, e como esse processo poderá levantar tensões entre membros com identidades culturais tão diferentes.

A questão deflagrada na fronteira boliviana com o Acre não é a única do Brasil que vai contra o mito de pacificidade entre brasileiros e seus patrícios. Outros conflitos no campo estão sendo estudados ao longo da fronteira nacional, como casos na fronteira paraguaia (ALBUQUERQUE, 2009) e na fronteira uruguaia (MELO, 2004).

O recente caso do ataque contra cerca de oitenta brasileiros em Albina, cidade do Suriname no Natal de 2009 (*Folha Online*, dezembro de 2009)[12] , se mostra

12. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u672702.shtml>. Acesso em: 8 jan. 2009.

análogo em partes com o caso aqui tratado, pois evidencia como algumas populações brasileiras, dependentes da extração de produtos primários, acabam por atravessar as fronteiras geopolíticas, iniciando conflitos por concorrência com outros atores, os *estabelecidos* (usando o termo auferido por Norbert Elias), tomando cores de ameaças, muitas vezes concluídas.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. **Horiz. antropol.** [on-line], v. 15, n. 31, p. 137-166, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleções Preconceitos).

ARAUJO, F. G. B. de; HAESBAERTH, R. **Identidades e territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access Editora, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BEZERRA, M. J. **Invenções do Acre:** de território a estado – um olhar social. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss B. Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

ELIAS, N. **O processo civilizador.** v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras., 2008.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, M. A. **Acre:** história e etnologia. Rio de Janeiro: Gráfica da UFRJ, 1991.

GRIGOROWITSCHS, T. O conceito "socialização" caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. **Educ. Soc.** [on-line], v. 29, n. 102, p. 33-54, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

MARTINS, J. de S. **Terra de negócio e terra de trabalho:** contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Fronteiras:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELO, J. L. B. de. O "velho" e o "novo" da violência rural na fronteira Brasil-Uruguai. **Soc. Estado** [on-line], v. 19, n. 1, p. 121-150, 2004.

MELO, Z. M. de M. **Os estigmas:** a deterioração da identidade social. Disponível em: http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf. Acesso em: 5 nov. 2009.

MORAIS, M. de J. **Acrenianidade:** invenção e reinvenção da identidade acreana. Tese (Doutorado). Disponível em: http://www.scribd.com/doc/16590817/MORAIS-Maria-de-Jesus-ACREANIDADE-invencao-e-reinvencao-da-identidade-acreana-TESE-DE-DOUTORADOUFF. Acesso em: 17 set. 2009.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

PAULA, E. A. de; SILVA, S. S. da. **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

SECRETO, M. V. **Soldados da borracha:** trabalhadores entre o sertão e a Amazônia. Uberaba: Fundação Peirópolis, 2007.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 1992.

TRINDADE, A. A. C. **Repertório da prática política brasileira do Direito Internacional Público:** período 1899-1918. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1986.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da *fronteira em movimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

Capítulo VII

USAID e a Disputa pelo Controle dos Recursos Naturais na Amazônia:
nova forma, velho conteúdo

Israel Pereira Dias de Souza
Elder Andrade de Paula

Introdução

Utilizando argumentos pautados na suposta "incapacidade" dos Estados nacionais que detêm territórios na Amazônia continental em assegurar a "conservação da natureza", a USAID lançou no ano de 2006 o Programa Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA). Com aporte inicial de 65 milhões de dólares destinados a financiar cinco consórcios institucionais para atuarem em áreas consideradas estratégicas em toda a Bacia Amazônica, seu objetivo principal é "promover a conservação e o desenvolvimento sustentável em nível transnacional e por toda uma complexa combinação de áreas protegidas, terras indígenas, reservas de uso sustentável e terras particulares".

A magnitude dos objetivos e ambições, bem como a "falta de cerimônia" em sua explicitação, fazem do referido Programa uma peça imprescindível para analisar as disputas pelo domínio dos recursos naturais na Amazônia continental. A orientação do Programa está claramente voltada para o estabelecimento do domínio do governo dos Estados Unidos da América sobre extensas faixas territoriais dessa região. Não obstante, procuram-se dissimular esses interesses recorrendo-se à atualização do discurso da "cooperação internacional" que passa a incluir a proteção do meio ambiente e a defender um "desenvolvimento sustentável". O envolvimento de instituições de pesquisas locais, ONGs e diversas outras organizações representativas da "sociedade civil" figura como uma espécie de "selo de certificação" do produto.

Neste capítulo[1], procuramos mostrar que esse Programa da USAID não é raio em dia de céu despido de nuvens. Ao contrário, expressa de forma mais abrangente – priorizando zonas fronteiriças – uma atualização das estratégias utiliza-

1. Trata-se de uma versão, substancialmente modificada, da comunicação *Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA): Cooperação Internacional e/ou Ecoimperialismo?,* apresentada no IV Encontro da ANPPAS: "Mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate", realizado em Brasília, 2008.

das em outras iniciativas consideradas "localizadas" na Amazônia a partir da década de 1980, momento em que a "sociedade civil" passa a ser interpretada ou vista como a "redentora" dos males produzidos pelo "intervencionismo estatal" na indução do desenvolvimento.

Como sabemos, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-84), as políticas e estratégias de desenvolvimento para a Amazônia foram centradas no Estado, no sentido restrito, isto é, o que Gramsci (1978) denomina de "sociedade política". Ancorados nos fundamentos do Estado como indutor do desenvolvimento e na doutrina da "segurança nacional", os governos militares colocaram em marcha um conjunto de políticas voltadas para a "integração da Amazônia" ao novo processo de acumulação capitalista em curso no país. Em primeira e última instância, cabia ao Estado promover o desenvolvimento da região e "resguardar suas fronteiras".

O fim da ditadura militar no Brasil e em outros países latino-americanos acabou coincidindo com a crise de acumulação capitalista no cenário mundial e, pouco tempo depois, com a queda do "socialismo real" representado pela União Soviética e leste europeu. Nesse contexto, o chamado "Consenso de Washington" – denominação dada às proposições formuladas por Wilianson, pautadas, sobretudo, nas privatizações, liberalização de comércio e desregulamentação da legislação trabalhista – passa a constituir-se na principal referência para a implementação de políticas destinadas a "enfrentar a crise" e promover a "retomada do desenvolvimento". Essas políticas ganharam corpo nas chamadas "reformas do Estado", que, por seu tempo, resultaram, entre outros, na "flexibilização" da soberania dos Estados nacionais periféricos e na intensificação da mercantilização da natureza (PAULA, 2005).

A ofensiva ideológica em prol do "mercado" foi ancorada numa espécie de "satanização" do Estado. Taxado de incompetente e culpado pela referida crise, com as "reformas", este é obrigado a abrir-se à "governança", isto é, à "colaboração" da "sociedade civil", que seria, por assim dizer, a sua redenção.

O termo governança, tal como as "reformas", trará em seu "DNA" uma profunda desconfiança/hostilidade em relação ao Estado e certo "deslumbramento" em relação à "sociedade civil", cada vez mais diluída ou confundida com "mercado". Enquanto o Estado é caracterizado pela força, autoritarismo e incompetência, a "sociedade civil", sacada de base material, passou a sê-lo pelo consenso, liberdade e competência. Esta compreensão e a correlação de forças em que ela se assenta criam, então, as condições para um reordenamento de poder entre "sociedade civil" e sociedade política. Em linhas gerais, isso implicou a transferência de algumas atribuições desta para aquela.

Considerada ainda a principal protagonista da "redemocratização" do Leste europeu e da América Latina, a "sociedade civil" sai desse processo de "crise/reforma" "sacralizada", "esterilizada" em relação aos conflitos e interesses nacionais e

de classes, fortalecida como "espaço" onde supostamente se poderiam harmonizar os mais diversos interesses e apontar os "novos caminhos" para o desenvolvimento e os sujeitos idôneos para tanto. O Estado (em sentido restrito), então, se "subtrai" a algumas de suas funções para que a "sociedade civil" as assuma.

Sob esse novo contexto, as estratégias de apropriação e exploração dos bens naturais da Amazônia vão ficando mais complexas e sofisticadas, tornando mais difícil a percepção dos interesses aí subjacentes. Contribui para isso a consolidação de um consenso em torno do "desenvolvimento sustentável", considerado a "única alternativa" capaz de equacionar os problemas relacionados com o esgotamento dos recursos naturais e as "mudanças climáticas globais". Como bem mostra Arbex Jr. (2005: 39), o "desenvolvimento sustentável" e a "internacionalização da Amazônia" vertebraram a pauta da Eco-92 no Rio de Janeiro. É forçoso reconhecer, no entanto, que atualmente essas duas questões se encontram umbilicalmente entrelaçadas nos discursos dominantes. Pode-se dizer que a primeira, da maneira como vem sendo majoritariamente pensada e implementada, tem dado sustentação à segunda.

Tomando a dianteira e assimilando, a seu modo, parte das reivindicações dos movimentos sociais e ambientalistas diversos, o Banco Mundial se encarregou de estabelecer as diretrizes para o "desenvolvimento sustentável", obviamente (e o fez) nos termos mais aceitáveis e favoráveis ao capital (PAULA, 2005a). Ou seja, trata-se efetivamente de mais um artifício voltado para ocultar, ainda que provisoriamente, as contradições irreconciliáveis entre a lógica da produção destrutiva do capitalismo e a conservação dos bens naturais.

Por hora, a ideologia do "desenvolvimento sustentável" tem se mostrado extremamente eficaz em cumprir esse papel, ao difundir uma suposta comunhão de interesses histórica e estruturalmente divergentes, seja *intra* ou *interestados*, seja na sociedade civil ou na sociedade política, em nome da chamada "governança ambiental". Esse último termo acrescenta à ideia de governança a questão ambiental, que, supostamente, estaria acima ou isenta dos interesses nacionais e de classes. É como se o interesse e o dever de "cuidar" do meio ambiente sobrepujassem quaisquer outros interesses. Diante do caráter universalista, neutro e nobre que é atribuído à questão ambiental, todos os outros interesses (dentre os quais e, sobretudo, os nacionais e populares) seriam particularistas, egoístas ou mesmo espúrios (SOUZA, 2007a: 83).

De modo que a ideia de "governança ambiental" corrobora para a "sacralização" não só de um "sujeito" (sociedade civil), mas também de um "objeto" (meio ambiente). Estabelece-se, assim, um sólido consenso quanto à sociedade civil ser o "sujeito" idôneo para cuidar do meio ambiente. Ilustrativo a esse respeito é a afirmativa de Tilio Neto, autor que atribui à "sociedade civil" não só o respaldo para cuidar do meio ambiente, mas ainda da soberania nacional. Para esse autor, a "substituição dos militares pela 'sociedade civil' remete diretamente a Hermann Heller,

o autor segundo o qual o próprio povo é o detentor do poder soberano" (TILIO NETO, 2003: 128). A "operação" realizada pelo autor é bem simples: democratização + substituição dos militares e diplomatas pela sociedade civil no que diz respeito à tomada de posição com relação à soberania na Amazônia = soberania popular.

Claro que o termo governança ambiental se refere à "cooperação". E os Estados nacionais podem participar dela. Mas, dados sua "incapacidade" e seus interesses – irreparável e egoisticamente nacionais –, eles desempenham um papel de sócio minoritário diante dos países centrais. É assim que a ideia de governança ambiental tem servido de trincheira por trás da qual agentes internacionais têm agido exitosamente, deitando raízes e "flexibilizando" a já opaca soberania dos países da região. Em geral, sua atuação se abriga sob os argumentos de "ajudas" ou "cooperação", postas em marcha principalmente pelas agências multilaterais, instituições governamentais, ONGs e representações locais das chamadas "populações tradicionais".

Para justificar a necessidade das "cooperações", a equação é bem simples. A Amazônia é de importância não regional, mas global. Todos os países têm, portanto, interesse em sua conservação. Ela "estaria" exposta a ameaças transnacionais e os Estados que a compõem são incapazes de sozinhos protegê-la. Todos os países têm, portanto, o dever de conservá-la, não importa a que preço e por quais meios. Os pressupostos das "cooperações" e/ou "ajudas" trazem, assim, em seu seio, a possibilidade de transformá-las em imposição aos "parceiros" ou "sócios" minoritários da região, dissimuladas em terminologias do tipo "soberania relativa", "gestão" ou "conservação partilhada" do meio ambiente.

Em suma, ressaltamos que não se deve subestimar ou ignorar os elementos de dominação nas estratégias de apropriação dos recursos naturais ora em curso na Amazônia. Indubitavelmente, eles continuam sendo imprescindíveis para assegurar o controle dos países centrais, sobretudo dos EUA, contra quaisquer ameaças não passíveis de serem resolvidas pela via do consenso passivo ou ativo[2]. Que o uso da dominação é imprescindível e real nas atuais estratégias imperialistas mostra-nos o episódio da invasão do Iraque. Mas que somente essa via é insuficiente, e desastrosa, mostra-nos o mesmo episódio.

Por isso, faz-se necessária cuidadosa leitura das disputas pela apropriação dos recursos naturais na Amazônia continental e suas repercussões sobre as fronteiras e soberania nos diferentes níveis. É nessa direção que orientamos o presente capítulo.

---

2. Nesta perspectiva e seguindo os passos de Quijano (2005), sugere Souza (2007a: 79-80), pode-se entender a expansão militar dos EUA, presente em 19 países nas Américas Central e do Sul e em 13 no Caribe, como elemento de dominação direta/presencial que visa à conquista ou à manutenção do controle da região e suas riquezas.

USAID e a Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA)[3]

Nesse cenário marcado pela "satanização" do Estado, pela "sacralização" da "sociedade civil" e pela construção do consenso em torno do "desenvolvimento sustentável", o ambientalismo internacional se projeta como força cada vez mais influente na formulação de políticas nacionais. Para melhor entender esse fenômeno, deve-se levar em conta tanto as transformação ocorridas nos Estados nacionais (mencionadas anteriormente), quanto aquelas inscritas no âmbito da "sociedade civil", em que emergem grandes ONGs. Como bem mostra Diegues:

> "As grandes ONGs transnacionais de conservação influenciam não somente as instituições governamentais, mas também as ONGs locais, às quais transferem alguns recursos financeiros desde que estas trabalhem de acordo com o modelo apresentado pelas primeiras (...) A importância dessas megaorganizações cresceu assustadoramente nas últimas duas décadas, pela sua rápida implantação nos países do Terceiro Mundo, a partir de meados da década de 80, quando formou-se o modelo neoliberal de Estado mínimo (...)" (2008: 14).

É nessa conjugação de crescimento de grandes ONGs transnacionais e "retração dos Estados nacionais" – notadamente os situados na periferia e semiperiferia –, somados aos fartos financiamentos, que se pode explicar a proliferação de centenas de pequenas ONGs também na Amazônia. Subordinadas às grandes ONGs e outros agentes de financiamento externo, elas passam gradativamente de coadjuvantes a "atores principais" nas políticas e estratégias de desenvolvimento focadas na questão ambiental. Começam a executar projetos de "interesse comunitário" e aos poucos vão assumindo o lugar da "representação" ante as instituições governamentais, agências e organismos financeiros internacionais (PAULA, 2005).

Essa estratégia, todavia, parece dar sinais de esgotamento. Tanto a redução do volume de financiamento externo que incentivou a proliferação prodigiosa dessas organizações quanto a retomada dos investimentos governamentais na região concorreram para alterar a configuração anterior. Assim, pode-se explicar a formação recente de agrupamentos de diversas ONGs na forma de consórcios, a fim de coordenar a execução de projetos voltados para o apoio ao "desenvolvimento sustentável" em diversas localidades da Amazônia continental. A Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA)[4], um programa financiado pela United States Agency for International Development (USAID) e projetado para toda a Bacia Amazônica, expressa bem o redirecionamento em curso (ver Figura 1 e Quadro 1).

Esse Programa da USAID conta com cinco consórcios, 26 ONGs, organizações representativas das chamadas "populações tradicionais", universidades, agên-

3. Para uma análise mais completa sobre o tema, recomendamos Souza, 2007a.

4. Refere-se à sigla traduzida em português; na versão original em língua inglesa é ABCI.

cias de governo e instituições de pesquisa. Sempre em tom de "terrorismo" (ora velado, ora explícito), a USAID justifica e assenta a proposta de implementação da referida Iniciativa sobre um conjunto de ameaças "impossíveis" de serem contidas pelos governos da região. Dada a suposta debilidade dos Estados nacionais que detêm território na Amazônia continental, para "proteger" esse patrimônio de importância global, a Agência propõe "construir grupos de interesse efetivos para conservação em vários países com o estabelecimento e fortalecimento de redes institucionais em toda a Bacia Amazônica".

Figura 1 Áreas de atuação dos consórcios da ICBA. *Fonte*: http://stat.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20070527/fotos/ad9-1.jpg.

É assim que se pretende justificar também a intervenção de fora sob a rubrica de "parcerias" ou "cooperações": "Novos investimentos e novas estratégias são necessárias para enfrentar essas ameaças e aproveitar as oportunidades promissoras, bem como replicar ou ampliar as estratégias comprovadas a partir da própria região amazônica ou desde fora desta" (USAID, 2006). Desse modo, pode-se decidir o que se entende por conservação para a Amazônia fora de suas fronteiras.

As pretensões anunciadas pelo Programa são tão abrangentes e capilares quanto claras no sentido de tomar o lugar dos Estados da região na formulação de "políticas de conservação" para seus territórios. "A ICBA promoverá a conservação e o desenvolvimento sustentável", diz o documento, "em nível transnacional e por toda uma complexa combinação de áreas protegidas, terras indígenas, reservas de uso sustentável e terras particulares" (USAID, 2006).

Quadro 1 Resumo dos cinco consórcios da ABCI na Amazônia Continental. *Fonte*: USAID (2007).

Consórcio	Objetivo	Foco geográfico	Instituições
Desafiando o Avanço do Desmatamento na Amazônia Brasileira	Fortalecer governança ambiental, apoiar atores locais para lidar com problemas socioambientais associados ao desmatamento	Sudoeste da Amazônia brasileira (estado do Amazonas)	Quatro ONGs lideradas pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil
Conservando a Paisagem de Madidi-Manu da Bolívia e Peru	Melhorar planejamento da paisagem e sua implementação, desenvolver ecoempreendimentos comunitários e construir governança ambiental	Sudoeste da Amazônia: Peru e Bolívia	Cinco ONGs lideradas pela Wildlife Conservation Society
Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica	Fortalecer manejo ambiental de terras indígenas construindo a capacidade de organizações indígenas, e parceiras, de planejar, manejar e proteger estas terras	Quatro locais em escala de paisagem – dois no Brasil, um no Peru e um no Equador	Cinco ONGs lideradas por The Nature Conservancy
Governança Ambiental na Região MAP	Reduzir a perda de biodiversidade e serviços ambientais e servir como um exemplo para colaboração internacional em assuntos transfronteiriços relacionados na Bacia Amazônica	Sudoeste da Amazônia: Peru, Bolívia, Brasil	Quatro universidades, quatro ONGs e uma agência governamental lideradas pela Universidade da Flórida
Meios de Vida Sustentáveis na Amazônia Ocidental	Reduzir a degradação ambiental e melhorar os meios de vida comunitários, aumentando o volume de vendas e a renda de madeira certificada e produtos não madeireiros, da agricultura e do turismo	Amazônia ocidental: Colômbia, Equador, Peru, Bolívia	Três ONGs lideradas pela Rainforest Alliance

Uma das respostas mais abrangentes aos problemas "detectados" pela USAID seria a proteção e gestão das áreas de conservação e uso especial sob controle de comunidades indígenas e outros atores locais interessados e suas organizações. Essas áreas protegidas habitadas, sobretudo em zonas fronteiriças, diz o documento (USAID, 2006), "representam uma oportunidade para que a USAID apoie atividades de conservação que estejam dedicadas a assegurar a subsistência e intimamente vinculadas às mudanças macroeconômicas, políticas e sociais mais amplas, as quais podem determinar o impacto do desenvolvimento sustentável". Isto significa que, a partir das "redes", a ICBA funcionaria como um braço articulador que estabeleceria os contatos necessários para "preparar o terreno", tornando-o mais propício à consecução dos objetivos da USAID e de seu país sede.

Na estratégia de implementação do Programa merece destaque dois componentes importantes: 1) a formação de "consórcios para tratar das questões críticas de conservação na escala da sub-bacia" e 2) "um esforço no nível de toda a Bacia para apoiar a gestão programática e facilitar a colaboração regional para a conservação". O primeiro componente explica o fato de que, em seus primeiros cinco anos (2006-2011), do aporte de $50 milhões da USAID e mais $15 milhões de organizações associadas, 75% desse montante seria transferido aos consórcios. A partir deles, o Programa "complementará iniciativas atuais de conservação na Bacia Amazônica através da capacitação das instituições locais para tratar das ameaças e das oportunidades de conservação em escalas maiores".

As "parecerias desenvolvidas entre os membros de consórcios, entre consórcios e com outras redes regionais fornecerão a fundação institucional para construir parcerias para a conservação" e terão "o papel de auxiliar na implementação do objetivo da USAID de consolidar a ICBA em um programa abrangente com impacto em toda a Bacia". A partir de um enfoque total no ecossistema da Bacia, "este componente da ICBA apoiará intervenções em múltiplas escalas, as quais são necessárias para promover reações abrangentes às ameaças transnacionais, tais como extração ilegal de madeira, tráfico de animais silvestres, incêndios (...)".

Além disso, para alcançar o segundo componente, as ações dos diversos consórcios serão monitoradas e coordenadas pelo Secretariado, grupo de pessoas e instituições responsáveis por dar organicidade aos diversos projetos da ICBA ao longo da Bacia Amazônica. Os responsáveis do Secretariado são: Anthony Anderson (radicado em Brasília), diretor do Secretariado da ABCI (IRG); Jéssica Hidalgo (radicada em Lima), diretora adjunta do Secretariado da ABCI (SPDA); e Doug Pool (radicado nos EUA), coordenador de Programa da ABCI (IRG).

Consórcio "Governança Ambiental na Região MAP"

Apesar de serem cinco os consórcios membros do ICBA, nos deteremos naquele cuja atuação está circunscrita na região em que desenvolvemos nossas pesquisas: a fronteira trinacional formada pelo Brasil, Peru e Bolívia (Figura 2). Nela

atua o consórcio "Governança Ambiental na Região MAP" (G-MAP). O título do Consórcio é bastante elucidativo a respeito das inquietações que movem nossas investigações sobre essa fronteira. Além do termo "governança ambiental" analisado na parte introdutória deste capítulo, aparece outro: "Região MAP".

A sigla MAP (Madre de Dios/Acre/Pando) é usada para designar uma "rede" articulada em 1999[5]. É coordenada por pesquisadores de instituições internacionais e nacionais de diversas ONGs atuantes na Amazônia Sul-Ocidental. Em muito curto espaço de tempo, essa rede obteve grande legitimidade tanto nas esferas da sociedade política (envolvendo a participação de prefeituras e demais instituições governamentais de âmbito estadual e ou departamental) como da "sociedade civil" (abrangendo desde organizações do campesinato e indígenas até a indústria madeireira). Tanto sua atuação transfronteiriça quanto as estratégias que a orientam revelam que o ICBA já estava sendo "encubado" há algum tempo na Amazônia.

Figura 2 Área de atuação do Consórcio "Governança Ambiental na Região MAP". *Fonte*: USAID, 2007.

5. Um grupo de pesquisadores do Brasil, Peru e Bolívia, liderados por Foster Brown, reuniu-se em 1999 na Universidade Federal do Acre (UFAC), em Rio Branco, para discutir formas efetivas de atuação na Amazônia sul-ocidental. De acordo com (REIS et al., 2004), em seu documento final, intitulado "Declaração de Rio Branco sobre Mudanças Globais", procurou-se enfatizar "a necessidade de fortalecimento das relações acadêmicas e institucionais entre os países amazônicos, considerando as peculiaridades biogeofísicas e socioculturais de cada país". Como desdobramento, realizou-se no mesmo local, no ano seguinte (2000), o *workshop* sobre "Indicadores de Usos da Terra", contando com a participação de instituições da Bolívia, do Brasil e do Peru, "quando então surgiu o nome MAP (Madre de Dios-Peru, Acre-Brasil e Pando-Bolívia). O evento caracterizou-se como o primeiro fórum regional, designado de MAP I, envolvendo cerca de 25 cientistas das universidades regionais". A partir daí até 2009, foram realizadas mais sete edições do evento. Para outras informações sobre o MAP ver, entre outros: Chávez et al. (2005), Rioja Ballivián (2005), Melo (2006), Paula (2005b) e Souza (2007a).

Para escolher os consórcios, a USAID se valeu de uma análise "muito criteriosa". "A ICBA apoiará consórcios de atores interessados para lidar com as ameaças e oportunidades prioritárias para a ICBA (...)". Aqui a mensagem é muito clara. O que está sendo posto em pauta não é o que poderia ser prioritário para os Estados e sujeitos da região, mas, sim, o que é prioritário, antes e acima de tudo, para a ICBA. Em outras palavras, a pauta dos consórcios já está previamente decidida. Donde se infere sua "passividade ideológica". A esse respeito, é muito ilustrativa a conversa que tivemos com um professor da Universidade Federal do Acre (UFAC) sobre o referido Programa.

Dizia ele que um dos dirigentes do referido Consórcio, insistentemente, o convidara a tomar parte no programa. O professor, por seu turno, argumentava que essa empreitada requeria, além de tempo, pesquisadores bolsistas e verba para pagá-los[6]. Em resposta o dirigente disse: "Olha, eu não quero muita coisa de vocês, não, quero só os dados. 'Me deem' só os dados". Traduzindo em linguagem clara: vocês não precisam pensar, apenas operar. Sejam "ideologicamente passivos", mas efetivamente operativos.

Isso significa que, para ser aceito e receber as doações, o consórcio terá de "compartilhar" (de boa vontade ou não) da tese das "ameaças" e, por conseguinte, das debilidades dos Estados nacionais para resolvê-las. Uma vez detectado o "mal", terá de trabalhar em função dos "remédios" recomendados pela própria ICBA. Tutelados dessa forma, então, "cada consórcio estará concentrado em determinado tema ou área geográfica da Bacia. Grupos que optem por tratar de um tema específico também terão de identificar locais específicos para investir em atividades *in loco*".

Com base nisso, não seria exagero, portanto, caracterizar os consórcios como: 1) ideologicamente passivos, 2) efetivamente operativos e 3) geograficamente estratégicos, de modo a alcançarem toda a região. Eles funcionariam, por assim dizer, como "reprodutores ideológicos intermediários" ou "correias de transmissão" entre os grupos de base e, através da Iniciativa e do Secretariado, a própria USAID. Sua função, além de operativa (tem que sê-lo, por exigência da própria USAID), é também sumamente estratégica no sentido da construção do consenso e de se estabelecerem como lideranças entre os sujeitos e instituições locais.

Percebe-se, assim, que os consórcios guardam passividade ideológica unicamente para com a ICBA, mas não para com os grupos de base. Em relação a estes, os consórcios têm de ser bastante ativos no sentido da reprodução das orientações ideológicas de sua matriz. Veja-se, por exemplo, a defesa da ideia de "governança ambiental" e, portanto, da ingerência privada e estrangeira na região a que esta pode se prestar. Vemos aqui um casamento perfeito.

---

6. Questionava ainda a baixa remuneração da bolsa a ser paga, apenas trezentos reais.

Vejamos a respeito desse ponto as seguintes recomendações da Carta de Cobija[7]: "1. Acelerar o processo de integração trinacional das instituições governamentais e não governamentais, através de acordos de longo prazo que promovam a capacitação recíproca de pessoal e o desenvolvimento de projetos conjuntos. (...) 5. Fortalecer a capacidade de gestão das instituições que administram os recursos naturais e o meio ambiente da região MAP, com ênfase no gerenciamento do uso da terra. (...) 9. Fortalecer, ou estabelecer, políticas de Estado que permitam maior participação dos atores sociais na tomada de decisões para a gestão de seu território e recursos naturais, e apoiem o desenvolvimento da educação e a saúde. (...) 13. Garantir a presença efetiva de autoridades que resguardem a ordem e os recursos naturais, na região fronteiriça MAP".

Quanto a esta última recomendação, poderíamos perguntar: Ela se refere a garantir a presença de autoridades como a USAID na região? Claro que, da mesma forma, podemos responder que não necessariamente. A pergunta é um tanto forçada, embora não de toda infundada[8]. Mas é importante observar que essa recomendação desnuda a harmonia que há entre a visão que a Iniciativa MAP e a USAID têm quanto à capacidade dos Estados nacionais da região em "cuidar da natureza" em seus territórios.

---

7. Documento seminal da Iniciativa MAP. Segundo os dirigentes da Iniciativa, este é "um documento conjunto que contiene los resultados de la reunión proyectando, al mismo tiempo, distintas líneas de acción hacia futuro en el marco del desarrollo sostenible. Esto pronunciamiento se convertió en una suerte de norma o guia para los seguientes encuentros anuales" (CHÁVEZ et al., 2005: 50-51).

8. Faz tempo que a USAID, ao lado do BM, atua em solos estrangeiros a fim de garantir o domínio dos EUA sobre economias e territórios alheios. No Haiti, em 1981, "começou-se a implementar uma estratégia de desenvolvimento da USAID-Banco Mundial baseada na fábricas montadoras e na agroexportação, abandonando-se a produção agrícola para consumo local. A USAID previu 'uma mudança histórica em favor de uma interdependência de mercado mais profunda com os EUA', no que iria se tornar a 'Taiwan do Caribe'. O Banco Mundial ajudou, oferecendo as receitas usuais de 'expansão da iniciativa privada' e minimização dos 'objetivos sociais', aumentando desse modo a desigualdade e a pobreza e rebaixando os níveis de educação e saúde. Vale a pena assinalar que essas receitas usuais vinham acompanhadas de sermões sobre a necessidade de diminuir a desigualdade e a pobreza e melhorar os índices de saúde e educação. No caso do Haiti, as consequências foram as já conhecidas: lucros para os fabricantes americanos e para os haitianos superricos e declínio dos salários haitianos em 56 por cento durante toda a década de 1980 – em suma, um 'milagre econômico'. Mas o Haiti continuou sendo o Haiti, enquanto Taiwan seguiu um caminho radicalmente diferente (...). Foi a tentativa do primeiro governo democrático do Haiti de aliviar o desastre crescente que despertou a hostilidade e o terror subseqüente; uma vez 'restaurada e democracia', a USAID está retendo a ajuda a fim de pressionar pela privatização das fábricas de cimento e dos moinhos de trigo, em benefício dos haitianos ricos e dos investidores estrangeiros (a 'Sociedade Civil' haitiana, segundo as instituições que acompanham a restauração da democracia), ao mesmo tempo em que proíbe os gastos com saúde e educação" (CHOMSKY, 2002: 120-121).

Vale destacar ainda a localização geoestratégica de atuação do G-MAP, de forma que ele possa "servir como um exemplo de 'colaboração internacional' em assuntos transfronteiriços na Bacia Amazônica" (USAID, 2007). "O consórcio fortalecerá a governança ambiental para ajudar a reduzir a perda prevista da diversidade biológica e dos serviços ambientais, e para servir como um exemplo de colaboração internacional em assuntos transfronteiriços na Bacia Amazônica" (USAID, 2007).

O conjunto de tudo isso possibilita uma extraordinária ingerência estrangeira na região. Fica clara a partir do que se discutiu até aqui a intenção de espraiar o projeto através da ampliação da "rede"[9]. De modo que o objetivo da atuação do "G-MAP" é, seguindo as orientações da USAID, consolidar o consenso em torno da "questão ambiental" e, com isso, envolver desde o cidadão comum até cientistas e universidades, desde ONGs, governos até a iniciativa privada. Tudo isso, diga-se, alicerçando-se numa compreensão para além, ou melhor, apesar das fronteiras políticas entre os Estados nacionais envolvidos.

Atuação do Consórcio

A esta altura, convém registrar aqui o nome das instituições e organizações componentes do Consórcio e refletir sobre as relações que elas mantêm entre si e suas estratégias de atuação na região. São quatro universidades: Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Amazônica de Pando (UAP), Universidade Nacional Amazônica de Madre de Dios (UNAMAD) e Universidade da Flórida (UF); cinco ONGs: Woods Hole Research Center (WHRC-EUA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), SOS Amazônia, Herencia, Instituto Nacional de Desenvolvimento (INADE); e uma agência governamental: Projeto Especial de Madre de Dios (PEMD). À Universidade da Flórida coube o papel de líder no Consórcio.

É preciso que se diga que, entre as instituições de nível superior dos EUA, a UF é a que reúne o maior número de estudiosos da Amazônia e atua a serviço dos interesses estadunidenses "coordenando" projetos de pesquisas, acumulando conhecimentos sobre a região e exercendo papel de liderança entre outras instituições locais e regionais. Através do Programa Tropical Conservation and Development (TCD), ela tem desenvolvido projetos regionais de pesquisa e educação que envolvem centenas de estudantes de graduação da Amazônia continental e dos EUA.

Além disso, ela é responsável por orientar e financiar pesquisas e eventos científicos na região, construindo e consolidando, dessa forma, sua hegemonia no campo do conhecimento: influenciando fortemente os "objetos" e os métodos das

9. Seguindo os passos de Paula (2005), entenderemos as "redes" aqui como "aparelhos privados de hegemonia" pertencentes à esfera da "sociedade civil" e, portanto, como constitutivas do "Estado ampliado".

pesquisas e se apropriando de seus resultados. Anualmente, ela promove, em parceria com a Universidade Federal do Acre (UFAC), o Seminário de Pesquisa Científica UFAC-Flórida. Também, no I Simpósio de Investigação Socioambiental na fronteira trinacional Amazônica (Bolívia, Peru e Brasil), ela mostrou sua capacidade de patrocínio de pesquisa na região. Esse evento foi organizado pela UFAC, a Universidade Amazônica de Pando (UAP) e a Universidade Nacional Amazônica de Madre de Dios (UNAMAD) e ocorreu em Brasileia em fins de 2007. Chamou atenção a quantidade significativa de trabalhos patrocinados pela Universidade da Flórida (UF).

Vale lembrar, ainda, o intercâmbio que a UF promove entre professores e alunos, levando os da região a estudarem nos EUA e, por outro lado, trazendo os docentes e discentes dos EUA para a região. No momento também salta aos olhos o esforço que a UF faz para melhor se "entrosar" com os cursos de Pós-Graduação na Amazônia, oferecendo cursos e oficinas e buscando orientar ou co-orientar os trabalhos de conclusão dos respectivos cursos.

De outro lado, a UF tem incentivado a formação de ONGs em diversos pontos estratégicos da Amazônia para atuar em pesquisa e extensão, como é o caso do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE). Criada no final da década de 1980 em "parceria" com a UFAC, essa ONG passou a influenciar a formação de uma articulação de instituições locais de pesquisa "dedicada a investigar alternativas de uso sustentável de recursos naturais no estado brasileiro do Acre". Ela também tem mantido acordos de longo prazo para "capacitação de recursos humanos", treinamento e pesquisa "colaborativa" com diversas instituições regionais. Através do Programa "Working Forest in the Tropics", ela executa pesquisa no setor florestal, oferece treinamento a alunos de graduação, incentiva e apoia os "mais destacados" a fazerem pós- graduação na UF e promove conferências periódicas que reúnem "atores"-chave de toda a Bacia Amazônica e de outras regiões tropicais.

Por se tratar de uma instituição atuante já há algum tempo na região, com significativas relações pessoais e institucionais, e por ficar responsável pela gestão do "G-MAP", a UF fez com que este aparentasse ser apenas mais um "Programa" dentre outros. Desse modo, parece não ter despertado desconfiança entre seus diversos "parceiros", como é o caso dos professores da UFAC envolvidos no programa com os quais conversamos. Todos eles, sem exceção, encararam o Programa com muita naturalidade e, alguns, até com certo entusiasmo.

O G-MAP, entretanto, não goza de unanimidade nem na região, nem no seio da própria Iniciativa MAP. Segundo um dos professores entrevistados na presente pesquisa, que também é liderança do MAP, não se pode afirmar que o Consórcio "G-MAP" seja obra da Iniciativa MAP. Para ele, o Consórcio é um programa paralelo à Iniciativa, "que é muito maior que ele". Apenas algumas pessoas que dela participam se uniram, fizeram o projeto e o apresentaram à USAID. De nossa parte,

porém, parece não haver dúvidas de que se trata de desdobramento em dimensões mais ambiciosas e profundas do experimento em curso denominado "Iniciativa MAP".

As grandes beneficiárias do Projeto seriam as ONGs e a UF. Elas ficaram com a maior soma dos recursos e com a parte executiva. Dos U$ 7 milhões destinados ao G-MAP ao longo dos cinco anos de execução da ICBA, a UFAC ficaria com apenas U$ 80 mil. Isso significa que, mesmo entre as nove instituições, não havia simetria nem transparência na "divisão do bolo". As assimetrias, os privilégios das ONGs e a ausência total de autonomia dentro do Consórcio obrigaram as instituições de ensino superior da região (UFAC, UAP UNAMAD) a ensaiarem a saída do programa. Seus representantes, em conjunto, chegaram a elaborar um documento oficializando seu desligamento.

O referido documento contém as seguintes alegações:

> "(...) **nossa participação efetiva no Projeto Governança Ambiental na Região MAP tem sofrido muitos obstáculos** (grifo nosso). Por exemplo, a assignação dos recursos do Projeto às universidades não é proporcional à suas contrapartes, assim como não se tem considerado uma porcentagem para os custos administrativos para a UNAMAD. Além disso, o componente 3 (fortalecimento regional para a governança ambiental) do Projeto, donde as universidades seriam organizações-chave, é só um denominativo, pois no pressuposto técnico e econômico somente 15% dos recursos totais do componente serão manejados por elas. Assim, ao final **nossa participação não é efetiva** (grifo nosso). (...) tivemos várias tentativas de diálogo com as outras organizações que compõem o Consórcio, poucos avanços obtivemos. A Universidade da Flórida (UF), instituição líder do projeto, ainda não manifestou nenhuma reação de apoio às universidades (...)" (Posiciones de las universidades en el Proyeto G-MAP/USAID, 2007).

Quando interpelamos uma das principais referências do MAP sobre a alegação das universidades em relação à falta de autonomia e poucos recursos, ela argumentou que isso se deve unicamente às pessoas da Iniciativa MAP que redigiram o projeto do consórcio e não à UF e nem à USAID. Em conversa com o professor da UF (coordenador do G-MAP perante a USAID), no entanto, este afirmou que o programa ficou dessa forma por conta das "grandes ONGs". Segundo ele, principais responsáveis pela elaboração da ICBA, as "grandes ONGs" desenharam o programa para que "as atividades não ficassem nas mãos de pequenas organizações e instituições".

Por fim, as universidades condicionaram sua permanência no consórcio à observância dos seguintes pontos: 1) A completa coordenação técnica do componente 3 do Projeto e de seu pressuposto econômico (1,5 milhão) pela UNAMAD, UAP e UFAC, incluindo a total autonomia para mudar , incluir e/ou adequar

atividades, metodologias e produtos. 2) Integrar de forma mais real e objetiva os esforços de nossas instituições através de nossa participação mais ativa nos diferentes subprojetos, incluindo nossa assistência técnica, mas efetiva, no desenvolvimento e na planificação dos outros três componentes do Projeto. 3) Além do controle de 100% do pressuposto econômico do componente, que sejam considerados como mínimo os 30% para gastos administrativos.

A UFAC realmente saiu do projeto, acompanhada posteriormente pela UAP da Bolívia. A UNAMAD permaneceu. Uma das pessoas entrevistadas atribuía a permanência à carência financeira da referida universidade. Seja como for, sua permanência não implica que ela tenha conseguido mais autonomia, posto que o projeto não foi "redesenhado" e, portanto, continua orientado para a consecução dos objetivos da agência financiadora.

Sobre as interpretações do Programa e sua suspensão

Alertando sobre a interferência na "soberania nacional" de um programa claramente intervencionista como esse de autoria da USAID, o deputado federal Carlos Souza (PRB-AM) apresentou um requerimento à Câmara dos Deputados para ser encaminhado ao Ministério da Defesa. Nesse requerimento, solicitou que fossem "tomadas enérgicas providências que impeçam a USAID de criar os referidos consórcios, pois não teremos como controlar o fluxo de informações sobre a biodiversidade brasileira, coletadas pelas organizações não governamentais contratadas e pagas pela USAID para atuarem em terras brasileiras, com isso, ferindo de morte nossa soberania" (http://www.camara.gov.br/sileg/integras/465175.pdf).

Para o referido parlamentar, isso seria uma forma "velada de intervencionismo" na soberania brasileira, já que "desejam estabelecer áreas, dentro do território nacional, com restrições à implantação de importantes projetos de infraestrutura, e.g. a construção das hidrelétricas no Rio Madeira; a rodovia que faz a ligação da Amazônia com o Oceano Pacífico; a instalação do gasoduto Urucu-Porto Velho; e a pavimentação de rodovias e outras obras na região". "Minha preocupação", concluía o requerimento do deputado, "reside no entendimento de que tal Iniciativa, levada a cabo, pode trazer no seu bojo a concretização do pesadelo que há anos paira sobre a Amazônia. Referimo-nos à ameaça de internacionalização. Tudo leva a crer que a Iniciativa submete a região amazônica aos interesses dos países ricos, que nunca tiraram seus cobiçosos olhos da Amazônia".

O jornal *Correio Brasiliense*, por seu turno, dava-nos conta de que o secretário de Política, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério da Defesa, general Maynard Santa Rosa, enviaria ao Itamaraty e a outros ministérios responsáveis pela gestão da Região Norte um parecer recomendando a paralisação de qualquer iniciativa das ONGs no lado brasileiro: "O parecer será contrário à implementação porque ele contraria os interesses nacionais. Estamos elaborando

um documento que será entregue a todos os ministérios envolvidos com o assunto". Por fim, o Itamaraty exigiu que a Agência suspendesse a execução do Programa. Possivelmente, foi isso que a fez tirar o texto do ICBA de seu endereço eletrônico.

Na entrevista concedida ao *Correio Brasiliense*, o general deixava transparecer que sua principal preocupação eram as ONGs. Ele alegava que "existem mais de 100 mil ONGs de todos os tipos e interesses atuando sem que o Estado brasileiro tenha controle sobre elas (...)". Como essas organizações atuam sob a proteção da Constituição, elas estão a salvo de declararem suas intenções e podem, por isso, defender "interesses ocultos das suas fontes de financiamento (...). Acredito até que elas agem intencionalmente para fragilizar o controle do Estado sobre o território", concluía o militar sublinhando o papel político dessas organizações.

A análise do militar a respeito das ONGs faz-se notar por duas coisas, intimamente ligadas entre si e que, em última instância, obstaculizam a compreensão da complexidade, da magnitude e dos sujeitos envolvidos na disputa territorial na Amazônia: 1) Ela remonta a um *revival* da doutrina da "segurança nacional" para reafirmar a concepção de soberania das forças armadas brasileiras. 2) Talvez em razão da ideia "conspiracionista" que marca a referida doutrina, o militar não leva em consideração o grau de complexidade da atuação das ONGs. Substituir os "comunistas" pelas ONGs como "ameaça" à "segurança nacional" não expressa somente falta de imaginação, mas também monumental simplificação do problema. Com efeito, isso certamente contribui para que se "coe um mosquito e se engula um camelo", para usar as palavras de Cristo.

Ajuda na tarefa de apreender a complexidade desse processo ter em conta que é através da "sociedade civil" (nacional e internacional) que as classes e os países dominantes buscam assegurar sua supremacia via "direção" sobre as classes, grupos e países subalternos. E para desempenhar a função de reprodutoras dessa "dominação ideológica", as ONGs não precisam, necessariamente, se valer de recursos ilegais, à margem da lei ou às costas do Estado.

Aprendemos com Gramsci que é através da direção política, intelectual, moral e cultural que um grupo se torna hegemônico e mantém sua hegemonia, o que envolve a difusão de ideias, valores, consenso. Por isso, a hegemonia de um grupo se apresenta como algo que opera sobre a estrutura econômica, sobre a organização política da sociedade e também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978: 5).

A produção/reprodução do consenso não se dá somente através de ONGs, mas através de uma articulada e complexa rede de instituições (o que Gramsci denominou de "aparelhos privados de hegemonia"), incluindo desde escolas, sindicatos, Igrejas e movimentos sociais até os jornais e outros meios de comunicação. Esses aparelhos, como nos lembra Simionatto (2004: 44), "têm por finalidade

inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente". Portanto, a "fragilização do controle do Estado sobre seu território", para usar a expressão do militar, não precisa se dar na "clandestinidade". Ao contrário, ela tem sido tanto mais exitosa por se dar à luz do dia e aos olhos da sociedade e, em certa medida, com a colaboração significativa de parcelas atuantes dela.

No âmbito das relações internacionais, esse processo envolve, além das ONGs, "respeitadas" agências multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em que pese o fato de essas agências estarem fomentando na região amazônica projetos claramente voltados aos interesses de seu país sede (EUA), elas contam com o apoio vindo tanto da "sociedade civil" quanto da "sociedade política". E não se trata de aquiescência passiva apenas, mas também de apoio ativo, como se verá mais adiante.

É isso o que podemos compreender a partir de Arrighi (1996) e de seu conceito de "hegemonia mundial". Para o referido autor, um "Estado dominante exerce função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando o interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante". Neste ponto em especial, através da "sociedade civil internacional" as agências multilaterais ligadas ao país do norte têm conseguido construir/consolidar sua hegemonia por meio do monopólio de pesquisas científicas relacionadas à biodiversidade e da coordenação de um conjunto de "redes" e "consórcios" envolvidos em projetos de cunho ambientalista que, em nome da "governança ambiental", têm dilapidado a soberania dos Estados nacionais da região sobre seus territórios/recursos.

Através de e com a sociedade política, essas agências multilaterais têm levado a cabo uma extraordinária desregulamentação na legislação ambiental, intensificando a mercantilização e a privatização dos recursos naturais e, dessa forma, facilitando o acesso dos capitais privados a eles[10]. Portanto, é preciso não desconsiderar que esse tipo de Iniciativa (ICBA) conta não só com o apoio das ONGs, mas com o de muitos outros sujeitos da sociedade civil nacional e internacional. Além do mais, quanto a esse feito, a sociedade política também merece crédito. Vejamos dois exemplos específicos. O primeiro no cenário nacional, e o segundo no regional.

Num artigo intitulado "A USAID e a 'governança mundial' da Amazônia", Nilder Costa interpreta a Lei de Gestão de Florestas Públicas e a divisão do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), da qual surgiu o Instituto Chico Mendes, como uma espécie de sinal favorável à internacionalização da Amazônia. No referido artigo, o autor lembra que o presidente do

10. Vejam-se as leis de concessão de florestas públicas para exploração da iniciativa privada. Lei 1.426/2001 no Acre e 11.284/2006 no cenário nacional.

Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Tasso Azevedo, foi acusado de fazer proselitismo internacional colocando à venda boa parte da Floresta Amazônica. Azevedo é partidário da ideia de que a "conservação" da Floresta Amazônica é tarefa de várias nações, tendo sugerido na 7ª Sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF), realizada em abril de 2007, que os "países desenvolvidos ajudem o Brasil a preservar a Amazônia".

Em reportagem publicada no jornal *A Gazeta* de 20 de julho de 2007, intitulada "ONGs acreanas defendem financiamento de americano", Silvia Brilhante (representante da SOS Amazônia no Comitê Gestor do Consórcio G-MAP) diz que, antes de firmar parceria com a Agência estadunidense, havia recebido apoio dos governos do Acre e do Peru. Os governos teriam afirmado que as ações propostas pela ICBA contribuiriam para o aumento das governanças pretendidas e auxiliariam "a mudar a tendência convencional de empobrecimento ambiental, considerando, assim, o projeto importante para a região (...). Logo, quando soubemos desses rumores, de suspeitas por parte de algumas pessoas, quanto à seriedade do projeto", continuava Silvia, "fomos procurar as pessoas que nos apoiaram. O secretário de Planejamento do estado do Acre, Gilberto Siqueira, por exemplo, disse que, se fosse necessário, seria escrita uma nova carta (*sic*) afirmando que o projeto é importante para o Estado. Também o deputado federal Nilson Mourão (PT-AC) manifestou apoio a nossa iniciativa".

Na tentativa de justificar o programa, Silvia alegava que o seu objetivo era "fortalecer as instituições governamentais e a sociedade civil para a governança ambiental na região, para potencializar os benefícios e reduzir os impactos adversos dessas mudanças". Mesmo sabendo da suspensão (temporária?) do programa, nada indica que ele ou outro de mesmo teor venha a se desenvolver por outras vias.

Apesar do tom de justificativa apresentado acima, Silvia não hesita em afirmar que, "se não for com recursos da USAID, vamos buscar outros parceiros para desenvolver essas ações. Nosso objetivo é preservar o meio ambiente". Por esse prisma, podemos colocar sob ponderação a afirmativa de Tilio Neto (2003: 127), autor para quem a "sociedade civil", substituindo os "atores tradicionais (diplomatas e militares) no que diz respeito à tomada de posição com relação à soberania na Amazônia", supostamente fortaleceria a "soberania popular".

Resta-nos concluir que a "operação" efetuada pelo autor supracitado pode até ser simples, mas não é correta. Diríamos mesmo que ela é perigosa, pois que, dando homogeneidade, auréola e traços angelicais à "sociedade civil", camufla os interesses e conflitos de classes e nacionais presentes em seu seio. É importante, assim, não perder de vista que as "redes", como os demais elementos constitutivos da "sociedade civil", jamais "são completamente desmaterializadas" e, portanto, "desterritorializadas".

Dessa forma, seguindo Haesbaert (2006: 298-299), podemos dizer que, se entendidas "como componentes dos territórios, as redes podem assim estar a ser-

viço tanto de processos sociais que estruturam quanto de processos que desestruturam territórios". Seu papel é, portanto, ambivalente. Elas podem tanto levar a maior controle sobre o território quanto trabalhar no sentido de transferir esse controle a seu país sede (das "redes").

A fragilidade da soberania que daí poderia advir é, sem dúvida, tremenda. Não é preciso grande esforço para percebê-la já, diante dos olhos. É isto que se pode depreender do estudo da ICBA. Ainda que esta reivindique "virtuosa cooperação" entre sujeitos regionais, nacionais e internacionais em favor do meio ambiente e do "desenvolvimento sustentável", sua atuação pode ser colocada sob a rubrica daquilo que Leff (2000: 329) denomina de "ecoimperialismo", isto é, uma estratégia que "explora o recurso da conservação como uma nova forma de protecionismo e que dá a países e consórcios o poder de apropriação de recursos do planeta. Assim, vai-se desenhando o rosto de um 'ecofascismo' que utiliza a causa ecológica para legitimar ações de subjugação das classes oprimidas (...)".

Considerações finais

Com o exposto neste capítulo, procuramos colocar em evidência a complexidade das disputas pelo controle dos recursos naturais na Amazônia continental e como repercute na territorialização no seu sentido mais amplo, isto é, os domínios do Estado nacional. A rede de atores sociais e seu entrelaçamento com instituições governamentais e ONGs internacionais, mobilizados através do ICBA/USAID para fins de afirmação de um consenso em torno de um padrão homogeinizador de exploração dos recursos diversos da região – definido genericamente como "desenvolvimento sustentável" –, revela com nitidez a "nova forma" a que nos referimos no título. Através dessa inovação o colonialismo ganha novo fôlego sem perder o velho conteúdo, rejuvenesce e se legitima sob a aparência de uma "cooperação virtuosa" e necessária para colocar em marcha um estilo de desenvolvimento supostamente verde e democrático.

No que diz respeito às suas repercussões sobre a territorialização na zona de fronteira analisada, poderíamos dizer, sinteticamente, que expressa uma tentativa extremamente ousada no sentido de criar as condições para uma possível reconfiguração de fronteiras no futuro. A profundidade e a meticulosidade com que se processam as articulações capilares em todo o tecido social parecem revelar pretensões nessa direção. Reconhecemos, contudo, que os dados obtidos nas nossas pesquisas até o momento são insuficientes para avançar nessa assertiva, é preciso ir muito além nas investigações.

Outro detalhe não menos importante é que o cenário sobre o qual o ICBA foi projetado já não é mais o mesmo; sua rejeição (não sabemos ainda se provisória ou definitiva) por parte dos governos do Brasil e Bolívia expressa de forma nítida esse fato. Ademais, as ofensivas mais recentes e ambiciosas do governo brasileiro

na região, analisadas em outro capítulo deste livro[11], reforçam a ideia de que as disputas pelo controle dos recursos naturais na Amazônia continental estão elevando substancialmente a "temperatura" das disputas de ordem geopolítica na região. Enfim, diante do exposto, as inconclusões parecem, no momento, mais estimulantes do que as possíveis conclusões...

Referências bibliográficas

ARBEX JR., J. "Terra sem povo", crime sem castigo. Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, M. **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: NCPq, 2005.

ARRIGHII, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edunesp, 1996.

CHÁVEZ, A. R. et al. **Pensando la Amazônia desde Pando**: El MAP, una iniciativa trinacional de desarrollo. La Paz: FUNDACIÓN PIEB, 2005.

CHOMSKY, N. **O lucro os as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2002.

COSTA, N. **A USAID e a 'governança mundial' da Amazônia**. Disponível em: http://www.alerta.inf.br/Geral/994.html. Acesso em: 25 set. 2007.

DIEGUES, C. A **Ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenal: Ed. da FURB, 2000.

MELO, J. de J. S. **Desenvolvimento e meio ambiente na fronteira trinacional Amazônica**: um estudo da atuação do MAP (Madre de Diós – Acre – Pando). 2006. Dissertação (Mestrado), UFAC, Rio Branco.

PAULA, E. A. de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005a. (Séries Dissertações e Teses – 7).

_____. Internacionalização da Amazônia sob a hegemonia estadunidense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 6.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 7., 2005, Conservatória, RJ. **Anais...** Conservatória-RJ, 2005b.

_____. **Sociedade civil internacional e meio ambiente na Amazônia**: um estudo do MAP

na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. México: Observatório Latinoamericano de Geopolítica. 2008. Disponível em: http://www.geopolitica.ws/leer.php/133. Acesso em: 5 fev. 2010.

11. Capítulo III, "Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas".

RIOJA BALLIVIÁN, G. Antropología de frontera: investigación em region Trinacional MAP. **Revista de Antropologia Iberoamericana**, n. 43, 2005.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SOUZA, I. P. D. de. **Soberania e "governança ambiental" na Amazônia sul-ocidental**: um olhar sobre a Iniciativa MAP. 2007a. Dissertação (Mestrado), UFAC, Rio Branco.

_____. **Amazônia e hegemonias mundiais**. Trabalho apresentado no I Simpósio de Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Acre-UFAC/Brasil, 2007b.

TILIO NETO, P. de. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

USAID. **Iniciativa de conservação da Bacia Amazônica**. Documento conceitual, 2006.

_____. **Iniciativa de conservação da Bacia Amazônica**: desenhos, atividades propostas e resultados esperados. 2007.

Parte II

Trabalho, Território e Conflitos Sociais

Capítulo VIII

Entre o Trabalho Dividido e o Trabalho em Cooperação:

as representações de trabalhadores rurais assentados sobre cooperação e cooperativas[1]

Rosemeire Aparecida Scopinho

Introdução

O trabalho rural não está alheio às mudanças que se processam na sociedade brasileira. Nos anos 1970, intensificou-se a expansão dos complexos agroindustriais com base no uso do trabalho assalariado e, nos anos 1990, coexistiram processos como a crescente visibilidade internacional do agronegócio, a valorização da pequena agricultura familiar e o acirramento da luta social em favor da reforma agrária. O rural tornou-se, cada vez mais, heterogêneo e, em certo sentido e medida, muito próximo da realidade urbana em termos de organização econômica e social, das características, necessidades e interesses dos sujeitos sociais nele envolvidos; a degradação ambiental e o desemprego tecnológico colocaram-se como questões sociais preocupantes.

A macrorregião de Ribeirão Preto, SP, cuja agricultura é considerada uma das mais modernas do país, tem sido, nas últimas décadas, um observatório privilegiado desses processos sociais. Entre rupturas e continuidades na ordem social regional, os impactos dessas transformações, especialmente o desemprego tecnológico, inibiram a ação do movimento sindical rural, que nos anos 1980 e 1990 esteve centrada na conquista e na manutenção dos direitos trabalhistas, e fizeram crescer a demanda pela posse de terras e o número de assentamentos rurais. Não é de hoje que a ação organizada de vários movimentos sociais em favor da reforma agrária tem recolocado para os "boias-frias" dessa região a possibilidade de viver do trabalho na terra, na condição de trabalhador rural assentado.

O fato que importa aqui é que os assentamentos rurais recentemente criados em decorrência das lutas sociais estão sendo considerados como espaços para o desenvolvimento de alternativas para a geração de emprego e de renda, formas de lidar com a pobreza resultante da "modernização" do rural. A exemplo do que também vem acontecendo nas cidades, o associativismo tem sido colocado como fórmula organizativa para enfrentar os problemas típicos dos que se ocupam da pequena produção, dos desempregados ou dos que estão à deriva no mercado de

1. Apoio FAPESP, Programa Jovem Pesquisador.

trabalho informal, tornando-se objeto de investimento das políticas públicas e campo de disputa entre o Estado e a sociedade organizada na implementação de projetos de desenvolvimento econômico-social.

O problema que se coloca, então, é o de compreender como o trabalhador rural assalariado pode tornar-se um trabalhador rural cooperado que, ao ser assentado, deve organizar o trabalho e a vida cotidiana com base em valores e princípios cooperados e autogestionários, responsabilizando-se não apenas pela execução das diferentes atividades envolvidas na produção agropecuária, mas também pela concepção e gestão de projetos de produção e pela comercialização dos produtos. Está colocado para esse trabalhador não somente o desafio, mas também a obrigatoriedade formal de produzir no âmbito de um coletivo de trabalho que, do ponto de vista organizativo, tanto se diferencia das típicas turmas de trabalho agrícola comandadas por um feitor quanto do modelo produtivo da pequena agricultura que se vale do trabalho familiar, porque o controle, em princípio, não está centralizado na figura do patrão ou do chefe da família. O que pensam esses trabalhadores rurais sobre esse assunto e como vivenciam as transformações a partir do momento em que, formalmente, se tornam trabalhadores rurais assentados?

A discussão sobre o significado que hoje assumem as relações de trabalho cooperado e autogestionário no contexto brasileiro tem sido feita com base na análise de experiências desenvolvidas, predominantemente, no espaço urbano e a partir da perspectiva das agências e agentes, governamentais ou não, de fomento e difusão do cooperativismo. A ótica dos trabalhadores, sujeitos sem os quais as experiências não se realizam, raramente tem sido considerada. O trabalhador rural brasileiro tem muito a dizer sobre cooperativismo e associativismo porque, ao contrário do que acontece no mundo urbano que presencia um novo surto relativamente recente representado pela expansão da economia solidária, a experiência rural é secular e tem sido mantida ao longo do tempo[2].

Parto da ideia de que o processo organizativo para realizar o trabalho cooperado e autogestionário nos assentamentos rurais deve levar em conta tanto as especificidades tecnológicas, organizacionais e de mercado que hoje se apresentam para a produção rural quanto os limites e as possibilidades das políticas públicas que envolvem a questão agrária brasileira e, sobretudo, as características sociais e culturais dos trabalhadores. Sem desconsiderar a complexidade que, atualmente, envolve a problemática da organização e a gestão dos assentamentos rurais, destaco uma de suas dimensões mais importantes: a forma, a importância e o lugar que ocupa o trabalho na vida dos trabalhadores rurais assentados, e defino como objetivo principal deste capítulo analisar suas representações sobre a cooperação autogestionária, como princípio organizador do trabalho e da vida cotidiana.

2. Sobre a história do cooperativismo rural no Brasil ver Camargo (1960), Rios (1976), Loureiro (1981), Fleury (1983), Maia (1985), Pinho (2004), entre outros.

Para compreendê-las, tomei por referência teórica a noção de que um grupo social constrói e partilha saberes sobre a realidade não apenas para interpretá-la, mas também para transformar suas condições de existência, expressando assim sua identidade social e cultural. Entendidas como construções coletivas realizadas em meio às relações histórica e culturalmente situadas, as representações sociais constituem universos de sentidos que definem o mundo intersubjetivo, mas não são meras abstrações de fenômenos da realidade, ideias puras que precedem as ações. Elas tanto são geradas quanto se integram às experiências e às práticas sociais dos sujeitos, informando sobre a estrutura social, a ideologia e a cultura que as sustentam (MOSCOVICI, 2004). A referência empírica é o caso do Assentamento Sepé Tiaraju, resultado da primeira ocupação realizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na região de Ribeirão Preto em 17 de abril de 2000, em terras do governo do estado de São Paulo ocupadas pela antiga Usina Nova União. Em agosto de 2003, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) comprou a área de 790 hectares e, em setembro de 2004, oficializou o processo de assentamento de 80 famílias.

A análise baseia-se em informações bibliográficas e documentais, mas, sobretudo, em informações obtidas por meio de observações diretas e de entrevistas não-estruturadas, individuais e coletivas, realizadas entre 2003 e 2005, tempo em que, sistematicamente, acompanhei o processo organizativo do assentamento. Inspirada em Withaker (2002) e em L'Estoile e Sigaud (2006), que se valeram dos princípios da pesquisa etnográfica para estudar processos sociais em áreas de assentamentos rurais, utilizei a convivência e o diálogo como estratégias de busca de informações para compreender os processos culturais e ideológicos que fundamentam as representações e as práticas dos sujeitos. Esta opção metodológica é fundamental para a compreensão do objeto proposto, o que nem sempre é passível de ser feito a partir da escolha de procedimentos simplificados, tais como entrevistas padronizadas e pontuais. Para dialogar é preciso mergulhar no cotidiano[3], no convívio micropolítico, obviamente, sem deixar de reconhecer as diferenças exis-

3. Para Spink (1991: 27 – grifos do autor), o cotidiano "(...) não é um vazio de restos aleatoriamente espalhados pelo chão. Ao contrário, é o lugar onde *a gente se conhece como gente* – comendo, amando, brigando, andando e trabalhando". Neste sentido, as observações realizadas não se limitam apenas às atividades de trabalho, mas estendem-se às atividades comunitárias tais como festas, cultos religiosos, funerais, porque, no mundo rural, os espaços e os tempos do trabalho são influenciados e regulados pelos ciclos e ritmos da natureza e não se diferenciam substancialmente dos da vida privada e comunitária. Não é na assembleia, mas no cotidiano micropolítico que a vida do grupo se manifesta mais intensamente em toda a sua riqueza de significados. Mas o cotidiano, mais do que um conjunto de ações diárias e corriqueiras, é também reflexo e antecipação da história, como referiu Whitaker (2002: 45): "(...) é no cotidiano que se podem colher os dados da transformação cultural e realizar a observação das práticas culturais – sua desestruturação e reconstrução – e é em meio às práticas culturais e ao trabalho que se tecem as representações que organizam os homens no processo dinâmico em que constroem a História".

tentes entre os mundos do pesquisador e do pesquisado que, ao mesmo tempo em que necessitam manter suas identidades próprias e diferenças, criam espaços de articulação e de interface nos quais o conhecimento se constrói. E, ainda, sem perder de vista os condicionantes estruturais que permeiam as relações, no caso, o processo econômico e político que faz (ou não) da reforma agrária uma estratégia de luta social pela melhoria das condições de trabalho e de vida de trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto, SP. Lembrando Bourdieu (1997), esforçou-se por entender os sujeitos desde onde eles se encontravam na estrutura social.

A primeira parte do capítulo traz elementos para compreender o ideário de cooperação preconizado pelo MST e pelo Incra, tendo em vista a responsabilidade do primeiro no processo de ocupação e como mediador e interlocutor dos trabalhadores no processo de negociação para definir e implantar o projeto do assentamento, que é de responsabilidade do segundo. Na segunda parte, em primeiro lugar, procuro caracterizar, brevemente, quem são os trabalhadores assentados e em que condições eles produzem, sem o que não é possível compreender suas representações sobre a cooperação autogestionária, como forma de organizar o trabalho e a vida cotidiana.

Cooperação, cooperativas e o projeto de assentamento

Como ponto de partida para entender o ideário organizativo preconizado pelo MST nos assentamentos rurais é importante conceituar cooperação e cooperativa como processos sociais distintos. Enquanto *cooperativa* é modelo de estrutura organizacional de sociedades democráticas, regidas pelo princípio da igualdade no que se refere à propriedade, gestão e repartição de recursos, constituídas para atingir objetivos econômicos (CAMARGO, 1960; RIOS, 1976; FLEURY, 1983), *cooperação* é ação social articulada, alinhavada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos. Como ação social, a cooperação pode ser entendida no sentido formal, ou seja, como ação-padrão, racionalmente construída à luz de um código e desenvolvida no interior de cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns, compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa e exercem, simetricamente, o poder (por exemplo, o que se pratica de acordo com o regimento interno); ou como ação espontânea inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições, fundamentada na reciprocidade adiada – a retribuição é feita quando for possível ou conveniente – ou instantânea – a retribuição é imediata (CAMARGO, 1960; BRUNI, 2005).

No Brasil, a cooperação espontânea sempre foi uma estratégia organizativa importante no trabalho rural desenvolvida porque, como explicou Martins (1996), a expansão do capitalismo na agricultura redefiniu as antigas relações de produção ao mesmo tempo em que integrou as relações não capitalistas caracterizadas pela ausência do assalariamento. O pequeno produtor rural, dispondo de capital insu-

ficiente, lançava mão de estratégias de sobrevivência como a demão, o mutirão, a troca de dias e o rodízio de mão de obra, principalmente no plantio e na colheita, para garantir a reprodução social da família e a permanência na terra, formas estas que, contraditoriamente, foram abandonadas à medida que se desenvolveu o capitalismo no campo.

No ideário organizativo do MST, a cooperação, como ação social espontânea ou organizada, sempre foi essencial, tem dimensões econômicas, sociais e políticas e não se resume à criação de cooperativa. A necessidade de garantir alimentação, moradia, saúde e educação e de organizar politicamente os trabalhadores para enfrentarem as pressões sociais e judiciais de estarem na condição de "invasores" aponta para as dimensões essenciais da cooperação, tal como ela é definida pelo MST. Economicamente, cooperar é um modo de organizar e administrar a produção, através da divisão social do trabalho e da autogestão, que soma esforços para adquirir e utilizar os meios para produzir, individual e/ou coletivamente. Neste sentido, a cooperação é uma estratégia de proteção dos trabalhadores contra as adversidades historicamente vivenciadas pela pequena produção rural e não se diferencia do cooperativismo tradicionalmente desenvolvido no Brasil. Como mostrou Rios (1976), esse tipo de cooperativismo rural foi instituído para integrar a pequena à grande produção rural, no sentido de garantir uma economia agroexportadora e favorecer os grandes produtores, e tem sido uma caricatura das experiências inglesas realizadas no século XIX. Porém, para o MST, a cooperação é também um recurso essencial para ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivo porque as famílias, geralmente, são assentadas onde não existe uma infraestrutura mínima adequada (SPAROVEK, 2003; LEITE et al., 2004). É por meio da pressão e do esforço coletivo junto aos órgãos oficiais responsáveis por garantir a infraestrutura produtiva (estradas, energia, saneamento) e de serviços de uso coletivo (saúde e educação) que o passivo social diminui e a terra inóspita, aos poucos, transforma-se em comunidade organizada. Essa dimensão da cooperação, favorecedora de condições para desenvolver a sociabilidade nos assentamentos, aliada à geração de renda, é essencial para possibilitar a permanência das famílias nos assentamentos e evitar novos êxodos rurais. A dimensão política da cooperação diz respeito à própria continuidade do MST como movimento social. Trata-se da solidariedade militante que garante a logística que sustenta o movimento social em prol da reforma agrária. Essa dimensão da cooperação revela-se mais claramente na mobilização, organização e realização das marchas e ocupações, mas também acontece no cotidiano dos acampamentos e assentamentos pela repartição do que se arrecada ou se produz de alimentos, pela troca de favores entre as famílias no cuidado com as crianças, jovens, idosos e doentes, nas pequenas ações de ajuda mútua sem as quais não haveria condições de sustentar e ampliar a capacidade de resistência.

Então, para o MST, cooperar é mais do que criar cooperativas; é um valor que se transforma em importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas que possibilitem ao trabalhador rural produzir e reproduzir-se no campo (CONCRAB, 1998). No entanto, o MST criou mecanismos para institucionalizar a cooperação, porque as linhas oficiais de financiamento da produção nos assentamentos somente são acessadas por entidades coletivas formalizadas. Ocorre que a produção agropecuária não prescinde de um sistema de créditos, subsídios e seguros e, ao conquistar os primeiros assentamentos em meados dos anos 1980, também por meio de pressão social os trabalhadores obtiveram linhas especiais de crédito[4], cujo repasse só era efetivado por intermédio de entidades jurídicas que os representassem. Se a institucionalização da cooperação foi imposta pelo Estado como mecanismo de controle de repasse de recursos, as estratégias definidas pelo MST para realizá-la variaram em momentos distintos, conforme a conjuntura econômica e política do país e também conforme as avaliações internas realizadas sobre as experiências realizadas.

Atualmente, cooperação e agroecologia são diretrizes que ocupam lugares importantes no processo organizativo dos assentamentos rurais cujos trabalhadores estão vinculados ao MST. Entende-se que é necessário ressignificar o sistema e o modo de produzir para não reproduzir o modelo agropecuário tradicionalmente vigente, responsável pelo êxodo rural, pela concentração de riquezas e pela depredação de recursos humanos e naturais. Quanto ao sistema produtivo, a orientação é utilizar uma base técnica agroecológica para proteger os recursos naturais e diminuir os custos de produção. Com relação ao modo de produzir, a cooperação – entendida como ação social em suas dimensões econômicas, sociais e políticas, que não necessariamente implica criação de cooperativas, associações, etc. – tem sido vista como saída para enfrentar e superar as dificuldades e a escassez de recursos decorrentes da insuficiência de políticas públicas que favoreçam a pequena produção e o desenvolvimento sociocultural e político dos trabalhadores assentados.

Nos assentamentos, a implantação dessas diretrizes organizativas tem apontado as contradições e a distância que se coloca entre ideários, modelos e realidades. Estudos realizados em diferentes áreas do conhecimento, longe de serem conclusivos, levantam polêmicas e ampliam o espectro das discussões sobre o significado das experiências, ao focalizarem a dinâmica de funcionamento econômico e político-social das cooperativas (OLIVEIRA, 1996; EID et al., 1998), os problemas oriundos do relacionamento com o mercado (PIMENTEL, 2000), os acertos e equívocos das estratégias administrativas e a racionalidade utilizada para atingir os objetivos econômicos (ASSUMPÇÃO & VEIGA, 2000), os limites e as dificuldades de organização do trabalho cooperado no sentido de equacionar as medidas

4. No final dos anos 1980, foram criadas as primeiras cooperativas de produção agropecuária para acessar os créditos oriundos do Procera (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária).

de produtividade com as de repartição de sobras e as vantagens da organização do trabalho cooperado em relação ao individual (CHRISTOFFOLI, 2000), as contradições enfrentadas pelo modelo organizativo das cooperativas de produção agropecuária em relação à lógica do mercado (MARTINS, 2004), os desafios e as potencialidades da cooperação no que se refere à compreensão da cultura política e de participação dos assentados (SOUZA, 1998; GAIGER et al., 1999).

Se, para Oliveira (1996), as cooperativas organizadas pelo MST podem representar uma espécie de "contrapoder cooperativo", constituindo espaços de reação à concentração de poder e renda provocada pela modernização da agricultura brasileira, para Zimmermann (1994) a evasão dos associados é uma realidade inegável e os principais fatores que influenciam a dissolução dos grupos são a não equivalência da força de trabalho, as diferentes trajetórias de vida, a hierarquização e a subordinação das atividades de alguns grupos. D'Incao e Roy (1995) entenderam que os interesses nos acampamentos são homogêneos porque está em jogo a conquista da terra; nos assentamentos as singularidades afloram, cada família formula um projeto próprio e o MST enfrenta o desafio de articular seu projeto de cooperação com os dos assentados. Neste processo de articulação, a aprendizagem da democracia e do interesse coletivo constrói-se no encontro e na negociação cotidiana dos interesses individuais. Na mesma direção, Romano (1995) mostrou que há um choque entre os valores do MST e os da maioria dos assentados. Nos assentamentos, inicialmente, evidencia-se a dimensão cooperativa e comunitária e depois afloram os conflitos da vida cotidiana deflagrados pela constatação das divergências: de um lado, o interesse das lideranças de homogeneizar e mostrar as vantagens da cooperação segundo o MST e, de outro, o interesse dos assentados que, por forças da cultura, desejam controlar o espaço. Para Pilatti (1996), entre os assentados, os interesses são mais econômicos do que políticos. A participação é simbólica porque eles têm medo de serem expulsos do grupo por discordarem ou criticarem seu funcionamento.

Em estudos anteriores (SCOPINHO, 1996; 2004), analisei as estratégias e a situação organizativa de quatro cooperativas criadas pelo MST nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, procurando refletir sobre o significado econômico e social das experiências para os trabalhadores. Verifiquei que nessas organizações as estratégias de gestão são definidas a partir do aprendizado por ensaio e erro e que nem sempre há condições objetivas para fazer diferente. Diferentemente do que, em geral, ocorre nas organizações de trabalho tradicionais, a definição do sistema, das diretrizes e dos instrumentos de gestão não precedia o funcionamento organizacional. Pelo contrário, o desenvolvimento e a avaliação das práticas econômicas e sociais realizadas cotidiana e informalmente é que orientavam o processo de tomada de decisão e a definição das estratégias de organização e gestão das cooperativas. Via de regra, as mudanças somente eram implementadas quando determinada crise provocava uma ruptura no funcionamento do grupo, o que obrigava os trabalhadores a redefinirem a forma organizativa e

o tipo de participação. Muitas decisões econômicas e políticas, que sob um olhar tecnicista podem parecer equivocadas, foram tomadas diante da falta de alternativas para viabilizar os negócios e o desenvolvimento dos assentamentos, garantindo assim a sobrevivência dos trabalhadores assentados.

Apesar de as cooperativas analisadas apresentarem histórias e trajetórias organizativas distintas, elas vivenciaram processos e momentos semelhantes. O primeiro momento era caracterizado pela urgência de satisfazer as necessidades básicas das famílias (alimentação, moradia, saúde e educação); de melhor conhecer os trabalhadores assentados, o próprio assentamento e a região do entorno; de testar a capacidade produtiva e a adequação da formação dos cooperados às possibilidades produtivas da terra e às demandas do mercado. O segundo momento era caracterizado por uma consolidação das linhas de produção e certa estabilidade na dinâmica de relacionamento dos diferentes grupos que se constituem no interior de uma mesma cooperativa. No terceiro momento, a questão marcante era a de como continuar crescendo economicamente e sobreviver no atual mercado agroindustrial brasileiro sem comprometer os princípios organizativos que as levaram a colocar as questões políticas e sociais em primeiro plano. Ou seja, a contraditória relação entre eficiência econômica e democracia política apresentava-se de modo claro, embora não resolvido, nas experiências analisadas.

Se havia consenso de que, apesar das dificuldades econômicas, houve melhoria nas condições de vida (no que se refere à existência de renda, habitação, serviços de saúde e de educação), generalizando a crença na cooperação como forma de enfrentar problemas e aumentando a disposição para cooperar, principalmente entre a população jovem, também eram nítidas as divergências internas nas concepções de organização e de cooperação, o distanciamento entre a organização pensada e a real, a rigidez e a complexidade das estruturas organizacionais que tornavam o funcionamento burocrático e moroso, os entraves na comunicação que dificultavam o processo decisório e centralizavam poderes.

A avaliação dos trabalhadores assentados sobre os resultados da política de cooperação empreendida pelo MST nos últimos anos os tem levado a investir mais na cooperação espontânea e menos na institucionalização das experiências. Nos acampamentos e assentamentos, a cooperação acontece, à revelia das leis e das políticas públicas, especialmente pelas mãos das mulheres que, informalmente, produzem no entorno da moradia e criam, por forças das circunstâncias de vida, redes de troca e de solidariedade entre as famílias. No entanto, do ponto de vista governamental, na contramão das experiências populares, a criação de associações ou cooperativas, atualmente, é exigência não só para acessar o sistema de créditos como também para conceder a posse da terra, os direitos sociais dos assentados e outros recursos necessários para implantar os projetos de assentamento.

Quando o Incra iniciou o processo de assentamento das famílias no Sepé Tiaraju, instalou-se uma divergência interna entre os técnicos a respeito da viabi-

lidade do projeto, porque a área localiza-se numa região onde o valor imobiliário é elevado, o mercado agropecuário é competitivo e os demandantes não tinham perfil de pequenos produtores rurais. Um acordo foi possível em torno da opção pelo PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) como modalidade de assentamento (BRASIL, 2000). As condições essenciais para implantar o assentamento, negociadas entre o Incra e o MST, foram: a concessão do título de posse (não de propriedade) da terra, para evitar a venda e o arrendamento; o desenvolvimento da produção cooperada e agroecológica, para recuperar as áreas degradadas pela monocultura da cana; a criação de entidade coletiva para receber os recursos financeiros e realizar a prestação de contas com o Estado; e a formação de um comitê gestor do assentamento. Essas condições não eram muito diferentes do que já vinha sendo proposto pelo MST, desde a década de 1980 (ANCA, 2002). O PDS Sepé Tiaraju teve no associativismo e na proteção ambiental um ponto de convergência entre os negociadores, uma construção que se configurou como um misto de comunidade rural acrescida da ideia de sustentabilidade. Estas foram, num primeiro momento, condições para criar o assentamento e, posteriormente, objeto de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), inquérito civil nº 18/2007, o que tornou a prática do associativismo e da agroecologia condições *sine qua non* para a permanência dos trabalhadores no assentamento. Do ponto de vista do Estado, a agroecologia significa uma produção de base artesanal que não requer investimentos elevados, o que possibilita diminuir custos na implantação dos projetos de assentamentos; o associativismo pode garantir o controle sobre o uso e a devolução dos recursos repassados. Do ponto de vista dos trabalhadores rurais assentados, agroecologia e associativismo, além de condições para estarem assentados, de fato, representam uma saída para lidar com as necessidades equacionando as inúmeras carências com os parcos recursos financeiros disponíveis para investir na produção.

Cooperação, cooperativa e os trabalhadores rurais assentados

Característica marcante entre os trabalhadores rurais assentados é a diversidade cultural. Em geral, são imigrantes nordestinos que vieram para São Paulo entre os anos 1970 e 1990 para cortar cana ou colher laranja e migraram pelo interior do estado de São Paulo trabalhando temporariamente nas agroindústrias. As 93 famílias entrevistadas residiram em 340 cidades diferentes. Elas eram originárias de 106 cidades localizadas em 15 diferentes estados brasileiros, das quais 37 (35%) estão situadas no interior do próprio estado de São Paulo. As demais cidades de origem estão localizadas, especialmente, em Minas Gerais (18%), Paraná (16%), Bahia (11,4%) e Pernambuco (5,7%), além de vários estados nordestinos. Depois de deixarem as cidades de origem, os trabalhadores passaram por 234 cidades localizadas em 20 diferentes estados, chegando um deles até o Paraguai. Eles migraram, principalmente, pelas cidades do interior do estado de São Paulo (39%), do

Paraná (15,3%), Bahia (8%) Minas Gerais (7,7%) e Pernambuco (6%), o que reflete a dinâmica migratória do estado de São Paulo, como se pode constatar em Perillo e Perdigão (2005). Ocorre que, na década de 1990, intensas transformações espaciais, culturais, econômicas e sociais atingiram tanto o campo quanto a cidade. O desemprego generalizado, aliado à ausência de alternativas de geração de renda e à omissão do Estado no que se refere à situação dos desempregados, obrigou essa população a sobreviver precariamente do trabalho informal nas periferias das chamadas "cidades-dormitório" de boias-frias.

É notável ainda a diversidade de experiências de trabalho existentes entre os trabalhadores assentados. Ao longo do itinerário, eles nem sempre conseguiram manter a rota profissional e transformaram-se em vários outros tipos de trabalhadores para sobreviver. São experiências de trabalho marcadas pelo desenvolvimento de atividades em diversos setores e ramos da economia formal e informal. Na cidade, prestaram serviços, geralmente, no âmbito doméstico, tais como: acompanhante de idosos, babá, cozinheira, costureira, dama de companhia, diarista, dona de casa, eletricista, empregada doméstica, encanador, faxineira, lavadeira e passadeira de roupas, trabalhos domésticos em geral, entre outros; na indústria foram auxiliares de produção em diversos setores da economia (desde indústrias alimentícias até de chapéu); no comércio, destaca-se a atividade de vendedor, fixo ou ambulante, exercida em diferentes contextos. No campo, exerceram atividades ligadas à prestação de serviços gerais na lavoura (em 34 tipos de culturas diferentes) e serviços especializados, como boiadeiro e tratorista. Foram também muito referidas as atividades denominadas como "chapa"[5] e "bicos", e desempregado era condição frequentemente mencionada. Essas são atividades que não requerem qualificação formal e indicam a inserção dos trabalhadores em relações e condições de trabalho que, tipicamente, se caracterizam pela precariedade, ou seja, realizadas sem o mínimo de garantia do cumprimento da legislação trabalhista e social.

No Assentamento Sepé Tiaraju, a produção agropecuária garantia o autossustento das famílias, mas não se realizava de modo organizado e sistemático, primeiramente em virtude das incertezas que pairavam com relação à ocupação definitiva do território e, mesmo depois de ter sido oficializado, porque imperava a provisoriedade no processo de implantação do projeto de assentamento. Para que a produção ocorra de modo sistemático é necessário realizar a demarcação oficial da área ocupada definindo a localização dos lotes, das estradas e das áreas de proteção ambiental, etc.; criar estruturas organizativas para aglutinar as famílias de modo associado, conforme as exigências do PDS; e repassar os créditos para financiar a produção e outros recursos destinados por lei à implantação do projeto

5. *Chapa* é aquele trabalhador que, geralmente, instala-se em "pontos" situados às margens de rodovias, nas proximidades ou nas vias de acesso das cidades, à espera de caminhoneiros para os quais se oferece para prestar serviços de auxiliar de carregamento ou descarregamento de cargas na condição de diarista.

de assentamento[6]. A passagem da condição de assentamento legal para a de assentamento real dependia de um conjunto de decisões que fugiam ao controle dos trabalhadores assentados, pois elas estavam no âmbito das instituições estatais que estão sujeitas às divergências e aos interesses políticos conflitantes, à falta de recursos humanos e financeiros para investir em projetos de interesse social e à burocracia que as caracterizam. Múltiplos fatores, de natureza técnica e política, condicionam o processo organizativo dos assentamentos rurais, o que torna relativa e limitada a concretização dos princípios da cooperação autogestionária. E mesmo sem as condições necessárias e suficientes, os trabalhadores produziam porque não podiam ficar à mercê da burocracia do programa estatal de reforma agrária, tinham necessidade de alimentar a família e de trabalhar para "não enlouquecer e adoecer" com a espera.

A produção sempre foi "agroecológica", mesmo antes de ser esta uma das condições colocadas pelo Estado para oficializar o assentamento. Por orientação do MST e, sobretudo, por força de circunstâncias em que imperava a falta de recursos para comprar insumos, sementes e máquinas, os trabalhadores tiveram de resgatar antigas técnicas produtivas ou inventar um jeito de produzir que prescindisse de tecnologia avançada. Sem capacidade de financiamento e munidos de base técnica artesanal, de sementes e de insumos doados, de máquinas agrícolas emprestadas e/ou alugadas e orientados pelos cursos de agroecologia ministrados pelo MST, os assentados desenvolviam uma produção de subsistência diversificada, cujo excedente, ou era artesanalmente processado (farinha de mandioca, polvilho azedo), ou era comercializado nas margens da rodovia que corta o assentamento e também de porta em porta nas cidades vizinhas. Pequenos utensílios e ferramentas essenciais eram improvisados, demonstração de criatividade para lidar com a escassez[7]. Na época da safra de café e de cana-de-açúcar, alguns chefes de família assalariavam-se nas fazendas da região, e a produção de subsistência desenvolvida no assentamento ficava a cargo das mulheres e das crianças que a realizavam no entorno das moradias. Frequentemente havia iniciativas ou ensaios de produção coletiva, mas nem todos estavam envolvidos e/ou de acordo com esse modo de trabalhar. Imperava a divisão sexual do trabalho: as mulheres ocupavam-se da horta e os homens das lavouras de feijão e de milho, além de ajudarem as mulheres nas tarefas mais pesadas ou quando o trabalho na lavoura permitia. A jornada de trabalho era dividida em dois períodos, de modo que, geralmente, o período da manhã era dedicado ao trabalho coletivo e o da tarde, à produção individual, realizada no próprio lote.

---

6. Trata-se, basicamente, do Crédito Implantação (alimentação, fomento e habitação) e do Crédito Investimento, ligado ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), que, atualmente, é o mais importante programa governamental a destinar recursos para a produção nos assentamentos. Para outros detalhes consultar http://www.pronaf.gov.br/.

7. O capim-colonião, tipo de praga que prolifera nos canaviais, era utilizado como matéria-prima na fabricação de vassouras para o consumo doméstico; sucatas se transformavam em maquinário para torrar farinha de mandioca, entre outros exemplos.

Os ensaios para produzir coletivamente, os processos de formação proporcionados pelo MST e outras entidades, as experiências de trabalho anteriores, as inúmeras experiências de cooperação desenvolvidas para lidar com as dificuldades no cotidiano, entre outras, contribuíram para que os trabalhadores assentados construíssem representações sobre o trabalho organizado sob os princípios da cooperação autogestionária. Quando eram questionados sobre *o que é cooperação*, os trabalhadores respondiam laconicamente: "é bom", "é importante" ou "tem que ter", demonstrando tanto dificuldade quanto certa resistência para expressar opinião sobre o assunto. O que se ouvia soava como reprodução de conceitos decorados, decorrência da participação em palestras, cursos e outras atividades de formação promovidas pelo MST. Muitos viam a cooperação como uma imposição do MST e, posteriormente, do Incra, e suas respostas eram controladas pelo medo de perder a oportunidade de ser assentado, como também mostrou Pilatti (1996). Por esse motivo, procurei apreender tais representações em termos das vantagens e desvantagens[8] percebidas ao experimentar a cooperação no cotidiano do assentamento, principalmente a partir da experiência de trabalhar coletivamente. As respostas foram listadas, analisadas e agrupadas em categorias *a posteriori*, de acordo com a diversidade de conteúdos. As vantagens foram agrupadas de acordo com as seguintes categorias: econômicas, sociais e econômicas/sociais; as desvantagens foram agrupadas em: controle/submissão, diferenças individuais, hierarquia, valores e crenças e falta de (in)formação (a síntese encontra-se no Quadro 1 em anexo).

As *vantagens econômicas* mencionadas referiam-se aos benefícios advindos do modo cooperado de organizar, realizar e administrar a produção, comercializar mercadorias ou distribuir produtos e bens. Os trabalhadores assentados percebiam que a cooperação amplia a capacidade de investimento ao somar pequenas quantidades de terra e capital para possibilitar a compra de máquinas e outros meios de produção que, individualmente, não teriam como comprar porque os recursos a que têm acesso são, no mínimo, insuficientes. Percebiam também que a utilização racional dos parcos recursos diminuía os custos de produção porque juntos poderiam comprar insumos e providenciar a logística necessária para produzir e, ainda, que ocorria a melhoria e a ampliação da capacidade de negociação e de comercialização, pois, eliminando o "atravessador", a inserção e a sobrevivência dos produtores no mercado é mais fácil e segura. No âmbito da organização do trabalho, percebiam o aumento da produtividade e, consequentemente, da renda por meio da diminuição do tempo de produção e do esforço humano possibilitado pela divisão de tarefas. Os trabalhadores entendiam que, por meio da cooperação, reúnem-se as diferentes especialidades e habilidades humanas necessárias ao desenvolvimento do trabalho, o que diminui a necessidade de buscar força de traba-

8. A escolha e a utilização desses termos ocorreram porque as entrevistas e observações preliminares indicavam que a forma de pensar dos assentados sobre as experiências de cooperação seguia, predominantemente, uma lógica concreta, pragmática e utilitária.

lho especializada fora do assentamento. Foram mencionadas também as vantagens econômicas indiretas, como receber alimentos, cesta básica e remédios, porque havia um pacto que garantia a repartição da produção e das doações recebidas de acordo com a adesão ao trabalho coletivo.

As *vantagens sociais* remetiam aos benefícios trazidos pela cooperação no sentido de facilitar as relações sociais, políticas e culturais e melhorar as condições de vida dos trabalhadores. As referências tanto revelaram os sentidos idealizados e abstratos que predominam no imaginário popular, do tipo "a união faz a força", quanto a percepção da possibilidade de, por meio da cooperação, ampliar e dinamizar as redes de relacionamento e de convivência social e os ganhos motivacionais decorrentes disto. A cooperação evitava o isolamento tipicamente experimentado por quem mora no campo. A organização das moradias em agrovilas possibilitava um espaço de convivência e de diversão que fazia o tempo passar mais rapidamente, motivava e aumentava a esperança, a segurança e a autoestima. Aos que não tinham experiência com o trabalho rural, a cooperação significava ainda um espaço de convivência que favorecia a formação para o trabalho através do aprendizado de técnicas e novas formas para trabalhar a terra. A convivência em grupos organizados possibilitava conhecer melhor as pessoas da comunidade, discutir problemas comuns e planejar a produção e a vida com menor margem de erro, o que contribuía para melhorar as condições de vida, ter mais segurança e proteção social. Também possibilitava discutir questões mais amplas, como as conjunturas política e econômica nacional, a reforma agrária, o êxodo rural, a ausência ou a inadequação das políticas públicas para o homem do campo. O aprendizado ampliava a possibilidade de participação e de interferência nas decisões políticas no âmbito local, regional e nacional, ajudava na criação e manutenção de estruturas organizativas que viabilizavam a cooperação e a formação dos trabalhadores assentados.

O trecho de fala abaixo transcrito sintetiza as várias dimensões do sentido social atribuído à cooperação:

> "Acredito que cooperação é um jeito de agir que é diferente porque ninguém é escravo. É a mesma coisa, nós vamos precisar de todas essas pessoas, mas é um jeito diferente, é um jeito que não pertence a este negócio de escravo, não fala nem em patrão, essas coisas (...) eu acredito que vai ser bem gostoso o lugar que nós vamos viver. A experiência que um tem já passa para aquele outro que não tem. A maioria aqui tem a prática também, não é? No assentamento é quase todo mundo maduro, principalmente o nosso grupo, que somos gente de idade, nasceu na roça, tem experiência. A gente gosta da aula porque a gente vive aprendendo. A gente nunca termina a escola da gente, ensinando e aprendendo. É muito bom isso aí."

As *vantagens econômico-sociais*, de algum modo, combinavam as duas categorias anteriores referindo-se à facilidade de acesso aos bens de consumo coletivo, à infraestrutura básica e de serviços, como energia elétrica, água, pavimentação,

construção de moradias, escolas, postos de saúde etc., e de exercer o controle social sobre a destinação dos recursos financeiros concedidos pelo governo aos assentados, tendo em vista que eles são escassos e as necessidades são muitas.

Em suma, pelas vantagens referidas, pode-se dizer que a cooperação poderia ser um caminho para o enraizamento das famílias, cujas trajetórias sociais são marcadas pela migração em busca de trabalho, porque cria as condições para garantir a sobrevivência econômica, social e política da comunidade.

Entre as *desvantagens* percebidas, a categoria *controle/submissão* revela a impossibilidade de definir, livre e exclusivamente em função da própria vontade ou das necessidades da família, o horário e a extensão da jornada de trabalho, a forma de acesso ao seu resultado ou produto. O contexto de trabalho cooperado criava demandas de relacionamento que necessitavam de respostas imediatas e adequadas. Os trabalhadores assentados tinham essas respostas, mas eles se sentiam sob o controle de outros, principalmente dos coordenadores dos grupos. Participar do coletivo também tinha o sentido de ser uma obrigação imposta, condição para permanecer no assentamento e ter direito ao acesso à terra, o que contraria o princípio fundamental da adesão voluntária contido na doutrina cooperativista. O trecho de depoimento abaixo transcrito expressa essa ideia ao mesmo tempo em que aponta para a dificuldade de construir consensos por falta de entendimento do que seria a vontade coletiva:

> "(...) combater o individualismo sim, mas a gente pensa assim que a associação não vai tirar também a liberdade de uma pessoa. Aí que tem que pensar a associação e ver a liberdade da pessoa. A gente ouve falar no individualismo, mas tem muitos pontos que ver. As pessoas quando vêm acampar, no caso, elas vêm buscar a liberdade e, muitas vezes, têm um método aí que a pessoa fica presa. Eu sou a favor de uma associação, mas tem que ser muito bem explicado, preparado, uma ideia que saia do povo, porque nada que é feito de cima dá certo. O projeto, geralmente, tem que sair do povo. Agora, para entender o povo (...)"

Os trabalhadores percebiam que o trabalho coletivo atrapalhava o individual porque era, geralmente, realizado no período da manhã, considerado o melhor para ter bom rendimento no trabalho na lavoura. Os que tinham experimentado o trabalho assalariado supunham que o trabalho cooperado deveria ser livre de qualquer regra e entendiam que as regras estabelecidas pelo coletivo em nada se diferenciavam do controle e da supervisão despóticos experimentados na condição de trabalhador assalariado. Eles entendiam que, apesar da ideologia e do discurso democrático típico da doutrina cooperativista, na prática, o controle mantinha-se centralizado e a gestão não era transparente.

> "Ali perto daquele bananal era uma horta medicinal. Com essa discussão errada aí o pessoal foi abandonando. Não estou dizendo que o pessoal não tem interesse de trabalhar no coletivo, mas é que ficou o poder de uma pessoa e

uma pessoa que não entende. Quer dominar uma pessoa que não tem cabeça para trabalhar o todo. Ele quer uma coisa, dominar uma coisa, mas não tem o aval do todo, não é? E aí o que é que acontece? Não tem mais horta, passaram a enxada aqui sendo que tinha."

"(...) a gente estava discutindo se é associação ou cooperativa, mas a discussão deu uma travada, mas eu não culpo tanto a comunidade. Acho que faltou uma explicação mais clara, mais ampla mesmo para as pessoas terem segurança (...) Tem umas coisas que deu errado mas já foi posto errado."

"Mas é preciso buscar lá atrás o histórico para chegar até o estágio de hoje. Por que veio a acontecer isto? As pessoas não acatam logo de início a discussão da cooperativa, todo mundo assustou. Mas é a forma como é colocado. Se tiver uma clareza, uma transparência, uma coisa mais aberta mesmo, os companheiros não têm por que não querer (...) tem que ter união e tem que ter clareza também, não é? Nunca foi colocado assim."

A questão do controle também apareceu na categoria *hierarquia*, que revela a percepção da assimetria de poderes e de experiências que hierarquizavam os membros do coletivo de trabalho, da divisão entre trabalho intelectual e manual e da diferenciação entre campo e cidade, do MST como empregador, do sentimento de injustiça e de desconfiança presente nas relações. O trecho de diálogo abaixo transcrito, que envolveu três trabalhadores, explicita como eram vivenciadas as relações de dominação:

— Eu posso ser o presidente, mas não posso subir em cima de uma gilete para... entendeu?

— É que tem gente que sobe em cima de uma gilete e acha que está muito alto. Compreende?

— E esquece de olhar para o companheiro que está lá em baixo, esquece de dar uma olhadinha para o lado.

— Pecado capital, vaidade...

Na categoria de desvantagens *diferenças individuais* foram agrupadas as falas referentes à percepção das diferenças de ritmo, objetivos, metas, ideias e experiências entre as pessoas, que influenciavam a qualidade do trabalho e o cumprimento das obrigações coletivas:

"(...) ninguém é igual ao outro. Se ele carpe mais que eu, é mais ligeiro na enxada e eu sou mais lento, até nisso aí gera polêmica."

"Nós plantamos um feijão no coletivo do outro lado e cada um deu setenta contos para botar as máquinas. Aí quando o [coordenador] falou: 'amanhã nós vamos carpir', só vimos os negos catando a bolsa e saindo. Resultado: o feijão ficou no mato, lá. A parte que não carpiu, o feijão não deu. E tem outra: tem

> nego que nem sabia onde era o feijão. Só porque deu dinheiro, recebeu parte igual. Nem sabia onde estava o feijão."
>
> "(...) se fizer associação, eu vou trabalhar e o outro não vai; outro dia eu vou de novo e ele está doente; no outro dia fulano foi levar a mulher no médico e não pôde vir. Eu vou ficar trabalhando para os outros? (...) Igual a árvore. A árvore, se não fosse cada raizinha mandar o fortificante para ela poder estar bonita, não virava nada (...) ela vai morrer, vai cair. Agora, se todo mundo se unisse com esperança e com vontade a coisa vai para frente (...). A partir do momento que estamos, vamos supor, em treze, ou quinze que vai para frente e cinco que só querem ficar (...) você pode ter certeza que (...) aí depois de cinco passa para sete, de sete para dez e no final não fica ninguém."
>
> "A partir do momento que 18 trabalham e dois ficam amoitados, aqueles dois não podem pegar a mesma quantidade que os 18 que trabalharam. (...) Porque eu quando ouvia falar em cooperativa, essas coisas de associação, eu que sou lá de (...), lá você não via (...) Deus me livre! Lá toda associação que faz é para dar o golpe, toda cooperativa, você só vê o dono da cooperativa na boa. Você trabalha na cooperativa e só [fica] na miséria."

As expressões e depoimentos remetem a uma outra questão crucial no ideário cooperativista, que é a noção de justiça na distribuição do trabalho e dos seus resultados. Duas questões importantes estão envolvidas. A primeira diz respeito à presença muito marcante da ideia da falta de padronização da tarefa e da homogeneização do comportamento dos trabalhadores, que é uma exigência característica da gestão heterogerida para garantir a produtividade do trabalho e a qualidade do produto com redução de custos de produção. Segundo os trabalhadores, o princípio de igualdade inerente ao ideário da cooperativista teria a desvantagem de não padronizar e não homogeneizar. Quer dizer, por um lado, eles sentiam falta de controle externo; por outro, equivocadamente, não entendiam que autonomia individual implica sujeição a normas coletivamente definidas, argumentando que, como todos teriam igual poder de decisão, cada qual poderia fazer o que quisesse. Consequentemente, a segunda questão remete à percepção de que faltavam mecanismos de distribuição equitativa dos resultados do trabalho que, de acordo com os assentados, estariam relacionados à falta dessas regras. É que a referência desses trabalhadores é a experiência anterior de trabalho heterogerido, que tem regras e mecanismos de coerção muito bem definidos para fazer cumpri-las.

Na categoria de desvantagens *valores e crenças*, destacam-se as referências ao individualismo, à falta de motivação, de humildade e de entendimento, a descrença na capacidade organizativa das pessoas, a discriminação em relação à mulher, entre outras questões. A categoria *falta de (in)formação* mostra a percepção dos entrevistados sobre a importância de conhecer essa nova forma organizativa, seus fundamentos e técnicas, experimentar e entender o funcionamento real. Por ter regras diferentes das usualmente utilizadas, muitos consideravam a situação confusa.

Para melhor entender as categorias de falas sobre as desvantagens da cooperação, é importante ressaltar que as experiências profissionais dos trabalhadores assentados são marcadas pelo assalariamento em condições informais, instáveis e precárias. A ideologia e os valores que naturalizam a divisão do trabalho e a hierarquização entre as pessoas, o despotismo como forma de controle e obediência às regras estavam presentes e eram reproduzidos no cotidiano de trabalho no assentamento.

Na categoria *prescrição*, os trabalhadores não citaram vantagens ou desvantagens, mas a partir da experiência vivida sugeriram como a cooperação deveria ou não acontecer, indicando o número de elementos que deve conter um grupo para cooperar adequadamente, a importância do planejamento e de articular produção e gestão, a indicação de regras para controlar os que não cooperam, entre outras sugestões. Os trabalhadores assentados, ao mesmo tempo em que reproduziam as regras aprendidas na condição de assalariados, tinham capacidade de proposição de regras próprias para regular o funcionamento do coletivo. No entanto, este era, via de regra, um exercício teórico e individualmente realizado.

> "Quando a parte administrativa vai bem, a empresa cresce; mas quando a parte administrativa não vai bem, a empresa quebra, abre falência. E quem quebra a empresa nunca são as pessoas que trabalham no pesado, são os dirigentes da empresa que quebram, que são responsáveis pelo sucesso dela ou pela falência dela."

> "A respeito de uma cooperativa ou qualquer tipo de movimentação, o ponto X da questão é a produção; se não produzir não anda, se não produzir, se não houver produção em qualquer tipo de cooperativa, é desejável fechar as portas."

> "(...) Se for preciso vamos reunir duas horas, dois dias, para que sejam estudados os mínimos detalhes de erros [planejamento]. Porque nós não podemos cometer certos tipos de erros porque nós vamos tudo para baixo (...)."

> "Aí eu acho que na hora de fazer o nosso regimento deveria ter uma punição, não assim [muito rígida] (...). Mas se a pessoa não está participando adequadamente deveria ter uns 10% ou 20% [de multa ou retirada menor], porque aí quando for no fim do ano a fulana sai com 100 sacos de arroz e o outro só com 15. Não trabalhou, não é? Como é que quer levar igual ao outro? A única maneira para poder ir para a frente é todo mundo com [a mesma] vontade."

> "(...) se for uma associação, que ela seja organizada de acordo com as horas trabalhadas para a partilha (...) o acordo tem que ser de discutir (...) transparência."

As representações dos trabalhadores sobre cooperação e cooperativas eram contraditórias. Havia clara percepção do significado da cooperação em termos econômicos e sociais, no sentido de contribuir para ampliar a capacidade de sobrevivência econômica através da obtenção de renda monetária direta e/ou indireta

maior gerada, principalmente pelo aumento da produtividade do trabalho e da redução dos custos de produção. Consideravam que a cooperação possibilitava aprender formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra, ampliar e dinamizar as formas e as redes de convivência social e conquistar melhorias de infraestrutura para a comunidade. Mas eles também percebiam claramente as inúmeras divergências existentes entre os grupos quanto à delimitação do que é o coletivo e do que é o individual, ao entendimento e aceitação das diferenças e da heterogeneidade dos projetos, à predominância dos valores individualistas, entre outras questões. As ambiguidades estavam presentes também na forma pela qual os trabalhadores percebiam sua própria condição nas relações que estabeleciam uns com os outros no cotidiano do assentamento. Ao mesmo tempo em que se sentiam autônomos e possuidores de mecanismos próprios para eliminar as desigualdades sociais, sentiam-se subordinados aos técnicos governamentais e às lideranças do MST e não percebiam diferenças entre a dinâmica de funcionamento do coletivo de trabalho construído no assentamento e a das turmas de empreiteiros à que pertenceram enquanto estiveram na condição de "boias-frias". As percepções contraditórias sobre a cooperação revelavam-se por meio de raciocínios com características tipicamente mercantilistas, centrados na relação receita–despesa, na rentabilidade e na reprodução do capital – "*(...) aumenta a produtividade e a renda, trabalhando menos"; "trabalho e lucros coletivos (...)*" – até os exclusivamente humanistas centrados na noção abstrata e idílica de bem comum – "*(...) a cooperação é bonita e uma das melhores formas de se relacionar, não tem patrão e empregado e a comunicação é de forma amigável*".

A maioria ocupou a Fazenda Santa Clara em busca de liberdade incondicional, movida pela ideia de ser o patrão de si mesmo, e experimentava a cooperação pela primeira vez. Embora predominasse no grupo uma lógica produtiva individual, eles manifestavam a vontade de conciliar o trabalho individual com o coletivo. Coexistia com a expectativa e o desejo de experimentar novas formas de organizar o trabalho e a vida a marcante presença de uma concepção instrumental de cooperação, que envolvia os conhecimentos e as experiências de vida e de trabalho anteriores, combinando a herança da pequena produção familiar e o aprendizado do trabalho assalariado nas empresas de agronegócio ou nas cooperativas que elas organizam, conhecidas como "coopergatas" ou "gatoperativas". Essa combinação revelou um sistema de valores ambíguos por meio do qual os trabalhadores assentados visualizavam as relações de trabalho cooperado apenas no seio da própria família ou, no máximo, admitiam a cooperação na forma de mutirão nos momentos de necessidade. Concebiam a terra como lugar para sobreviver, reproduzir e deixar para a família como herança ou como lugar para lazer e descanso. Preferiam circunscrever a tomada de decisão ao plano individual, no máximo, entre os familiares, ou delegavam poderes e a participação era passiva e presencial. Orientavam-se pelo ceticismo do "ver para crer" e pelo pragmatismo da preocupação com objetivos preestabelecidos que poderiam beneficiar a família. Ao mesmo tempo, percebiam que

a cooperação poderia se dar no contexto de uma turma comandada, cujos membros deveriam valorizar e respeitar a autoridade e naturalizar a hierarquia.

Em princípio, eram contrários à ideia de formar uma cooperativa, porque traziam uma experiência e uma representação de cooperação como sinônimo de cooperativa que, por sua vez, significava mecanismo de exploração. As experiências de cooperação desenvolvidas no acampamento não foram suficientes para desconstruir essa representação, pelo contrário, muitos as vivenciaram como um reforço. Alguns defendiam o trabalho individual porque tinham um pequeno capital (geralmente vindo da venda de veículo) que, somado aos recursos recebidos do Estado no processo de assentamento, permitiriam iniciar um negócio e assalariar outros assentados que, por não terem nenhum capital e qualificação, tinham poucas chances de sobreviver individualmente. A fala de um entrevistado abaixo transcrita ilustra como se davam essas relações:

> "(...) sozinho não poderão andar, tem que andar unido, mas tem os dois critérios: tem aquele que acha que sozinho faz tudo, não é? Tem uns que acham que só têm que andar junto com o coletivo, não é? E o coletivo a gente sabe que ele só dá certo é na hora do repasse do recurso e da renda. (...) Ele acha que se ele se unir com o outro ele não vai para frente e que sozinho ele faz. (...) nós discutimos uma cooperativa socialista (...) e estar garantindo a participação de todos, porque, se a gente não trabalhar num sistema cooperado, uns vão e uns vão ficar. Não é que vai embora [do assentamento], é que ele não vai conseguir produzir. Ele vai estar na roça dele, produzindo, mas não vai ter tempo de comercializar, vai esperar o atravessador passar na porta dele e passar a perna nele. Então, aqui dentro nós temos isso, não é? (...) A gente vê que o caminho que toma é o seguinte: aqueles que vão para frente vão querer agregar o outro para ser empregado deles. É isso: a pessoa pensa que ele consegue fazer sozinho e ao mesmo tempo está pensando de agregar as pessoas para trabalhar para ele. Então, a discussão que fala que o coletivo não dá certo é isso."

Segundo o mesmo entrevistado, este não era o pensamento predominante. Os que defendiam essas ideias eram os mais capitalizados e tinham poder de argumentação e de persuasão sobre os demais que, amedrontados, sentiam-se incapazes de expressar suas opiniões e fazer valer suas vontades. E, demonstrando uma posição fatalista e conformada com a reprodução das relações de dominação no interior do assentamento, o entrevistado concluiu que:

> "(...) é o mundo ainda que a gente vive, de exclusão (...) e o domínio, não é? (...) muitos pensam assim: se eu conseguir dominar uns 10 ou 12 para trabalhar para mim eu vou deitar na rede e dormir (...) o ser humano é meio ingrato, quando está tudo junto (...). Mas, se aparecer um dinheiro aí na frente (...)."

As sequelas do desenraizamento e a herança do trabalho dividido e heterogerido transpareciam na forma de uma grande dificuldade de, coletivamente,

estabelecerem regras sensatas, justas e passíveis de serem cumpridas. Movidos por um sentimento de incompetência e de insegurança, delegavam ao Estado e ao MST as decisões e soluções para seus problemas. Ao mesmo tempo, as discussões informais sobre cooperação, geralmente, eram polêmicas e calorosas, constituindo momentos de intensa de troca de ideias e informações, em que os assentados sempre demonstraram grande capacidade de avaliação e de escolha, embora nem sempre fossem publicamente explicitadas pelo medo de ser excluído do grupo, ou pelo Incra, ou pelo próprio MST. Cada experiência era devidamente pesada, medida e avaliada no sentido de analisar os pontos positivos e negativos do processo organizativo cooperado e autogestionário.

Com o passar do tempo, parecia cada vez mais clara e consensual a ideia de formar associações e não cooperativas. Como era inevitável criar uma estrutura jurídica para atender às exigências do PDS, os trabalhadores assentados optaram por organizar associações que lhes permitissem acessar os recursos do Pronaf para comprar insumos e máquinas, beneficiar e comercializar a produção, acessar as outras linhas de crédito e receber assistência técnica, mas não para trabalharem juntos. Alegavam que o trabalho deveria ser individual ou, no máximo, no contexto familiar ou dos grupos e subgrupos formados pelo critério de afinidade e parentesco. A justificativa para essa decisão passava pela necessidade de manter a independência e de respeitar o ritmo próprio de cada um, nem sempre condizente com as regras do trabalho coletivamente organizado.

> "Compras e vendas. Por quê? Para **evitar o trabalho coletivo**, não se sentir obrigado, se sentir à vontade naquilo que é dele, fazer a coisa de acordo com o gosto dele. É lógico que vai ter acompanhamento técnico, mas tem que ser de acordo com o gosto dele" (grifo meu).

Ao recusarem a cooperativa como modelo organizativo, atribuindo-lhe forte sentido de espaço, exploração e reprodução das tradicionais relações sociais e de trabalho até então vivenciadas, rejeitaram a institucionalização imposta pelo Estado demonstrando capacidade de reação e clareza na conservação dos princípios básicos da doutrina cooperativista: autonomia e adesão voluntária. Porém, sem poder fugir do associativismo, condição para ser assentado, optaram por desenvolver o associativismo somente no âmbito da compra de insumos, beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção, aderiram ao que Schneider (1981) chamou de cooperativismo típico e, não sem conflitos, reproduziam antigas relações de trabalho no mundo rural, como o mutirão e a troca de dias. Embora no mundo rural o trabalho e as outras dimensões da vida cotidiana nem sempre estejam nitidamente delimitadas, a reciprocidade e a solidariedade presentes nas formas de cooperação espontânea manifestavam-se com mais clareza fora das relações de trabalho, dada sua importância para a sobrevivência dos trabalhadores. Dando continuidade ao movimento político de luta pela melhoria das condições de vida, na medida da necessidade e orientados por critérios de afinidade de parentesco, religiosa e/ou po-

lítica, eles formavam e desmanchavam pequenos grupos de trabalho. Assim, ampliavam e dinamizavam as formas e as redes de convivência social que favoreciam a resistência e a permanência no assentamento, redes estas que chegavam mesmo a configurar um padrão de assistência social próprio, ao produzir e trocar remédios caseiros, ao criar mecanismos para cuidar das crianças e dos idosos cujos familiares necessitavam sair do assentamento para trabalhar ou por outros motivos, uma vez que a escassez generalizada tornava ainda mais precárias as condições de vida. Implantaram um modelo de cooperação reformista que, na prática, não tem contribuído para reorganizar as relações de trabalho, incorporando, de fato, os princípios e valores da gestão democrática dos meios e instrumentos, da distribuição equitativa das tarefas e dos produtos do trabalho, e também não tem garantido a eficiência econômica necessária para que eles sobrevivam do trabalho rural numa região como a de Ribeirão Preto, onde predomina a agricultura de grande escala.

Considerações finais

No Assentamento Sepé Tiaraju, enquanto a cooperação espontânea emergia como uma estratégia motivada pelas necessidades básicas de sobrevivência e acontecia por meio das relações de afinidade, o Estado e o MST, contrariando o princípio fundamental da adesão voluntária, colocaram o cooperativismo/associativismo como condição fundamental para oficializar o assentamento.

Entre o trabalho divido e o trabalho em cooperação, se os trabalhadores não realizavam os princípios da cooperação autogestionária nas relações de trabalho, certamente, também não eram mais os mesmos. Suas representações sobre o trabalho cooperado e autogestionário não podem ser adequadamente compreendidas sem considerar suas trajetórias e condições atuais de trabalho e de vida. A complexidade contraditória que as caracteriza indica que a experiência da cooperação autogestionária nos assentamentos rurais não é passível de explicações binárias do tipo: é ou não alternativa ao capitalismo, resposta social ao desemprego, experiência utópica, forma instituída de controlar níveis insustentáveis de pobreza e de miséria, decorrência de falta capital, de experiência e de formação dos trabalhadores, entre outras. A questão que se coloca é que as agências e agentes de fomento ao trabalho cooperado e autogestionário (sejam elas governamentais ou não, movimentos sociais) não deveriam incentivar ou promover a criação de cooperativas, associações e outras modalidades organizativas de trabalho com base nesses princípios sem considerar o conhecimento prático dos trabalhadores, sob pena de serem os principais protagonistas de um diálogo de surdos. As representações sociais, como conjunto articulado de conceitos que têm origem e orientam as práticas dos trabalhadores e cuja função é dar sentido à realidade, produzir identidades, organizar a comunicação e orientar ações (JODELET, 2001), quando não consideradas, além de atestar a arrogância do conhecimento técnico, que se coloca superior em relação ao do senso comum, pode se constituir em obstáculo de ordem subjetiva intransponível para o processo organizativo mesmo sob intenso

processo de formação continuada, principalmente quando a este obstáculo se associa a ausência de condições objetivas (créditos, maquinário, insumos e assistência técnica adequadas, entre outros), como tem sido recorrentemente observado nas experiências de economia popular.

A desejada transformação do trabalhador rural assalariado em trabalhador rural assentado que se vale, de fato, da cooperação e da autogestão como princípios organizadores do trabalho e da vida cotidiana ainda tem um longo caminho a percorrer. Até o momento, o percurso feito tem possibilitado apenas satisfazer algumas necessidades básicas dos trabalhadores, tais como alimentação, moradia, segurança e convivência social, o que, do ponto de vista deles, significa viver em condições melhores do que as anteriores.

Referências bibliográficas

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola. **O que levar em conta para a organização do assentamento**. São Paulo: Anca/MMA-Ministério do Meio Ambiente, 2002.

ASSUMPÇÃO, R. de; VEIGA, J. E. R. A aplicação da Administração por Objetivo na gestão do negócio de cooperativas de assentamento rural no Brasil. **Informações Econômicas**, IEA, v. 30, n. 9, p. 7-22, 2000.

BOURDIEU, P. Compreender. In: _____ et al. (Orgs.). **A miséria do mundo.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 693-713.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Incra. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília: MDA, 2000.

BRUNI, L. **Comunhão e as novas palavras em economia**. São Paulo: Cidade Nova, 2005.

CAMARGO, L. C. **Cooperação e cooperativismo**. São Paulo: USP-Faculdade de Ciências Econômicas e Administração, 1960. (Boletim 4, cadeira n. 20).

CHRISTOFFOLI, P. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo**: limites e possibilidades. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. **Sistema Cooperativista dos Assentados.** São Paulo: Concrab/MST, 1998.

D'INCAO, M. C., ROY, G. **Nós cidadãos**. Aprendendo e ensinando a democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

EID, F.; SCOPINHO, R. A.; PIMENTEL, A. E. B. Dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária. In: **Agronegócio brasileiro**: desafios e perspectivas. Brasília: Sober – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1998. p. 767-778.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Global Editora, 1983.

GAIGER, L. I. et al. Economia solidária no Rio Grande do Sul: viabilidade e perspectivas. **Cadernos Cedope**, ano 10, n. 15, 1999. (Série Movimentos Sociais).

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

L´ESTOILE, B. de; SIGAUD, L. (Orgs.). **Ocupações de terra e transformações sociais:** uma experiência de etnografia coletiva. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEITE, S. et al. (Coords.). **Impacto dos assentamentos**. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LOUREIRO, M. R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez/Autores Associados, 1981.

MAIA, I. **Cooperativa e prática democrática.** São Paulo: Editora Cortez, 1985.

MARTINS, A. F. G. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo**: as comunidades de resistência e superação do MST. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, São Paulo.

MARTINS, J. de S. **O cativeiro da Terra.** 6. ed. São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas, 1996.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais.** Investigações em Psicologia Social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, B. A. M. **Coprocol**: um caso de contrapoder cooperativo? 1996. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – UFL, Lavras (MG).

PERILLO, S.; PERDIGÃO, M. de L. Percursos migratórios no estado de São Paulo: uma análise do período 1995-2000. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 97-109, 2005.

PILATTI, A. **As contradições entre a gestão e a eficiência administrativa nas cooperativas de produção agropecuária**. Veranópolis – RS, Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/Tac – Curso Técnico de Administração de Cooperativas, 1996. (Monografia).

PIMENTEL, A. E. B. **As cooperativas de reforma agrária como solução para a geração de trabalho e renda**: os casos da Cocamp e Copava. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – UFSCar, São Carlos.

PINHO, D. B. **Cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Ed.Saraiva, 2004.

RIOS, G. S. L. **Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social.** 1976. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – USP/ESALQ, Piracicaba-SP.

ROMANO, J. O. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior de assentamentos. In: MEDEIROS, L. S. de et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 249-258.

SCOPINHO, R. A. **Diagnóstico organizacional das Cooperativas de Produção Agropecuária-CPAs.** São Paulo: Concrab-Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda., 1996. (Relatório de pesquisa).

_____. Dinâmica organizacional e produtiva em cooperativas de reforma agrária**: diagnóstico, implementação de estratégias para o desenvolvimento e perspectivas. São Carlos: UFSCar, 2004. (Relatório de Pesquisa, CNPq/Edital 004/2001).**

SCHNEIDER, J. E. Cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortes/Autores Associados, 1981. p. 11-40.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

SPINK, P. O resgate da parte. **Revista de Administração**, v. 26, n. 2, p. 22-31, 1991.

SOUZA, M. A. A cooperação em assentamentos rurais e os desafios na compreensão da cultura política dos assentados. In: REUNIÃO DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu, 1998. 31p. CD.

WHITAKER, D. C. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo/Presidente Venceslau: Editora Letras à Margem, 2002.

ZIMMERMAN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. S. de et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 205-224.

Quadro 1 Vantagens e desvantagens da cooperação, segundo os trabalhadores do Assentamento Sepé Tiaraju, Serra Azul, SP.

Vantagens	Vantagens	Desvantagens	Desvantagens
Sociais – não estar sozinho/união – mais organizado – um grupo pensa melhor do um que sozinho – ajudar outras pessoas que precisam – a cooperação é bonita e uma das melhores formas de se relacionar, não tem patrão e empregado e a comunicação é de forma amigável – mais descontraído e divertido – aumenta a possibilidade de convivência (morando em agrovilas) – um anima o outro, se diverte e conversa – troca de ideias, aumenta o ânimo – trabalho é bem mais animado e satisfeito – serviço coletivo tem um ânimo entre a companheirada – possibilidade de aprender e trocar ideias sobre novos projetos e conhecimentos – aprender sobre agricultura, aproveitar melhor a terra que é boa – aprender um tipo de cultura antiga, a agroecologia – se especializar em uma atividade – ensinar e aprender ao mesmo tempo – se eu não sei fazer (...) podem me ensinar – conhecer mais pessoas – saber do que acontece – você vai aprender me respeitar daquela maneira, e a me conhecer e a me gostar do jeito que eu sou (...) – o coletivo une as pessoas (...) passam a se conhecer – faz a gente conhecer as diferenças – os companheiros alertarem sobre os erros – aumenta a esperança e dá segurança – ajuda o aposentado a não ficar ocioso – melhora as condições de vida	**Econômicas** – melhora o negócio (gestão) – é importante quando não se têm máquinas – juntar a terra e o dinheiro – facilidade para mecanizar e planejar a produção – para os pobres que recebem apenas três hectares, não dá para ser individual – mais fácil para comprar, vender e trabalhar – facilidade para comprar produto, maquinário, trabalhar junto na terra, dividir tarefas. – divide os custos dos materiais – transporte mais barato – conseguir crédito – multiplica as coisas (...) retorno rápido – força maior, oferece mais segurança – dificulta ser "engolido" pelos grandes, dificulta a manipulação – tira o atravessador, melhora a negociação – trabalho e lucro coletivos – divide o rendimento – aumenta a produtividade e a renda, trabalhando menos – ajuda na roça – trabalhar pouco (...) ter mais lucro – fica muito mais rápido – é uma força maior, a renda é maior – sempre te dá descanso porque você trabalha em conjunto – tem disponibilidade de comida e remédios – receber a cesta básica e alimento na hora "do aperto"	**Controle/submissão** – mesma coisa que trabalhar na fábrica, seguir normas – bater ponto e horário de manhã – não tem liberdade para vender ou trocar produtos e colher para servir uma visita, por exemplo. – ficar sujeito à opinião de terceiros – ter a cobrança dos companheiros – depender da opinião dos outros – não quer ter horários pois perde a liberdade – tirar a liberdade dele e do companheiro, não ultrapassar seus direitos (...) reflexo da escravidão – querer ter uma vida independente (...) conviver mesmo sem estar muito disponível – não dá tempo para trabalhar no individual – perder metade do dia – acabar abrindo mão do individual – se não for para o coletivo corre o risco de ficar sem a terra – plantar, colher e não receber quase nada – não ver a colheita **Diferenças individuais** – diferenças individuais são muito grandes em relação aos objetivos e metas do trabalho – as faltas que prejudicam e diminuem as forças – companheiros com falta de vontade fazem serviço pela metade e não cumprem o horário – uns trabalham mais que os outros, uns não gostam do serviço – pessoas que só pensam em comer e não plantam – tem gente que só olha, quem organiza não sabe o que faz, pessoas que não sabem como o coletivo funciona	**Hierarquia** – coordenação não entende do trabalho – autoritarismo da coordenação – os que sempre trabalharam na cidade não conhecem o trabalho na roça, mas criticam e pensam que podem ensinar os que são da roça – tem quem pense que está trabalhando para o MST – medo de ser passado para trás, de ser enganado, desconfiança – quem manda passa os outros para trás – injustiça na divisão de tarefas – a burocracia de cima para baixo **Valores e crenças** – descrença dos companheiros – as desistências que desestimulam os outros companheiros – difícil conscientizar as pessoas que o trabalho coletivo é o ideal – falta humildade – quem acha que a terra dá lucro [está enganado], ela dá subsistência – por ser mulher e não ser ouvida – individualismo – sozinho é melhor pelo dinheiro – o próprio indivíduo fazer seu horário – se dividir é difícil – não ter tempo para o individual – perda da individualidade, do espaço privado – a maior parte da turma é cada um para si – oportunistas podem querer tirar vantagem – grupos separados trabalhando no mesmo local se prejudicam – desentendimentos

Quadro 1 Vantagens e desvantagens da cooperação, segundo os trabalhadores do Assentamento Sepé Tiaraju, Serra Azul, SP (*continuação*).

VANTAGENS	VANTAGENS	DESVANTAGENS	DESVANTAGENS
Sociais – viver dignamente – se adoecer terá mais assistência – trabalha meio livre, você tem tempo para divertir, passear, trabalhar e pra estudar, para seguir a luta do movimento – se unindo, a gente vai sobreviver, uma vida melhor – passar o tempo – discutir os problemas – discussão de projetos – fica por dentro da discussão sobre o acampamento – facilita a resistência e evita manipulação – gera discussões sobre a conjuntura nacional: a monocultura, o êxodo rural, a falta de incentivos do governo – facilita discussão – do ponto de vista político, o assentamento sustentar a política do movimento – contribuir com o Centro de Formação Dom Hélder Câmara – facilita a organização de uma cooperativa ou associação	**Econômicas** – aumenta a disponibilidade de produtos **Econômicas/sociais** – facilita conseguir benfeitorias, mais rápido – evita pegar o empréstimo e gastar tudo (tem o controle do grupo no investimento dos recursos financeiros) – cada um fazer o que sabe melhor – realizar mutirões (ex: para construir as casas) – ter direitos garantidos por lei – apoio para conduzir o assentamento	**Controle/submissão** – falta de vontade das pessoas para produzir – divergência de opiniões dificulta a produção – nem todos "pegam firme" – não tem ninguém que se esforça – falta de vontade dos companheiros e de quem não gosta do serviço – quem se ferra é quem trabalha (...) tem gente que se encosta nos outros – uns não chegam... um chega tarde, outro mais tarde... uns chegam quase na hora de parar... – alguns acham que já tem muita gente e não vai fazer diferença se ele não for trabalhar. – não é o coletivo todo que vai [nas atividades] – desentendimentos, não entender o outro – o esforço para sustentar o grupo/coletivo é maior para conseguir discutir, conviver, respeitar e chegar aos acordos – o pessoal aqui não tem harmonia – o maior problema é combinar as ideias – o trabalho [que dá] é a pessoa se entender com o outro – falta de experiência de alguns atrapalha pessoa que não aprende – diferenças nas experiências	**Hierarquia** – pessoas que não se dão bem, que não se entendem ou que não se gostam – é um grupo querer destruir o outro – aqui não, ela [a cooperação] não bateu – aqui tem gente que não aceita – o povo não pensa tudo igual **Falta de (in)formação** – é confusa – falta de formação – falta de compreensão do coletivo [compreensão do trabalho, da forma de decisão do coletivo e de chegar a um consenso] – falta de entendimento [conhecimento]
PRESCRIÇÃO – só tem vantagem se tiver no máximo 10 pessoas – tem que ter uma cabeça [liderança] – é melhor sem coordenação – deve ter alguém que controle [mestre ou líder que saiba mais] o trabalho e as fofocas – equipe muito grande não funciona: poucos trabalham e os outros ficam parados – trocar o horário: de manhã no individual e de tarde no coletivo – a divisão do produto tem que respeitar quem trabalha mais – tem que ser um processo gradativo		– se for no consenso de todos, eu acho que é uma boa. Aí tem que trabalhar todo mundo numa linha só – se for bem planejado é bom; se não, não – se não tem organização não tem jeito de dar certo, (...) tem que ser rigorosamente organizado – para gente entender o coletivo tem que saber para quê e por quê – depende do pessoal ter vontade – se trabalhar igual a todos dá bom rendimento – se plantar picado [cada um plantar um tipo de produto] não dá certo – é melhor cada um na sua terra e produtos, com mão de obra compartilhada	

Capítulo IX

Trajetórias de Vida e Lutas Sociais

(re)territorialização dos *demandantes de terra* de Uarini[1]

Antonio Carlos Witkoski
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
Pedro Rapozo

Introdução

O Brasil tem muitas dívidas com o povo brasileiro. Uma das dívidas – histórica, econômica, social, política e cultural – é, sem dúvida alguma, o fato de as elites econômicas e políticas não terem feito a reforma agrária. Afirmamos as elites econômicas e políticas porque, em muitos países tipicamente capitalistas, elas o fizeram e modernizaram as relações sociais de trabalho no campo através da "democratização" da propriedade privada da terra[2]. No Brasil, a consulta à iconografia presente no livro de José de Souza Martins, *Os camponeses e a política no Brasil* (1990), mostra cabalmente a luta histórica dos camponeses pela reforma agrária e sua tragédia transformada em morte social. Podemos, apoiados nos argumentos, afirmar que a transformação no campo brasileiro ocorreu da grande propriedade improdutiva para a grande empresa capitalista e pela exclusão da maioria das pequenas e médias propriedades no cenário fundiário brasileiro.

Octavio Guilherme Velho (1976) nomeará esse processo de *capitalismo autoritário*[3], o que explica, em parte, a inserção do modo de produção capitalista no mundo rural brasileiro – mediado por uma racionalidade que, na perspectiva dos

---

1. Este texto é uma versão substancialmente modificada de uma pequena parte do Relatório Técnico/Científico da pesquisa "Por uma política estadual de reforma agrária: um estudo de sua viabilidade a partir dos municípios de Uarini, Anori, Itacoatiara/Silves, Maués e Manicoré", solicitada pelo Instituto de Terra do Estado do Amazonas (ITEAM) e financiada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).
2. Tomemos o exemplo do país mais tipicamente capitalista, contemporaneamente, os Estados Unidos: "a partir de Abraham Lincoln (1809/1865), intensificou-se a distribuição de terras de propriedade do governo federal, em favor de produtores agrários livres e artesãos. Havia, para transferir um bilhão de acres, mais de 4 milhões de quilômetros quadrados, que é a metade do território dos Estados Unidos (e do Brasil), cada família podendo receber gratuitamente 160 acres (65 hectares). Foram assim distribuídos, até 1904, 147 milhões de acres, cerca de 600 mil quilômetros quadrados. E os colonizadores obtiveram mais 1,2 milhão de quilômetros quadrados de terras das ferrovias e dos Estados" (BENAYON, 1998: 232).
3. *Capitalismo autoritário* parece-nos uma nomenclatura extremamente conservadora diante dos fenômenos socioeconômicos e político/culturais que ocorreram no período

"deserdados do progresso", pode ser entendida como uma racionalidade irracional –, subjugando as classes sociais camponesas, em detrimento de um desenvolvimento econômico pautado na expansão da fronteira agrícola, concentração fundiária e sem reformas socioeconômicas estruturais que atendessem aos pequenos produtores, que acabaram fagocitados como mão de obra barata e, muitas vezes, escrava no campo. Noutras palavras, o âmago desse processo histórico de mudança social dá-se por meio da conceituação daquilo que José Graziano da Silva (1981) nomeou de *modernização dolorosa* – ou, então, *modernização conservadora* – que tem, por eixo fundamental, modernizar a grande propriedade, com a manutenção da estrutura fundiária brasileira cada vez mais concentrada.

A questão da reforma agrária, mais recentemente, ganhou centralidade na vida social brasileira em decorrência tanto das pressões sociais – evidência disso é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – quanto de algumas iniciativas do governo que tem proposto transformar o perfil da estrutura fundiária brasileira, através da desapropriação e da redistribuição de terras. Não podemos deixar de notar aqui que o problema da não realização da reforma agrária no Brasil resulta, em parte, da natureza histórica do processo de ocupação colonial e, contemporaneamente, pelas formas como tem ocorrido a "ocupação" das terras – principalmente das regiões Centro-Oeste e Norte do país.

Conforme indicam Cardim et al. (1998), pode-se afirmar que o Brasil apresenta uma estrutura fundiária extremamente concentrada, quando numa perspectiva nacional, mas geograficamente muito diferenciada, tanto em seu uso quanto em sua posse, quando se consideram e analisam suas grandes regiões. Dois exemplos dão uma ideia dessa diferenciação regional: 1. o Rio Grande do Sul tem, por exemplo, 18,6 milhões de hectares cadastrados, enquanto Rondônia tem, somente, 4,9 milhões de hectares cadastrados; 2. na região Sul estão 35,5% dos imóveis rurais do Brasil, ocupando uma área equivalente a, tão somente, 12,8%, da área cadastrada e, 6,8% da superfície do país. Essas assimetrias da estrutura fundiária brasileira marcam o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro, produzindo e reproduzindo diferenças regionais significativas no próprio país – o que nos lembra a tese já superada dos *dois brasis* de Jacques Lambert (1967).

A estrutura fundiária da região Norte apresenta sinteticamente características básicas: a primeira se relaciona com sua "moderada" ocupação humana e "es-

---

(*continuação*) posterior a 1964 no Brasil. O que de fato ocorreu no país foi uma verdadeira contrarrevolução prolongada – ou, como sustenta Gramsci, uma revolução passiva – marcada por um período de transformismo que, diante da realidade brasileira, pode ser entendida como *modernização conservadora*. Para tanto, amplia-se extraordinariamente o papel interventor do Estado sobre a economia e a sociedade, livrando-a dos obstáculos políticos e institucionais que impedem seu aprofundamento e a imposição, no caso, do modo de produção especificamente capitalista – o que permitiu, aliás, a Werneck Vianna (1983) afirmar ironicamente: a contrarrevolução se faz revolucionária ao assumir a tarefa da modernização.

cassa" atividade econômica; a segunda, de natureza socioambiental, tem determinado a criação de grandes áreas na forma de Unidades de Conservação (UCs). Estas duas características básicas, aliadas à monstruosidade geográfica própria da região, têm traçado seu perfil socioecológico. Assim, em razão de sua enorme extensão territorial e seu passado recente, a região Norte tem uma ocupação extremamente diferenciada internamente. Temos, por exemplo, significativa experiência de colonização nos estados de Rondônia e Acre, mas, ao mesmo tempo, temos, também, no sul do Pará, a presença da luta de classes materializada nos conflitos socioeconômicos pela posse e uso da terra onde a questão da titularidade assume papel fundamental.

O Estado do Amazonas, assim como parte significativa do Pará, cuja ocupação foi mais antiga, poderá encontrar maior dificuldade em se desenvolver, principalmente se se desejar combinar o equilíbrio entre as atividades economicamente rentáveis e a perspectiva do ecodesenvolvimento[4]. Além disso, deve-se notar que, no estado do Amazonas, ocorreu significativa proliferação de Unidades de Conservação, sejam *unidades de proteção integral* que visam preservar a natureza – 29 Estações Ecológicas (EE), 26 Reservas Biológicas (REBIO), 53 Parques Nacionais (PARNA) e 1 Refúgio de Vida Silvestre (RVS) –, sejam *unidades de uso sustentável* que procuram compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais: 29 Áreas de Proteção Ambiental (APA), 17 Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), 66 Florestas Nacionais (FLONA) e 33 Reservas Extrativistas (RESEX). Nesse contexto, não podemos negar que a abundância de UCs no estado poderá certamente inviabilizar o "modelo clássico" de desenvolvimento adotado no Brasil.

As singularidades naturais da região Norte e, em particular, do estado do Amazonas e as características fundamentais que constituem a sua formação social exigem uma política fundiária específica e apropriada. A elas são necessários projetos sociopolíticos de ocupação adequados à qualidade ambiental do Amazonas e da Amazônia. As diferenças regionais e as diferenças no âmago dos próprios estados,

4. O termo ecodesenvolvimento foi utilizado pela primeira vez no decorrer da primeira reunião do Conselho Administrativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), realizada em Genebra em junho de 1973, sugerida pelo seu diretor M. F. Strong. Ignacy Sachs é o principal formulador dessa concepção de desenvolvimento. Para o autor (1986), os princípios básicos formulados que deveriam guiar os caminhos do [eco]desenvolvimento são: 1. satisfação das necessidades básicas; 2. solidariedade com as gerações presentes e futuras; 3. participação da população envolvida; 4. preservação dos recursos naturais e do ambiente em escala ampliada; 5. elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; por fim, 6. programas de educação. Na verdade, trata-se de um programa pensado fundamentalmente por Sachs para os países do Terceiro Mundo [hoje nomeados "modernamente" de países em desenvolvimento]. É um projeto que se opõe, frontalmente, à arrogante proposta de "crescimento zero" que os empresários dos países ricos propuseram para os países do Terceiro Mundo no Clube de Roma.

em razão da formação social da região Norte e, principalmente, do desenho da atual estrutura fundiária brasileira – o estado do Amazonas se encaixa perfeitamente nesse contexto – não permitem mais a definição de políticas fundiárias que se baseiem em diagnósticos fundamentados em índices nacionais, pelo simples fato de eles não apreenderem nem representarem as singularidades regionais. Nessa perspectiva, e considerando o contexto do estado do Amazonas, temos de articular necessariamente o agrário modernizado ao agrário a modernizar e não deixarmos de considerar que a *reforma agrária* e a *política agrícola* são sempre duas questões socioeconômicas e políticas intrinsecamente condicionadas.

O trabalho a seguir apresenta um estudo sobre as trajetórias de vida dos *demandantes de terra* no município de Uarini (AM) e sua relação com as políticas públicas do Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM), considerando as possibilidades dos processos de regularização fundiária e/ou a implementação de modelos de assentamento rural no estado do Amazonas – não deixando de contemplar na perspectiva analítica os tipos de trabalhos, os aspectos organizacionais e as relações sociopolíticas e culturais de que são portadores os *demandantes de terra*.

Situação fundiária e formas de produção da vida

O processo de ocupação humana da Microrregião Centro Amazonense, no qual se insere o médio Solimões e, nele, o município de Uarini, é marcado secularmente por atividades baseadas na agricultura de várzea e/ou de terra firme – fundamentalmente, embora não exclusivamente, a produção da farinha de mandioca – no extrativismo vegetal madeireiro e não madeireiro (castanha, látex, frutas, mel, plantas medicinais, etc.) – e no extrativismo animal – a pesca e a caça. O *lócus* da pesquisa, o município de Uarini, possui áreas ocupadas por etnias indígenas, populações ribeirinhas e/ou agricultores de terra firme. As atividades produtivas desenvolvidas pelos grupos sociais indígenas, pelos ribeirinhos e pelos agricultores de terra firme que historicamente moram e trabalham no médio Solimões – esta pesquisa se interessa exclusivamente pelos agricultores de terra firme, nomeados doravante de *agricultores urbanos*[5] – caracterizam-se pela subordinação aos agentes

5. Denominamos de *agricultores urbanos* pelo fato de residirem na cidade de Uarini e de toda a área produtiva utilizada por eles para as suas atividades (plantação de mandioca, extrativismo vegetal e/ou extrativismo animal) encontrar-se na zona rural do município de Uarini, relativamente distante de suas residências – isto é, localiza-se ao longo dos 14 km da Estrada Agrícola Uarini–Copacá que une a sede do município de Uarini à comunidade Capelinha. Como se sabe através da literatura, a categorização do homem amazônico é uma das grandes discussões hoje no meio acadêmico e científico. Caboclos, ribeirinhos, caboclos/ribeirinhos, pescadores, varzeanos, etc. são algumas das categorias utilizadas para definir o amazônida, cada uma com suas singularidades e características. Decidimos utilizar aqui a categoria *agricultores urbanos* em razão das características expostas. Contudo, é importante ressaltar que essa é uma categoria elaborada no meio acadêmico e pouco ou nada utilizada na literatura regional. Não é, também, uma classificação com a qual os moradores de Uarini, por exemplo, se identifiquem (ROCHA, 2010).

da comercialização – atravessador (72,0%), comerciante (14,0%) e o regatão (14,0%) – detentores do capital mercantil que, no ato da comercialização, expropriam os excedentes da produção agrícola, significativamente representados pela *Farinha do Uarini*, e os resultados das atividades do extrativismo vegetal (madeireiro e não madeireiro) e do extrativismo animal.

O município de Uarini se constitui de terras de domínio público da União e do Estado. Uarini é composta, respectivamente, por duas grandes glebas – as glebas Uarini e Primavera. Na área de domínio da União, foram criadas Unidades de Conservação (UCs) e homologaram-se as Terras Indígenas (TIs) das etnias Miratu e os Miranha. As áreas restantes, que são de domínio do estado do Amazonas, são atravessadas por dois grandes latifúndios portadores de denso castanhal. Verificamos que a constituição dos agrupamentos sociais alvos da pesquisa são caracterizados por pequenos produtores rurais – na verdade, posseiros – que ocupam e trabalham as terras devolutas – terras públicas que não pertencem a particulares, mas à União –, as terras dos dois proprietários privados[6], por meio de contratos verbais de arrendamento, para a produção de farinha e a prática do extrativismo de produtos da floresta – principalmente da castanha.

Não podemos desprezar, no contexto da formação social do município de Uarini, o fenômeno da migração – grande parte dela oriunda da mobilidade humana em decorrência da falência dos seringais. O esgotamento do ciclo da borracha promoveu, ao mesmo tempo ou em tempos diferentes, migrações intramunicipal, intermunicipal, interestadual e campo–cidade. Com a queda da produção da borracha, ciclo econômico marcado pela forte exploração da força de trabalho, os seringueiros abandonaram a extração da borracha e migraram para o oeste do médio Solimões, passando a ocupar as áreas devolutas e de propriedades particulares, fundando, a partir dos seus agrupamentos sociais, as comunidades rurais – influenciadas pelo modelo das comunidades de base, apoiadas nas premissas da Igreja Católica, que estimulava a eleição dos chamados líderes comunitários. No âmago da dinâmica dos deslocamentos humanos, a migração se transforma, quase sempre, em estratégias de sobrevivência, pois a pressão da exclusão é grande

6. A área da estrada na qual é realizada a produção agrícola pela maioria dos *agricultores urbanos* de Uarini (nos seus primeiros 7 km), assim como dos *agricultores tradicionais* da comunidade Capelinha – que vivem há mais de trinta anos no lugar onde termina a estrada (do quilômetro oito ao quilômetro 14) – pertence, de direito, segundo o Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM), a dois grandes proprietários do município de Uarini que possui, na área, denso castanhal: um título está no nome de Manoel Nunes da Silva (*Uariny* e *Cupaca Central*) e o outro em nome de Adalberto Bezerra (*Carpina Boia*). Assim, em razão do cultivo da mandioca visando à produção da farinha, mas também do extrativismo madeireiro, não madeireiro – por exemplo, a extração da castanha – e do extrativismo animal (a pesca e/ou a caça), os *agricultores urbanos* e os agricultores tradicionais – mais os primeiros do que os segundos – têm estabelecido relações de subordinação econômica e política a esses proprietários – embora discordando e contestando sempre essa subordinação.

e não afeta só o indivíduo, mas também toda a sua família e as relações de sociabilidade delas decorrente que a constitui como grupo social. Assim, o migrante cria, ao migrar, novas representações sociais[7], geralmente com perspectivas positivas, excluindo os conflitos sociais produzidos no lugar de origem, como forma de resistência ao deixar o lugar onde nasceu e se criou – a *terra/mãe*. Nota-se no fenômeno da migração campo/cidade que as representações sociais, de uma e de outra, como espaços sociais da vida, se entrecruzam engendrando interseções em que as representações sociais do mundo rural apresentam-se na vida urbana e as representações sociais do mundo urbano contaminam a vida rural.

De acordo com Freitas (2003), a análise do processo migratório permite-nos fazer reflexões das (re)construções imaginárias dos migrantes – principalmente aqueles que migram do campo para cidade – na medida em que nos permitem compreender a ressignificação de sua visão de mundo, seus modos de vida e, consequentemente, sua identidade[8]. Os migrantes criam, no processo migratório campo/cidade – e é este que aqui nos interessa – novos grupos de referência, novos horizontes sociais, etc. Em razão disso, podemos afirmar que a análise sociocultural das trajetórias de vida dos trabalhadores rurais no município de Uarini corresponde à dinâmica histórica, extremamente comum no estado do Amazonas, tanto no que diz respeito aos dilemas da reforma agrária prometida, mas não realizada, quanto aos dilemas que envolvem o mundo social, cultural e ambiental. Considerar e compreender essa dinâmica talvez seja o melhor caminho para as pesquisas e propostas de regularização de terras e/ou reforma agrária no estado do Amazonas. Ao se levar em consideração a alteridade, o diálogo e, principalmente, as especificidades locais e regionais, para que não se cometam os erros passados, evidenciam-se na única alternativa viável para que não se repita a história ora como tragédia, ora como farsa.

Mesmo em meio às dificuldades socioeconômicas e/ou de infraestrutura na cidade e/ou nas áreas onde trabalham, os *agricultores urbanos* de Uarini resistem, lutando na preservação de suas tradições culturais, ainda passadas de pais para filhos, possuindo, no respeito, na moral e na vida religiosa, aspectos que os têm fortalecido na luta diária. Mas não é só isso. Mesmo morando na cidade de Uarini, os *agricultores urbanos* manifestam, em seus depoimentos e em sua prática diária do

---

7. As representações sociais não devem ser compreendidas como uma espécie de epifenômeno da realidade material da vida, pelo contrário, as representações sociais devem ser percebidas como uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem objetivo prático e contribui para a construção de uma realidade comum ao conjunto social (JODELET, 2001).

8. Hall (2005: 21) "destaca que não existem [no mundo contemporâneo] culturas puras, e a tendência é que elas sejam cada vez mais fruto de interações e da troca de experiências. O mesmo acontece com a identidade. Se antes ela era tida como una, agora é um processo, ou seja, vai se formando à medida que os sujeitos vivenciam as mais diversas situações: a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida".

trabalho, respeito para com os recursos naturais – o zelo para com a terra, a água e a floresta. Além disso, mesmo com toda a ressignificação experimentada e vivida no deslocamento do campo para a cidade, levam em consideração também o conhecimento tradicional, seus costumes, hábitos e modos de vida que, para eles, são de suma importância respeitar em projetos futuros.

Os *demandantes de terra* do município de Uarini – para além das configurações do poder local instituído[9] – enfrentam problemas socioeconômicos e políticos, ora latentes, ora manifestos, em virtude da falta de documentação de suas terras e, ao mesmo tempo, das dificuldades universais do escoamento da produção – aliás, este fato absolutamente comum aos municípios do Amazonas e da Amazônia entrecortados pelas *estradas que andam*. As atividades do mundo do trabalho rural são diversificadas ao mesmo tempo em que são desempenhadas de maneira polivalente, desenvolvendo, como se afirmou, atividades nas terras de trabalho (agricultura de várzea e/ou de terra firme e a criação de pequenos animais), nas florestas de trabalho (extrativismo vegetal madeireiro e não madeireiro e animal, por exemplo, a caça) e nas águas de trabalho – principalmente a pesca e, secundariamente, a caça. Assim, embora morem, hoje, na cidade de Uarini, as atividades desenvolvidas pelos pesquisados estão em sintonia com sua vida pretérita, modo de vida e condições sociais que os levaram a essa nova situação.

A pesquisa indicou que 100% dos investigados praticam agricultura. Há, na agricultura de Uarini, o cultivo de culturas permanentes (por exemplo, graviola, taperebá, cupuaçu, etc.) e o de culturas temporárias (por exemplo, banana, abacaxi, etc.). Contudo, a cultura temporária é marcada indelevelmente pelo amplo cultivo da mandioca e pelo pouco cultivo de outras espécies – o que acaba tornando a mandioca a principal cultura agrícola do município. Além disso, como sabemos, a farinha produzida em Uarini é conhecida em todo estado do Amazonas e fora dele, em razão de suas intrínsecas qualidades – o que se relaciona diretamente com a forma artesanal de sua fabricação[10]. Na dinâmica da produção da mandioca visando à produção da farinha, os *agricultores urbanos* de Uarini desenvolvem duas práticas ordinárias distintas e complementares: 1. deslocam-se às áreas de seus

9. Quando perguntados se havia alguma forma de ajuda dos órgãos do poder público para a produção agrícola em Uarini, os pesquisados afirmaram que somente a Prefeitura Municipal de Uarini e a Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) ajudam, de alguma maneira, a produção agrícola do município. A Prefeitura possui o *Projeto Ajuri*, que tem por objetivo fundamental distribuir pequenos ranchos, entre os produtores, para a realização da plantação e/ou da colheita da mandioca de forma coletiva. A colaboração da SEPROR vem basicamente através de financiamentos para os produtores – ainda que essa prática tenha se tornado cada vez mais rara.

10. Outra ausência de ação do poder público, com relação à produção agrícola no município, diz respeito ao beneficiamento dos seus produtos – principalmente, embora não exclusivamente, a farinha de mandioca. Não há nenhum tipo de recurso público

cultivos, todos os dias, com o caminhão da prefeitura municipal de Uarini, em parceria com a Associação dos Produtores Rurais do Município de Uarini (AMPROU), para realizar os mais diferentes trabalhos – derrubada, queimada, encoivaramento, broca, plantio, etc; 2. deslocam-se igualmente com o mesmo caminhão e ficam dias trabalhando em suas áreas – o que varia segundo as necessidades do plantio, colheita e fabricação da farinha –, retornando às suas casas na cidade de Uarini depois de longas jornadas de trabalho.

Na prática da agricultura, por exemplo, o costume de fazer pousio como estratégia de recuperação da fertilidade do solo – o que implica deixá-lo em descanso – é levada em consideração por 60% dos pesquisados. Raciocinando analogicamente afirmam os *agricultores urbanos* que, assim como o homem necessita do descanso diário para repor suas forças, a terra, depois de "trabalhar", também necessita de descanso para reaver sua vitalidade. A analogia entre o descanso necessário à vida humana e à vida da terra – trabalhada pelo homem – pode ser traduzida como respeito entre dois "seres" que possuem vidas distintas e complementares, que estabelecem relações simbiônticas, e é o que explica, e muito, a dimensão simbólica resultante do ambiente trabalhado, mantendo vínculos e crenças que destoam da dimensão em que se configuram as relações sociais típicas do modo de produção capitalista, instituído por forte irracionalidade, a lógica da produção pela produção, sem sensibilidade no uso dos recursos naturais.

A produção de farinha tem grande papel econômico, social e cultural na vida do município de Uarini. Embora o município seja um grande produtor de farinha do Amazonas[11] – farinha que, como dissemos, conquistou grande reconhecimento social em razão de suas qualidades –, quase nada mudou nas formas de produção realizadas pelos agricultores, ou seja, não têm ocorrido mudanças tecnológicas nas formas tradicionais de produzi-la – o que, aliás, faz dessa farinha a farinha que ela é.

(*continuação*) direcionado ao beneficiamento dos produtos no município. Como Uarini é um grande produtor de mandioca e do seu principal derivado, a *Farinha do Uarini*, toda a cadeia produtiva envolvendo sua produção se dá sob a responsabilidade dos seus produtores – sejam eles de terra firme, que é o caso dos *agricultores urbanos* de Uarini, sejam eles de várzea, caso dos ribeirinhos. Segundo depoimentos coletados nos diários de campo, há consenso acerca dessa questão: quando há o beneficiamento de um produto agrícola qualquer, inclusive a farinha, ele é de inteira responsabilidade dos próprios produtores.

11. O cultivo de mandioca está presente em praticamente todo o território brasileiro, mas sua concentração maior é na Região Nordeste, cuja participação chega a 40%, destacando-se os estados da Bahia (principal produtor nordestino), Maranhão e Ceará. No Norte, destaca-se o Estado do Pará como o maior produtor nacional de mandioca, com 5 milhões de toneladas. O Pará, a exemplo da Bahia, também transforma a maior parte de sua produção em farinha [...]. Em Belém, é bastante intenso o comércio de mandioca e seus derivados em praça pública, no comércio em geral e, principalmente, no *Mercado Ver o Peso*, que oferece grande quantidade de produtos regionais. A farinha é produzida em pequena escala e, geralmente, os produtores mais próximos aos grandes centros comercializam sua produção em feiras livres organizadas nos finais de semana. (Disponível em: www.seab.pr.gov.br. Acesso: 26 fev. 2010.)

Embora os pesquisados sejam eminentemente agricultores de terra firme, eles consideram a diversidade da dieta alimentar extremamente importante às suas vidas. Assim, além da agricultura, parte dos agricultores urbanos que cria pequenos animais – por exemplo, galinhas, patos, porcos, caprinos, etc. – ou grandes animais – pouquíssimas cabeças de gado branco – o fazem em função exclusivamente da melhoria de sua dieta alimentar e não em razão das possibilidades de sua comercialização.

O extrativismo praticado em Uarini se divide em duas grandes modalidades: o extrativismo vegetal, compreendido pela extração da madeira, castanha, lenha, frutas, plantas medicinais, etc; e o extrativismo animal, que implica as atividades da caça e/ou pesca. O extrativismo vegetal, tanto o madeireiro como o não madeireiro, é bastante praticado. A extração da madeira, assim como a coleta da castanha, visa, ao mesmo tempo, ora à subsistência, ora à comercialização. A madeira extraída tanto da várzea quanto da terra firme se presta aos mais diversos usos no cotidiano do agricultor, todos extremamente necessários a sua vida e à de sua família. Diferentemente da exploração comercial dos recursos madeireiros que caracteriza a derrubada indiscriminada de árvores, os significados da extração de madeira entre as populações rurais se relacionam mais com objetivos do cotidiano do que comerciais – noutras palavras, destina-se à construção de casas, cercados, benfeitorias, etc. As espécies retiradas – por exemplo, itaúba, louro, aromã, maparajuba etc. – e a finalidades – o consumo precípuo e/ou a eventual comercialização –, explicam a ação de extrair a madeira, o que acaba demonstrando que esta atividade não se caracteriza como predatória. A maioria dos produtos extraídos é destinada ao consumo, comercializando-se somente uma parte muito pequena – o que corrobora a perspectiva mais de consumo do que com aquela vinculada à comercialização.

Verificamos, com relação à caça, o mesmo dilema comum a outros grupos sociais na Amazônia. Apesar de existir na região quantidade considerável de caça disponível, os moradores locais se veem impossibilitados de caçar em virtude da rigidez das leis ambientais que punem essa prática. Diante disso, a caça contribui pouco como proteína animal na alimentação local. O maior contribuidor no fornecimento de proteína animal é a pesca que, em determinados período do ano, também é proibida. Assim, embora a caça colabore menos com o fornecimento de proteína animal – quando comparada com a pesca –, ela não deixa de ter importância significativa. Entre as espécies encontradas nos depoimentos obtidos estão as aves aquáticas (garça, pato, etc.), os mamíferos terrestres (capivara, anta etc.), os quelônios terrestres (por exemplo, o jabuti), o jacaré e os quelônios aquáticos (as tartarugas). Nota-se, assim, que a prática da caça em Uarini não ocorre na mesma proporção do que em outras regiões mais longínquas da Amazônia que, de certo modo, escapam do controle dos mecanismos de repressão a essa prática. Há, entrementes, para os *agricultores urbanos*, vários motivos para não caçarem: a proi-

bição (13%), o fato de não possuírem a prática ou o hábito (40%), o fato de não saberem caçar (27%) e a própria dificuldade em caçar (20%). O primeiro motivo faz sentido em razão dos fortes mecanismos de repressão sobre esse tipo de atividade, quando comparado com a atividade da pesca. A atividade da caça é muito reprimida pelos órgãos fiscalizadores (IBAMA) – embora se tenha notado mudanças no comportamento das instituições em superar a perspectiva repressora na direção de uma concepção educativa. O segundo motivo indica a falta de tradição na arte da caça – o que tem a ver, em parte, com o fato de habitarem a sede do município e estarem suscetíveis às influências dos hábitos alimentares urbanos. O terceiro e quarto motivos guardam relação, ao mesmo tempo, com a ausência do hábito de caçar e o reconhecimento da incapacidade no manuseio das armas de caça, sendo essa atividade difícil e perigosa, pois requer conhecimento, técnica e dispêndio de força de trabalho. Mesmo com todas as razões alegadas – algumas paradoxais – notamos, na pesquisa, que 100% dos pesquisados afirmaram que caçam para alimentação, sendo os principais animais caçados a paca (28%), o queixada, espécie de porco selvagem (15%), o veado e o tatu (12%), a anta e o macaco (12%), etc. Nesse sentido, contrariando alguns trabalhos que indicam serem as aves as principais espécies caçadas, verificamos, em Uarini, que a maioria das espécies caçadas é de mamíferos terrestres de porte médio – sendo a paca a espécie mais procurada.

A pesca ocupa historicamente um lugar de destaque na vida dos agrupamentos humanos amazônicos, sendo uma das variáveis responsáveis por sua formação histórico-social. As atividades da pesca, nos rios amazônicos, em razão de serem inseparáveis da constituição do modo de vida local que interage com os ambientes fluviais – margens de rios, rios, furos, igarapés, lagos, etc. –, os aspectos sociais da cultura e do trabalho, como mediadores do metabolismo homem e natureza, são imprescindíveis. Nesse contexto, o tempo ecológico[12] dos ciclos das águas emerge com força imperativa e impõe-se aos grupos sociais locais na região, daí seus conhecimentos se tornarem fundamentais para exercício da própria pesca.

A pesca pode e é exercida em diferentes ambientes e períodos hidrológicos. Neste caso, deve-se observar que o sucesso da atividade pesqueira depende da com-

12. O tempo nas sociedades modernas é, por excelência, o tempo linear, noutras palavras, um tempo socialmente construído que independe por completo dos ritmos da natureza – é um tempo genuinamente artificial, uma espécie de artesanato humano. Perspectiva inversamente proporcional ocorre com as populações varzeanas que, embora atravessadas pelos signos da modernidade, moram e trabalham na Amazônia e, em razão disso, estabelecem relações intrínsecas entre os ritmos da natureza e os ritmos sociais – o que lhes permite viver num *tempo ecológico* (EVANS-PRITCHARD, 1978). Embora o tempo ecológico seja inconcebível sem as relações sociais, os ritmos da natureza codeterminam a vida e o modo de vida dessas populações, gerando uma espécie de desencaixe (GIDDENS, 1991) entre a vida moderna e a vida tradicional.

pressão intrínseca dos ciclos das águas – enchente (dezembro a abril), cheia (maio a julho), vazante (agosto e setembro) e seca (outubro e novembro) – e sua relação igualmente intrínseca com os ambientes aquáticos. Nesse contexto, a pesca possui dívidas culturais impagáveis com os ameríndios das águas. Esses, como em nenhuma outra atividade, os influenciaram muito. Aqui, a relação entre espécies capturadas (considerando peixes de escamas e peixes de couro/lisos), os ambientes de pesca (lagos, paranás, rios, igapós, campos, igarapés, etc.), os tipos de embarcação mais utilizados, as modalidades do ato de pescar e o uso de determinados apetrechos em detrimento de outros, na atividade da pesca, são muito importantes, pois constituem as variáveis fundamentais para compreendermos a função social da pesca e o que ela representa a esse singular modo de vida.

Em Uarini, a prática da pesca é extremamente frequente entre os pesquisados, principalmente quando sua finalidade se relaciona com o consumo (100%). Aqueles que não pescam, não o fazem por algumas razões: 15% não possuem mais idade para a atividade, já que a mesma requer muito esforço físico, 14% não têm o hábito de pescar e 14% não têm tempo para a pesca, já que se dedicam precipuamente à agricultura. Notamos, entrementes, que toda a atividade da pesca é exercida em razão do consumo – donde se conclui que os entrevistados de Uarini não possuem o hábito de pescar para vender. Aqui, entretanto, cabe uma pequena digressão: o fato de 57% dos entrevistados não responder a essa questão indica que a pesca, para os agricultores de terra firme, tem outros significados quando comparados, por exemplo, com os agricultores da várzea. Como é sabido pela literatura regional, o varzeano combina, e não pode deixar de fazê-lo, no seu ambiente de trabalho, a atividade da agricultura articulada à da pesca – o que não ocorre da mesma maneira, em razão do ambiente de trabalho ser radicalmente diferente, com os agricultores de terra firme.

Apesar da diversidade de atividades desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa, o que lhes tem garantido a difícil reprodução material/simbólica de suas vidas, estes vêm enfrentado problemas com a posse da terra – o que está intrinsecamente relacionado com as formas de apropriação das áreas onde trabalham e com o processo de ocupação fundiária do próprio município. Além disso, mesmo sofrendo fortes pressões da lógica do capital – fundamentalmente da lógica do capital comercial por meio dos agentes sociais da comercialização que formam verdadeira instituição tirânica nos rios amazônicos –, os trabalhadores rurais da área de estudo, em particular, têm desenvolvido relações equilibradas com o meio ambiente nos quais vivem. Embora esse assunto tenha sido e ainda seja cansativamente repetido no espaço acadêmico e/ou político, não podemos deixar de mencionar que os dados da pesquisa de campo indicam, em Uarini, traços iniciais de uma perspectiva do ecodesenvolvimento.

Traços configurativos do poder local, conflitos e a luta social pela terra

Observamos, no que diz respeito à situação documental das terras – fator limitante e fundamental da disputa e movimentação dos *demandantes de terras* por sua legalidade[13] –, que 54,2% dos pesquisados afirmaram trabalhar nas terras há muito tempo, embora não possuam título definitivo,[14] enquanto 18,6% alegaram que as terras são de outros proprietários e 5,8% sustentaram sem sofisma estarem nas terras na condição de posseiro – o que perfaz 60% de *demandantes de terra* se autorreconhecendo, de uma maneira ou de outra, como *posseiros*.

Dos que sustentaram sem sofisma estarem nas terras na condição de posseiro, 11,9% ajuizaram não possuir o título definitivo e 3,4% argumentaram ter aberto processo com a finalidade de legalizar suas terras. Alguns dos investigados alegaram, ainda, possuir outros entraves no processo de regularização das terras, entre os quais destacaram as disputas pelo direito à terra (8,5%) e o fato de ocuparem áreas indígenas (1,7%). Notamos, ao analisarmos os dados da pesquisa, que, por mais que houvesse vínculos radicais com a terra, entre os *demandantes de terra*, a situação real observada em campo não corresponde a uma situação de direito da terra, mas a condições históricas e relações socioeconômicas e culturais profundas que os vinculam ao lugar onde trabalham e vivem – nas condições de posseiros.

Assim, ao afirmarem que trabalham há muito tempo nas terras e, paradoxalmente, confessarem não possuir documento comprobatório legal da terra, enquadram-se os *demandantes de terra* de Uarini numa situação de curto horizonte histórico

13. "(...) A legalidade reflete fundamentalmente o acatamento a uma estrutura normativa posta, vigente e positiva. Compreende a existência de leis, formal e tecnicamente impostas, que serão obedecidas por condutas sociais presentes em determinada situação institucional" (WOLKMER, s/data).

14. O Título Definitivo – na verdade, o Título de Domínio – é um "instrumento utilizado pelo Estado para transferência do domínio de terras públicas, com efeitos de Escritura Pública de venda e compra, com todos os efeitos legais e jurídicos de propriedade, podendo, inclusive, ser levado a registro de imóveis, sendo inegociável e intransferível pelo prazo de dez anos. Decorre do devido processo administrativo de regularização fundiária, formalizado perante o Órgão de Terras, pelo interessado, ocupante da área requerida, devidamente, identificado como pessoa física, que deverá atender às exigências contidas na Lei nº 2754/02, principalmente o artigo 46, transcrito abaixo. O interessado será submetido a uma triagem socioeconômica, bem como declarará renda familiar e se possui propriedade rural ou urbana em seu nome ou se já foi beneficiado em Projeto de Regularização fundiária. A área requerida será, devidamente, vistoriada e plotada. Preenchidos os requisitos legais, será deferido o pedido de titulação pelo Presidente [do ITEAM] e expedido o Título de Domínio – [isto é, o] Título Definitivo". (Disponível em: www.iteam.am.gov.br. Acesso em: 11 fev. 2010.)

para quem, juntamente com os ribeirinhos,[15] do mesmo município, produzem a melhor e mais requisitada farinha do estado do Amazonas e de outros estados da Região Norte.

Esta realidade não é diferente das de outras encontradas nos municípios do Amazonas, visto que uma das maiores dificuldades entre as famílias interioranas é a ausência de meios legais que garantam o uso e a apropriação das terras onde moram e trabalham anos e anos, em terras que passam de geração a geração. Em geral, essas famílias não possuem recursos para garantir a legalização de suas terras. Quando as terras lhes pertencem, de fato, não há meios oficiais de provar; quando "não lhes pertencem", não há meios de garantir o direito de ocupação de terras que, na maioria das vezes, são terras improdutivas[16] para seus donos. Esse é, aliás, o grande paradoxo da situação fundiária no Brasil, em geral, e no Amazonas, em particular.

Nesse contexto, tal como afirma Martins (1991), embora saibamos que um número crescente de trabalhadores rurais necessita da terra para trabalhar e não para negociá-la, expropriando dela seus trabalhadores, a propriedade da terra vem se tornando cada vez mais inacessível, em face de crescente concentração fundiária.

---

15. "A área de 300 mil quilômetros quadrados da várzea – 6% da Amazônia Legal – é de terras públicas geridas pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Por ser um ecossistema frágil, a região era considerada área de proteção permanente, ou seja, um local onde a presença de moradores é proibida (...). Em janeiro do ano passado [2009], o Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea/IBAMA do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis apresentou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e à SPU uma proposta de regularização fundiária da várzea, por meio do estabelecimento de contratos de concessão de uso coletivo do território com as associações de moradores. A terra continuaria sendo da União, mas a SPU repassaria ao INCRA a competência para legalizar a posse pelas populações locais. Nesse projeto, o IBAMA regularia o aproveitamento econômico dos recursos naturais, a partir da aprovação de planos de uso e de manejo da área. Em Parintins, por exemplo, o projeto de assentamento deve englobar cerca de 60 famílias que vivem nas comunidades Divino Espírito Santo e Menino Deus, onde atua o Grupo Ambiental Natureza Viva – GRANAV, uma organização criada pelos próprios moradores, a partir do movimento de defesa dos lagos contra a pesca predatória" (Thais Brianezi/ Agência Brasil. Disponível em: www.noticias.ambientebrasil.com.br).

16. Existem terras improdutivas no País? Para responder a essa questão, torna-se necessário mudar o conceito de terra improdutiva. No Brasil, hoje, há poucas terras improdutivas, porque percebemos que todas as terras brasileiras produzem muito e bem, tudo o que é plantado, nasce, cresce e se desenvolve. Então, assentar trabalhadores rurais em terras improdutivas seria um contrassenso, porque a terra não vai produzir nada. O que temos de discutir é o conceito de produtividade da terra, ou seja, não é a questão de a pessoa estar ou não plantando, mas o conceito físico de produtividade, se a terra tem capacidade de gerar alguma produção. Nesse sentido, há muita terra que pode ser usada para a reforma agrária, e essas terras são produtivas, não temos dúvida. Então, a discussão da reforma agrária não deve passar apenas pelo conceito de produtividade

Um aspecto cada vez mais frequente no Amazonas é a disponibilidade de terras para trabalhadores rurais sem terra nas condições de arrendamento – o que favorece economicamente de modo assimétrico sempre os seus donos.

Em Uarini, por exemplo, as áreas de terras reivindicadas pelos *demandantes de terra* não estão sendo verdadeiramente utilizadas por seus donos, sendo consideradas improdutivas tanto pelo poder público local, no caso, pelo prefeito na época, o senhor José Francisco Lopes Filho, quanto pelo poder público estadual – o Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM). Apesar disso, há muita resistência dos proprietários com relação à desapropriação social com fins de reforma agrária e/hou de implantação de assentamento rural. Nos diferentes círculos de pessoas, em Uarini, há diferentes formas de ocupação e apropriação territorial – a terra pode ser vista simplesmente como terras de trabalho e de vida e/ou como espaço de compra e venda como mercadoria, etc. Em geral, os conflitos surgem nas áreas em que esses dois modos de apropriação se sobrepõem (ou se cruzam), podendo essa interseção ser entendida sociologicamente como o combate entre frentes de subsistência *versus* frentes capitalistas (SAWYER, 1986). Nesse sentido, as frentes capitalistas – isto é, a produção para o mercado – substitui gradualmente e, às vezes, abruptamente a produção voltada para o sustento praticada nas frentes de subsistência. Nesse processo, as transformações das relações sociais de produção ocorrem de modo gradual, incorporando novos elementos e rejeitando outros.

O uso da terra apoiado em perspectivas tão antagônicas leva ao surgimento de conflitos sociopolíticos e situações de reivindicação. À medida que as terras vão sendo utilizadas para a expansão de grandes produções agrícolas e pastagens, a pequena agricultura se encontra cada vez mais acuada, estrangulada. Em função disso, são inúmeros os conflitos para expulsar os trabalhadores rurais de suas terras, violências de todas as ordens são cometidas contra esse contingente de homens, mulheres e crianças. Martins (1990) nomeia esse processo de expropriação dos pequenos produtores rurais das suas terras. O autor reconhece que, ao mesmo tempo em que acontece o processo de expropriação, confirma-se, paradoxalmente, que a maior parte da produção dos alimentos básicos no Brasil é, ainda, contraditoriamente, prove-

---

(*continuação*) ou de não produtividade da terra, deve passar pelo conceito de qual modelo de desenvolvimento se quer para o Brasil. Nesse contexto, a agricultura familiar precisar aumentar seu espaço, porque nos últimos anos a produção familiar tem perdido muita terra. Além disso, a distribuição de terras não resolve. Para fazer uma reforma agrária, é preciso pensar nas diferenças do meio rural brasileiro considerando as ecorregiões com suas singulares biodiversidade e sociodiversidade. Além disso, uma verdadeira reforma agrária não pode deixar de levar em consideração os seguintes aspectos socioeconômicos e político-culturais: a rede mundial de computadores, a energia elétrica e/ou outras fontes alternativas de energia, as escolas nos seus diferentes níveis, a saúde, a moradia, as estradas, etc. Nesse sentido, a reforma agrária deve considerar o campo como um lugar onde as pessoas sintam prazer em viver, não um campo que lembre isolamento, falta de infraestrutura e miséria. Essa é a questão!

niente da pequena produção e não das grandes empresas agrícolas que, aliás, têm usufruído historicamente dos benefícios das políticas públicas do Estado[17].

Em Uarini, entre os principais motivos citados para a existência de conflitos sociais – sejam eles relacionados com os conflitos antigos e/ou recentes pela posse e uso da terra e de seus recursos naturais –, devemos destacar um fator que, nesse caso particular, atravessa toda a trama e o drama das relações sociopolíticas a ele subjacentes – ou seja, a construção da Estrada Agrícola Uarini–Copacá. Quando o assunto são os conflitos sociais atuais, 68,7% dos pesquisados alegaram que a natureza social do conflito, com relação às terras, se relaciona com o fato de as mesmas, do ponto de vista de sua titulação, não terem proprietários, e quando os têm a titulação apresenta-se sempre de forma irregular – o que tem gerado revolta entre os produtores rurais. Com relação a essa questão, contudo, 70% dos pesquisados alegaram que a Estrada Agrícola Uarini–Copacá é a principal razão para o acirramento dos conflitos sociais entre os proprietários e os *agricultores urbanos*, que trabalham ao longo da estrada, e os *agricultores tradicionais*, que moram e trabalham há, pelo menos, trinta anos na comunidade da Capelinha.

Entrementes, os conflitos sociais também se dão em razão da posse e do uso dos recursos naturais que os dois lados da Estrada Agrícola Uarini–Copacá possuem: 66,6% dos pesquisados, por exemplo, afirmam que a extração madeireira, feita de forma ilegal, tem sido uma das principais causas na geração dos conflitos pela posse e uso dos recursos madeireiros. Sobre essa questão, de acordo com o depoimento de um dos *demandantes de terras*, tem sido retirada muita madeira pelos proprietários, de maneira ilegal, e, por isso, essa prática tem sido denunciada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), como crimes ambientais:

> "(...) O que eu sei foi que, desde o ano passado, estavam tirando madeira clandestina, de forma ilegal. Aí houve a denúncia, denunciaram pro IBAMA, inclusive quem fez a apreensão não foi ele, foi o delegado de polícia do município. Ele apreendeu motosserra, madeira de lei, aí houve aquele conflito todo. Por que tudo isso não deixa de ser um conflito (...)" (R. C. E., 32 anos, agente ambiental e funcionário público, 2008).

17. Uma das grandes preocupações de Antonio Gramsci (1988) foi com a definição de Estado. Para o autor, o Estado comporta duas esferas fundamentais: 1. a sociedade civil aparece como "o conjunto de organismos chamados 'privados' [sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação de massa, etc.] e que corresponde à função de hegemonia que [a classe] dominante exerce sobre toda a sociedade"; 2. a sociedade política indica "o conjunto de aparelhos de coerção estatal [que] assegura 'legalmente' a disciplina [das classes] que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo" (p. 10-11).

Os aspectos fundamentais dos conflitos sociopolíticos entre os *agricultores urbanos* e os *agricultores tradicionais* ***versus*** os proprietários das terras na área da Estrada Agrícola Uarini–Copacá não foram, ainda, superados. Em razão da legalidade dos dois grandes proprietários de terra – eles efetivamente possuem os títulos da terra, conforme atesta o próprio ITEAM –, o desfecho desse processo se torna, ainda, uma incógnita. Há, na verdade, duas alternativas: 1. a desapropriação social das terras para fins de reforma agrária – em razão de as terras se caracterizarem como improdutivas; 2. o Estado, através do ITEAM, indenizar os proprietários e democratizar a propriedade da terra no município de Uarini – criando um assentamento rural modelar que leve em consideração as singularidades ecológicas do município. As duas possibilidades estão, entretanto, intrinsecamente relacionadas com os interesses políticos do poder nas escalas local, estadual e federal.

A configuração do poder local resulta, em geral, das forças politicamente organizadas no próprio *lócus* de onde ele surge. Contudo, a configuração do poder local não resulta somente da capacidade das forças politicamente organizadas em nível local, mas, em grande parte, das forças politicamente organizadas localmente, mas articuladas, necessariamente, com as diferentes escala do poder instituído em nível estadual e federal – o que acaba por configurá-lo plenamente[18]. A configuração do poder local deve ser entendida sempre como sendo relativa do próprio poder. Assim como o poder econômico se organiza e se realiza de forma desigual e combinada no tempo e no espaço, ou seja, em suas diferentes escalas – local, regional, nacional e internacional –, o poder político segue literalmente o mesmo percurso.

Das formas de organização social dos *demandantes de terra*

As organizações sociopolíticas encontradas em Uarini – que não são muitas – permitem-nos compreender as correlações de forças estabelecidas no município e as estratégias adotadas por suas organizações – estratégias sempre mediadas por reivindicações sociais legítimas –, configurando-se em um projeto político com práticas organizativas sempre articuladas com parte da sociedade civil uariniense. Como sabemos, toda relação social que visa à construção de posições políticas hegemônicas devem ser, necessariamente, mediadas por práticas pedagógicas. No

18. Francisco Togo Soares (Partido da República/PR), atual prefeito de Uarini (mandato 2009-2012), eleito com 2.208 votos (50,1%), derrotou José Franklin Lopes Filho (Partido Popular Socialista/PPS), que administrou o município por dois mandatos (2000/2008). Soares não mantém relações políticas bem estabelecidas com a AMPROU, o que certamente comprometerá o trabalho de parceria que aquela instituição, a duras penas, havia conseguido estabelecer com o prefeito anterior. Nossa afirmação baseia-se na história republicana brasileira, em que o atual mandatário deve necessariamente desconstruir o trabalho político do seu antecessor para alcançar "reconhecimento político" em razão do que pretende fazer. Apesar da força da história, esperamos que ela nos contradiga.

caso em questão, essa pedagogia pode ser compreendida a partir da relação política estabelecida entre os *demandantes de terra*, organizados politicamente na Associação dos Produtores Rurais do Município de Uarini (AMPROU), e suas ações coletivas que estabelecem direcionamentos políticos centrados em princípios sócio-organizativos bem definidos.

A AMPROU é uma associação voltada para os interesses dos trabalhadores rurais de Uarini – os *agricultores urbanos* e os *agricultores tradicionais* da comunidade da Capelinha – e tem por objetivo a regularização fundiária e/ou a reforma agrária na Estrada Agrícola Uarini–Copacá, terras nas quais aqueles têm historicamente trabalhado. Seu público preferencial são os *agricultores urbanos* de Uarini e, de modo secundário, os *agricultores tradicionais* da comunidade da Capelinha. Assim, além do trabalho de conscientização política que vem realizando, sua bandeira de luta central é a legalização das terras dos produtores rurais da estrada, acionando para sua realização tanto a Prefeitura Municipal de Uarini quanto o próprio ITEAM.

A AMPROU, em razão do seu projeto político, tem feito alianças com o poder local – quer dizer, com o prefeito José Francisco Lopes Filho, que, no momento da pesquisa, exercia o cargo – visando atender as necessidades dos trabalhadores rurais, promovendo ações políticas, que estão ao seu alcance, junto ao ITEAM e a regularização das terras onde trabalham e/ou, então, propondo a criação de um assentamento rural. As parcerias são realizadas com o intuito de efetivar um dos dois objetivos e, ao mesmo tempo, fortalecer a associação para futuramente consolidar-se como cooperativa. As alianças feitas com outros trabalhadores rurais do município – por exemplo, os ribeirinhos – e outras associações[19] fortificam a possibilidade do seu reconhecimento social perante a sociedade local e justifica-se em função da quantidade e da qualidade da produção da farinha no município. Para a AMPROU, a luta pela regularização fundiária é consenso líquido e certo entre os seus associados e as lideranças da associação, pois todos acreditam que essa é a melhor alternativa e que ela certamente a realizará.

A sociedade civil organizada é, por excelência, como indica os estudos, a representação dos interesses e dos valores da cidadania que se organizam em cada sociedade para encaminhar suas ações em prol de políticas sociais e/ou públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Encontramos o associativismo local, os movimentos comunitários, envolvidos em causas sociais e/

19. Referimo-nos aqui à Associação Indígena dos Produtores Agroextrativistas da Aldeia Miratu (AIPAAM), que comercializam artesanatos e óleos naturais das comunidades indígenas da terra indígena Miratu, composta por 210 membros. Ambas as Associações – a AMPROU e a AIPAAM – têm como instituição parceira o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), que atua no município com o objetivo de conscientizar os pequenos produtores, em geral, da prática de uma agricultura ecológica, assim como de oferecer cursos para práticas associativistas e/ou cooperativistas.

ou culturais do cotidiano. Essas forças associativistas são expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada.

No município de Uarini, as atividades socioeconômicas rurais fundamentais à vida dos *agricultores urbanos* e/ou *agricultores tradicionais* objetivam-se em práticas socioprodutivas extremamente relevantes que se relacionam direta e/ou indiretamente com as atividades da agricultura e as diversas modalidades de extrativismos praticados. As práticas socioprodutivas, exercidas através de *coletivos informais,* por exemplo, têm, como principais objetivos, potencializar o trabalho individual por meio do trabalho coletivo e, igualmente, os laços de sociabilidade entre produtores rurais, solidificando ainda mais suas representações sociais relativas ao duro mundo do trabalho no campo e à sua utopia da *nossa terra* – o que acaba estimulando-os a reconhecer a necessidade de se organizar formalmente na AMPROU. As práticas sociais das organizações informais têm colaborado fundamentalmente na potencialização das atividades produtivas dos *demandantes de terra* em Uarini. Essas práticas tradicionais, ao contrário do que se pensa, fortalecem os laços de solidariedade e sociabilidade nas atividades materiais/simbólicas da vida dos homens do campo. Assim, a participação nas organizações sociais formais e informais, quando bem administradas, pode oferecer alternativas inteligentes à superação dos dilemas econômicos e sociais da vida no mundo rural. Devemos deixar claro aqui, porém, que a simples adesão a essas organizações não confere nenhum atestado de sucesso à regularização fundiária e/ou a um futuro assentamento, apenas oportuniza precondições coletivas existentes para alcançá-lo.

Como indica grande parte dos relatórios sobre os estudos dos trabalhadores rurais – isto é, acerca da rica sociodiversidade dos *demandantes de terras* brasileiros –, estes compõem um quadro social e político de grande miséria, expropriação e impunidade jurídica. Mesmo subjugados a poderosos mecanismos macropolíticos e micropolíticos do poder repressivo e ideológico, que buscam domesticá-los objetiva e subjetivamente, os trabalhadores rurais operam com sinais de esperança de melhorias de vida para suas famílias e constroem práticas sociais autodefensivas e métodos produtivos de subsistência e desenvolvem, "do nada", gigantescas capacidades de resistirem à expropriação, lutando. Os produtores rurais de diversas maneiras – de norte a sul do país – têm mostrado força social e política organizada, evidenciando que o avanço do capitalismo no campo não é necessariamente um caminho inexorável – apesar, obviamente, de sua inegável força definidora das novas relações sociais de produção na vida rural brasileira.

Para Martins (1989), o tempo da politização está se tornando cada vez mais concreto, visto que grande parte desses trabalhadores está caminhando na direção da superação do silêncio e opressão a que estão historicamente submetidos, buscando seus direitos e rompendo com as estruturas econômicas, socais e políticas existentes. Não há dúvida de que esse processo é lento e gradual, de conhecimento e reconhecimento histórico. O processo de emancipação dos trabalhadores ru-

rais não termina com o acesso a um lote de terra. Com o acesso à terra começa um caminho de ruptura – e os *demandantes de terra* têm consciência disso – com as relações de dependência e exploração. O trabalhador rural percebe intuitivamente que o acesso a um pedaço de terra é condição necessária, porém não suficiente, para sua efetiva emancipação... Ele compreende intuitivamente que sua verdadeira emancipação é simultaneamente econômica, social, política e cultural, ou não será.

Podemos perceber, por exemplo, em Uarini, avanços no processo de emancipação dos trabalhadores rurais, isto é, a luta pelo direito da propriedade da terra significa, noutras palavras, a superação das relações de dominação/subordinação dos proprietários de terras da Estrada Agrícola Uarini–Copacá. Embora reconheçam a existência de problemas relacionados à regularização das terras, os trabalhadores rurais entendem que a regularização – supondo que ocorra – propiciará um conjunto de novas soluções para suas vidas.

Nesse exato contexto, a discussão apresentada por Boaventura de Sousa Santos (2007) acerca da *reinvenção da emancipação social* sugere que só a superação da condição de *povo colonizado*, de *povo oprimido*, permitirá as possibilidades de novas experiências, novos projetos e novas perspectivas de vida. Para isso é preciso transformar e superar as condições encontradas, entendendo que os homens fazem a história, mas num ambiente econômico, social, político e cultural que os condiciona. Todos os seres humanos possuem projetos de vida, que podem ser definidos pela recusa e pela negação de determinada realidade, mas suas condições materiais de existência circunscrevem seus campos de possibilidades e somente a superação e a busca de ampliação desse campo poderão influenciar o curso dos acontecimentos.

A sociedade civil exerce papel político mais consequente quando consegue, de uma maneira ou de outra, se organizar formalmente. Parte da sociedade civil organizada de Uarini se caracteriza pela preocupação fundamental dos *demandantes de terra* de terem para si e para seus filhos um lugar para desenvolver, por exemplo, a agricultura, embora essa preocupação não seja comum a todos os trabalhadores rurais do município. A organização social formal permite, assim, ao grupo social que se organiza, as possibilidades de se estabelecer no tempo e no espaço exercendo o poder político oriundo de sua capacidade de organização com mais firmeza e longevidade.

Isso ocorre porque a sociedade civil e suas diversas formas e modos de organizações, embora se configurem em um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e a diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se o de gratuidade e/ou altruísmo. Apesar disso, é importante enfatizar que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas

diversificadas e antagônicas (SCHERER-WARREN, 2006). Pode-se afirmar, desse modo, que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

Em razão do tema aqui discutido, torna-se importante lembrar o entendimento de Franciosi (2006) quando afirma que no Brasil foi comprovado que os assentamentos que se dispuseram a desenvolver suas atividades de forma coletiva e organizada têm obtido resultados extremamente positivos. Concordamos, apoiados nesse argumento, que o diagnóstico acerca da viabilidade e da continuidade de qualquer proposta de assentamento – principalmente quando se quer realizá-lo em um lugar com as singulares do Amazonas – implica reconhecer simultaneamente o papel das ações coletivas, formais e/ou informais, e a capacidade de organização das cooperativas de produção e serviços.

Como evidencia a história a respeito da cooperação entre indivíduos – com todos os seus paradoxos –, o homem só conseguiu perpetuar-se por ser uma criatura cooperativa, um animal social. Esse pressuposto nos convida a pensar que as ações coletivas visando às práticas sociais cooperativas – em futuros assentamentos – podem dar bons resultados. Bons resultados do ponto de vista econômico, social, político, cultural, etc. As práticas sociais cooperativas, apesar de sua complexidade, poderão criar as condições objetivas e subjetivas para o sucesso pleno da proposta de assentamento a fim de superar os conflitos pela posse e uso das terras no município de Uarini. Aqui, assim como em diversas áreas da Amazônia, respeitando suas singularidades, a viabilidade da reforma agrária se torna possível na medida em que a participação da sociedade civil organizada – por exemplo, associações, cooperativas e demais manifestações na esfera pública – consolida-se enquanto estratégias de fortalecimento político, a fim de alcançar seus objetivos, estabelecendo um diálogo com as diversas manifestações do poder público.

As experiências sociais nos mostram que a participação frequente desses grupos sociais rurais em diversas camadas do setor social local são reflexos de um fenômeno atual em que a participação política e a busca pela legitimidade enquanto indivíduos em sociedade são marcadas por trajetórias de vidas singulares, heterogêneas e complexas, constituindo o mosaico da vida amazônica, caracterizando a luta pela posse e regularização da terra enquanto fator que considera a legitimidade do modo de vida local, do saber e da história social desses grupos, capazes de rebater qualquer argumento jurídico ou ilegítimo do ponto de vista burocrático.

Os instrumentos de consolidação da luta política que ocorre na esfera pública, através dos agentes sociais em questão, revelam uma das dimensões mais relevantes da luta pela terra no Brasil hoje. As configurações da luta em processo são regidas pela força dos movimentos sociais organizados e, como no caso pesquisado,

podem ser pensadas como experiências sociais que legitimam o processo de consolidação de políticas públicas fundiárias capazes de possuir, na esfera da sociedade civil organizada, a viabilidade do seu fim último – o título definitivo da terra, na verdade, o título da terra de domínio (individual e/ou coletivo) –, viabilizando a produção/reprodução material/simbólica da vida da enorme maioria dos amazônidas que moram, vivem e trabalham no mundo rural esquecidos pelos senhores do mundo.

Conclusão: proposta do Projeto de Assentamento Agroextrativista de Uarini (PAAEU)

A posse pela terra na Amazônia brasileira sempre se constituiu a partir de perspectivas políticas antagônicas quando evidenciados os pontos de vista dos seus interesses econômicos, sociais e políticos: de um lado, o exercício da violência material e/ou simbólica, muitas vezes violentamente destrutivas, por parte dos grandes proprietários de terra que visam à acumulação do capital – *grileiros*, latifundiários, *patrões*, etc; de outro, as organizações e movimentos sociais formados no campo, que agregam posseiros, sem-terras, herdeiros, comunidades, desejando a terra para uso agrícola e outras atividades socioprodutivas rurais correlatas, objetivando o sustento individual e/ou familiar. Essa correlação de forças antagônicas, muitas vezes mediadas pelo Estado, incita o surgimento de conflitos sociopolíticos e situações igualmente políticas de reivindicação por seu uso e posse de determinados recursos naturais disponíveis. À medida que as terras são utilizadas para a expansão de grandes produções agrícolas e pastagens, a pequena agricultura se encontra cada vez mais acuada, estrangulada. Em função disso, são inúmeros os conflitos para expulsar os trabalhadores rurais de suas terras, violências de todas as ordens são cometidas contra esse contingente de homens, mulheres e crianças. Agindo de maneira inescrupulosa, expulsam e tolhem do trabalho os agricultores em determinados locais, proibindo atividades, como o extrativismo animal (por exemplo, a pesca e a caça) e o extrativismo vegetal, utilizadas na reprodução de suas existências.

A luta pela terra no município de Uarini não é diferente da luta pela terra tal como tem ocorrido no Amazonas e no Brasil – a despeito das singularidades. Os *agricultores urbanos* – que trabalham ao longo da Estrada Uarini–Copacá, mas moram na cidade de Uarini – procuram consolidar, através da força do associativismo local, seus "direitos legais" de posse e uso da terra, através da regularização fundiária, junto ao ITEAM, norteados por um único objetivo – usá-las como terras de trabalho. Os conflitos entre os agricultores – os *agricultores urbanos* residentes em Uarini e os *agricultores tradicionais* da comunidade Capelinha – e os dois grandes proprietários de terra, em que os *demandantes de terra* de Uarini cultivam a mandioca visando à produção da farinha para sua subsistência e comercialização, vem, cada vez mais, tornando-se um caso modelar de injustiça social com relação ao direito da terra para quem nela trabalha – o que tem engendrado conflitos com violência física e ameaças de morte, conforme indicou a pesquisa de campo.

Em razão do seu perfil socioeconômico, os *demandantes de terra* de Uarini desempenham um conjunto de atividades socioprodutivas no mundo do trabalho rural que, em função de suas práticas, nos leva a classificá-los de polivalentes. Sua prática fica evidente nas atividades socioprodutivas que desenvolvem: o plantio da mandioca visando à produção da farinha, o extrativismo madeireiro tendo em vista a construção de benfeitorias, o extrativismo não madeireiro (por exemplo, a coleta da castanha) e o extrativismo animal (precipuamente a pesca e secundariamente a caça). Esse conjunto de atividades lhes dá legitimidade para se autoafirmarem agricultores polivalentes e, ao mesmo tempo, lhes dá legitimidade para demandar terras visando nela trabalhar e promover sua reprodução social.

Constatamos que as atividades socioprodutivas desenvolvidas pelos *demandantes de terra* de Uarini estão relacionadas com sua história, com seu modo de vida e com as condições sociais que os levaram a essa situação. O trabalho desenvolvido na agricultura familiar – o trabalho individual/coletivo realizado nas terras onde trabalham – é respaldado pelas dimensões simbólicas da vida local, isto é, pelos aspectos socioculturais. O cultivo da mandioca e a produção artesanal da *farinha ova* ou *farinha do Uarini* são um exemplo de como os processos de trabalho são mediados pelas relações de sociabilidade e aspectos socioculturais que configuram um modo característico de apropriação dos recursos naturais disponíveis para a reprodução do modo de vida local. Vivendo da produção da farinha para sua subsistência e comercialização, do extrativismo madeireiro – muitas vezes praticado sem plano de manejo –, do extrativismo animal (pesca visando à subsistência) e do extrativismo vegetal (a coleta de castanha), os agricultores de Uarini procuram deixar manifesto o desenvolvimento de suas práticas produtivas como única alternativa de vida e fonte de renda, já que a cidade não oferece as condições necessárias à empregabilidade de todos e muitos menos a prestação de serviços disponíveis em sua sede.

Além da falta de perspectiva de futuro, malograda pelas impossibilidades das promessas da cidade, os *demandantes de terra* de Uarini sofrem por não terem condições ordinárias de escoar sua produção, por não possuírem transporte seguro e eficiente. Com chuva ou com sol, todo o escoamento de sua produção ocorre em uma estrada em péssimas condições, tendo os produtores de enfrentar a lama com o *peso de sua produção nas costas*. Nessas condições, os produtores locais foram induzidos a constituir relações assimétricas na esfera da comercialização, tornando-se vitimas dos regatões e/ou atravessadores que lhes roubam todo o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, definindo, em geral, o preço da produção e dos serviços sociais de que eles necessitam.

A condição de existência dos *demandantes de terra* do município de Uarini, apresentada neste estudo, possibilitou-nos, além da descrição da constituição do modo de vida local e de suas atividades socioprodutivas, traçar o perfil político dos *demandantes de terra* e da força social dos conflitos envolvidos na luta pela terra em

Uarini. Permitiu igualmente elaborar uma compreensão sociológica do mundo rural e das proposições políticas públicas do ITEAM, isto é, políticas fundiárias do Estado, e sua relação com o campesinato amazônico, a fim de estabelecer as diretrizes que viabilizariam alternativas concretas e condizentes com a realidade encontrada.

Assim, em razão do diagnóstico socioeconômico e político/cultural realizado em Uarini, apresentaremos, a seguir, os traços configurativos da proposta de assentamento rural para o município – na verdade, a proposta de criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista de Uarini (PAAEU) –, evidenciando seus eixos estruturantes, sempre considerando as evidências da pesquisa, na forma de cenários:

Primeiro cenário: em razão das condições naturais e sociais encontradas na área demandada pelos *agricultores urbanos* de Uarini e do trabalho secular desenvolvido pelos *agricultores tradicionais* da comunidade Capelinha, às margens do lago Copacá, que já possuem, incontestavelmente, o direito a Usucapião Especial Rural, sugere-se a implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista de Uarini (PAAEU). A implantação de tal Projeto, sob a responsabilidade do ITEAM, afetará, de certo modo, os *agricultores urbanos* que residem na cidade, mas trabalham na zona rural. Para eles, o campo e a cidade são percebidos, hoje, como elementos integrantes de uma mesma realidade – a cidade dispõe dos equipamentos sociais necessários à reprodução da vida social, e o campo contribui para a manutenção de sua vida econômica.

O PAAEU exige, como condição econômica, social e política, a desapropriação de dois latifúndios para fins de reforma agrária, já que as terras a eles pertencentes não cumprem sua função social – um título em nome de Manoel Nunes da Silva (*Uariny* e *Cupaca Central*) e outro em nome de Adalberto Bezerra (*Carpina Boia*). Não restam dúvidas de que é uma alternativa socialmente justa face aos dilemas dos *demandantes de terra* de Uarini, em particular, e dos deserdados do progresso no Brasil, em geral. A desapropriação social para fins de reforma agrária dos dois latifúndios é sugerida igualmente em razão da significativa organização social e política dos *demandantes de terra* organizados na AMPROU. A instituição precípua que deverá realizar a desapropriação social para fins de reforma agrária é o ITEAM. Entrementes, a efetivação do assentamento implicará múltiplas parcerias (Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado – SEPROR, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Organiza-

ção das Cooperativas Brasileiras – OCB, etc.), sendo talvez a principal delas o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Segundo cenário: a proposta de compra das terras pela AMPROU solucionaria o problema fundiário dos *agricultores urbanos*, desde que as terras compradas ficassem em nome da Associação. O título coletivo da terra, fornecido pelo ITEAM em nome da AMPROU, seria uma espécie de garantia de que o *direito de propriedade* seria permanente e os *agricultores urbanos*, suas respectivas famílias e seus descendentes não correriam o risco de ficar sem a terra. Supondo que seja essa a perspectiva adotada para a solução da questão fundiária em Uarini, a AMPROU deverá fazer trabalho político visando à desconstrução das representações sociais dos *demandantes de terra* de Uarini, que possuem em sua formação histórico-cultural o *senso comum natural* da necessidade de ter a propriedade privada da terra. A AMPROU deverá engendrar, nas representações sociais dos seus associados, um *novo senso comum* que tenha em sua concepção o conceito de propriedade coletiva da terra.

Independente da consolidação de um dos cenários apresentados como proposta encaminhada às tomadas de decisão do Estado, a implantação do PAAEU necessita, em razão da própria natureza da proposta (e do perfil das populações que abrigaria), receber diretamente assistência técnica do IDAM numa perspectiva agroecológica – pois as práticas agroecológicas se baseiam na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos. Além disso, as práticas agroecológicas são vistas como práticas de resistência da agricultura familiar à homogeneização das paisagens de cultivo e ao processo de exclusão social do meio rural. Não se pode esquecer que a assistência técnica se torna imprescindível, desde o conhecimento das potencialidades do solo até as culturas escolhidas, se for o caso. Assim, a assistência técnica deverá atuar em parceria com os agricultores, criadores de pequenos animais e/ou extrativista *in locus* em projetos voltados para a produção sustentável e o uso racional dos recursos naturais. Com a criação e o desenvolvimento do PAAEU, os assentados terão condições de desenvolver suas atividades socioprodutivas e isso implicará, certamente, a busca do *crédito rural* e *formas alternativas de financiamento*. Assim, estas serão algumas das formas de criar mecanismos de manutenção de reprodução material e simbólica dos *demandantes de terra* no campo – já que o financiamento, quando utilizado de forma racional e metódica, se traduz sempre em novas possibilidades de investimento no trabalho.

Para o sucesso socioeconômico e político-cultural do Projeto de Assentamento Agroextrativista de Uarini (PAAEU), torna-se imprescindível um conjunto de equipamentos sociais, comuns ou relativamente comuns, pelo menos em parte, nas cidades do mundo contemporâneo:

1. As **habitações** na área planejada do assentamento, escolhida conjuntamente pelos demandantes e pelos técnicos do Estado – sempre respeitando as

condições ecológicas da floresta tropical – tornam-se fundamentais à implantação do projeto de saneamento. Nesse contexto, sugere-se um sistema de captação e distribuição de água de acordo com a realidade local através de poços artesianos. Só assim criam-se as condições de se ter água potável constante, de fácil e barata distribuição e evita-se o risco de contrair doenças decorrentes da contaminação por veiculação hídrica.

2. Não há nenhuma razão objetiva que impeça o PAAEU de participar do *Programa Luz para Todos*, do governo federal – superando a exclusão elétrica do homem rural que gira em torno dos 80%[20]. O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e nas famílias de baixa renda. A presença da **energia elétrica** no PAAEU potencializará incalculavelmente as atividades agrícolas (a produção da farinha e seus derivados), o extrativismo vegetal (a castanha orgânica e seus derivados) e o extrativismo animal (a pesca e seus derivados, etc.). Com energia elétrica constante e segura – além, obviamente, da energia solar, que é uma alternativa viável em certas épocas do ano –, criam-se as precondições para potencializar um conjunto de atividades socioprodutivas. A energia elétrica se coloca, portanto, como *imperativo categórico moral* para qualquer assentamento rural que queira material e simbolicamente ter sucesso e mostrar que a vida no mundo rural pode ser igual ou melhor do que a vida na cidade.
3. Um dos dilemas e frustrações em torno das políticas públicas direcionadas à reforma agrária no Brasil e na Amazônia não tem sido a transferência das famílias para as áreas dos assentamentos – independentemente de onde ele se realiza –, mas, sim, a permanência motivada dos assentados nos seus novos lugares de vida econômica, social, política e cultural, em razão da falta de infraestrutura. Sem infraestrutura não é mais possível a vida no campo. Com a consolidação do PAAEU, será necessário o estabelecimento de um **projeto educacional** que atenda, ao mesmo tempo, ensino fundamental e médio dos filhos dos agricultores, assim como programas de ensino e aprendizagem voltados para os próprios *demandantes de terra*, visando combater o analfabetismo e viabilizando novas possibilidades de acesso à educação – tal como propõe o EJA. Os cursos de capacitação em diversificadas áreas que promovam um ensino profissionalizante também

20. Em nossa concepção, todo e qualquer assentamento rural deve, necessarimente, desenvolver fontes alternativas de energia, fontes de energia renováveis, preferencialmente aquelas que podem lhes dar independência econômica e social. Na Amazônia, em razão de sua rica biodiversidade de plantas oleaginosas, o biocombustível, isto é, o biodiesel feito a partir desses tipos de plantas, não pode/deve ser desprezado na produção de energia a ser usada indiviual e/ou coletivamente. Uma "matriz" energética "independente" dá, a qualquer assentanto rural, força política inalculável na realização de sua utopia.

são alternativas viáveis para os sujeitos alvo do processo de regularização da questão fundiária local.

4. Com a situação dos demandantes de terra definida, a proposta de construção de **posto de saúde** com agentes qualificados em condições de trabalho para atender às pequenas e médias ocorrências não pode ser descartada, já que os acidentes causados pelo trabalho rural assim como a eventualidade de doenças decorrentes do ambiente onde moram e trabalham são fatores inerentes ao modo de vida rural.
5. Um dos fatores limitantes à convivência no mundo rural é a falta de **comunicação** prévia com a cidade que, em geral, é dificultada pelas enormes distâncias amazônicas. Na implementação do PAAEU, deve ser estabelecida preferencialmente a telefonia fixa e, se possível, a móvel, visando facilitar a conexão dos assentados com a sociedade envolvente, a fim de solucionar problemas emergenciais.

A consolidação do Projeto de Assentamento Agroextrativista de Uarini (PAAEU) tem naturalmente um pressuposto – a *organização social e política* dos assentados... Sem isso, o PAAEU não levantará voo e não alcançará, em hipótese alguma, os objetivos pretendidos. Assim, para o sucesso do assentamento, torna-se necessário à AMPROU redimensionar sua estrutura organizacional social e política, potencializando, ainda mais, sua organização para enfrentar as demandas que naturalmente surgirão em face de implantação do Projeto.

A AMPROU, por exemplo, deverá construir sede própria para poder desenvolver, com competência, o trabalho social e político organizativo dos seus atuais membros, assim como dos membros que naturalmente surgirão com a implantação do assentamento. Embora, na proposta do PAAEU, não seja aconselhável incorporar novos membros, é natural que a AMPROU o faça em razão de sua natureza social. Supondo que a mesma não consiga manter-se como Associação e, ainda, criar a Cooperativa Agroextrativista do Uarini (COOAU), ela, a AMPROU, deverá necessariamente transformar-se em cooperativa, noutras palavras, metamorfosear-se na COOAU.

A criação da COOAU a partir da AMPROU, formada fundamentalmente por agricultores familiares, é essencial na consolidação política dos *demandantes de terra* locais e terá por objetivo apoiar tanto as populações de terra firme quanta os ribeirinhos do município de Uarini no cultivo da mandioca, visando à produção da *Farinha do Uarini*, como no extrativismo não madeireiro, para a produção da *castanha orgânica*. O objetivo precípuo da Cooperativa Agroextrativista do Uarini será o de incentivar esses agricultores, através da comercialização de seus produtos e de sua capacitação em técnicas que lhes propiciem variar, intensificar e aprimorar cada vez mais sua produção. Além disso, a COOAU deverá desenvolver o conhecimento processual da industrialização (*know-how*), embalagem e transporte que garantam a qualidade tanto da farinha quanto da castanha sem o uso de

conservantes ou aditivos químicos. Para seu sucesso efetivo, a Cooperativa Agroextrativista do Uarini deverá fazer parcerias com o Ministério do Meio Ambiente e ONGs nacionais e internacionais visando à melhoria constante de suas instalações, maquinários, formação de mão de obra e desenvolvimento dos produtos, buscando qualidade desde a semente até a mesa do consumidor.

A implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista de Uarini (PAAEU) implica necessariamente a eliminação máxima dos diversos tipos de agentes da comercialização (regatão, marreteiro, patrão, etc.) – que se apropriam dos excedentes dos trabalhadores rurais rebaixando seus níveis econômicos e sociais de vida –, através da AMPROU. Desta forma, é necessário que a implementação do projeto escolhido para resolução do problema fundiário em Uarini possa incentivar a concretização política da organização dos produtores, facilitar o acesso ao escoamento da produção e possibilitar o diálogo entre produtores e órgãos estaduais e federais no processo de comercialização via cooperativa e o associativismo local. Neste sentido, cabe também ao Estado, via órgãos responsáveis, incentivar atividades socioprodutivas polivalentes, procurando, desta forma, contribuir para inibir o monocultivo e propiciar novas alternativas aos produtores rurais, diversificando o acesso aos recursos naturais e viabilizando novas formas de auferir renda.

A consecução do *Selo da Farinha do Uarini* – através da certificação via Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) – é da maior importância e é uma questão que se relaciona diretamente com o sucesso do PAAEU. A obtenção do *Selo da Farinha do Uarini* pelos membros da AMPROU, além de buscar eliminar a *pirataria* que ocorre hoje com a farinha produzida no município de Uarini, propiciará a agregação de valor para todos os produtores envolvidos em sua produção. Nesse contexto, não podemos esquecer que a *Festa da Farinha*, que ocorre no município, é o seu maior evento cultural, levando tradicionalmente milhares de pessoas à Praça Jeocunda Sevalho Lopes. Nesse sentido, a *Festa da Farinha* deve ter calendário fixo nas atividades culturais do município e precisa ser (re)potencializada material e simbolicamente, influenciando a própria produção da farinha e dos seus derivados, aliás, muito pouco aproveitados também na agregação de valor.

Questão não menos relevante para os *agricultores urbanos* e os *agricultores tradicionais* de Uarini é a pavimentação dos 7 km restantes da estrada Agrícola Uarini–Copacá, o que facilitaria a produção da farinha, o extrativismo vegetal madeireiro (respaldado por planos de manejo) e não madeireiro (por exemplo, castanha), etc. e seu escoamento. Na questão da pavimentação da Estrada Agrícola Uarini–Copacá, dois cenários se apresentam na forma de indagação: 1. justifica-se, como indica todos os depoimentos dos *demandantes de terra* de Uarini (os *agricultores urbanos*), o asfaltamento dos 7 km restantes da estrada Agrícola Uarini–Copacá que passaria dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista de Uarini (PAAEU)? 2. em razão da criação e implantação do PAAEU, e dos tipos de solo que compõem o trajeto da estrada, não seria mais razoável concluí-la como uma estrada de piçarra? Parece que esse tipo de estrada protegeria melhor o PAAEU da especulação

fundiária e criaria, ao mesmo tempo, as condições objetivas para o escoamento da produção agrícola e extrativa dos *demandantes de terra* de Uarini com segurança.

Referências bibliográficas

BENAYON, A. **Globalização *versus* desenvolvimento**. Brasília: LGE, 1998.

BOMBARDI, L. M. O trabalho familiar determinando a vida camponesa. In: BOMBARDI, L. M. **O bairro, reforma agrária e o processo de territorização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Tempo e espaço. In: **Os Nuer**: uma descrição do modo e subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FRANCIOSI, E. O. **Caracterização e situação dos assentamentos dos trabalhadores rurais "sem-terra" no Estado do Paraná**. Guarapuava: UNICENTRO, v. 2, n. 1, p. 171-178, 2001.

FREITAS, R. P. O migrante rural e a reconstrução da identidade e do imaginário na cidade. In: OLIVEIRA, J. A. **Cidade de Manaus**: visões interdisciplinares. Manaus: EDUA, 2003.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1991.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: Empório do Livro, 2005.

HEILBRONER, R. **A história do pensamento econômico**. Trad. Therezinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MARTINS, J. S. **A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

SAWYER, D. A fronteira inacabada: industrialização na agricultura e debilitação na fronteira amazônica. In: HOFFMAN, R. **Migrações internas na Amazônia**: contribuições teóricas e metodológicas. Belém: Universidade Federal do Pará, 1986. (Cadernos NAEA).

SCHERER-WARREN, I. Movimentos em rede no novo milênio: participação cidadã e governança. In: PORTO, M. S. G; DWYER, T. (Orgs.). **Sociologia e realidade**: pesquisa social no século XXI. Brasília: EDUnB, 2006.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ – SEAB. Curitiba. Disponível em: http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/mandioca_0809.pdf. Acesso em: 26 fev. 2010.

SOUSA SANTOS, B. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

VIANNA, L. W. O problema da cidadania na hora da transição democrática. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, 1983.

WOLKMER, A. C. **Uma nova conceituação crítica de legitimidade**. Rio Grande do Sul: RT, s/d. p. 25. (Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política n. 5).

Capítulo X

A Relocalização Espacial da Produção e do Trabalho:
flexibilização e mobilidades

Jacob Carlos Lima

Com o processo de globalização das últimas décadas, o conceito de território é retomado em seus significados políticos, econômicos e sociais. Políticos na discussão sobre o pretenso fim das fronteiras nacionais e soberanias estatais sobre os territórios; econômicos e sociais a partir da incorporação ou exclusão desses espaços no novo contexto da expansão capitalista e seus determinantes. As novas formas de produzir e organizar a produção dentro de uma economia informacional levariam cada vez mais à compressão espaço-tempo, ressignificando os lugares (HARVEY, 1993; CASTELLS, 1999).

Santos (1999) define o território como "o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem (...) em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais (...) uma combinação de técnica e de política". A importância do território na globalização refere-se à possibilidade de os lugares oferecerem às empresas maior ou menor produtividade. A facilidade de acesso a matérias-primas, embora fundamental, é sobrepujada pelo acesso a algo considerado básico na expansão capitalista, mesmo em sua fase altamente tecnológica: o trabalho vivo, a força de trabalho, abundante, barata e pouco organizada.

A tendência das empresas no contexto da globalização é ser horizontalizada e enxuta, detendo-se no produto principal e externalizando as demais atividades. Cada vez mais as empresas globais são acompanhadas em seus deslocamentos por fornecedores e subcontratadas, ou contratam no país de destino esses fornecedores. Cada vez mais as empresas globais são acompanhadas em seus deslocamentos por fornecedores e subcontratados. Na produção, multiplicam-se equipamentos modulares, flexíveis, genéricos, que permitem alterar rapidamente produtos, mas também serem deslocados para diversos lugares de forma rápida e com custos reduzidos. O *just-in-time* propicia a redução dos riscos de uma produção não consumida. Aos subcontratados cabem os riscos maiores, pois ficam com o trabalho intensivo e necessitam de territórios estabilizados, em certa medida, com condições mínimas de instalação de unidades produtivas e de comercialização. É onde entra o Estado, garantindo esses novos territórios com essas condições.

Para esses territórios da nova mobilidade, é necessário contar com a mão de obra local, pelo menos enquanto as empresas estiverem funcionando. Esses trabalhadores se constituem no elo mais fraco dessa cadeia, pelos custos que a mobilidade permanente propicia. As dificuldades de deslocamentos contínuos propiciam às empresas a imposição de condições precárias, possibilitando a redução de contingentes de um dia para outro; o fechamento de uma unidade num local e a rápida abertura sem maior ônus para as empresas: basta fechar a unidade e transferir os equipamentos. Novos trabalhadores estarão esperando nos novos espaços. Com isso, cada vez mais as empresas se ligam menos a territórios e a pessoal. Os trabalhadores indispensáveis as acompanham com benefícios de instalação e forma de manter emprego. Em outras palavras, os trabalhadores com maior mobilidade, com maior qualificação estratégica para as empresas são os únicos com condições de negociar maior imobilidade sem correr riscos.

Dessa forma, mobilidade torna-se uma mercadoria, seja pelas empresas, seja pelo trabalhador. A dificuldade de acompanhar sua rapidez, de ser flexível, implica ônus de competitividade, no primeiro caso, e eliminação do mercado de trabalho, no segundo (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009: 378-381).

Este texto pretende discutir, de forma preliminar, a relação território e trabalho a partir da relocalização industrial das últimas décadas, tendo por referência três setores representativos desse processo no Brasil e que ilustram a atual fase da acumulação capitalista, marcada pela flexibilização da produção, dos mercados e das relações de trabalho. A nova geografia industrial do país acompanha essa dinâmica, incorporando novos contingentes de trabalhadores, incorporação esta marcada pela mobilidade da produção e dos trabalhadores na busca constante das empresas por menores custos e na busca dos trabalhadores por atividade profissional.

A flexibilização e a ressignificação dos lugares[1]

A busca das empresas por redução de custos torna a mobilidade espacial um fenômeno global. Áreas antes marginais do processo produtivo agora são "incluídas" no fluxo de uma economia internacionalizada. Áreas de industrialização antiga, com mão de obra treinada e organizada, são abandonadas por áreas que, mesmo sem possuir essas condições, permitem baratear o custo do trabalho.

No período conhecido como acumulação fordista, mais especificamente no final dos anos 1960 começo dos anos 1970, houve expansão de indústrias multinacionais em direção à periferia do sistema capitalista em busca de "lugares" que oferecessem possibilidades de expansão rentáveis de investimento, em contraposição à "rigidez" das relações de trabalho nos países centrais e à força do

1. Este item foi publicado originalmente como "Os novos espaços produtivos" em Lima (2002). Trata-se agora de uma versão revista e ampliada.

movimento sindical do período. Esse processo impulsionou a industrialização por substituição de importações em países da América Latina e Sudeste Asiático, fazendo surgir um operariado "moderno" nesses países, com grande capacidade de mobilização (DUPAS, 1999).

Com o aprofundamento da internacionalização da economia, fracionaram-se as cadeias produtivas com a formação de redes empresariais e o surgimento de empresas virtuais, que criam produtos fabricados, em partes ou em sua totalidade, em empresas menores distribuídas pelo mundo. Ao mesmo tempo em que se desconcentram os espaços produtivos, concentram-se cada vez mais os núcleos de decisões nas chamadas cidades globais (SASSEM,1998) dos países desenvolvidos, que se articulam com cidades globais situadas nos países emergentes. Nessas cidades situam-se os recursos e a mão de obra qualificada. Nos demais espaços, distribuem-se a produção com trabalho intensivo e mão de obra desqualificada, incorporando novos territórios à economia globalizada. A ressignificação do território e sua produção, possibilitada pela revolução das tecnologias de informação, dar-se-ia pela composição de malhas, nós e redes coordenados por empresas. No novo desenho, o Estado e as fronteiras nacionais estariam perdendo o papel em sua determinação (CASTELLS, 1999).

Dispersão e concentração das atividades produtivas marcam a nova divisão internacional-espacial do trabalho, mesmo considerando que as tecnologias informacionais, a transmissão automática de dados em tempo real, deem a impressão de que o "lugar" não teria importância. Ao contrário, o gerenciamento e o controle das operações exigem, segundo Sassem (1998: 16), lugares centrais onde é desenvolvido o trabalho globalizado, o qual necessita de vasta infraestrutura física, com a hiperconcentração de determinados meios, tais como telecomunicações e serviços especializados variados exigidos por essas tecnologias, para o controle e manutenção de uma rede global de fábricas e operações ligadas a serviços e mercados.

Nas últimas décadas do século XX, com o aumento da mobilidade do capital em termos transnacionais, originaram-se novas articulações entre diferentes áreas geográficas, assim como novos papéis a serem desempenhados por esses "lugares". Entre os tipos mais conhecidos de localização para essa produção internacional estariam os centros bancários *offshore* e as zonas de processamento de exportações, que assumem configurações distintas conforme o país em que se inserem.

Para Sassem (1998), as cidades permanecem como lugares destinados a certas atividades e funções. Atuam como elos de uma rede, em que o controle econômico e da propriedade situa-se em cidades "globais" que funcionam como polos de comando da economia mundial, mercados das novas indústrias e lugares de produção das inovações e de concentração de mão de obra: de trabalhadores altamente qualificados a prestadores de serviços dos mais diversos e em relações de trabalho diferenciadas.

A criação de redes controladas pela eletrônica, pela telemática, enfim, pelas novas tecnologias informacionais, reordena os espaços geográficos (realidade material preexistente), territorializando ou desterritorializando as sociedades pelas práticas sociais.

Na periferia desse processo situam-se cidades e territórios incorporados à produção global, que se tornam estratégicos a partir do barateamento da produção, propiciado por legislações favoráveis aos investimentos, isenções de impostos, mão de obra abundante, barata e desorganizada, com processos produtivos tradicionais, trabalho intensivo e baixa incorporação de tecnologia. A informatização do controle permite às empresas matrizes acesso aos dados das empresas terceiras espalhadas pelo mundo. São espaços reapropriados funcionalmente, espaços dominados que perdem sentido, em termos de significação comunitária, mas adquirindo novos dentro de uma economia internacionalizada.

Para Santos (1999), a incorporação de técnica e práticas sociais pelos territórios não representaria uma desterritorialização, mas sua revitalização a partir de sua inclusão em cadeias produtivas globais. As novas técnicas multiplicariam a produtividade a partir de lugares, e por suas distintas capacidades de oferecer produtividade maior ou menor, produtividade esta que deixa de ser atributo de uma empresa, mas que se constitui atributo de lugares. Ao escolher cidades e regiões de determinado país, as empresas exigem infraestrutura adequada a seus investimentos, assim como condições políticas adequadas. São zonas de processamento de exportações, em países periféricos, onde as fábricas são implantadas para processar ou montar componentes trazidos de países centrais e reexportados para esses mesmos países. São fábricas ou maquiladoras situadas em diversos países que alteram sua legislação para aceitar esse tipo de atividade em seu território. É também a partir dessas condições que os "lugares" disputam a conquista de novos investimentos.

O conceito de flexibilização, ao lado do conceito de mobilidade, explicam as mudanças na produção e no trabalho decorrentes do que chamamos de globalização. Para Dejours (2005: 52), a flexibilidade vincula-se ao emprego, ao trabalho ou ao trabalhador. No primeiro caso refere-se ao tempo, à quantidade ou ao custo que representa; no segundo, à possibilidade de modular a organização do trabalho diante das necessidades da empresa e da conjuntura; e, no terceiro, à capacidade do trabalhador de engajar-se no trabalho se adaptando às novas situações que lhe são impostas ou, de certa forma, escolhidas. O conceito de mobilidade sintetiza as estratégias de flexibilização, seja na capacidade do trabalhador de transitar perante as incertezas do mundo do trabalho, seja na capacidade das empresas na busca por melhores condições de competitividade, leiam-se menores custos, nos espaços onde isso é possível (AZAIS, 1999).

A globalização torna o "lugar" essencial no processo produtivo, valorizando-o ou revalorizando-o de acordo com suas potencialidades na competitividade ca-

pitalista, seja na produção, na circulação ou no consumo. As novas tecnologias possibilitam os deslocamentos da produção a partir dos incentivos que recebem de estados, diminuindo seus riscos e mantendo seu potencial de mobilidade conforme os interesses do capital. Uma fabrica é montada e desmontada rapidamente, sendo remontada em espaços mais "amigáveis" a investimentos, seja pelos incentivos referidos, seja pela abundante oferta de mão de obra barata e desorganizada. Do lado dos trabalhadores, o crescimento das migrações nacionais e internacionais reflete essa mobilidade constituinte da relação capital-trabalho.

Segundo Arbix (2001), a abertura econômica dos países em desenvolvimento, em tese, traria efeitos positivos na direção de maior igualdade inter-regional. Isso pela demanda de trabalho não-qualificado, embora alfabetizado, resultante de economias de exportação, o que acarretaria uma redução das disparidades regionais nos países, considerando a capacidade de cidades ou regiões na formulação de estratégias de competição territoriais exitosas. Todavia, a competição pode ter efeito negativo, neutralizando os efeitos positivos de maior integração econômica.

A partir da abertura econômica brasileira e da formação do Mercosul, o país recebeu um volume de investimentos estrangeiros diretos nunca visto, entre os quais se destaca a implantação de grandes montadoras de automóveis e de empresas que compõem essa rede produtiva. Desencadeia-se, a partir daí, uma disputa territorial por esses investimentos entre os estados da federação que será conhecida como "guerra fiscal". Para Santos (1999), a "guerra fiscal" refletiria uma guerra global entre "lugares".

Esse processo se deu historicamente em diversos setores industriais, regiões e países. Nos Estados Unidos, ainda nos anos 70, com a relocalização industrial do *rust belt*, área mais industrializada no nordeste do país, para o *sun belt*, no sul do país, em busca de um ambiente *friendly* aos negócios, representado por salários mais baixos e menor organização sindical, e posteriormente extrafronteiras, principalmente com as maquiladoras no México e depois na América Central, na qual as empresas utilizam apenas a mão de obra local (TENDLER, 2002). O mesmo aconteceu com a indústria de trabalho intensivo na Europa, como a calçadista, por exemplo, progressivamente deslocada para os países do sul do continente, depois para o norte da África, até a globalização atual com a produção na China e outros países do hemisfério sul (GEREFFI, 1997).

A relocalização industrial no Brasil: três setores ilustrativos

No Brasil do final dos anos 80, a reestruturação produtiva reduziu radicalmente os empregos com novas tecnologias e formas de gestão e levou à privatização de empresas estatais, deslocamento espacial de indústrias em busca de redução de custos e maior competitividade internacional. Alterou-se a configuração espacial

da produção industrial no país com a incorporação de áreas antes marginais a esse processo, e novos contingentes de trabalhadores entraram no mercado, enquanto outros foram eliminados.

A indústria do vestuário, a indústria automobilística e a de eletroeletrônico aparecem como as mais representativas dessa mobilidade espacial, ou reterritorialização da produção no Brasil, resultantes da "guerra fiscal" aberta pelos estados da federação com as transformações produtivas e da ampliação das cadeias produtivas globais nos países periféricos

A indústria do vestuário umbilicalmente vinculada à indústria da moda tem na flexibilidade de produção e distribuição uma de suas características fundamentais. Esse processo se acentua com a globalização, dada sua dependência de trabalho intensivo, a despeito das novas tecnologias. É uma das mais globalizadas, com empresas, cadeias de lojas, feiras de moda encomendando seus produtos a uma infinidade de produtores em diversas partes do mundo. Também é representativa das novas formas de organização da produção nas quais empresas focalizam-se no desenvolvimento de produtos e marcas e subcontratam outras empresas globalmente. A rede de subcontratação envolve empresas de distintos tamanhos cuja ponta pode ser encontrada em *sweats shops* e no trabalho doméstico, numa rede profundamente capilarizada.

A mobilidade espacial da indústria de calçados no Brasil reflete as transformações globais e a criação de redes empresariais. Inicialmente voltada ao mercado interno, a partir dos anos 70 torna-se grande exportadora para os Estados Unidos e posteriormente para outros países, com o desenvolvimento da produção em regiões como o Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, que se especializou em sapatos femininos, e Franca, no estado de São Paulo, especializada em sapatos masculinos. Nessas duas regiões se constituíram grandes empresas tradicionalmente subcontratadoras de numerosas oficinas, ateliês e bancadas que garantiam a "customização" do produto conforme a moda e especificações dos compradores nacionais e internacionais. Mesmo com grande concentração de trabalhadores, a diversidade das unidadees produtivas e relações de trabalho nunca favoreceram o desenvolvimento de um movimento sindical mais agressivo. No caso de Franca, apenas uma greve geral movimentou o município nos anos 80, momento marcado, por um lado, pela redemocratização política e, por outro, pela reestruturação econômica que culminaria, nos anos 90, com a abertura econômica e a reconversão industrial que afetou profundamente as duas regiões produtoras.

Como resposta à reestruturação, as fábricas de Franca e do Vale do Sinos fecharam unidades produtivas, gerando grande número de desempregados, abriram ou transferiram unidades para outros estados e tercerizaram a produção. No caso de Franca, diversas fábricas passaram a produzir em cidades próximas do sul de Minas Gerais em busca de menores custos, e, posteriormente, com os incentivos fiscais dos governos estaduais nordestinos, em estados como Ceará, Paraíba e

Bahia. Incentivos como infraestrutura de prédios, estradas, renúncia fiscal e financiamentos resultaram na abertura de numerosas fábricas no interior desses estados, antes economicamente estagnado, que foram incorporados ao fluxo da economia globalizada. Os três estados referidos tornaram-se, respectivamente, o terceiro, quarto e quinto exportadores de calçados, depois de Rio Grande do Sul e São Paulo.

As estratégias de redução de custos implicaram ainda formas distintas de utilização da força de trabalho, como cooperativas sob controle das empresas, "postos de trabalho", unidades em cidades menores sem a inclusão de ganhos da categoria existentes em cidades maiores, como, por exemplo, Recife, Campina Grande, João Pessoa ou Natal, criação de sindicatos municipais mais dóceis com as empresas, além de reproduzirem numa região sem tradição industrial o trabalho de finalização do produto em domicílios ou oficinas domiciliares.

Novos grupos de operários industriais se constituíram na região, para os quais o emprego na indústria de calçados terminou significando uma inclusão, seja na relação salarial formal, seja em modos alternativos, como trabalho formalmente associado, com renda relativamente regular. Isso implicou a inserção, mesmo que precária, de novos contingentes de trabalhadores no mercado de trabalho e de consumo, dinamizando as economias locais.

Para os que permaneceram nas regiões tradicionais, o recurso utilizado foram as cooperativas de trabalho ou o crescimento das bancas, bancadas, ateliês e oficinas formais e informais. No geral, as sedes das empresas continuaram em seus estados de origem, onde os produtos continuam sendo projetados, as tecnologias desenvolvidas ou mantêm os contratos de terceirização com marcas internacionais. Para o Nordeste deslocou-se a produção dos sapatos, tênis e sandálias ou, em alguns casos, parte da fabricação desses produtos. As produções nessas regiões atendem não apenas às exportações, mas também grande parte do consumo interno.

Tal como a indústria de calçados, a de confecções seguiu processo similar, mas dados o menor tamanho de suas unidades industriais e a maior diversificação, teve resultados diversos. Algumas unidades industriais transferiram-se para o Nordeste do país, outras para o interior do estado de S. Paulo, e grande parte terceirizou a produção em unidades menores. Vários clusters informais surgiram no país voltados à produção de mercadorias a baixo custo para populações de baixa renda, e parte delas se formalizou e passou a trabalhar para cadeias de lojas ou empresas com marcas consolidadas. Os custos de produção tornaram esses clusters atrativos para empresas ameaçadas pela entrada de produtos importados, principalmente produtos chineses. Entre os mais significativos desses clusters podemos citar o de Caruaru–Santa Cruz do Capibaribe–Toritama, em Pernambuco, atualmente um dos maiores produtores de jeans do país, o de Cianorte e cidades vizinhas no Paraná (LIMA, 2009), que atendem fábricas paulistas, e o de Aparecida de Goiânia. Isto sem contar polos menores.

Além disso, podemos nos referir às mudanças espaciais na cidade de São Paulo, com a periferização da produção antes concentrada no centro velho e na região do Brás–Bom Retiro, com abertura de numerosas oficinas em bairros como o Pari e extremos da zona leste da cidade, como Guaianazes e Cidade Tiradentes. São Paulo inspira-se em outras grandes cidades mundiais na quais numerosas *sweat shops* são incorporadas em redes nacionais e multinacionais de produção e distribuição do vestuário, repetindo inclusive a mobilidade étnica de grupos de imigrantes que passam a ser utilizados como mão de obra barata. Antes um setor ocupado por judeus e sírio-libaneses, foram substituídos gradativamente por coreanos na década de 1970 e, a partir dos anos 1990, por bolivianos e outros sul-americanos, inicialmente aliciados em redes étnicas como imigrantes ilegais e paulatinamente abrindo as próprias oficinas e se incorporando nas redes maiores. (LIMA, 2009; CIBELE & GEORGES, 2008).

Num grau diferenciado, dada sua dimensão global, a indústria automobilística, antes concentrada em São Paulo e em sua região metropolitana, seguiu esse mesmo processo, ou melhor, o iniciou, sendo referência nos procedimentos de reestruturação, adoção de novas tecnologias e organização de trabalho, dos quais o chamado modelo japonês – paradigma da acumulação flexível – se desenvolveu exigindo adequação das empresas. Embora diferente da indústria do vestuário em termos de impactos no emprego, com redes de fornecedores também globalizados, a implantação de uma indústria desse porte tem tido o apoio efetivo do estado não apenas em forma de incentivos fiscais e infraestrutura, mas também direcionando políticas de desenvolvimento, como o rodoviarismo no caso brasileiro, e com a participação na composição acionária das empresas.

A descentralização, iniciada com a implantação da Fiat em Betim, Minas Gerais, em 1976, seguida pela Agrale em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, e a Volvo em Curitiba, Paraná, teve na década de 1990, principalmente a partir de sua segunda metade, o momento não apenas de descentralização das plantas industriais de fábricas aqui instaladas, mas a instalação de novas que passam a investir no país visando aos chamados mercados emergentes. Isto além das possibilidades de construírem plataformas de exportação para outros mercados, dados os menores custos da produção. Esse momento implicaria novas fábricas no interior de São Paulo: Sumaré (Honda) e Indaiatuba (Toyota); em Goiás: Catalão (Mitsubishi); no Rio de Janeiro: Resende (Volkswagen) e Porto Real (Citroen-Peugeot); no Paraná: Curitiba (Renault, BMW); no Rio Grande do Sul: Gravataí (GM); em Minas Gerais: Juiz de Fora (Mercedes Bens); e na Bahia: Camaçari (Ford).

Esses investimentos responderam à intensificação da globalização com a busca incessante de maior competitividade. Para tanto, se constituem em fator básico dessa atração: a abertura comercial, os baixos custos de mão de obra pela oferta abundante e barata, baixa atividade sindical, incentivos fiscais e infraestrutura mesmo num contexto de "aparente" redução da presença estatal na atividade

econômica. O impacto no emprego, embora importante, foi atenuado pelas inovações tecnológicas e organizacionais que reduziram o contingente necessário para operar uma fábrica, embora tenham crescido exponencialmente a produtividade e a quantidade de veículos fabricados. A cadeia produtiva da indústria automobilística foi grandemente "multinacionalizada" com a compra de empresas nacionais pelos fornecedores tradicionais das montadoras em seus países de origem (NABUCO & MENDONÇA, 2002).

Repete-se no Brasil a busca por *greenfields*, como observado por Martin e Veiga ao comentarem a implantação nos Estados Unidos de indústrias japonesas nos anos 80 e europeias nos anos 90, reproduzindo a busca do *sun belt* já referido anteriormente.

O mapa da relocalização industrial no Brasil se completa, em grande medida, com a criação da Zona Franca de Manaus e do Distrito Industrial, hoje Polo Industrial, implantados em 1967. Uma das particularidades da zona franca é o fato de ser um porto livre voltado majoritariamente para o mercado interno, tendo inicialmente atraído empresas do setor eletroeletrônico nacionais ou já implantadas no país em busca dos menores custos, incentivos fiscais, infraestrutura, em que se pese a precariedade logística em termos de transporte terrestre. Até 1976, a zona franca funcionou basicamente como centro comercial, importando produtos proibidos no restante do país, como bebidas, automóveis, perfumes. Uma segunda fase, até 1990, estabeleceu critérios de nacionalização da produção industrial e sua constituição em polo de montagem de produtos eletrônicos com a transferência para a cidade de praticamente todo o setor de produção de televisores, aparelhos de som e outros eletrônicos. Com a abertura comercial dos anos 90, o Distrito Industrial de Manaus entra em crise e se reestrutura a partir de 1991, com nova regulamentação eliminando limites a importações. Nesse período houve redução radical de empregos, com demissões em massa, e adequação das fábricas à reconversão industrial exigida pelos novos padrões de competitividade internacional (PIMENTEL, 2002; VALLE, 2007). A partir do final da década, além de fábricas do setor eletroeletrônico e de informática (montagem de hardware), um número crescente de montadoras de motocicletas se instalou no polo. Inicialmente foram as japonesas e depois as coreanas e chinesas, ao lado de promessas de instalação de montadoras de automóveis chinesas e indianas, objetivando principalmente o mercado interno, sendo que o total de produtos exportados não passou de 10% em 2006 (MANZONI Jr., 2006).

A cidade que hoje é o 4º PIB industrial do país cresceu de forma desproporcional, atraindo migrantes do interior do estado e uma população flutuante de brasileiros de outras regiões do país e de estrangeiros vindos com as empresas. O isolamento da cidade, no meio da floresta amazônica, e sua distância de outras cidades grandes ou médias brasileiras parecem ser compensados pelo custo de montagem dos produtos na cidade e sua proximidade com mercados do hemisfé-

rio norte. Mais do que uma cidade industrial, Manaus se constitui num polo montador de mercadorias diversas, plataforma de exportação mais para o próprio país do que para o exterior. Com uma população próxima de dois milhões de habitantes, a cidade reflete em termos urbanos o caos de um crescimento marcado pela flexibilidade da atual fase do desenvolvimento capitalista: instabilidade de mercados, da produção e do emprego.

O trabalho relocalizado: novos empregos, precarização e vulnerabilidade

Os processos descritos de deslocalização foram acompanhados de importantes mudanças, sejam nas áreas que perderam fábricas, sejam nas que ganharam. Seguindo tendência dos países fortemente industrializados do hemisfério norte, temos no Brasil indicadores de reconversão da região metropolitana de São Paulo (que ainda concentra a maior parte produção industrial brasileira) com uma crescente *terceirização* de suas atividades, com serviços financeiros, tecnológicos e outros apontados por Sassen (1998) em sua discussão sobre as cidades globais. Ao lado disso assiste-se também a deslocamentos espaciais dentro da própria região metropolitana de São Paulo, refletindo o caráter cada vez mais em rede da produção industrial e suas cadeias de *terceirização.* Temos a ressignificação de espaços periféricos na metrópole, de bairros ou cidades dormitórios para espaços produtivos, mas nesse processo temos também a ressignificação do trabalho e suas relações. Essa ressignificação implica a revalorização fortemente ideologizada do trabalho autônomo ou associado como forma de rabaixamento dos custos da produção. Nesse rebaixamento, os custos ficam com os trabalhadores, com a redução ou eliminação dos direitos presentes na relação salarial e a autorresponsabilização dos trabalhadores pelo acesso a esses direitos. O aspecto perverso da autonomização está na informalização do trabalho presente em unidades produtivas precárias em termos de rendimentos e condições de trabalho.

Nos espaços marcados historicamente pela produção de calçados, o deslocamento de fábricas para outras regiões no país ou mesmo a retomada da produção com o aquecimento do mercado interno resultaram em redução dos empregos formais e aumento das terceirizações em bancas, formais ou informais, conforme o grau de fiscalização.

Nos novos territórios fabris das cidades nordestinas, os significados foram outros. A abertura de empregos formais, assalariados, mesmo com pagamento de salários menores do que os realizados no Sul-Sudeste do país, representou o acesso a postos antes inexistentes na região, principalmente nas cidades sertanejas. O número reduzido de fábricas num mesmo município não incentiva a mobilização sindical, dando grande poder às fábricas para utilizar os trabalhadores conforme seus interesses e necessidades. A rotatividade dos trabalhadores é grande, e perder o emprego significa o retorno, na maioria dos casos, a uma informalidade e/ou

atividade de subsistência, ou migrar. Experiências com cooperativas acompanham o caráter de assalariamento, no caso sem direitos, mais do que uma autonomia ou democratização dos espaços de trabalho. Mesmo assim, falar de precarização nessa situação exige certo cuidado, uma vez que o conceito é relacional. Precarização com relação a que situação anterior? No caso poderíamos falar de inclusão precarizada, tendo por parâmetro a noção de assalariamento com direitos, perspectivas de carreira, maior estabilidade no emprego, o que no Brasil sempre foi variável de acordo com o setor produtivo, empresa, etc.

No caso amazônico, o mesmo aconteceu com o inchaço urbano de Manaus. Muitos empregos foram criados, mas a própria característica dos incentivos fiscais e a mobilidade das empresas com relação à redução de custos tornam a instabilidade a condição permanente desse novo trabalhador industrial, principalmente o sem ou com pouca qualificação.

Na indústria automobilística, além do número reduzido de empregos diretos das novas fábricas, sua descentralização implicou menores salários. Todavia, repete-se a questão com relação às fábricas de calçados: a implantação de montadoras nos novos espaços tem significado empregos e, no caso, com melhores ganhos, exigindo-se uma relativização da precarização.

A deslocalização industrial em si não é negativa. Ao contrário, pode ser vista como positiva pela descentralização da produção em várias regiões do país. O que está em jogo efetivamente na "nova" fase da acumulação capitalista, que já conta mais de 30 anos, é que a flexibilidade e a mobilidade permanente que a caracterizam aumentam a assimetria das relações capital e trabalho. A mobilidade enquanto mercadoria garante maior rentabilidade aos investimentos industriais, cada vez mais leves e enxutos em suas formas modulares de produção. Para os trabalhadores, cujos custos dessa mobilidade são maiores, significa instabilidade, fragmentação, condições de vida e trabalho marcadas por deslocamentos constantes e impossibilidade de planejar o futuro. Sua capacidade de ser "móvel" implica maiores investimentos para sua empregabilidade e condição de permanência no mercado e de se deslocar sempre que necessário. Uma permanente vulnerabilidade social, pela degradação contínua dos salários, perda de direitos, crescente individualização e perda do senso de coletivo.

Referências bibliográficas

ARBIX, G. Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil. In: GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. **Competitividade e desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

AZAÏS, C. **Transformations du travail**: éléments de comparaison France/Brésil. Londres: XIèmes Journées Internationales de Sociologie du Travail, JIST, 2007.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

DEJOURS, C. La flexibilité, ou l'autre nom de la servitude. In: HUSSON. M. (Dir.). **Travail flexible, salariés jetables**: fausses questions et vrais enjeux de la lutte contre le chômage. Paris: La Découverte, 2005.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

GEORGES, I. P. H.; RIZEK, C. S. **A periferia do direito**: trabalho, precariedade e políticas públicas. Caxambu: 32. Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

GEREFFI, G. Competitividade e redes na cadeia produtiva do vestuário na América do Norte. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, ano 3, n. 6, 1997.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. Trabalho flexível e informalidade. **Caderno CRH**, v. 37, jul.-dez. 2002.

LIMA, J. C.; BORSOI , I. C. F.; ARAÚJO, I. M. **Os novos territórios do trabalho**. Relatório técnico CNPq. São Carlos, 2008.

LIMA, A. M. de S. **As faces da subcontratação do trabalho**: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região. 2009. Tese (Doutorado), Campinas.

MARTIN, S. B.; VEIGA, J. P. C. Globalização dos mercados, localização produtiva e relações interfirmas: o caso das montadoras alemãs nos EUA nos anos 90. In: NABUCO, M. R.; NEVES, M. de A.; CARVALHO NETO, A. M. **Indústria automotiva**: a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

NABUCO, M. R.; MENDONÇA, M. P. Estratégias de localização do setor automobilístico no Brasil: o caso da Mercedes-Benz. In: NABUCO, M. R.; NEVES, M. de A.; CARVALHO NETO, A. M. **Indústria automotiva**: a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

PIMENTEL, N. T. **Emprego industrial no Pólo Industrial de Manaus na década de 90**: expectativas, resultados e possibilidades. 2002. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Manaus.

SANTOS, M. Guerra dos lugares. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 ago. 1999. Caderno Mais, p. 3.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

TENDLER, J. **The economic wars between the states**. Boston: MIT/Bank of the Northeast research project, 2005.

VALLE, M. I. M. **Globalização e reestruturação produtiva**: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Capítulo XI

Espaços de Uso Comum?

A construção de territorialidades sociais como formas de controle do acesso aos recursos pesqueiros entre os pescadores no baixo rio Solimões, Manacapuru (AM)

Pedro Rapozo
Antonio Carlos Witkoski

A pesca é uma atividade que institui uma das dimensões da realidade que marca historicamente a vida dos grupos sociais na Amazônia brasileira. A importância do desenvolvimento e aperfeiçoamento da pesca, praticados pelos habitantes das várzeas e terras firmes da região, demonstra a capacidade de articulação de um modo de vida muito singular, em que o domínio do saber prático considera a dinâmica da vida que corre nos rios da Amazônia, na sazonalidade dos seus períodos hidrológicos e nas transformações que atendem aos interesses dos homens como agentes sociais que se apropriam desses recursos. Neste contexto, o mundo do trabalho é caracterizado por diversos elementos que mediatizam o uso social dos recursos naturais. A atividade da pesca comercial e de subsistência, como um desses elementos, marca imemoriavelmente a constituição histórica dos grupos sociais locais e, ao mesmo tempo, garante a construção da vida e, em particular, da produção e reprodução material e simbólica através da constituição dos espaços de uso aos recursos disponíveis. Neste sentido, o objetivo deste estudo é discorrer sobre os processos de territorialidade da pesca, na construção e reprodução de territórios, enquanto espaços de trabalho e subsistência que constituem os recursos ictiofaunísticos locais apropriados pelos pescadores e moradores das comunidades locais do baixo Solimões.

Assim como em diversas áreas da Amazônia brasileira, o rio Solimões, seus paranás, lagos, afluentes, etc., se constituem em um dos principais complexos do meio físico e biótico, traduzindo-se em fonte de riqueza para a produção e reprodução da vida dos grupos locais, e vêm, também, tornando-se um dos principais polos do setor comercial da pesca. A região do baixo Solimões, na qual se insere o município de Manacapuru, aparece como um dos principais referenciais de desenvolvimento dessa atividade, assim como da comercialização dos estoques dos recursos ictiofaunísticos locais (BATISTA & FABRÉ, 2003).

A localidade denominada de *Costa do Pesqueiro II*, situada no baixo rio Solimões, no município de Manacapuru (AM), foi o *locus* de nossa pesquisa. Essa localidade possui, por si só, uma historicidade que remonta até antes da própria formação

das comunidades locais, haja vista que se situa numa área bastante conhecida onde o desenvolvimento das atividades pesqueiras apresenta importância considerável para a região. A denominação da localidade está ligada ao período colonial, quando o exercício das atividades pesqueiras estava relacionado com a criação dos chamados *pesqueiros reais*, que visavam abastecer um mercado específico.

O *locus* desse espaço social da pesca tem apresentado, de forma latente e manifesta, inúmeros conflitos sociais pela posse e uso dos recursos ictiofaunísticos, envolvendo diferentes tipos de pescadores das comunidades locais.[1] Esses conflitos vêm delineando a constituição de territorialidades em que a demarcação pela apropriação de diversas áreas de pesca comercial e de subsistência é mediada – ainda que de modo incipiente – pelas normas instituídas pelo Estado[2], que regula o acesso aos recursos pesqueiros, através de *acordos de pesca*, manejos, proibições da captura de determinadas espécies e locais, sobretudo nos lagos. De maneira geral, essas ações são pautadas numa política de Estado específica que trata de questões pontuais sobre as formas de apropriação dos recursos pesqueiros.

A pesca na Amazônia: as transformações socioeconômicas e sua relação com as políticas de desenvolvimento na Amazônia brasileira

O desenvolvimento histórico das atividades pesqueiras deve muito aos processos sociais de intervenção e ação humana na região amazônica, de um lado, pela formação e ocupação humana de grupos sociais na região no período anterior à colonização e, de outro, a partir das estratégias e intensificação de interesses políticos com relação à sociodiversidade – e, nesse contexto, os recursos pesqueiros – encontrados, sempre na perspectiva de trazer o aprimoramento do processo de subsunção do homem ao ambiente.

Nessa perspectiva, é possível traçarmos um quadro de análise que insere, ao mesmo tempo, o processo histórico vivenciado pelas populações locais no que se refere ao uso dos recursos pesqueiros, como atividade de reprodução de suas existências, como também às transformações socioeconômicas ocorridas nesse processo,

1. Segundo Elias & Scotson (2000), ao estudar uma comunidade, vemo-nos diante de uma grande variedade de problemas. A questão é saber se todos são igualmente centrais para compreendermos o que confere a um grupo de pessoas um caráter específico – o caráter de comunidade.

2. "O Estado pode ser entendido como um conjunto de instituições especializadas em expressar um dado equilíbrio e uma condensação de forças favorável a um grupo e/ou classe social. Ele assegura a unidade de qualquer sociedade dividida em interesses, particularmente de classes, mas também estamentais, pois garante o monopólio (centralizada ou descentralizadamente) do uso da força nas mãos do grupo, da classe ou do estamento" (BOCAYUVA & VEIGA, 1992).

sobretudo no decorrer do século XX, sem deixar de pensar, é claro, no nível das macroações, ou seja, nas estratégias de intervenção político-econômica na Amazônia aliadas ao discurso de desenvolvimento, e que medidas refletem hoje, com a intensificação do uso desenfreado dos recursos pesqueiros, a consolidação latente de conflitos marcados pela espacialização territorial da pesca e de suas transformações enquanto meio de trabalho e renda para as comunidades locais.

As transformações socioeconômicas e políticas ocorridas na região se articulam num processo histórico global que insere a Amazônia num discurso em que a intensificação de estratégias que solucionassem a assimetria entre o desgaste dos recursos naturais e o modo de produção vigente se tornou uma preocupação global, em que se localizam *processos mundiais* que determinam, impulsionam ou imobilizam toda a dinâmica em curso da Amazônia como região posta no mundo (SILVA, 2002). Neste sentido, o plano de ação para modelos de desenvolvimento econômico possibilitou a articulação de propostas que assegurassem sustentabilidade e crescimento econômico, ao mesmo tempo em que assegurava *a reacomodação estratégica do Capital* (LEFF, 2000) como modelo de produção vigente e inserido na região.

Segundo Batista et al. (2004), a importância da pesca na Amazônia remonta ao período anterior à colonização, quando indígenas já utilizavam o pescado como parte essencial de alimentação (VERÍSSIMO, 1985). Embora as necessidades primárias de proteínas dos ameríndios que viviam ao longo do rio Amazonas fossem satisfeitas por quelônios e pelo peixe-boi, verificou-se que a diminuição do consumo local de animais aquáticos em virtude da redução da população amazônica durante o período colonial foi contraposta ao aumento do comércio desses recursos, afetando inúmeras espécies de quelônios. Ao mesmo tempo, intensificou-se o consumo do pescado, em muitos rios amazônicos, reduzindo também a fartura de algumas espécies cujas abundâncias tinham sido destacadas por naturalistas e viajantes.

> "A tecnologia de pesca utilizada apresentou uma evolução desde o contato dos indígenas com os portugueses. Redes passivas já eram utilizadas pelos índios Carajás do rio Araguaia, Pará, durante os séculos XVII e XVIII, sendo confeccionadas com feixes de fibra de *imbaúba* (cecropia spp.), estes apetrechos eram utilizados como barreiras ao deslocamento dos peixes que eram capturados manualmente (...) assim outras redes eram confeccionadas com outros materiais" (BATISTA et al., 2004: 64).

Veríssimo (1985) apresenta uma importante coleção de informações históricas com enfoque maior no baixo Amazonas e destaca que, já no século XV, a administração do império colonial aproveitava o potencial pesqueiro da região para alimentação local e comércio, utilizando-o como moeda de pagamento e troca no século XVII. Para Batista et al. (2004), tais preocupações geraram necessidades de controle da produção, o que foi consolidado com a criação dos chamados *pesquei-*

ros reais (havia três pesqueiros, em 1667, na Amazônia central, extintos em 1827). O desenvolvimento pesqueiro na Amazônia e das ações do Estado pode ser distinguido a partir de três períodos históricos (RUFFINO, 2005). Esses períodos combinam a relação entre a acentuada atividade de uso dos recursos naturais locais através da pesca e as transformações socioeconômicas decorrentes desse processo histórico.

Para Veríssimo (1985), a pesca na Amazônia se caracterizava pela diversidade de modalidades e pela prática tradicional e sempre desempenhou papel de atividade complementar, integrada às demais atividades da economia familiar. Com relação à pesca, afirma que o uso do anzol, arpão, curral ou arco e flecha era mais frequente, sendo raro o uso de redes e tarrafas. Segundo Ruffino (2005), a pesca, em complementaridade com a plantação de milho, arroz, feijão, mandioca e frutas, mantém-se, ainda hoje, como prática complementar à caça, à criação de pequenos animais, etc.

Segundo Violeta Refkalefsky Loureiro (2001), as condições de vida e de trabalho do homem na Amazônia no momento anterior à *ocupação recente,* ou seja, ao processo que antecede a intensificação das atividades produtivas e a rearticulação econômica do modo de vida rural, foram marcadas pela acentuada taxa de população rural entre os indivíduos que habitavam as *comunidades* rurais e pela produção econômica constituída pelo extrativismo.

> "As cidades e vilas ficavam situadas à beira dos rios e cumpriam a função de entrepostos comerciais que recolhiam a produção vinda do interior e que distribuíam os produtos procedentes das cidades maiores – Belém e Manaus, principalmente –, as quais importavam os produtos industrializados do sul do país" (LOUREIRO, 2001: 47).

O cultivo de juta, introduzido no final na década de 1930 pela colonização japonesa, aliado à borracha, tornou-se importante atividade econômica, mas que entrou em crise na metade do século XX, dando lugar ao crescimento da atividade pesqueira como atividade profissional prioritária e/ou permanente. As causas socioeconômicas dessas transformações foram motivadas pelo crescimento demográfico e pelo aumento da demanda urbana de pescado.

> "(...) até a década de 1910, verificava-se a preocupação das autoridades em preservar os recursos pesqueiros e evitar o uso de técnicas predatórias de pesca por intermédio de várias normas com o caráter de lei. Nesse período que poderia ser chamado de *pré-legislativo*, destacam-se dispositivos que proibiam a pesca com venenos, tapagens e currais de pesca em rios e lagos (...) as comunidades ribeirinhas mantinham normas de controle da exploração dos recursos aquáticos, as quais faziam parte da sua tradição" (RUFFINO, 2005: 14).

Até 1912, as leis eram promulgadas pelas municipalidades, após a criação da Inspetoria Federal de pesca, houve a centralização do controle da atividade, apa-

recendo outros atos legais que viriam a transformar as ações sobre a pesca. Para Ruffino (2005), com a tecnificação do setor pesqueiro, a partir de 1933, a atividade passou a ser controlada pela Inspetoria de caça e pesca através do Ministério da Agricultura, subordinada ao Departamento de Produção Animal, culminando, em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), que buscava transformar o sistema tradicional de pesca praticado pelos grupos sociais rurais em uma atividade de caráter nacional e de alta produtividade, firmando-se convênios com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que implementaram os primeiros estudos científicos sobre a pesca e o potencial das espécies mais capturadas. Cabe lembrar que essa preocupação estava condicionada à visão desenvolvimentista da região e à acentuada transformação do modo de produção capitalista que, nas próximas décadas, marcaria as grandes mudanças decorrentes desse processo, sobretudo no que tange às dimensões sociais quanto ao impacto causado nas sociedades rurais locais.

Estado, desenvolvimento e transformações socioeconômicas entre os sujeitos sociais da pesca na Amazônia brasileira

A preocupação com medidas políticas de desenvolvimento trouxe, para o país[3], uma reflexão recorrente acerca dos modelos que possibilitassem crescimento econômico e desenvolvimento social, sob a prerrogativa da articulação de tecnologias adequadas e modos de produção e apropriação dos recursos naturais compatíveis para o plano de *integração* da Amazônia ao Estado-Nação.

Segundo Loureiro (2001), os *obstáculos* ao desenvolvimento econômico regional e à integração aos mercados nacionais e internacionais eram pautados pela insuficiência de capitais produtivos e de infraestrutura capazes de pôr em marcha novos investimentos.

Ao pensarmos nessa perspectiva, associada às transformações socioeconômicas ocorridas na região amazônica que, sobretudo, afetaram a atividade pesqueira, é possível perceber como elas foram adotadas, considerando alguns aspectos significativos para a ação de medidas políticas que se tornaram reflexo das condições atuais, da relação estabelecida entre crescimento econômico e sobre-exploração dos recursos naturais. Esse período caracterizou-se como um momento significativo para

3. Sobretudo a partir do processo histórico iniciado no período pós-guerra, com a discussão sobre a criação e adoção de planos de desenvolvimento econômico pelos países desenvolvidos. A ideia de desenvolvimento acarretava para si um processo de priorização das questões econômicas que, no início, ocupou lugar central nos objetivos dos modelos políticos vigentes, capitalista e socialista, da chamada *guerra fria*, ambos viabilizando desenvolvimento pela perspectiva econômica (STAVENHAGEN, 1985).

o desenvolvimento econômico da região – o que acarretou a expansão da atividade pesqueira e a transformação de suas forças produtivas (relações homem/natureza) e de suas relações sociais de produção (relações homem/homem).

Para Batista et al. (2004), na década de 1960, três eventos são marcantes para os novos rumos da atividade pesqueira na região. O primeiro foi a introdução e a popularização do polietileno (ou *isopor*) como isolante térmico, permitindo a conservação e, portanto, a acumulação do pescado por mais tempo, viabilizando ampliar o raio de ação da frota. O segundo foi a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), a partir de 1967, com rápido crescimento da população urbana da cidade, via migração das populações rurais, ocasionando, como reflexo, os problemas relativos ao desenvolvimento da expansão de ocupações urbanas não planejadas, gerando então uma série de elementos problemáticos resultantes desse processo e que caracterizaram as *urbes periféricas* na Amazônia[4].

Assim, houve, nas cidades médias do estado do Amazonas, em geral, o aumento do consumo de pescado – em razão do crescimento demográfico das cidades de mais ou menos 100 mil habitantes – acabou por instituir um importante *mercado urbano interiorano* do produto pesca – além obviamente da cidade de Manaus – por causa da forte e densa migração do campo para a cidade. Em terceiro lugar, temos a introdução de linhas sintéticas, as quais popularizaram as redes de arrasto e de espera – apetrechos muito utilizados como técnicas de captura na pesca comercial –, facilitando o aumento do esforço de pesca e, consequentemente, da produção e otimização do setor, caracterizado pela alta tecnificação e reinserção do modo de produção capitalista.

A implementação de um conjunto de projetos, planejados pelo governo brasileiro, a partir de 1966, resultou em crescimento urbano acelerado, aumento demográfico e expansão das áreas rurais utilizadas diretamente. Com a criação da zona de livre comércio de Manaus, a Zona Franca, o estado do Amazonas passou por importantes transformações, incluindo a ampliação do mercado para a pesca comercial. A pesca, então, deixou de ser um "problema localizado" para se tornar uma questão regional com fortes implicações econômicas, sociais, políticas, culturais e ecológicas.

O modelo de desenvolvimento pesqueiro, concebido na década de 1960 e desenvolvido até o final da década de 1980 pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), buscava, principalmente, o aumento da produção pela produção – desconsiderando o tempo de reprodução da própria natureza. A pesca era vista como um setor econômico, deixando de lado as outras dimensões a elas

4. Para Edneia Mascarenhas Dias (1999), a *ilusão do Fausto* torna-se realidade na medida em que o desencantamento do mundo e das situações problemáticas da vida cotidiana em expansão nas cidades configura uma realidade não desejável para aqueles que nutriam expectativas com o modelo econômico adotado para a região.

intrinsecamente relacionadas – as dimensões sociais, culturais e ambientais que interagem para seu desenvolvimento (RUFFINO, 2005).

No processo histórico dos modelos políticos adotados nesse período, a introdução da noção de *desenvolvimento* se apresentou na perspectiva de mudança econômica, evolução, mudança contra a noção de *atraso*. Rodolfo Stavenhagen (1985) observa que o discurso econômico, enquanto *remédio para o atraso,* "naturalmente" se afirmava a partir do crescimento econômico em diferentes contextos, visava à aceleração e enfatizava a necessidade de uso dos recursos naturais, sustentando como elemento-chave ao Capital aliado às tecnologias.

Nesse contexto, a proposta de desenvolvimento econômico se caracterizava pela própria especificidade do mercado de produção capitalista. Como um fenômeno global, nas palavras de Ianni (1999), configurava-se como projeto e processo civilizatório mundial, que nesta perspectiva incorporava novas tecnologias produtivas e a transformação das organizações sociais *tradicionais* em organizações sociais *modernas*, marcadas por intensos processos de burocratização.

Este período é marcado pela implementação de programas políticos e militares que visavam estrategicamente à Amazônia a partir de um processo histórico e geopolítico desencadeado no Pós-Guerra, tendo, como concepção de desenvolvimento, a abertura de estradas, a implantação do Programa Operação Amazônico que estimulava a colonização e a ocupação e estabelecimento das *fronteiras*[5].

Essas ações se caracterizavam, segundo Loureiro (2001), pelos inúmeros incentivos e vantagens fiscais aos empresários desejosos de investir capital na região; pela facilitação do acesso a grandes extensões de terra e à natureza em geral, desconsiderando a legislação existente e o direito de propriedade aos grupos sociais locais; a garantia de infraestrutura para os novos projetos por conta do governo federal; e, por fim, a utilização de mão de obra barata de trabalhadores locais e de outras áreas do país.

Essas ações, que visavam ao desenvolvimento econômico através da ocupação, instalação de infraestrutura e um programa de incentivos fiscais que atraiu capitais nacionais e internacionais para a região[6], foram marcadas por uma abertura desenfreada para o desenvolvimento de atividades que potencializaram penosas transformações socioambientais para a Amazônia, do ponto de vista da sequela deixada em seus grupos sociais e no ambiente físico. A SUDEPE, que institucionaliza a atividade pesqueira em todo o país, formulando, executando e

5. Para Bertha Becker (2006), a fronteira se configura como fundamento histórico da produção do espaço regional e, no caso da Amazônia, deixa de ser o eixo central e se configura como efetiva região, nela coexistindo fronteiras de vários tipos.

6. Beth Middlin e Celso Laffer (1970) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990) explicam como se deu o planejamento no Brasil e a criação de projetos de desenvolvimento nos setores econômicos.

coordenando as políticas e as ações de pesquisa e o ordenamento da exploração pesqueira, consolidou o segmento industrial pesqueiro e possibilitou a sobre-exploracao dos recursos pesqueiros ocorridos na década de 1980.

A efetivação de um modelo de "desenvolvimento nacional" respondia a políticas estratégicas idealizadas para a região e baseava-se em incentivos a grandes empresas, por meio de benefícios fiscais[7], estimulando a estruturação da indústria pesqueira, cujo crescimento estava defasado em comparação com outros setores da economia nacional. Essa nova dinâmica agravou as desigualdades com relação ao acesso e ao uso dos recursos pesqueiros e estratificou-o em duas grandes categorias sociais.

Essa situação se caracterizava pela reafirmação identitária de dois sujeitos sociais. Primeiro, temos os *pescadores artesanais*, que, segundo Maldonado (1986), são marcados pela simplicidade da tecnologia produtiva, baixo custo de produção, relações de parentesco no âmbito do processo de trabalho, ausência de vínculos empregatícios, destinação mercantil e de uso próprio para o produto, autonomia de produção e dependência de terceiros para a comercialização. Por outro lado, com a intensificação comercial da pesca, surgem os *pescadores industriais* como uma categoria que vivencia a condição do trabalho parcelizado na indústria, assalariado, sem controle sobre o processo produtivo (altamente sofisticado e gerenciado por terceiros), marcado por produção exclusiva de mercadorias enquanto propriedade direta da empresa.

Segundo Pereira et al. (2007), a expansão do sistema rodoviário na Amazônia também contribuiu para a *revolução comercial* do setor pesqueiro (grifo dos autores), na medida em que serviu como alternativa de transporte do pescado, pois o escoamento da produção se limitava às vias fluviais e marítimas, havendo incrementação da produção pesqueira por conta da demanda proveniente das capitais.

A pesca se tornou, assim, uma atividade economicamente dominante no seio da organização social e produtiva dos povos da Amazônia, haja vista que a comercialização do pescado se tornou mais intensiva e extensiva, sendo valorizada como produto de troca.

Crescia a quantidade de barcos de pesca industrial e surgiam as primeiras empresas para esse tipo de pesca, ao mesmo tempo em que se introduziam motores a diesel e as fibras de náilon para redes de malha, dando o suporte técnico que faltava para uma mudança qualitativa no poder de pesca. Surge, aqui, segundo Ruffino (2005), a figura do *pescador profissional itinerante*, que pesca de forma per-

7. A constituição de 1969 isentou de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM) o pescado beneficiado e destinado ao mercado externo (RUFFINO, 2005).

manente em lugares distante de sua moradia e vende seu peixe em frigoríficos e mercados dos centros urbanos[8].

Mello (1985) observa que não havia a figura do pescador profissional ou "especialista", isto é, aquele dedicado exclusivamente à atividade pesqueira. Ao contrário, havia o que o autor descreve como *pescador-agricultor*, isto é, o pescador não profissional, aquele agente social que não tinha na pesca sua única base econômica, pois se tratava de uma atividade complementar à agricultura, à caça, ao extrativismo e a outras atividades que praticava para a sobrevivência da família.

Mas as transformações que se sucederam no setor da pesca e na vida dos moradores da região formaram-se em decorrência das intervenções do Estado associado com os grupos economicamente dominantes – nacionais e multinacionais –, que passaram a interessar-se pela exploração direta do setor na Amazônia. Pereira (2007) verifica que as mudanças na estrutura produtiva do pescado estiveram associadas à divulgação de uma verdadeira *ideologia do progresso pesqueiro,* que concorrerá para constituir a atual estrutura socioeconômica e política da pesca comercial.

As categorias sociais distinguidas a partir das relações sociais e produtivas que compõem a estrutura socioeconômica e cultural dos grupos locais construíram singularidades sociais que nortearam a forma de uso dos recursos naturais, principalmente no que tange aos recursos pesqueiros.

É claro que as transformações ocorridas na região em decorrência da intensificação das atividades pesqueiras não fizeram com que os grupos sociais envolvidos ficassem de fora desse processo, tampouco que se sobressaíssem de maneira benéfica. Segundo Ruffino (2005), o modelo de crescimento econômico adotado pelo governo militar acarretou grandes custos ao país, tanto em termos de agravamento dos conflitos sociais entre grupos com diferentes capacidades de exploração (por exemplo, pescador artesanal *versus* pescador industrial) como do ponto de vista ambiental, com o rápido esgotamento dos recursos naturais.

---

8. A mudança do modo artesanal de produção da pesca para o modo de produção industrial, em que a máquina passa a ter primazia sobre o elemento humano, representará uma espécie de golpe do capital sobre essa 'última posse' do pescador – o que lhe havia restado do modo de produção tradicional. Em consequência, pode-se afirmar que a dominação se torna mais completa e radical: o trabalho em si (a condução do processo de trabalho) é agora posse real do capital, que passará a ditar a forma e a maneira pela qual ele será exercido. Para Mello (1994), o mundo especificamente capitalista de produção representa, nesta perspectiva, não apenas uma nova estruturação do sistema produtivo erigido a partir da aplicação em grande escala da ciência e da maquinaria no processo imediato de trabalho; aponta, também, contemporaneamente, um aprimoramento dos mecanismos de poder do capital, que passa a comandar a classe operária inclusive por meio do trabalho em si, impondo-lhe mais produção em troca de salários proporcionalmente mais baixos.

Para Furtado et al. (1993), a implantação do parque industrial da pesca na Amazônia teve como reflexo a invasão das áreas de pesca artesanal por barcos pesqueiros de grande porte. Como resultado, engenhos de pesca são destruídos e estoques pesqueiros e cadeias tróficas são seriamente comprometidos em seu ciclo biológico, ao mesmo tempo em que se observa o surgimento dos conflitos no campo da pesca.

> "Dos programas oficiais para desenvolvimento regional, nascem tensões e descrenças em suas políticas, em razão da exclusão do saber nativo como contribuição a esses programas e ao desconhecimento da realidade por parte daqueles que detêm o poder de decisão. Como resultado, assiste-se, muitas vezes, à falência de programas, desorganização e miséria de grupos sociais (...) no conjunto, todos estes programas cravaram um rastro: a desorientação do caboclo amazônico que vive da pesca e de atividades afins, a migração rural-urbana com traços de irreversibilidade e tendências a *anomias sociais*" (FURTADO et al., 1993: 12).

As imperfeições dos modelos econômicos adotados levaram o país a uma situação insustentável do ponto de vista financeiro, ocorrendo quedas significativas de alguns estoques de peixes tradicionalmente explorados. Assim, surgem, no fim desse período, regulamentações que tenderiam a monitorar a atividade pesqueira, delimitando o esforço pesqueiro, os tipos de aparelho permitidos, malhas, áreas de pesca, épocas do defeso e tamanho mínimo de captura e de cotas.

Nesse sentido, a competição entre os capitais, a busca de novos processos produtivos, a conquista de outros mercados e a procura de lucros provocam a dinamização das forças produtivas, bem como o processo de racionalidade do lucro e da forma pela qual novas tecnologias se combinam e aplicam-se nos diversos setores de produção, nas mais diferentes regiões e nações do mundo, em face da globalização[9].

No início da década de 1990, período marcado pelas ações políticas que levaram a profundas transformações na Amazônia, datadas pela consolidação da ocupação humana e intensificação de uso dos recursos, desmatamento e concentração urbana, inicia-se amplo debate nacional e internacional sobre o tipo de desenvolvimento pretendido para a região. Assim, segundo Ruffino (2005), a busca de novas opções econômicas para a região fez emergir uma série de iniciativas voltadas à utilização sustentável dos recursos naturais.

A criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) representava a preocupação de ações comprometidas com esses propósitos e também a incorporação de que, para evitar o colapso dos recur-

9. O que podemos tomar como característico neste processo é salientado por Ianni (1999), quando afirma que, no modo de produção capitalista, as forças produtivas se encontram todo o tempo numa interação dinâmica.

sos pesqueiros, seria necessário pensar em ações que propiciassem o uso sustentado dos recursos, a economicidade dos empreendimentos e a justiça social.

Novas formas de usos dos recursos pesqueiros são pensadas. A inserção do ecoturismo e da pesca esportiva, por exemplo, pode ser imaginada como reflexos dessas ações, como opções econômicas não predatórias dos recursos aquáticos. Segundo Ruffino (2005), foram desenvolvidos, a partir de 1993, diversos mecanismos gerenciais que possibilitaram pensar numa gestão integrada dos recursos ictiofaunísticos, que se fortaleceram com o estabelecimento de diretrizes claras sobre gestão integrada dos recursos, através de parcerias do IBAMA com diversas agências e instituições de cooperação nacionais e internacionais, com vistas a se constituírem como reforços à iniciativa de trazer o discurso da sustentabilidade para a pesca na região, por meio de incentivos e ações, bem como pela participação da sociedade civil nesse processo.

É interessante considerar a abertura e participação da sociedade civil nesse processo, pois Furtado et al. (1993) verificam que os grupos sociais que se sentiram, nas ultimas décadas, atingidos em sua identidade cultural pelos impactos provenientes dos modelos desenvolvimentistas adotados vêm tentando reagir com muita dificuldade, esboçando experiências que apontam para alternativas e ascensão dos movimentos sociais reunidos sob uma *identidade comunitária*, alguns avançados em outras esferas do espaço social enquanto organizações mais estruturadas, sejam como sindicatos ou braços de partidos políticos.

Considerando um panorama histórico das transformações socioeconômicas que delinearam o modo específico de controle dos recursos pesqueiros, seja entre os grupos sociais rurais locais mediados por acordos verbais e por redes de sociabilidades intracomunitárias ou através da intensificação das ações do Estado na consolidação de um controle jurídico dos recursos, verificamos que, na medida em que a sobre-exploracao dos recursos naturais decorre de intensiva ação comercial, do cerceamento de determinados locais de pesca, da territorilialização simbólica dos rios e demais ambientes de pesca, as formas de controlar os espaços se traduzem como maneiras de aproveitar de modo múltiplo os recursos disponíveis, contudo, também são reflexo dos conflitos pelo acesso aos recursos pesqueiros tanto por interesses comerciais quanto para a subsistência das comunidades locais.

As informações de nossa pesquisa nos possibilitaram refletir sobre a dimensão de apropriação social dos recursos naturais de modo muito singular, datada por um ritmo que movimenta as forças de reprodução social material e simbólica das comunidades, apresentando-nos a maneira como os pescadores/moradores da Costa do Pesqueiro II percebem as áreas de pesca, a maneira como são criados os territórios sociais da pesca, a maneira como territórios são ressignificados. À medida que consideramos os conflitos pesqueiros em ambientes *fechados* como os lagos e igapós, e o conflito em *espaços abertos*, verificamos a forma como esses lugares

são interpretados, identificamos as modalidades na captura do pescado e a forma destinada ao uso dos recursos.

Territorialidades da pesca: formas de apropriação e controle de acesso aos recursos pesqueiros entre os trabalhadores da pesca

> "(...) olhe só! De tudo aqui eu sei um pouco, e se eu sei é porque eu conheço (...) por isso que eu sei da pesca, do rio, pra mim minha terra é a minha água, e eu num tenho medo porque é dela que nós vive também" (pescador e morador da comunidade Nossa Senhora das Graças, Costa do Pesqueiro II, Manacapuru, AM).

A territorialidade, diferente do conceito de território, possui papel importante na constituição de grupos sociais – a noção atribuída ao território aqui apresenta uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Para Little (2002), a territorialidade se define como o esforço coletivo de um grupo social em usar, ocupar, controlar e se identificar com a parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território". Neste sentido, os territórios da pesca aqui são pensados como elementos formados pela apropriação e permanência do uso dos recursos aquáticos em locais específicos.

Os usos dos espaços destinados à pesca se configuram pela apropriação ou não dos recursos comuns; o estabelecimento desse processo envolve a dimensão das representações, do imaginário e, sobretudo, das condições materiais que constroem os usos desses espaços[10]. Faz-se necessário saber que a pesca não é feita por acaso, pois nela estão implícitos todo o conhecimento dos recursos naturais, os locais específicos, as representações simbólicas e também que o homem não age sobre um objeto de trabalho estático, mas sobre um complexo biológico regido por leis e processos alheios à vontade humana, sobre os quais o homem pode interferir, introduzir novas formas até então exteriores ao ambiente considerado (DIEGUES, 1983).

Mas como é possível pensar em territórios pesqueiros em áreas específicas como rios, por exemplo, que, diferentemente dos lagos e de outros ambientes mais *privados*, do ponto de vista de seu uso por comunidades locais, pertencem, da perspectiva jurídica, à *União*?

---

10. Para Santos (2002), o espaço é um sistema de valores que se transforma permanentemente pela ação humana, assim a *natureza do espaço* é resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem dinamismo e funcionalidade. Também podemos compreender que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993) e que ele é condicionado pela racionalidade de quem dele usufrui.

Para Begossi (2004), território é um espaço que foi, ou está sendo, apropriado por algum indivíduo, grupo ou comunidade sob formas de defesa ou de regras de uso, ou sob conflito de uso, e territorialidade é uma forma de controlar espaços e recursos. "Um território é uma forma de controlar espaços e recursos, como uma área defendida, ou uma área de uso exclusivo" (p. 227). No caso da pesca, quando, além da marcação do espaço pesqueiro, ocorre alguma forma de apropriação desse espaço, há também o aparecimento de outras relações entre os pescadores, que podem envolver conflitos territoriais, regras de uso, divisão de informação ou segregação de informação; estas regras e o conceito, neste sentido, se aplicam mais aos lagos de uso comunitário e a outros ambientes mais endógenos.

No entanto, o que nos parece evidente é verificarmos que os processos de territorialização comportam elementos que fogem das instâncias legais e jurídicas quando se trata de espaços de uso comum, que se tornam força latente em qualquer grupo social cuja manifestação explícita depende de contingências históricas (LITTLE, 2002).

O fato de um território surgir diretamente das condutas da territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos, porém, ao passo que pode se constituir como território, também pode se (re)configurar em *não-território* de um ou mais grupos sociais, tornando-se espaço pertencente ao domínio comunitário. No caso dos pescadores do rio Solimões no Amazonas, a demarcação desses espaços se configura como *pontos de pesca,* no sentido de que carregam a conduta de territórios por envolverem interesses comuns de grupos diferenciados com o mesmo objetivo, como no caso dos rios e dos denominados *pesqueiros*, que são parte das áreas de uso, ou do espaço aquático usado por pescadores, entretanto, nem sempre os pesqueiros localizados nas áreas de uso de uma comunidade de pescadores estão divididos de maneira uniforme, ou de forma equitativa, entre todos os pescadores da comunidade (BEGOSSI, 2004). Por mais que não existam delimitações de uso específicas ou amparadas por leis, não significa que não há códigos de controle e conduta no uso dos recursos através de um grupo específico de comunidades que estabelecem relações (conflituosas ou não) entre si.

Os territórios são também flexíveis em decorrência de sua apropriação, o que significa dizer que essa flexibilidade fornece argumentos para a (re)configuração de espaços de uso comum, como no caso dos rios. Neste sentido, os rios, ou melhor, os pontos específicos de pesca, são pensados também como *territórios abertos*, pois se situam entre o privado e o público, a partir do uso de seus recursos e da maneira pela qual, não um agrupamento humano, mas diversos grupos sociais com o mesmo interesse, podem estabelecer regras ou leis internas de conduta que garantem ao mesmo tempo o uso e o controle dos recursos, apesar de verificarmos também o contrário em casos mais específicos. Contudo, em seu aspecto mais fundamental, a territorialidade humana produz um leque amplo de expressões sociais de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais.

Alguns desses pesqueiros são constituídos por áreas que incluem lajes de pedra, praias, pontas de ilhas, costas, etc., servindo também como pontos de demarcação no uso desses recursos pelos pecadores, colocando em movimento suas percepções. Para Maldonado (2000), a pesca é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para a ordenação dos homens nos espaços sociais, mas também para a organização da própria produção e para a reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos quanto em termos simbólicos.

Desse modo, os pescadores conhecem pontos no rio onde determinadas espécies são encontradas, e, em função do aspecto seletivo da pesca, diferentes técnicas são usadas para a captura de determinadas espécies, assim como os pontos de pesca são em geral direcionados à captura de determinadas espécies. Esses pontos são reconhecidos pelos pescadores por meio de referências aquáticas ou terrestres (Figura 1) (BEGOSSI, 2004).

Buscamos pensar na localidade *Costa do Pesqueiro II* enquanto um espaço que possui um território definido pelas comunidades e que possui, de maneira compartilhada, outros territórios, como os da pesca que ora apresentam-se *abertas* – os rios e os denominados *pesqueiros* – ora *fechadas* – os lagos (Figura 2), e outros recursos mais de uso das comunidades locais.

Figura 1 Pesca comercial realizada no rio principal, Solimões, onde os apetrechos utilizados na captura dos grandes bagres diferenciam-se pela amplitude da captura, como o uso de *redes de arrasto* com o tamanho equivalente a 300 metros. *Fonte*: Pesquisa de campo, 2009.

Figura 2 Pesca realizada nos grandes lagos localizados ao entorno das comunidades ao longo da Costa do Pesqueiro, geralmente apropriado pelos moradores em regime de uso comum para subsistência, diferenciando-se da pesca realizada

Dentre os elementos que marcam as comunidades da Costa do Pesqueiro II estão o sentido de pertença e as representações de uso dos recursos. O mundo construído da cosmografia camponesa da várzea abarca um apanhado complexo de imagens, sentimentos, sensações e interpretações. Nesses fatores também verificamos a dimensão material da vida, compreendendo que as comunidades da Costa do Pesqueiro II são marcadas pelas manifestações e percepções do lugar enquanto espaço físico – um lago, uma praia, uma restinga, um igapó são elementos constitutivos que contribuem para esse processo, como é possível verificarmos nos mapas mentais. Neste sentido, sugere a ideia de aproveitamento múltiplo dos recursos disponíveis com as dimensões de autoafirmação e transformação dos espaços (Figura 3).

Dentro desse contexto, também podemos verificar que o sentido de autoafirmação entre pescador, ambiente de pesca e sua comunidade são de suma importância, pois revelam fatores bastante singulares que fazem com que, antes de tudo, os lugares onde se estabelecem as relações sociais necessárias para a produção da vida sejam marcados pela percepção, a ação, o discurso e o pensamento. Estes, em primeiro lugar, devem ser vistos, ouvidos e lembrados, e, em seguida, transformados, *coisificados*, em algum tipo de registro, seja ele simbólico ou documental. Para Arendt (2000), todo o mundo factual dos negócios humanos depende em primeiro lugar da presença de outros que tenham visto e ouvido e que se lembrarão, e, em segundo lugar, da transformação do intangível na tangibilidade das coisas.

Figura 3 Placa de identificação da comunidade Nossa Senhora das Graças. Situa-se no centro da comunidade e apresenta elementos importantes: as instituições presentes, a religiosidade da comunidade, o time de futebol (aspectos relevantes da sociabilidade comunal), a localidade e sua relação com o mundo da pesca. *Fonte*: Rapozo, 2007.

Os pontos de pesca e as denominações das localidades funcionam como demarcações dos territórios pesqueiros. As demarcações são reproduzidas pelo mundo do trabalho e pelo uso social dos recursos, o que possibilita de maneira concreta a constituição do mundo pelo espaço repleto de significados pertencentes à cosmografia da várzea e da pesca dos moradores das comunidades. A partir dos mapas mentais elaborados pelos moradores de uma comunidade da Costa do Pesqueiro II, é possível verificarmos como esses fenômenos são pensados e reproduzidos pelos pescadores na constituição imagética de um modo de vida que apresenta um mundo muito complexo e repleto de simbolismo, que articula a lógica e a simbologia do mundo da pesca.

O significado do mundo que constitui as representações dos espaços destinados ao uso dos recursos pesqueiros é tão complexo quanto sua delimitação física. As demarcações dos lugares, o sentido diferenciado dado pelos elaboradores dos mapas mentais, os próprios pescadores das comunidades, o simbolismo da paisagem natural convertida em território pelo saber cartográfico construído na prática, no ato de pescar diariamente, são dotados de uma complexidade que só pode ser compreendida por aqueles que possuem o domínio do conhecimento empírico que delineia o mundo da pesca, o mundo vivido das comunidades locais (Figura 4).

A *indivisão* do mundo vivido e do mundo reinventado no trabalho da pesca é o fundamento essencial para o equilíbrio econômico e moral do mundo rural da várzea, cuja relação com o meio é de usufruto e não de posse, em que os rios e lagos são pensados como patrimônio comum, seja de uma ou de várias comunidades, pois sabem que deles dependem para seu sustento (Figura 5).

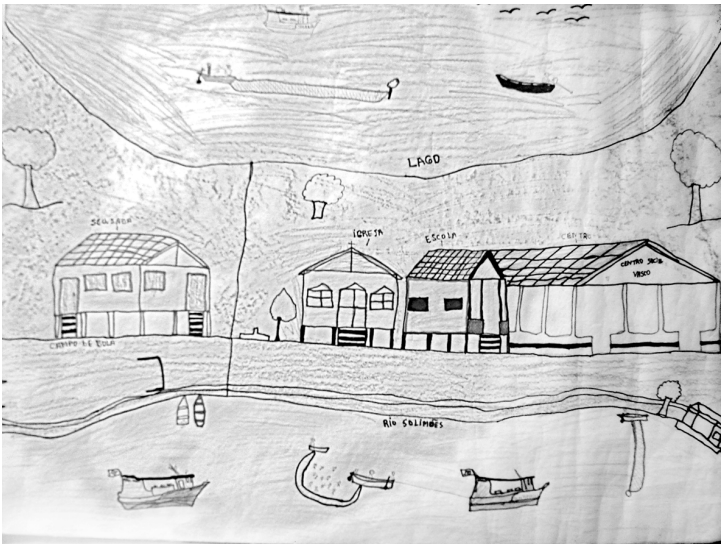


Figura 4 Desenho elaborado por pescador local. Na figura aparece o rio Solimões, a comunidade e, ao fundo, o lago Tamanduá. Todos os territórios de pesca *pertencem* à comunidade como espaços destinados à atividade pesqueira. *Fonte*: Pesquisa de campo, 2008.

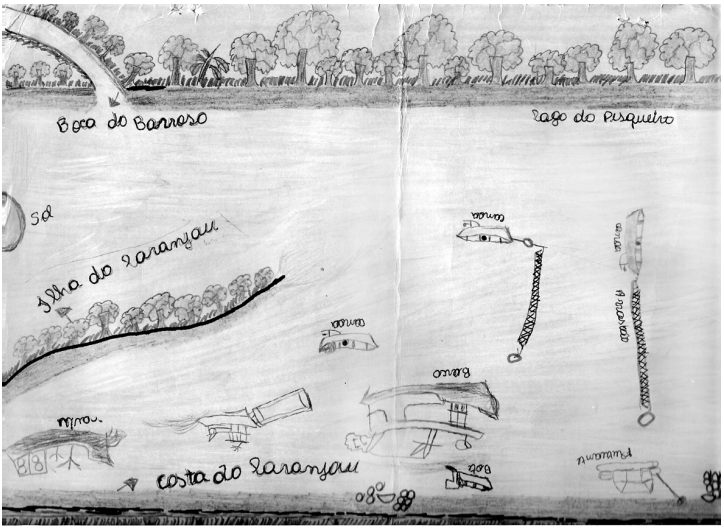


Figura 5 Ponto de pesca denominado de Costa do Laranjal. Aparecem como um referencial importante da pesca as embarcações e os *lanços* com as redes de arrasto, que significam a concepção da atividade pesqueira voltada para a comercialização, mas, sobretudo, demarcam os territórios de pesca dos barcos no rio Solimões. *Fonte*: Pesquisa de campo, 2008.

As formas específicas e predominantemente simbólicas em sua expressão de apropriação dos ambientes de pesca, suas formas de percepção, de uso e de divisão arrastam consigo outras noções e comportamentos sem os quais a produção pes-

queira e a reprodução dos pescadores estariam inviabilizadas. O aprofundamento da análise sobre o espaço que antecede e precede o mundo constitutivo dos pescadores considera outros traços sociais fundamentais que também são específicos à pesca, como a divisão do trabalho, a tradição, a família, a modernização e a mudança (MALDONADO, 2000).

Territórios pesqueiros e conflitos sociais da pesca

A captura dos *peixes-lisos* ou *bagres,* bastantes comercializados no local, revela a exploração considerável em relação aos outros peixes na região estudada. A dimensão de descarte ou de exploração, com a frequente diminuição de espécies que conseguem bom preço no mercado da pesca, representa, também, o reflexo dessas contradições. O conflito no uso desses territórios é um exemplo encontrado nas afirmações dos pescadores da comunidade no sentido de apropriação social dos recursos pesqueiros através dos mecanismos de controle ao acesso a determinados lugares onde a pesca é desenvolvida, demonstrando deste ponto de vista que o uso social dos lagos e rios da região são demarcados conforme a ação social dos grupos presentes. Neste caso, o destino da pesca, entre comercialização e subsistência, conduz o panorama dos processos históricos de territorialização dos ambientes e recursos disponíveis. Contudo, a dimensão que leva à definição e transformação de espaços em territórios pelos grupos sociais que os usufruem não é marcada por condições harmoniosas, revelando o conflito e o modo de uso dos recursos pesqueiros.

Tomando alguns pontos de pesca considerados importantes entre os pescadores da Costa do Pesqueiro verificamos como o conflito no processo de uso dos recursos é uma variante da constituição social e histórica da atividade da pesca no local e a maneira como reflete as transformações socioeconômicas na região, sobretudo condizente com a transformação da pesca enquanto trabalho profissional. Os pontos de pesca denominados *Costa do Laranjal* e *Lago do Tamanduá* são exemplos de contrastes que revelam o uso dos recursos pesqueiro e as relações estabelecidas entre os agentes envolvidos. Nos discursos encontramos a preocupação com os problemas que envolvem a pesca e a importância dessa atividade para os moradores.

No caso do *Lago do Tamanduá,* a preocupação com as relações estabelecidas no uso desse ambiente demonstra a história dos conflitos, muitas vezes através de agressão e violência física, e também a descrença dos moradores em relação à possibilidade de mudanças e até de crise com o desgaste dos recursos pesqueiros.

> "(...) há um estrago nos lago hoje, e por causa disso houve até ameaça de morte (ocorrida em 2005, segundo o entrevistado). Nós reivindicava por causa desse lago aí (lago do Tamanduá), por causa da documentação dele (...). Eu juntei a turma e levei lá num dia que teve um problema, só que o cara lá tava com uma espingarda e queria atirar em nós (...) desde desse dia pararam a inter-

venção do lago (...) acho que os lagos tudo vão se acabar! O lago é importante demais porque é dele que a gente sobrevive na época de seca, mas o pessoal faz baderna lá" (pescador e morador da comunidade local).

Muitas vezes, do conflito fazem parte agentes exteriores que acirram a disputa pelo uso dos recursos. Em Nossa Senhora das Graças, comunidade localizada na Costa do Pesqueiro II, a pesca no lago Tamanduá é conflituosa por uma particularidade muito característica. A comunidade utiliza o lago para a obtenção de alimento na maioria dos períodos sazonais, mas o lago também é usado por outros agentes, neste caso, pescadores de outras comunidades que, sem a autorização dos moradores, realizam no lago arrastões com grandes redes para pesca comercial. Essa prática revela, na fala dos moradores, uma preocupação latente com a própria legitimidade de uso do território do lago ao mesmo tempo em que caracteriza os *de fora* como agentes de conflito no processo de apropriação dos recursos.

"(...) o lago (referindo-se ao Lago do Tamanduá) tá faltando preservar, porque em as crianças né, elas precisam comer, tá faltando uma união muito grande, tem gente daqui que levava os outros pescadores de outras comunidades, do Manaquiri (município vizinho) pra pegá peixe aqui (...) existem muito problema de comida. E às vezes num tem peixe, e a gente não se une, nós lutava de primeiro, mas hoje não, tem mais de 8 anos atrás, antes era bom (...) você pegava todo tipo de peixe, agora você vai lá no lago e só pega aqueles bodó magro (...) deveria haver uma fiscalização melhor pra preservar os peixes pequenos, porque todo ano estraga" (pescador e morador da comunidade).

"(...) lá no lago é um problema, os pessoal do Manaquiri (município vizinho a Manacapuru) entram no Tamanduá pra pescar e o lago é pra despensa, tem problema, eles acham que num pode proibir, mas a gente qué porque é bom pra nós (...) nós tem filho, né? Eles precisam comer" (pescador e morador da comunidade local).

Sobretudo, a fala dos moradores locais expressa a particularidade do uso do lago, mas explicita também a relação com o território vivido e pertencente ao modo de vida em Nossa Senhora das Graças. O lago pode ter uma dimensão comercial para agentes externos à comunidade, mas para os moradores representa a delimitação da comunidade, a história de vida associada à apropriação e transformação do espaço em comunidade, a associação com a reprodução material da vida, enfim, levando a elementos muito além da comercialização e trazendo para si a representação do lugar de vida.

No caso da *Costa do Laranjal*, pelo fato de a pesca ser exercida no rio e sem a delimitação visível de uma comunidade – apesar de existir uma comunidade que se identifica com o lugar –, o conflito se dá pelas regras de uso e pelo maior número de pescadores que identificam a área como um importante ponto de pesca.

> "(...) a pesca aqui na frente da comunidade num é muito boa não, mas pra outras áreas como lá no Laranjal é bom... lá é bom de fera" (pescador e morador local).

Nas afirmações dos agentes envolvidos verificamos os elementos que apontam para o desgaste dos recursos pesqueiros associado ao conflito e à identificação dos pescadores de outras comunidades.

> "(...) lá no Laranjal eu já vi mais de 100 lanço, lá tinha conflito uns três anos atrás porque o pessoal do IBAMA foi lá com eles" (pescador e morador da comunidade).
>
> "(...) onde nós pesca sempre tem conflito com o pessoal da comunidade do pesqueiro aqui de perto, eles sempre querem impedir nós de pescá lá no Laranjal" (pescador e morador local).

A dimensão do conflito revela a apropriação dos recursos pesqueiros e a competição comercial que se apresenta muitas vezes de maneira nem um pouco amistosa, apenas tolerável, segundo os pescadores das comunidades da *Costa do Pesqueiro II*. A compreensão desse fenômeno mostra também os interesses pessoais das comunidades no aproveitamento dos recursos, principalmente nos períodos de maior relevância para a captura do pescado: na vazante e na seca.

> "(...) na época da seca tem muita ambição, todos querem mandar, é que na seca num dá pra pescá aí na frente (da comunidade) e tem que ir pra lá (Costa do Laranjal) e eles (os moradores e pescadores do local) ficam com raiva" (pescador e morador local).

O uso dos recursos pesqueiros apresenta uma diversidade de informações que nos possibilita pensar o mundo do trabalho da pesca considerando a percepção e o saber construído na prática da atividade pesqueira. Os espaços de uso comum dos recursos que possibilitam a produção e a reprodução da vida material e simbólica nas comunidades do baixo rio Solimões compreendem a representação dos territórios da pesca como territórios ressignificados pelo mundo ordinário; estes são mantidos e (re)construídos pelo *habitus* comunitário, na formação de um *ethos*, ou seja, de um modo de vida que impulsiona a ação coletiva.

A construção social dos territórios de uso das comunidades enquanto pontos de pesca ou *territórios abertos* está relacionada não apenas às condições naturais/biológicas, mas, sobretudo, às condições sócio-históricas. Neste sentido, para que os pescadores tenham acesso aos recursos disponíveis nos ambientes aquáticos é preciso considerar a organização social do trabalho, as implicações nas relações sociais internas dos grupos de trabalhadores da pesca, a apropriação racional e social dos recursos naturais, a dimensão cultural do imaginário que constitui a pesca, a relação entre a pesca e o mercado de pesca inserido no modo de produção capitalista desenvolvido na Amazônia, os apetrechos que otimizam a captura para a comercialização e os projetos de desenvolvimento econômico e político adotados

em condições históricas situadas e datadas que repercutem no modo de vida do camponês amazônico.

A pesca como uma das dimensões da realidade social das comunidades amazônicas marca historicamente as atividades desenvolvidas pelos grupos sociais rurais locais desde o período anterior à colonização. A importância de seu desenvolvimento e aperfeiçoamento através dos pescadores e habitantes das várzeas e terras firmes da região demonstra a capacidade de articulação de um modo de vida muito singular, em que o domínio do saber prático se movimenta considerando a dinâmica da vida que ocorre nos rios da Amazônia, na sazonalidade dos períodos hidrológicos e nas transformações que atendem aos interesses dos homens como agentes sociais interessados que se apropriam dos recursos pesqueiros.

O uso dos ambientes identificados como territórios pesqueiros entre os trabalhadores da pesca apresentam-se preponderantemente como finalidade comercial – apesar de demonstrarmos a importância da finalidade de subsistência da pesca. Constatou-se um modo particular e significativo da representação demarcada desses locais, verificamos e identificamos os conflitos que pertencem à dimensão de apropriação social dos recursos pesqueiros através dos rios e lagos destinados à captura do pescado. As relações sociais de produção implementadas na pesca podem ser compreendidas através do desenvolvimento das tecnologias utilizadas que, sobretudo, são reflexos marcantes das políticas econômicas adotadas na inserção do modo de produção capitalista na Amazônia por meio da atividade pesqueira, gerando como um desses fatores os processos de territorialização e demarcação de espaços da pesca comercial.

A construção da vida no mundo rural amazônico considera esses fatores a partir da diversidade dos ambientes e da sociodiversidade cultural, em que é possível pensar que, nas atividades produtivas desenvolvidas no mundo rural, a dimensão da indivisibilidade entre trabalho e vida é exercida de maneira não comparável com as da sociedade envolvente, pois possui nuanças muito além das por nós imaginadas. Para as sociedades rurais amazônicas, todas as atividades exercem função importante e complementar no processo de reprodução dos meios de existência, fazendo parte de seu mundo vivido. O uso dos saberes locais se reproduz de múltiplas formas perante a sazonalidade dos ciclos hidrológicos e, neste caso, refletem a plasticidade de apropriação dos recursos aquáticos, delineando os espaços estabelecidos para utilização desses ambientes de acordo com as possibilidades de uso.

A importância de associar o processo de territorialidade com a dimensão do mundo vivido possibilita compreender as representações dos territórios sociais e das formas de uso dos recursos como um elemento pertencente à reprodução material e simbólica do mundo, que ordinariamente é construído e (re)significado constantemente, de maneira *estruturada* e *estruturante*. Essas informações delineiam a importância de identificar, nos territórios da pesca, a viabilidade de elucidar-

mos os conflitos e, portanto, desvelar a compreensão das regras estabelecidas no uso dos recursos, e, assim, sugerir propostas de gestão participativa dos pontos de pesca nas localidades onde existem essas situações.

O uso dos recursos ictiofaunísticos associado à prática da pesca se dá pela mediação da produção de territórios a partir da racionalidade de apropriação dos espaços e da lógica de comercialização para além da subsistência. Essa dimensão se relaciona através de outra ótica acerca dos modos de produção e dos recursos naturais, o que traz a possibilidade de verificarmos que a pesca não deixa de estar inserida na subordinação do capital. Esses direcionamentos fazem com que as atividades pesqueiras dos moradores das comunidades rurais mantenham relação diferenciada com a natureza social da pesca a partir de suas atividades voltadas para as finalidades comerciais. E, sobretudo, aproximam a comercialização ao contato com o mercado e com a (re)significação dos territórios de pesca, em territórios onde a pescaria pode ser exercida de forma predatória se não houver controle interno entre os agentes envolvidos.

Neste sentido, a pesca e os ambientes destinados à captura do pescado deixam de ser não só fonte de simbolização e significação de vida, suporte e potencial da riqueza material e espiritual dos povos, mas também acabam se convertendo em fontes de matéria-prima valorizadas pelo mercado que, por sua vez, reproduz a inserção do modo de produção capitalista na Amazônia através da acumulação do Capital em escala mundial combinada e desigual.

Desta forma, a atividade pesqueira revela elementos importantes que traduzem sua situação atual. As políticas de desenvolvimento econômico inseridas na Amazônia através de grandes modelos internacionais adotados anunciavam o discurso desenvolvimentista como estratégias de reacomodação do capital inserido na região. Este processo que levou à crise da administração nacional dos recursos naturais renováveis se transformou em crise ambiental, sempre desconsiderando e marginalizando as minorias através dos projetos políticos que não atendiam a uma demanda real das situações encontradas, refletindo-se, sobretudo, nas condições de subordinação ao mercado da pesca comercial, na disputa cada vez mais acirrada de captura e comercialização do pescado e na produção de territórios destinados à pesca comercial, gerando conflitos e tencionando as relações entres os grupos sociais locais e de fora da região.

O discurso implementado pelo modo de produção capitalista na Amazônia traduz uma reflexão que, de fato, negou a incompatibilidade entre ambiente e crescimento, considerando que na perspectiva dominante os problemas ecológicos não surgem como resultado da acumulação do Capital, nem por falhas no Mercado, mas por não se haver atribuído direito de propriedade e preços aos bens comuns (LEFF, 2000), no entanto, o discurso carrega elementos opostos entre a falácia do desenvolvimento sustentável e as condições de crescimento por não evidenciar o conflito. Neste sentido é compreensível que, enquanto a incorporação da nature-

za ainda for instrumentalizada pela ampliação do capital com vistas de calculabilidade monetária, enquanto negar a oposição, a contradição e a diferença às alternativas ecológicas e socialmente justas opostas à estrutura econômica vigente, os discursos continuarão reproduzindo-se.

Para tanto, pensar relacionalmente a constituição histórica da pesca e a produção de territorialidades e o sentido dado à dimensão do conflito pela mediação, controle e acesso aos recursos disponíveis é considerar os mecanismos de reprodução simbólica dos territórios pesqueiros. A dimensão social dos conflitos destina-se à compreensão de um mundo que insere apenas aqueles que possuem seus domínios, a relação com os pontos de pesca é marcada pela predisposição da sociabilidade mínima entre os pescadores, sejam harmoniosas ou conflituosas. Elas indicam um domínio aberto dos territórios da pesca, onde existem leis de uso. Umas delas é o autorreconhecimento e o reconhecimento do outro *de fora* ou *de dentro* que se legitima perante o sentimento de pertença, e está diretamente articulado com a indivisão do mundo sensível e material pertencente à vida loca. A pesca representa mais do que uma atividade que garante a reprodução da vida, ela se apresenta como uma das representações da própria vida, da realidade vivida cotidianamente pelos moradores/trabalhadores das comunidades locais.

Os processos de territorialidade dos espaços de uso dos recursos pesqueiros traduzem-se no sentido de *uso comum* quanto às representações simbólicas e materiais destinados a reprodução do modo de vida local através da subsistência, contudo, revelam-se desiguais em seu propósito de apropriação quanto à atividade da pesca comercial, delineando-se como um dos reflexos das transformações socioeconômicas desempenhadas em conduzir o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Amazônia. Para os grupos sociais rurais da Amazônia, a racionalidade no uso dos recursos permeia a utilização dos espaços, territórios e lugares de vida, compreendidos através dos saberes locais e das representações que consolidam suas afirmações identitárias. Essa dimensão conflui para a predisposição das atividades produtivas em seu mundo compartilhado nas relações sociais e na reprodução material e simbólica dos seus meios de vida. Esses fatores, tão importantes e singulares, somente nas últimas décadas estão sendo vistos como legítimos para pensar o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis e, assim, criar soluções alternativas e estratégicas que possibilitem modelos heterogêneos de apropriação, gestão participativa e parcimônia equitativa no uso dos recursos naturais.

Referências bibliográficas

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BATISTA, V. S. et. al. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Coord.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2004.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec; NEPAN/Unicamp; NUPAUB/USP; FAPESP, 2004.

DIAS, E. M. **A ilusão do fausto. Manaus 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, L. G., LEITÃO W; MELLO A. F. (Org.). **Povos das águas**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi/Coleção Eduardo Galvão, 1994.

IANNI, O. Dialética da Globalização. In: IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEFF, E. Estratégias do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável: racionalização do capital ou reapropriação social da natureza. In: LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: FURB. 2000.

LITTLE, P. C. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002.

LOUREIRO, V. R. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia brasileira aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, M. J. J. (Org.). **Sociologia na Amazônia**: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA, 2001.

MALDONADO, S. C. A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, A. C. **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2000.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. 1985. Dissertação (Mestrado), UFPA, Belém.

MELLO. A. F. Pescadores da indústria. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO W.; MELLO A. F. (Orgs.). **Povos das águas**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi/Coleção Eduardo Galvão, 1994.

MINDLLIN, B.; LAFFER. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectivas, 1970.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. São Paulo: Papirus, 1990.

PEREIRA, H. S.; SOUZA, D. S. R.; RAMOS, M. M. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, T. J. P; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI. A. C. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas:** modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

RUFFINO, M. L. **Gestão dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

SILVA, M. C. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: EDUA, 2002.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro: Livrara Alves, 1985.

Capítulo XII

Da Busca de Seus Direitos à Efetivação: o caso dos agentes comunitários de saúde de Ribeirão Preto

Fernanda Flávia Cockell

Introdução

A progressiva expansão da Estratégia da Saúde da Família (ESF) no Brasil é ilustrada pelos números recentes disponibilizados pelo Sistema de Informação da Atenção Básica. Dados de 2009 mostram que mais de 234 mil Agentes Comunitários de Saúde (ACS) trabalham em todo o país, com uma estimativa de cobertura superior a 115 milhões de pessoas, cerca de 60% da população brasileira (BRASIL, 2009).

Os ACS atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) há dezoito anos realizando a interface entre comunidade e profissionais de saúde, aliando em sua atividade de trabalho as dimensões "saber-fazer" – domínio prático – e "saber-conhecer" – domínio cognitivo (BRASIL, 2004). Segundo Nunes et al. (2002: 1640), há um movimento "bidirecional dos agentes", pois, ao mesmo tempo em que instruem a população sobre "modos de fazer estabelecidos pelo sistema médico oficial", fornecem aos profissionais de saúde "elementos-chave para a compreensão dos problemas de saúde das famílias e das necessidades da população".

Inicialmente, os ACS eram vinculados ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e, anos mais tarde, passaram também a fazer parte do Programa de Saúde da Família (PSF), criado no país em 1994. Desde então, os ACS são "selecionados a partir do capital social que dispõem", pelo pertencimento à comunidade, o que facilitaria os objetivos do PAC e do PSF. A existência desse capital social permite aos ACS estabelecerem relações de confiança e reciprocidade, pertencimento e familiaridade com os problemas da comunidade, fundamentais para o êxito do modelo de Atenção Básica (AB). Tais características corroboram com as campanhas preventivas promovidas pelo Ministério e Secretarias de Saúde, nas atividades de promoção de saúde, bem como no cadastramento domiciliar, na realização de ações dirigidas aos problemas de saúde de maneira pactuada com a comunidade onde atuam, no cuidado dos indivíduos e das famílias e na postura proativa perante os problemas de saúde-doença da população (LIMA & MOURA, 2005; BRASIL, 2009).

Entre os cientistas sociais, o conceito de capital social não é homogêneo (BOURDIEU, 1998; COLEMAN, 1988; PORTES, 1998; PUTNAM, 1995), mas

vem sendo empregado para demonstrar a "importância das redes sociais informais na construção de relações sociais e de formas de sociabilidade nas quais interesses pessoais e coletivos se imbricam (LIMA, 2001: 46). Para Bourdieu (1998), o capital social é um conjunto de recursos (atuais ou potenciais) ligados à posse de uma rede de relações duráveis, mais ou menos institucionalizadas, em que "os agentes se reconhecem com pares" ou "vinculados a determinados grupos". De maneira semelhante, Lima (2001: 46) considera como o "conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos ou indiretos, sendo determinante na compreensão da ação social".

Em virtude das peculiaridades dos contratos de trabalho e das exigências de capital social para o desempenho da ocupação, os ACS são considerados por Lima e Moura (2005) trabalhadores atípicos. Nesses termos, acreditamos que, de acordo com a forma de inserção do ACS no PSF e no PACS (seleção pública, concurso simplificado, indicação, seleção popular) e o tipo de relação de trabalho estabelecido (formal ou informal, celetista ou estatutário, terceirizado ou funcionário público, temporário ou estável), possam existir singularidades e idiossincrasias no trabalho "bidirecional" do ACS, modificando a forma como esse ator desempenha seu papel de mediador entre a comunidade e a equipe de saúde.

A vinculação institucional dos Agentes Comunitários de Saúde

Atualmente, a ESF encontra-se no final da fase de "consolidação e expansão planejada". Iniciada em 2003, com vigência prevista até 2010, quando termina o Projeto de Expansão e Consolidação da Família (Proesf), esta fase tem por foco principal a conversão do modelo de AB à saúde nas cidades de grande porte. Tal estratégia está pautada na baixa cobertura da ESF nas cidades com mais de cem mil habitantes, a despeito da grande concentração da população brasileira nesses municípios (HEIMANN & MENDONÇA, 2005; VIANA et al., 2006).

Podemos afirmar que essa fase de expansão da ESF vem sendo acompanhada por mudanças legais na forma de seleção dos ACS ocorridas após a Lei nº 10.507/10 de julho de 2002 (BRASIL, 2002), que legitima a profissão dos ACS e, principalmente, com a publicação posterior da Lei 11.350/06 (BRASIL, 2006a) e da Emenda Constitucional (EC) nº 51/06 (BRASIL, 2006b), que determinam as atividades dos ACS e dos Agentes de Combates de Endemias (ACE) e dispõem sobre o processo de seleção pública desses profissionais.

Nas fases antecedentes, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal dos municípios, a gestão do programa ficava a cargo de entidades privadas como OSCIP e ONGs, responsáveis pela seleção e contratação dos ACS, bem como pela administração das equipes e Unidades de Saúde da Família (USF), conferindo, segun-

do Heimann e Mendonça (2005), maior flexibilidade à contratação de pessoal e expansão de serviços. Como resultado direto, os ACS eram contratados sob vínculos diversos, extremamente precários, permanecendo num contexto de vulnerabilidade social, uma vez que a maior parte não tinha acesso a direitos vinculados ao contrato de trabalho regular (LIMA & COCKELL, 2008).

A vinculação institucional dos ACS é um dos principais desafios enfrentados pela ESF. Com a aprovação da Lei nº 10.507/02, a profissão passou a ser regularizada pelo governo federal, contudo, a regulamentação não significou, neste primeiro momento, o reconhecimento de direitos que dependem da natureza jurídica da contratação, o que redirecionou a discussão para as possíveis formas de contratação.

O processo de desprecarização das relações de trabalho do ACS ganha fôlego somente após a publicação, em 14/02/2006, da EC n º 51/06. Tal emenda dispõe sobre os ACS, acrescentando os §§ 4º, 5º e 6º ao artigo 198 da Constituição Federal. Amparado pela EC nº 51, a Lei nº 10.507/02 é revogada, sendo convertida na Lei nº 11.350 de 5/10/2006, reproduzindo quase na totalidade a Lei anterior e acrescentando artigos referentes à contratação dos agentes por meio da criação de empregos públicos.

Após a promulgação da EC nº 51/06, os ACS passam a ser contratados diretamente pelos municípios, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal. Neste caso, o Poder Público Municipal deve respeitar os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre as principais mudanças destaca-se a obrigatoriedade de contratação no serviço público mediante processo seletivo de provas ou provas e títulos que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Santos (2008: 21) explica que a lei optou pela expressão **processo de seleção pública** e **não concurso público**, com o intuito de atribuir um significado diferente, criando uma "espécie do gênero concurso", atribuindo maior simplicidade e agilidade à seleção pública de servidores. Para autora, os ACS deverão ser contratados, sob regime da CLT, não sendo nomeados para cargo público, sob regime estatuário.

Com a eliminação de pessoa jurídica interposta para a contratação dos agentes, o reconhecimento do vínculo de emprego dos ACS contratados anteriormente à promulgação da emenda somente ocorrerá quando contratados "a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação". Nestes termos, cada município deve aprovar a Lei Municipal criando os cargos ou empregos públicos de ACS no seu quadro da Administração Direta, para então efetivar os Agentes já concursados e em exercício no município (se anteriormente selecionados) e, depois, realizar o processo de seleção pública para provimento de novos cargos e/ou empregos, conforme o caso.

Objetivos e percursos metodológicos

Diante do processo de desprecarização dos vínculos de trabalho, este capítulo tem por objetivo analisar o processo de efetivação dos ACS do município de Ribeirão Preto. Pretendemos verificar como os ACS contratados por entidades privadas, anteriormente à Lei nº 11.350/06 e EC nº 51/06, vivenciam os conflitos e incertezas do processo de regulação. Procuramos ainda compreender as dificuldades enfrentadas e os caminhos percorridos até a efetivação desses trabalhadores.

Cabe aqui destacar que esta pesquisa é parte de um projeto mais amplo de *pós-doc* FAPESP[1], desenvolvido nos municípios de São Carlos e Ribeirão Preto. Para atingirmos os objetivos específicos deste capítulo, realizamos extensa revisão bibliográfica sobre o tema e pesquisamos na *internet* relatos de casos sobre a efetivação dos ACS em vários municípios do país. Levantamos os artigos publicados nos jornais do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, nos comunicados da Câmara Municipal e nos jornais impressos e digitais da região.

Foram entrevistados nove ACS do município: o Sr. Noedivaldo Bernardino (presidente da Seccional da Saúde do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto), o advogado Dalmo Mano (representante dos ACS e assessor jurídico do vereador Jorge Parada) e cinco ACS integrantes da comissão de trabalhadores[2] que nos contaram sobre o Inquérito Civil nº 1119.1.964.2/07. Para preservar o anonimato, os nomes citados no texto, com exceção dos membros da comissão de trabalhadores, são fictícios.

O processo de desprecarização do trabalho dos ACS

Os municípios de Ribeirão Preto (563.107 hab./IBGE, 2009) e São Carlos (220.463 hab./ IBGE, 2009), localizados no interior de São Paulo, encontram-se em etapas distintas de cumprimento das exigências contidas na Lei nº 11.350 e na EC nº 51, ambas de 2006.

Em São Carlos, o ex-prefeito Newton Lima comunicou em 17/04/2007 a contratação, de forma permanente, dos ACS como celetistas (CLT), com três anos de regime probatório (término previsto para 11/07/2010). De acordo com o ex-prefeito, por orientação do Ministério da Saúde (MS), a Prefeitura já havia regularizado a situação dos agentes de saúde, até então contratados sem nenhum tipo

1. *O trabalho dos ACS e suas múltiplas formas de inserção* (Pós-doutorado – FAPESP 2008/57026-3).
2. A comissão de trabalhadores foi composta pelas ACS: Elaine Miranda, Eliane Miranda, Fernanda Carla, Maria Helena, Sônia Regina (UBS Vila Albertina), Rosimeire da Costa (UBS Presidente Dutra), Rosemary Cabral como suplente (UBS Jardim Juliana) e uma representante de cada uma das UBS.

de processo[3] e de forma precária e irregular[4]. O ex-prefeito explicou que, ao tomar a decisão de realizar a parceria com a OSCIP, foi criticado, uma vez que os ACS precisaram passar em 2005 por um processo seletivo, entretanto, segundo ele, caso não tivesse tomado aquela decisão todos os ACS teriam de ser demitidos após a promulgação da EC nº 51/06 (SÃO CARLOS, 2007).

Na época, o vereador Lineu Navarro apoiou a luta dos ACS por melhores condições de trabalho. De acordo com o depoimento da ACS Mariana, ela procurou por conta própria vários políticos porque "achava certo lutar por um direito seu que não era reconhecido", porém, apenas "o Lineu Navarro abraçou a nossa causa". Conforme nos relatou, em janeiro de 2007, o vereador solicitou que ela realizasse um levantamento das cidades que já tinham "acatado a lei e efetivado os ACS", e ele "teve a grandeza" de ir pessoalmente a algumas cidades para averiguar os trâmites do processo e a legitimidade das efetivações realizadas.

Vale ressaltar que tal medida não beneficiou todos os ACS do município de São Carlos, pois, em janeiro de 2004, os ACS em atuação foram chamados para uma reunião e comunicados que deveriam comparecer ao trabalho no dia seguinte só para pegar seus pertences. A partir daquela data, foram dispensados sob o argumento de que "uma ação movida por alguns vereadores tinha sido aceita pelo juiz e a Prefeitura nada mais poderia fazer", e que em breve seria aberto um novo Processo Seletivo, o que só aconteceu mais de um ano depois. Sendo assim, podemos afirmar que parte do capital social acumulado pelos ACS foi perdida nesse processo de regularização, uma vez que alguns ACS não preenchiam os novos critérios de seleção. Em outros casos, mesmo preenchendo os critérios do Processo Seletivo, não conseguiram se classificar para as vagas oferecidas em virtude da maior concorrência. Em uma das unidades pesquisada, somente dois ACS que trabalhavam desde 1997 se classificaram para as cinco vagas oferecidas pela OSCIP Miguel Magone, em 2005, e outra ACS apenas conseguiu passar na segunda seleção, ocorrida em 2008, mas ainda não foi chamada.

O novo processo seletivo público, realizado em 2008, foi organizado pela Prefeitura, respeitando os termos da Lei nº 11350/06. Atualmente, o PSF conta com 15 equipes de saúde da família e mais uma em fase de construção, tendo por meta atingir a cobertura de 50% da população durante a gestão do atual prefeito, Oswaldo Barba (SÃO CARLOS, 2009).

---

3. Até 2005, não havia critérios rígidos de seleção no município de São Carlos. Eram convidados a participar do PSF por "fazerem parte da comunidade" ou eram indicados, prevalecendo, neste caso, o popular "QI" (termo empregado para explicar a indicação por contato, ou seja, entrava no programa "Quem tinha Indicação").
4. Em 2000, após a posse do prefeito Newton Lima, as carteiras de trabalho dos ACS foram recolhidas e carimbadas com o temo "SEM EFEITO", o que para os ACS "é ilegal, mas pouco tinham a fazer".

> "Sou ACS de São Carlos, SP, posso afirmar que a união dos ACS aqui deu certo, hoje fazemos parte do quadro de funcionários públicos do município e temos um piso maior que o mínimo" (ACS Beth – depoimento disponível no InFórum).

Conforme o edital, o processo seletivo de 2008 terá validade de dois anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal de São Carlos. Cabe destacar que em várias localidades do Brasil, não sendo o caso de São Carlos, alguns processos seletivos vêm sendo excluídos, antes da data prevista, criando um quadro de instabilidade quanto à permanência na atividade:

> "Na cidade de Canoas, foi feito um processo seletivo simplificado em 2008, seguindo todos os tramites da Lei; se escreveram 1200 pessoas, passaram 205 e foram efetivados 171. Na troca do prefeito do PSDB e o prefeito do PT, fizeram politicagem, nos demitiram em fevereiro, alegando erro no concurso. Juntamos documentos durante 40 dias e entramos na Justiça contra o prefeito. Temos provas mostrando a idoneidade do nosso concurso, estamos esperando a resposta da Justiça, somos inocentes, provamos isso e queremos trabalhar. É um direito nosso" (Daniel).

Situação semelhante já havia ocorrido dois anos antes no município de Jandira. A única diferença entre os casos de Canoas e Jandira é que no exemplo acima a sucessão de governos era do PSDB para o PT e no caso a seguir a sucessão foi do PT para o PSDB:

> "Aqui em Jandira também houve um processo seletivo em 2006. Começamos trabalhar em 2007 e agora, na troca de prefeito entre PT e PSDB, fomos todos demitidos. O conselho de saúde juntou toda a documentação e entrou na Justiça, não tivemos resposta e foi aberto novo concurso" (Alessandra).

A aplicação da Lei Federal nº 11.350/06, muitas vezes, não é cumprida, tanto em relação à realização de processos seletivos públicos quanto no que tange ao piso salarial efetivo[5]. Tal afirmativa é legitimada por depoimentos de ACS em todo o país (INFÓRUM, 2009):

> "Sou agente de São Gonçalo e até agora não fomos efetivados, tudo continua como há oito anos atrás" (Fillipi).

---

5. Após ter sido votada em segundo turno na Câmara dos Deputados, no dia 15/12/2009, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 391/2009 foi votada em dois turnos e aprovada pelo Plenário do Senado Federal no dia seguinte. A PEC prevê, além da definição de um piso salarial para a categoria, diretrizes para os planos de carreira e a regulamentação das atividades de ACS e ACE. No dia 4 de fevereiro de 2010 foi promulgada a Emenda Constitucional 63 que altera o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, estabelecendo o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os planos de carreira e a regulamentação das atividades de ACS e ACE.

> "Sou ACS de Campo Grande e o nosso salário base é de apenas R$ 433,34, enquanto que em outras cidades é R$ 449, insalubridade e vale-transporte. Não recebemos esses dois últimos. Deveríamos ser mais valorizados" (Arminda).

Apesar de o governo federal transferir R$ 651 por mês a cada trabalhador da área, são inúmeras as reportagens que mostram que esse valor não é repassado aos ACS e, por vezes, é desviado por muitas prefeituras para fins diversos. Em 2009, o governo federal suspendeu mais de R$ 35 milhões para 2.922 municípios depois de descobrir duplicação de nomes de profissionais – ou mesmo equipes inteiras "clonadas" – e outras irregularidades. Além do repasse para o pagamento do salário dos ACS, a União destina aos municípios, por cada equipe do PSF, R$ 6,4 mil a 9,6 mil, de acordo com a população atendida (RIZZO, 2009):

> "Os 'clones' de médicos, enfermeiros, dentistas e agentes estão espalhados pelo país. Em algumas cidades, os números chamam a atenção, como em Lauro de Freitas (BA), onde o ministério encontrou 21 nomes de ACS duplicados e 3 equipes da Saúde da Família. Em Fortaleza (CE), o número é ainda maior: 39 ACS, 7 equipes do PSF e 4 de saúde bucal. Em Vilhena (RO), 52 ACS estavam com cadastro irregular. A Prefeitura de Castanhal (PA) também registrou 36 ACS clonados. Em Guarulhos (SP), 3 equipes de saúde apresentaram problemas e 23 ACS."

A luta por melhores condições de trabalho e pela desprecarização dos vínculos de trabalho ainda é prioridade para a categoria. Em alguns municípios, os ACS obtiveram a efetivação, contudo, em outros, a situação é ainda precária. Como exemplos positivos podemos citar o caso do Estado do Ceará, como primeiro Estado do Brasil a estadualizar os profissionais, o caso da Bahia, onde quase 90% dos ACS têm seus direitos trabalhistas assegurados e vínculo contratual regularizado, e o município paulista de Praia Grande, o primeiro a efetivar os ACS na região da Baixada Santista e na região do ABC. Segundo a ACS Elisângela, da cidade de Praia Grande, "há anos esperava a efetivação". Ela relata que sofria muito com a "instabilidade e sem saber se nosso contrato seria renovado. Agora com a efetivação temos mais segurança. Achei merecedor e estou muito feliz" (PG NOTÍCIAS, 2009).

Infelizmente, histórias como estas de valorização dos ACS ainda não são predominantes. Castro et al. (2004: 2) apontam que a precariedade dos contratos de trabalho ocasiona problemas para os ACS e para a gestão do trabalho. Ocorrem conflitos e incertezas e, principalmente, criam-se expectativas de regulação estatal.

O caso de Ribeirão Preto

Após quase dez anos de trabalho e de busca por seus direitos, os vereadores de Ribeirão Preto votaram a efetivação dos ACS, em sessão extraordinária na Câmara Municipal, no dia 23 de dezembro de 2009, aprovando a Lei complementar

nº 2.378, que "dispõem sobre a aplicação da EC nº 51, e a Lei Federal nº 11.350 de 2006, que trata da efetivação dos ACS" (RIBEIRÃO PRETO, 2009: 7).

O trabalho das ACS de Ribeirão Preto iniciou-se em maio de 2000. Na época, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) solicitou ao Ministério da Saúde a inclusão no Programa de Saúde da Família (PSF). Contudo, apesar do município não ter sido contemplado naquele momento com o programa[6], a SMS realizou, em abril de 2000, um processo seletivo para a contratação dos ACS, de acordo com as diretrizes do PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde). Os ACS selecionados foram contratados por meio de convênio com a Sociedade Beneficente Hospital Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto.

Nos anos seguintes, implantaram-se algumas USF na área de abrangência do Centro de Saúde Escola (CSE) Sumarezinho, por meio de convênio com a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FAEPA). Desde então, parte dos ACS dos municípios é contratada pela Santa Casa e parte pela FAEPA[7], todos em regime celetista (CLT), atuando, em sua grande maioria, pelo PACS em virtude do número reduzido de USF em funcionamento[8].

Em 2001, os ACS de Ribeirão Preto começam a se organizar em busca de melhores condições de trabalho e remuneração. Conforme nos relataram, alguns "agentes eram chefes de família e estavam passando necessidades financeiras com o salário que ganhavam". Segundo a ACS Isabela, naquela época o secretário de Saúde só iria recebê-los caso estes "tivessem uma representação legal". Após vários encontros ocorridos na SMS e na Câmera Municipal, os ACS orientados e apoiados pelo vereador Jorge Parada apresentaram novas sugestões, entre elas a necessidade de criar uma associação que os representasse:

> "Os ACS estiveram reunidos dia 8/05/2001 na SMS (...). Na pauta foram discutidas diversas reivindicações, dentre elas, as condições de trabalho e jorna-

6. A Estratégia de Saúde da Família foi habilitada no município em agosto de 2001 (Portaria no 1201) e em junho de 2003 iniciou o Projeto de Ampliação e Consolidação da Saúde da Família (PROESF). O projeto Ethos de Atenção à Saúde de setembro de 2003 e o Plano Municipal de Saúde 2005-2008 ratificaram a importância do trabalho dos ACS na rede de atenção básica.
7. Além da diferença relativa ao contratante, observamos que os benefícios recebidos variam de acordo com a área de abrangência do programa. Algumas das universidades que trabalham em parceria com SMS fornecem uma cesta básica mensal para os ACS das suas regiões, porém, nem todos os ACS têm acesso a tal benefício.
8. Em 2000, o município tinha por meta aproveitar as Unidades Básicas de Saúde (UBS) existentes, que seriam, gradualmente, transformadas em Unidades de Saúde da Família (USF). Entretanto, passados dez anos, grande parte das unidades permanece como UBS. De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, atuam como Agentes Comunitários 326 profissionais divididos entre 26 equipes nas UBS tradicionais e 21 equipes da Saúde da Família (CODERP, 2009).

> da compatível e uniforme, apoio a fim de prestar melhores serviços à população e melhores salários. Dando continuidade às solicitações dos ACS em busca de uma solução plausível, estiveram reunidos no dia 24/07/2001 no salão nobre da Câmera Municipal. Nela, os ACS apresentaram novas sugestões, como regularizar e criar uma associação de classe para defender seus direitos" (INFORMATIVO JORGE PARADA, 2001).

Como resultado, foi criada, em 09/11/2001, a "Associação dos Agentes Comunitários de Saúde" de Ribeirão Preto, tendo como presidente Ulisses Durval Neto e como vice-presidente Maria Madalena Alves Gonçalves. Entre as várias finalidades, a Associação buscava "reivindicar melhores condições de trabalho e lutar por garantias trabalhistas e de saúde aos profissionais ACS". Segundo a ACS Maria, a associação recolhia R$ 1,50 por mês dos ACS filiados e utilizava esse dinheiro para ir aos eventos nacionais em Brasília.

> "Nesta primeira etapa fomos várias vezes para Brasília junto com a Madalena. Quando eu fui lá (em Brasília) foi a votação da profissão do Agente Comunitário de Saúde, não existia este cargo[9]. Uma vez conseguimos ir levando duas representantes de cada bairro para amostra de Saúde da Família. Já aproveitamos e fizemos reivindicação. Na primeira vez fomos de van, a gente contou dinheiro. Tirávamos do dinheiro nosso. Só ganhamos o ônibus na segunda vez. Temos fotos para mostrar, porque é um documento que temos. Fomos também de perua a São Paulo participar de reunião e aproveitamos para buscar os coletes (antigo uniforme nacional dos ACS). Precisávamos de uniforme. Nem isso tínhamos" (ACS Júlia).

Por vários anos, a Associação representou os ACS nas suas reivindicações, mas em virtude dos baixos valores das contribuições arrecadadas, da falta de estrutura – a sede era registrada no domicílio da vice-presidente – e do baixo número de associados, o trabalho da Associação foi se tornando cada vez menos significativo, conforme relato de uma das ACS:

> "O Ulisses (presidente da Associação), por ser um pai de família, estava ganhando muito pouco, ele não aguentou. A pressão era muita, ele tinha que viajar muito, participar de muitas reuniões. Ele recebeu uma proposta melhor e saiu. A Madalena, que era vice, assumiu. Muita gente criticava a Madalena, mas nenhum ACS quis assumir. Era muito peso para ela porque, ao mesmo tempo em que ela tinha que cuidar da Associação, tinha que dar conta do serviço dela na comunidade. Ela não tinha apoio. Tentou várias vezes fazer bingo, rifa, mas, com os anos, a Associação acabou ficando somente no papel. Eram poucos filiados, nem uns cem, ela tinha que manter contato, gastava com telefone, precisava de *internet*" (ACS Isabela).

---

9. A Lei nº 10.507, de 10 de julho 2002, cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.

Uma das conquistas da categoria, ainda que simbólica, ocorreu em 2004, quando a Câmara Municipal de Ribeirão Preto aprovou o Projeto de Lei nº 1493/2004, de autoria do vereador Jorge Parada, instituindo o "Dia do ACS", a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de outubro. Desde então, a categoria organiza, no "Dia do ACS", alguma manifestação pública em prol de melhores condições de trabalho. Após a aprovação da EC nº 51/06 e da Lei Federal nº 11.350/06, os ACS passaram a lutar, sobretudo, em busca da efetivação:

> "Uma agente, colega nossa, estava passando por dificuldades porque ela estava fazendo faculdade de enfermagem e estava endividada. Falaram com ela que os agentes do Brasil inteiro estavam se unindo, se mobilizando. Como ela é muito entendida neste negócio de *internet*, ela estava sempre olhando para ver se tinha alguma coisa da nossa situação. Ela ligou no posto e disse para irmos à Câmara para uma reunião para a gente se organizar para o evento de Brasília, em outubro de 2007. Na reunião a gente arrecadou 102 reais, mas quem iria? A Associação não atuava mais e o dinheiro daria apenas para uma ACS. Eu pedi passagem ao vereador Jorge Parada porque ele era o único que já ajudava os ACS; ele já tinha dado passagens para o Ulisses e para a Madalena da Associação. Mas ele me cobrou que eu fosse, porque ele queria contato, saber o que tinha acontecido. Então, fomos em duas para Brasília, a outra passagem veio do Sindicato Sinsaúde" (ACS Isabela).

Desta maneira, mesmo sem a atuação ativa da Associação de Ribeirão Preto, os ACS continuaram participando dos encontros nacionais e de passeatas. No dia 2 de outubro de 2007, um ano após a promulgação da EC nº 51/06, eles se dividiram em duas frentes reivindicatórias: uma em Brasília e outra em Ribeirão Preto. Em Brasília, as duas ACS escolhidas para representar o município participaram da passeata ocorrida na Esplanada dos Ministérios[10].

Neste evento nacional, foram mais de quatro mil ACS e ACE de todo o país, que aproveitaram o "Dia Nacional dos Agentes de Saúde" para entregar uma carta de reivindicação solicitando ao governo federal que pressionassem pelo cumprimento da Lei nº 11.350/06 e da EC nº 51/06 nos municípios.

No mesmo dia do evento de Brasília, um grupo de ACS se reuniu em frente ao Palácio Rio Branco (sede da prefeitura de Ribeirão Preto) para reivindicar seus direitos e pedir a contratação e efetivação de 323 ACS. Este já era o segundo evento organizado pela categoria em dois meses, pois no dia 28/08/07 os ACS haviam realizado outra manifestação no mesmo local, solicitando que fossem efetivados,

10. De acordo com o jornal *RP Online* do dia 02/10/2007, duas agentes comunitárias de Ribeirão Preto, com a ajuda do vereador Jorge Parada, foram para Brasília participar de uma reunião com o presidente Lula, juntamente com representantes de agentes comunitárias de várias cidades que lutam pela mesma causa e esperam uma resposta.

uma vez que os Agentes de Vetores tinha conseguido a efetivação[11]. Para o presidente da seccional da Saúde do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, tal diferença ocorreu, pois:

> "Quando as ACS entraram foi feito um processo seletivo nos próprios bairros, pois era para atuarem no seu bairro. Foram feitas comunicações através da igreja, dos meios de comunicação locais, comércio, associações de bairro. Porém, o governo da ocasião não quis reconhecer os ACS porque não tinha ocorrido publicidade do processo seletivo. Reconheceram apenas os agentes de vetores. Criou-se esta polêmica que até hoje eles estão na luta, que já vai fazer dez anos" (Noedivaldo).

Em 2007, uma ACS afirmou que eles continuavam terceirizados e não entendiam por que o grupo de controle de vetores havia sido efetivado. Segundo ela, ganhavam apenas "um salário mínimo, sem nenhum outro auxílio" e podiam ser mandados embora por serem terceirizados (RP ONLINE, 28/08/2007). Naquela data, o prefeito Welson Gasparini (PSDB) afirmou que queria ajudar os ACS, "mas dentro do que a legislação permite". Nas palavras dele, os ACS não poderiam ser efetivados, pois eram "contratados pela Santa Casa e não pela Prefeitura, enquanto o grupo que trabalha no controle de vetores tinha uma Lei federal autorizando a contratação" (RP ONLINE, 29/08/2007).

Com esta alegação infundada, desconsiderando a Lei existente – a mesma para as duas categorias profissionais – e sem nenhuma análise pormenorizada, o prefeito encerrou a discussão e determinou urgência para a possibilidade de abrir concurso público para as vagas de ACS, não considerando quaisquer possibilidades de análise dos processos seletivos anteriormente realizados e não valorizando o capital social acumulado por esses profissionais. Durante a manifestação ocorrida no "Dia do ACS", o prefeito apareceu na porta da Prefeitura alegando não saber da manifestação e afirmou que nada poderia ser feito, a não ser que o grupo conseguisse a assinatura de algum promotor (RP ONLINE, 02/10/2007).

A inércia do poder público municipal era evidente, haja vista que o Inquérito Civil nº 1119.1.964.2/07, aberto pelo vereador Jorge Parada em outubro de 2007, solicitando a apuração da atual situação dos ACS do município, foi "se arrastando por anos". Um trecho do ofício do vereador endereçado ao promotor de Justiça da Cidadania Sebastião Sérgio da Silveira é ilustrativo a esse respeito:

---

11. De acordo com a Lei Complementar nº 2185 de 27 de abril de 2007, "os agentes de controle de vetores que, na data da promulgação da EC no 51/06 encontravam-se desempenhando atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, contratados mediante submissão a anterior processo de Seleção Pública, efetuado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, passam a integrar o quadro especial de controle de vetores (RIBEIRÃO PRETO, 2007).

> "Passados quase dois anos da vigência da referida EC, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto até o momento não promoveu a efetivação dos ACS que atuam em nossa cidade, mesmo eles tendo sido aprovados em processo seletivo elaborado e supervisionado pela SMS de Ribeirão Preto, o que vem causando transtornos para a categoria e para a população da nossa cidade. Tendo em vista que a atividade dos agentes é fundamental para a promoção da saúde e proteção de toda a população. Tendo em vista que a demissão dos ACS causará imensos problemas e perigos para toda a população de nossa cidade" (INQUÉRITO CIVIL: Jorge Parada, 26/10/2007).

No início de 2008, o promotor Sebastião Silveira afirmou que a situação dos ACS era irregular e emitiu recomendação ao prefeito municipal Welson Gasparini solicitando o cumprimento dos dispositivos da EC nº 51/2006, fixando o prazo de 30 dias (INQUÉRITO CIVIL, 08/01/2008). Diante desta afirmação, cada ACS encaminhou um documento individual à Prefeitura Municipal requerendo a efetivação junto à SMS (INQUÉRITO CIVIL, 23/06/2008).

Para analisar a possibilidade jurídica de efetivação dos ACS, a prefeitura designou uma comissão especial e solicitou aos ACS que encaminhassem provas e documentos comprobatórios dos processos seletivos. A primeira comissão, criada em 11/07/2008 pela Portaria nº 110/08 (RIBEIRÃO PRETO, 2008), apresentou um relatório concluindo que os processos seletivos anteriormente realizados não atendiam aos princípios de "legalidade, moralidade pública e finalidade pública", apontando como único caminho possível a criação de um concurso público e, consequentemente, a demissão de todos os ACS em atuação:

> "A situação dos ACS não atende ao quanto contido no permissivo legal em questão, sendo impossível sob a ótica jurídica atestar que os mesmos tenham sido admitidos por meio de processo classificatório, ainda que simplificado. (...) O único caminho possível para solucionar a questão atendendo aos princípios de legalidade, moralidade publicidade e finalidade pública é a criação de concurso público de provas e títulos" (INQUÉRITO CIVIL: Nilva V. Carlucci, 08/08/2008 – Secretária de Negócios Jurídicos).

O relatório da comissão só considerou legal o processo seletivo realizado pelos ACS da FAEPA, afirmando que "em relação aos ACS das Unidades de Saúde, exceto os núcleos vinculados à FAEPA, foram realizados processos de avaliação de perfil, incluindo avaliação escrita, dinâmicas de grupo, entrevistas, questionários". Desta forma, a Comissão concluiu que não houve seleção pública para a contratação de ACS pela Prefeitura Municipal, uma vez que não existia "o cargo" para a referida categoria profissional.

É importante ressaltar que, durante os anos do Inquérito Civil, foram várias as comissões formadas, contudo, somente na última Comissão os ACS conseguiram indicar o advogado Dalmo Mano para representá-los (RIBEIRÃO PRETO, Portaria nº 1627 de 11/12/2009). Tal participação foi fundamental para que as

agentes pudessem anexar ao Inquérito Civil documentos e provas que tinham sido "extraviados". De acordo com a ACS Maria:

> "Só depois que montou a comissão dos trabalhadores é que conseguimos levantar os documentos necessários. Eu perguntei para a comissão por que a gente não procura nos jornais? Acharam boa a ideia e fomos ao jornal *A Cidade*. Lá informaram que os jornais antigos foram para a Biblioteca Padre Euclídes. Deram autorização para a gente procurar. Ligamos para o Dr. Dalmo e ele disse que nossa ideia era brilhante e que ele tava indo para lá. Teve também uma funcionária, que era da Secretaria de Saúde, que avisou ao Noedivaldo, do sindicato, onde poderíamos encontrar os documentos que estavam desaparecidos. Fomos em quatro agentes para almoxarifado, muita coisa a gente achou no lixo. O Dr. Dalmo foi com a gente porque não sabíamos o que procurar de provas. O lugar era fechado, superempoeirado, muitos papéis estavam apagados, atas desmontando" (ACS Maria).

Conforme nos relataram, assim que começou o inquérito civil, a SMS passou a recolher das UBS os documentos que comprovavam o processo seletivo com a justificativa de arquivá-los, entretanto, parte dos registros foi destruída. Houve perda das provas, que só não foi total porque alguns gerentes das UBS fizeram cópias dos documentos antes que fossem recolhidos, temerosos com a situação precária dos ACS. Em carta à deputada Dárcy Vera, anterior a sua posse, os ACS descreveram a destruição dos documentos e solicitaram o empenho da mesma:

> "Temos como comprovar que o Poder Público Municipal supervisionou efetivamente o Processo de Seleção Pública para a contratação dos ACS, conforme preceitua a EC nº 51, aplicando as provas do concurso que selecionou as referidas agentes. Salientamos que as referidas provas foram aplicadas em todas as Unidades de Saúde do Município para a contratação dos ACS. Informamos, finalmente, que temos recebido denúncias de que a Prefeitura Municipal tem orientado os gerentes das UBS a destruírem esses documentos. Requeremos, portanto, que essa digna deputada e prefeita eleita promova as ações necessárias para que a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto efetive imediatamente o ACS e passe a cumprir a Norma Constitucional vigente (Carta das ACS à Dárcy Vera, 05/11/2008).

Após parecer do promotor público Sebastião Sérgio da Silveira, entendendo que existiam elementos suficientes para a efetivação dos ACS de Ribeirão Preto, os ACS passam a contar, em 2009, com o apoio do poder público e do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, além do apoio que já recebiam do vereador Jorge Parada e de sua assessoria. A prefeitura que, até então, alegava que não "tinha feito nem supervisionado o processo de seleção e que, por isso, a efetivação não era possível" (RP ONLINE, 15/12/2008) toma outro posicionamento na atual gestão, colocando-se a favor da efetivação, desde que os ACS conseguissem levantar as provas necessárias. Segundo a ACS Isabela:

> "A prefeita (Dárcy Vera) disse que, se conseguíssemos provar, poderíamos ser efetivados. Até então, o parecer da prefeitura (do prefeito Welson Gasparini) era que tínhamos feito uma seleção de perfil, que não permitia nossa efetivação. Aí em 2009 até o promotor disse, neste fórum que teve dos ACS, o que vocês tiverem, que para vocês não for importante, pode ser importante para vocês. Nós levamos tudo o que tínhamos. Só não levamos as nossas provas porque uma das enfermeiras que fez faxina jogou tudo fora. As provas de 2000 foram todas para o lixo" (ACS Isabela).

A fala do secretário da Administração do município, Marco dos Santos, mostra a mudança de atitude da nova gestão, que passa a buscar "um desfecho" para o caso dos ACS:

> "Precisamos andar de mãos dadas para encontrar uma saída jurídica legal que ampare os trabalhadores da saúde de Ribeirão Preto. Estamos estudando casos semelhantes em outros municípios e as formas legais que encontraram para regularizar a situação, respeitando-se as exigências determinadas pelo Poder Judiciário" (CODERP, 2009).

Para o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, Wagner Rodrigues:

> "Esse tema é extremamente importante e inclusive faz parte do acordo coletivo firmado entre a administração municipal e o sindicato. Essas pessoas precisam ter suas situações regularizadas e é por isso que estamos fazendo tudo para que isso aconteça o mais rápido" (ATUANTE, 16/06/2009, p. 3).

Cabe aqui ressaltar que a efetivação dos ACS foi promessa de campanha da atual prefeita de Ribeirão Preto. Em entrevista concedida ao jornal RP Online, durante nova reivindicação realizada pelos ACS, no dia 06/05/2009, uma agente afirmou que "o Gasparini (ex-prefeito) nos enrolou por dois anos, a Dárcy Vera prometeu e agora não vamos aceitar mais demora, precisamos de segurança para trabalharmos tranquilos" (RP ONLINE, 06/05/2009). Neste depoimento, torna-se evidente a insegurança vivenciada pelos ACS, principalmente entre aqueles contratados em 2000, cujas provas realizadas foram destruídas. Para a ACS Tuca:

> "Neste momento a gente começou a achar que só seria efetivada uma parte dos agentes (...). A prefeita falou que o parecer da comissão não era favorável e que ela só ia poder efetivar uns cento e poucos agentes. Acredito que ela se referia aos agentes comunitários contratados em 2004, porque nossas provas estavam guardadas e aqueles contratados pela FAEPA porque tinha saído no *Diário Oficial*" (ACS Tuca).

Os documentos existentes sobre o processo seletivo eram mais contundentes para os ACS contratados em 2004 ou pela FAEPA. De acordo com o advogado Dalmo Mano:

> "A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto vem se negando a efetivar as ACS nos termos da EC nº 51, com a alegação de que as referidas agentes não foram aprovadas em anterior processo de Seleção Pública efetuado pelo município ou por instituições com sua efetiva supervisão. Tal negativa vem ocorrendo principalmente em relação aos ACS admitidos no ano de 2000" (01/06/2009).

Para efeito de dispensa de nova Seleção Pública, os ACS recolheram e apresentaram, no dia 23/06/09, as provas escritas dos processos seletivos anteriormente realizados e notícias de jornais que atestam a realização anterior de uma seleção (RP ONLINE, 24/06/2009):

> "Nós tivemos que xerocar todas as provas que encontramos. Foram três pastas. Uma para prefeitura, uma para o promotor e uma para o sindicato. O sindicato (Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto) abriu as portas para a gente, emprestou a máquina e nós ficamos lá xerocando" (ACS Tuca).

Segundo o advogado Dalmo Mano, os processos de seleção pública foram "realizados em cada um dos bairros da cidade, sob a supervisão direta da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, por intermédio da Secretária de Saúde", divididos nas seguintes etapas: divulgação da seleção por escrito (o informativo à população sobre tal seleção foi anexado em bares, supermercados, associações de bairro, no horário das missas, em locais públicos e na própria Unidade de Saúde), através do rádio e da mídia escrita; inscrição; provas de redação, com eliminação de vários candidatos; participação dos aprovados em um treinamento e em dinâmicas de grupo (em que eram avaliados e observados por médicos, psicólogos, dentistas e ACS já em atuação); publicação dos candidatos aprovados no treinamento; e contratação pela Santa Casa ou pela FAEPA.

Apesar de todas as provas levantadas, a prefeita Dárcy Vera argumenta que não existe "nenhum documento até então que comprove que os agentes tenham feito um processo seletivo e também não há nenhuma publicação no *Diário Oficial* do município, o que impede que sejam efetivados a cargos públicos" (RP ONLINE, 24/06/2009). Tal afirmativa da prefeita intensificou o ambiente de incerteza e insegurança vivenciado pelos ACS, pois caso não conseguissem a efetivação que buscavam na justiça poderiam permanecer apenas temporariamente em atividade, ficando desempregados assim que fosse concluído o novo processo seletivo público nos termos da Lei vigente. Neste caso, restariam apenas aos ACS concorrerem às vagas:

> "Tenho temor de não dar certo, de não conseguirem comprovar nada com estes documentos. De não sermos efetivados. Não acho certo fazer um novo concurso, estou aqui desde 2000. Não sei se passaria, tem muita gente com estudo desempregado. Também falam que depois do concurso o contrato é de dois anos, instável, né?" (ACS Bruna).

Na maior parte das entrevistas realizadas em 2009, os ACS revelaram-se inseguros e temerosos quanto à possibilidade de não serem efetivados e, consequentemente, não serem reconhecidos pelo tempo de dedicação e capital social acumulado. Também receavam a concorrência dos "profissionais de concurso", popularmente denominados de "concurseiros", candidatos com melhor formação acadêmica e que podem dedicar mais tempo para estudar e se preparar conforme edital de seleção.

> "E agora? A concorrência é bem maior, na época ninguém queria. Tenho medo da concorrência, gente nova. Minha filha tem curso superior e vai prestar o concurso se eles abrirem. Deve ter muita gente igual a ela, fazendo cursinho para concurso, que não vai desperdiçar esta chance? Não sei se a gente passa, não tenho tempo para me preparar" (Rafaela).

Tal fato é exemplificado pelo Sr. Noedivaldo. Segundo ele, o último concurso realizado pela prefeitura para o cargo de cozinheiro atraiu 25 mil candidatos para 90 vagas[12], sendo que a maioria dos inscritos tinha nível superior. Desta maneira, caso ocorra um novo concurso, qualquer um poderia ser admitido como ACS, perdendo neste caso "o vínculo que os ACS têm com a comunidade". Sobre a crescente concorrência dos concursos públicos, recente pesquisa publicada pela Associação Nacional de Proteção e Apoio ao Concurso (Anpac) revela que, em época de crise, a procura se acentua ainda mais, mostrando um crescimento anual de 40% desde 2005 (ANPAC, 2009). Ou seja, em tempos de insegurança econômica e de possíveis demissões, os brasileiros passaram a dar mais atenção para alternativas que lhe ofereçam estabilidade econômica e segurança de permanência no emprego. Apenas uma das entrevistadas afirmou que não se sentia insegura quanto à manutenção do seu emprego:

> "Eu acredito em mim, sou batalhadora, sou igual o Ronaldinho, não desisto nunca. Se tiver que fazer concurso, eu faço. Vou passar. Tenho fé que Deus não vai deixar eu sem emprego" (Márcia).

Todavia, neste caso, Deus é evocado pela eficácia simbólica de seu poder de proteção diante da vulnerabilidade vivenciada. Os sentimentos conflitivos são transformados pela entrevistada Márcia em valores positivos, verbalizados na figura da "mulher brasileira", a guerreira que não desiste nunca. Trata-se, portanto de uma "estratégia defensiva" (DEJOURS, 1987) para lidar com o medo, pois, apesar de

---

12. A relação candidato/vaga para o concurso realizado pela prefeitura supera os vestibulares mais concorridos do país. Cerca de 280 candidatos disputam cada uma das 90 vagas oferecidas. O salário de quase R$ 900 mais o benefício do vale refeição de R$ 390 atraíram os candidatos. Outros concursos públicos têm atraído alunos para as escolas especializadas em preparar os candidatos. Em um dos cursinhos de Ribeirão, a procura pelas aulas aumentou de 2008 para 2009. Segundo o professor José Hélio Pimentel, às vezes chega a faltar espaço na sala. Muitos dos estudantes já possuem diploma de curso superior (EPTV, 28/04/2009).

não expressar sua insegurança, Márcia afirma que vem prestando outros concursos públicos em busca da "tão sonhada estabilidade".

Torna-se evidente que, durante todos estes anos de luta, o medo de serem demitidos e de terem de passar por uma nova seleção pública fez parte do cotidiano de trabalho. Contudo, apesar do quadro de vulnerabilidade social enfrentado, os ACS continuaram se articulando em busca da efetivação e conseguiram aproveitar o Fórum Municipal realizado no dia 1 de julho de 2009, com o tema "Agente Comunitário de Saúde: atualidades no contexto de trabalho[13]", para debater vários tópicos de interesse da categoria. Convidada de uma das mesas-redondas do Fórum, a ACS Elaine Miranda cobrou a efetivação e fez o seguinte discurso:

> "Fazemos parte de um grande plano nacional para levar saúde de qualidade a todos os brasileiros, trabalhando como elo entre o SUS e a população. (...) Passados quase dez anos da contratação da primeira ACS lá no bairro Maria Casagrande Lopes até agora, as nossas autoridades não souberam valorizar, corretamente, o ACS e seu papel dentro da sociedade. Estamos fartos de discursos e elogios vazios, queremos respeito à legislação, a realidade dos fatos, a valorização profissional. Queremos respeito à população" (ACS Elaine Miranda, membro da comissão de trabalhadores).

Em outra mesa-redonda, a ACS Eliane Miranda (irmã de Elaine) afirmou que, "por ser da comunidade, o agente se caracteriza com o povo, assemelha-se na maneira de pensar e agir, e por isso seu papel é fundamental para manter a ligação entre a comunidade e a UBS". Segundo ela, o ACS é o "elo permanente no cotidiano entre os usuários e o SUS" ou "a ponte entre o indivíduo e os profissionais de saúde". Ao priorizar em suas falas a importância do agente como "ponte" ou "elo" entre a comunidade e os profissionais de saúde, as agentes Elaine e Eliane mostraram para as autoridades presentes e para os colegas de profissão que o capital social acumulado é fundamental para o sucesso da ESF, pois o ACS "transmite confiança" e "fala a mesma língua" dos usuários da atenção básica e, por isso, "consegue colher dados e informações que são essenciais para a mudança no modelo de assistência do SUS".

No fórum, os ACS procuraram reivindicar e obter respostas e ações tanto para a efetivação da categoria como para a falta de padronização do trabalho, uniformes, materiais, protetor solar, capa de chuva e agasalho, desvio de função e desi-

13. Entre os convidados para as mesas-redondas destacam-se a presença das ACS Elaine Miranda Baptista e ACS Eliane Miranda Baptista Patucci (ambas da comissão de trabalhadores), do vereador Jorge Parada, do promotor Sebastião Sérgio da Silveira, representantes da diretoria do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto (vereadores Wagner de Souza Rodrigues e André Luiz) e membros dos conselhos nacional, estadual e municipal de saúde, todos envolvidos com o processo de efetivação dos ACS.

gualdade de tratamento. De acordo com o relatório redigido pelos ACS e entregue à Secretaria de Saúde:

> "O Fórum foi um evento marcante em nossa trajetória, pois deu-nos a oportunidade de voz, de mostrarmos às autoridades presentes a ferramenta eficaz e produtiva que não tem sido usada com a devida competência. Conseguimos, neste evento, reivindicar e obter respostas e ações. Há muitas dificuldades com as equipes de ACS, falta de espaço físico, materiais de trabalho, etc. O Fórum veio trazer, em nossa opinião, um crescimento, pois pela primeira vez tivemos um dia para discutirmos sobre nossas necessidades de trabalho, nossas conquistas, dificuldades e barreiras. Conseguimos colocar as falhas de estrutura física, material de trabalho, bem como demonstrar o reconhecimento da comunidade, que é nosso público-alvo. Estamos perto, só falta chegar!" (RELATÓRIO DO FÓRUM, 2009: 11).

Os ACS afirmaram que a conquista por melhores condições de trabalho demanda primeiramente o reconhecimento e o respeito pelo papel que desempenham na Saúde Pública. Tal reconhecimento do "agente como gente" foi também cobrado no Relatório do Fórum, pois eles acreditam que é preciso que o ACS se reconheça como Agente e não simplesmente esperar ser reconhecido. Para que isso ocorra, o ACS não pode estar sozinho, "tem que estar ligado, ter apoio de sua equipe de trabalho", pois é preciso atuar em redes sociais, uma vez que "ninguém faz nada sozinho" (RELATÓRIO DO FÓRUM, 2009: 11).

Meses após o Fórum, a categoria aproveitou o "Dia do ACS" para protestar no centro da cidade e distribuir panfletos à população esclarecendo o tipo de serviço que realizam e sobre a "importância da efetivação de pessoas que são da própria comunidade" (ATUANTE, 2009). Os depoimentos dos membros da comissão de trabalhadores mostram que a união do grupo foi primordial para o levantamento das provas e para implementar as reivindicações.

Segundo a ACS Sonia Regina, "nós da comissão íamos com meu carro para as reuniões ou para procurar os documentos. Contávamos o dinheiro para abastecer o carro e pagar o rotativo". Outra ACS da comissão, Fernanda Carla afirmou que ela "redigia cartas e enviava às unidades para que os agentes ajudassem com documentos, buscava na *internet* nossos direitos e ligava em cada unidade avisando quando ia ter algum evento, e o pessoal ia repassando para os outros", o que demonstra a capacidade do grupo em mobilizar rapidamente a rede social. Para a ACS Maria Helena, "o que fez a gente da comissão ir até o fim foi a perseverança do Dr. Dalmo e do Dr. Jorge Parada, a gente dizia que isso não ia dar certo e eles continuavam firmes".

Os ACS relatam que alguns profissionais da saúde que trabalham com eles não eram a favor da efetivação. A esse respeito, a ACS Tuca alegou que eles "tinham passado por dois processos seletivos, porém, tinham pessoas que argumen-

tavam que a gente não tinha feito nada e que era injusto virarmos funcionários públicos". Mesmo sem receber o apoio de todos os membros da UBS e da SMS, os ACS explicam que vários gerentes das unidades, enfermeiros, médicos e dentistas ajudaram a levantar documentos comprobatórios, os liberavam para as reivindicações e os apoiavam, assim como a comunidade.

No último encontro com as ACS[14], antes da votação da lei na Câmara Municipal, algumas representantes da comissão mostravam-se ao mesmo tempo esperançosas e preocupadas com a demora do processo. Até aquela data, não havia nenhum posicionamento efetivo da Prefeitura, apenas a promessa feita pela prefeita de que até o Natal[15] o caso seria resolvido. Durante a entrevista no sindicato, as ACS da comissão mostravam-se ansiosas com o término do ano e com o recesso da Câmara Municipal, o que poderia levar a mais um ano de espera ou mesmo à possibilidade de não conseguirem a efetivação e de perderem o emprego. Afirmavam que tinham de demonstrar esperança diante da categoria, mas não sabiam "o que mais dizer para os agentes" sobre a demora no processo.

A fim de manter a união do grupo, o Sr. Noedvaldo dizia-lhes para não se desesperarem nem desanimarem, porque "tinha mais uma semana para o Papai Noel chegar". Após mais de uma hora de entrevista, já na saída, a ACS Elaine Miranda concluiu sua fala com uma frase que mostrava o que movia o grupo nesses anos todos: "Eu acredito em Papai Noel e enquanto eu acreditar continuaremos lutando por nossos direitos. Tenho fé que iremos conseguir". A esse respeito, Pietrukowicz (2001: 34) afirma que a "fé é o alimento que dá à vida esperanças de dias melhores e ajuda a enfrentar as experiências mais dramáticas do cotidiano". É fonte de energia na recuperação da dignidade humana, oferecendo um sentido à vida, consolo e orientações ante as situações de angústia, e, além do mais, identifica as pessoas como "filhos de Deus". A fé esteve presente na fala de todos os agentes entrevistados, tanto para descrever os anos de luta e de expectativa quanto para expor o sentimento que vivenciaram no dia da votação.

---

14. A entrevista com as ACS da comissão e com o Sr. Noedvaldo ocorreu no dia 16/12/2009 no Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, uma semana antes da votação, ocorrida no dia 23/12/2009.

15. Durante o ano de 2009, a atual prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera (DEM), comentou em diversos encontros com as ACS que a regularização das mesmas seria "um presente de Natal para todos" (TRIBUNA, 23/12/2009), conforme promessa eleitoral realizada em 2008. Não é a primeira vez que a efetivação dos ACS é encarada "como presente". No município de Santárem, PA, o vereador Erasmo Maia (DEM) lamentou a propaganda institucional do governo municipal com relação à efetivação dos ACS, "acrescentando que isso não é um presente que o governo está dando para esses profissionais" (CÂMARA EM DESTAQUE, 12/08/09). A luta pela efetivação profissional dos ACS é nacional e histórica, um direito já reconhecido pelo Congresso, que aprovou a Lei Federal 11.350/06, dando garantia de efetivação na atividade a esses profissionais.

No dia 21 de dezembro, a prefeita Dárcy Vera comunicou para a Câmara Municipal o encaminhamento do projeto de efetivação do ACS. No Palácio Rio Branco, a prefeita entregou ao promotor Sebastião Sérgio da Silveira toda a documentação levantada pelas duas comissões e anunciou a todos os presentes a contratação efetiva de 264 ACS. Segundo o promotor, "se a Prefeitura reconhece que houve processo seletivo na contratação dos ACS, agora nos resta discutir juridicamente e encontrar caminhos considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal" (RP ONLINE, 22/12/2009). No dia seguinte, o Projeto de Lei foi redigido por vários vereadores com a presença do advogado Dalmo Mano. De acordo com o advogado, o projeto redigido durante a tarde foi modificado para que o regime de contratação dos ACS fosse estatutário e não celetista, respeitando o regime único já adotado pelo município.

Os ACS foram em grande número para o plenário da Câmara Municipal assistir à primeira votação, na noite do dia 22, e à segunda e definitiva votação do projeto na manhã da antevéspera do dia de Natal. Naquele dia, minutos antes da votação, os ACS da comissão foram até o gabinete do vereador Jorge Parada agradecer o apoio e perguntar o que ocorreria com os colegas que não fossem contratados. Conforme nos explicaram, parte dos ACS em atuação não poderia ser efetivada (57 trabalhadores), pois assumiram a função depois de julho de 2006[16]. Em alguns casos, os ACS foram aprovados no concurso realizado em 2004, mas só começaram a trabalhar posteriormente à EC nº 51/06. As falas a seguir mostram a preocupação da comissão com os ACS que "ficaram de fora":

> "A gente que é da comissão parece que não está tão alegre. Mas, é que a gente sofre muita cobrança, a gente fica triste por aqueles que não passaram. E as primeiras pessoas que elas procuram somos nós da comissão. Elas vêm desesperadas, chorando, algumas estavam tristes, outras arrasadas. Tem um rapaz que não entrou que está desesperado" (ACS Elaine Miranda, membro da comissão de trabalhadores).

A esse respeito, a ACS Eliane esclareceu ao vereador:

> "Lá no nosso posto tem duas (ACS) que começaram tem cinco meses. Aquela velha história do processo seletivo de 2004 que começou a trabalhar tem cinco meses. A gente não está completamente feliz porque a gente vê que largou

16. Em reportagem ao jornal *Gazeta de Ribeirão* (09/02/2010), a ACS Raquel Silva afirmou que os agentes que não poderão ser efetivados têm procurado se preparar para um possível "concurso público". Nas palavras dela: "Entrei depois de 2006 e até agora não me falaram nada sobre contratação". Na mesma reportagem, o chefe da Divisão de Planejamento da Prefeitura Municipal de Ribeirão, Arisclenes da Silva, explicou que os agentes que começaram a trabalhar antes(???) da emenda "com certeza terão que prestar concurso público". Ele disse ainda que aguarda pronunciamento do Ministério Público ainda este mês, quanto à possibilidade de contrações dos ACS.

> companheiros para trás" (ACS Eliane Miranda, membro da comissão de trabalhadores).

O vereador Jorge Parada explicou que a opção para aqueles que não foram incluídos na Lei Complementar nº 2.378 será passar por uma nova Seleção Pública. Entretanto, ele afirmou que continuará apoiando os ACS. Segundo ele, "a nossa luta é para contar ponto para quem está trabalhando. Pode ser que aconteça que alguém vá muito mal na prova e que não consiga passar. Esta é uma segunda etapa da luta, mas nós vamos começar já trabalhando por isso". A esse respeito o advogado Dalmo Mano completou:

> "Do ponto de vista jurídico, quem fez inscrição e foi efetivado após 2006 não tem chance nenhuma, só fazer a prova. Existe uma pequena chance para quem fez o processo seletivo antes da emenda (EC nº 51/06] e foi contratado depois. Existem algumas decisões voltadas para mais professores que diz que, se você fez o concurso, se existe a vaga, deveriam ter sido efetivados" (advogado Dalmo Mano).

A possibilidade de valerem pontos os anos de experiência dos ACS é, a nosso ver, uma forma de reconhecimento do capital social desses profissionais. Outra possibilidade apontada no encontro é conseguir, pelo sindicato, "cursos preparatórios para concurso" na tentativa de minimizar a diferença entre os ACS e os "concurseiros".

Os ACS choraram e se sentiram valorizados por terem seus direitos reconhecidos "após o fim da novela de dez anos"[17]. A ACS Rosemeire Costa disse ao jornal *Tribuna* que está otimista com a mudança, pois, além dos benefícios, como planos de saúde e estabilidade no emprego, o salário será bem maior: "Falam em um salário de R$930,00 e ganhamos em média R$525,00". Na fala dos ACS entrevistados ficou evidente que "a fé em Deus", a "perseverança" e a "união verdadeira do grupo" fizeram com que a categoria conseguisse "mover montanhas", "não desistir" e "lutar até o fim". Mais do que um exemplo de luta pelos seus direitos, o caso de Ribeirão Preto poderá criar "jurisprudência[18]", corroborando com a luta dos ACS por todo o país, cujos direitos previstos em 2006 pela Lei nº 11.350 e pela EC nº 51 ainda não foram cumpridos e, por isso, permanecem terceirizados.

---

17. Apesar de a Lei Complementar nº 2.378 ter sido aprovada em 23 de dezembro, dois meses depois (fevereiro de 2010) os ACS ainda aguardavam a efetivação. Sem nenhum posicionamento efetivo, os ACS mostravam-se angustiados e temerosos pela demora do processo e pela falta de informação.

18. Jurisprudência (do latim *juris prudentia*) é um termo jurídico que significa conjunto das decisões e interpretações das leis. Assim, "jurisprudência" pode-se referir à "lei baseada em casos" ou às decisões legais que se desenvolveram e que acompanham estatutos na aplicação de leis em situações de fato (WIKIPÉDIA).

Considerações finais

A discussão sobre o vínculo institucional[19] do ACS ganhou evidência no meio acadêmico, nos sindicatos, nos fóruns de discussão e nas entidades envolvidas com a política de contratação dos trabalhadores do SUS, em virtude tanto dos altos índices de informalidade e de precariedade dos vínculos empregatícios quanto pelas controvérsias levantadas sobre a possibilidade de serem contratados como servidores públicos.

Alguns estudos consideram que a contratação dos ACS como funcionários públicos pode eliminar o caráter comunitário da atividade, abolindo o capital social da categoria, fundamental para êxito do programa (NOGUEIRA et al., 2000; LIMA & COCKELL, 2008). Entretanto, o que este capítulo almejou discutir não foi a polêmica em torno da Lei nº 11.350/065[20], mas mostrar que essa Lei e a EC nº 51/06 não vêm sendo cumpridas pelos municípios e, por isso, é justa a reivindicação dos ACS pelos direitos que lhes assistem.

A história dos ACS de Ribeirão Preto nos mostra que, caso eles não fossem efetivados e, portanto, fosse aberto um novo Processo Seletivo para o preenchimento das vagas, o capital social acumulado em dez anos de trabalho poderia ser em grande parte perdido. Acreditamos que, em virtude da crescente concorrência por um emprego público e pelo atual perfil dos "concurseiros" – cada dia mais preparados, mais jovens e com maior escolaridade –, a conotação comunitária dos "novos" ACS estaria prejudicada.

No caso de Ribeirão Preto, a capacidade de mobilizar as redes sociais foi, a nosso ver, um dos elementos fundamentais para que a categoria conseguisse sua efetivação. De acordo com Lima & Cockell (2008: 497), "a experiência dos Agentes Comunitários recupera a ideia de sociabilidade, das redes e círculos sociais, confiança e outros conceitos que remetem à subjetividade dos indivíduos e das formas como se estabelecem e se reproduzem as relações sociais". Nestes termos, acreditamos que a capacidade de trabalhar em equipe e a habilidade de manipular as redes sociais disponíveis, essenciais no cotidiano de trabalho dos ACS, contribuíram também para a articulação da categoria na busca de seus direitos e no enfrentamento dos momentos de insegurança e incerteza.

---

19. O vínculo institucional abrange, segundo Nogueira et al. (2000: 1), a "dimensão jurídica da relação de trabalho e a dimensão administrativa da relação institucional. A relação jurídica de trabalho pode ser dada pelo regime celetista, enquanto a relação institucional pode realizar-se mediante uma associação comunitária conveniada com a Secretaria de Saúde do município".

20. A polêmica ocorre em virtude da "contradição existente entre um possível vínculo institucional direto com a administração do Estado e o objetivo de preservação de uma ligação legítima com a comunidade" (NOGUEIRA et al., 2000: 21).

A nosso ver, a discussão do processo de desprecarização do trabalho dos ACS é bem mais complexa e requer análise diacrônica. Assim sendo, pretendemos acompanhar a continuidade do caso de Ribeirão Preto, analisando os possíveis desdobramentos da regularização dos vínculos e, além disso, comparar com o caso de São Carlos.

Referências bibliográficas

ANPAC. **Crescente procura por concursos públicos**. 2009. Disponível em: http://www.anpac.org.br/portal/index.php/noticias. Acesso em: 6 jan. 2010.

ATUANTE. Agentes comunitários de saúde estão perto da efetivação. **Jornal do Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto**, jun.-jul, 2009, p. 3.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei n. 10.507, de 10 jul. 2002. Cria a profissão de agente comunitário de saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 jul. 2002.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Referencial curricular para curso técnico de agente comunitário de saúde**: área profissional saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. **Lei n. 11.350**, de 5 de out. 2006a. Regulamenta o § 5o do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2o da EC n. 51.

_____. **Emenda constitucional 51**, 14 fev. 2006b.

_____. Ministério da Saúde. **Atenção básica e saúde da família**. 2009. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/dab/abnumeros.php#numeros. Acesso em: 22 dez. 2009.

CÂMERA EM DESTAQUE. **Vereadores aprovam, em segunda e última discussão, a efetivação dos agentes comunitários de saúde**. Disponível em: http://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/snoticias/i33principal.php?cat=62&id=594. Acesso em: 28 dez. 2009.

CASTRO, J. L.; VILAR, R. L. A.; FERNANDES, V. P. Precarização do trabalho do ACS: um desafio para a gestão do SUS. In: BARROS, A. F. et al. **Observ. de RH em Saúde no Brasil**. 1. ed. Brasília: MS, 2004. v. 2, p. 105-120.

CODERP. **Agentes comunitários de saúde entregam novos documentos para regularizar função**. 24. jun. 2009. Disponível em: http://www.coderp.com.br/ccs/snoticias/i33principal.php?id=11481. Acesso em: 7. jul. 2009.

COLEMAN, J. S. Capital social e a criação do capital humano. **Jornal Americano de Sociologia**, n. 94, 1988. Suplemento, p. 95-120.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: FTA/Oboré, 1987.

EPTV. Concurso para cozinheiro atrai 25 mil inscritos em Ribeirão. Número de interessados em cargos públicos aumenta a cada ano. Disponível em: http://eptv.globo.com/busca/busca_interna.aspx?255793. Acesso em: 28 abr. 2009.

GAZETA DE RIBEIRÃO. Piso de agentes dever ir para R$ 970. Disponível em: http://gazetaderibeirao.cosmo.uol.com.br/conteudo/mostra_noticia.asp?noticia=167365. Acesso em: 9 fev. 2010.

HEIMANN, L. S; MENDONÇA, M. H. A trajetória da atenção básica em saúde e do programa de saúde da família no SUS: uma busca de identidade. In: LIMA, N.T et al. (Orgs). **Saúde e democracia. Histórias e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 481-502.

IBGE. **Censo Demográfico 2009**. Disponível em: www.ibge.com.br. Acesso em: 28 dez. 2009.

INQUERITO CIVIL n. 119.1.964.2/07. Ministério Público do Estado de São Paulo.

PARADA, J. **Jornal do Candidato**. Dr. Jorge Parada, 2001.

INFORUM. **Seminário discute carreira de ACS e ACE na Câmara**. Disponível em: http://inforum.insite.com.br/40263/msgs/367/. Acesso em: 4 jul. 2009.

RIBEIRÃO PRETO. Lei complementar n. 2185, de 27 de abril de 2007. **Diário Oficial do Município**, Ribeirão Preto, processo n. 02.07.

_____. Projeto de Lei n. 1493, de 16 de junho de 2004. Institui o Dia do Agente Comunitário de Saúde. **Diário Oficial do Município**, Ribeirão Preto, processo n. 02.04. 020345.6.

_____. Portaria n. 110, de 11 de julho de 2008. **Diário Oficial do Município**, Ribeirão Preto, p. 4.

_____. Portaria n. 1627, de 11 de dezembro de 2009. **Diário Oficial do Município**, Ribeirão Preto, p. 4.

_____. Lei complementar n. 2.378, de 23 de dezembro de 2009. **Diário Oficial do Município**, Ribeirão Preto, ano 37, n. 8407, p. 7.

RIBEIRÃO PRETO ONLINE. Notícias sobre Agentes Comunitários de Saúde. Disponível em: http://www.ribeiraopretoonline.com.br. Acesso em: 28 dez. 2009.

LIMA, J. C. A teoria do capital social na análise das políticas públicas. Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 17, p. 46-63, set. 2001.

LIMA, J.; COCKELL,F. F. As novas institucionalidades do trabalho no setor público: os agentes comunitários de saúde. **Trab. Educ. Saúde**, v. 6, n. 3, p. 481-502, 2008.

LIMA, J. C.; MOURA, M. C. Trabalho atípico e capital social: os agentes comunitários de saúde na Paraíba. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 103-133, jan.-abr. 2005.

NOGUEIRA, R. P.; SILVA, F. B.; RAMOS, Z. V. O. **A vinculação institucional de um trabalhador sui generis – o ACS**. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2000. (Texto para Discussão n. 735).

NUNES, M. O. et al. O agente comunitário de saúde: construção da identidade desse personagem híbrido e polifônico. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1639-1646, nov.-dez. 2002.

PIETRUKOWICZ, M. C. L. C. **Apoio social e religião**: uma forma de enfrentamento dos problemas de saúde. 2001. 129 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fiocruz, Rio de Janeiro.

PORTES, A. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, 1998.

PUTNAM, R. D. Rolando Sozinho: capital social declinando na América. **Jornal da Democracia**, n. 6, v. 1, p. 65-78, 1995.

RELATÓRIO DO FÓRUM MUNICIPAL. **Agente comunitário de saúde**: atualidades no contexto de trabalho. 2009. Texto entregue pelos ACS a PMRP (divulgação interna).

RIZZO, A. "Clones" sangram programas de saúde da família. **O Estado de Minas,** 11 jul. 2009.

SANTOS, L. A emenda constitucional n. 51/2006 e os agentes comunitários de saúde. **Boletim de Recursos Humanos**, Curitiba: Governet, v. 4, n. 33, p. 19-28, jan. 2008.

SÃO CARLOS. **Agentes de Saúde e de Combate à Dengue serão contratados**. Disponível em: www.saocarlos.sp.gov.br. Acesso em: 17 abr. 2007.

_____. **Prefeitura vai implantar a 16ª equipe de Saúde da Família**. Disponível em: http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2009/155290-prefeitura-vai-implan. Acesso em: 8 ago. 2009.

TRIBUNA. Agentes de saúde serão efetivados em Ribeirão Preto. 22 dez. 2009, p. A-3.

VIANA et al. Modelos de atenção básica nos grandes municípios paulistas: efetividade, eficácia, sustentabilidade e governabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, p. 577-606, 2006.

Parte III

Dimensões Identitárias e Religiosas do Mundo Vivido

Capítulo XIII

A Destronização dos Deuses:

uma análise do processo de evangelização pentecostal na Amazônia

Daniele J. Oliveira

Introdução

As interpretações sobre o papel da religião nas sociedades modernas ocidentais são variadas, mais especificamente, seu lugar nas sociedades secularizadas. Entretanto, quando se trata de entender esse processo de secularização, nos marcos da sociologia da religião, são dois os caminhos com os quais nos defrontamos. Por um lado, há um *ethos* protestante que vê no mundo secularizado o mote para a realização de seus princípios. E, de outro, há o catolicismo, cujas resistências a esse mesmo mundo se evidenciam na postura ortodoxa, uma vez que sua cosmologia vai de encontro a esse novo contexto.

Esse duplo caminho tem repercussões diretas na trajetória pregressa e recente das nações hispânicas-ameríndias. Tanto os colonizadores hispânicos quanto os lusitanos, ao adentrarem as novas terras, trouxeram consigo o catolicismo, já que este gozava do status de religião de Estado. Daí, as colônias sob o domínio de uma dessas duas nações professarem o catolicismo como religião oficial por séculos, como foi o caso do Brasil, diferentemente do ocorrido nos Estados Unidos cujo protestantismo enraizou-se desde os primórdios, trazido pelas minorias protestantes da Europa que ali procuraram se estabelecer. Numa verdadeira alusão à Canaã bíblica, essas terras representam para tais minorias a terra prometida, e esses "neo-hebreus" viram, nela, jorrar leite e mel.

Procuraremos, ao longo deste capítulo, discutir como o binômio colonização-conversão religiosa está presente nas interações do homem branco com os povos indígenas em território brasileiro, cuja *permanência* se faz sentir em pleno século XXI. Diante isso, o alastramento da pedra de toque da modernidade, qual seja, a "secularização", é algo questionável. Tal como ocorrera no início do período colonial, em virtude da evangelização jesuítica das tribos do litoral – principalmente as de tronco tupi (*Bororo*, *Xavante*, *Kaingang*, *Kayapó*) – e contexto no qual o monoteísmo toma o lugar do politeísmo nativo, pode-se supor que estão aí lançadas as bases do etnocídio cultural dos povos indígenas, que viria a se concretizar mais tarde em outras áreas da vida dos nativos. As práticas de incitamento à conversão religiosa tiveram continuidade. Alastraram-se, na atualidade, para as tribos da Floresta Amazônica, mas sob nova denominação cristã.

É a ação do protestantismo, na forma do pentecostalismo, que avança mata a dentro com sua mensagem de salvação. Evidencia-se um deslocamento do processo evangelístico, por um lado, no teor doutrinário, por outro, na incidência geográfica. No entanto, as consequências para os povos indígenas abordados, no que toca à questão de perdas identitárias, são alvo de nossa breve reflexão a seguir.

Guardiães do sacramento *versus* guardiães da natureza

A chegada da missão jesuítica ao Brasil é tema bastante discutido entre os historiadores, antropólogos e sociólogos, por diversas e relevantes razões. Uma delas, o indisfarçável atrelamento da ação missionária ao processo de exploração da mão de obra indígena. Nesse preciso sentido, Darcy Ribeiro nos lembra:

> "Mais tarde, com a destruição das bases da vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativeiro, muitíssimos índios deitavam em suas redes e se deixavam morrer, como só eles têm o poder de fazer. Morriam de tristeza, certos de que todo o futuro possível seria a negação mais horrível do passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira. Sobre esses índios assombrados com o que lhes sucedia é que caiu a pregação missionária, como um flagelo. Com ela os índios souberam que era por culpa sua, de sua iniqüidade, de seus pecados, que o bom deus do céu caíra sobre eles, como um cão selvagem, ameaçando lançá-los para sempre nos infernos" (RIBEIRO, 1995: 43).

Nesse excerto, fica notório o choque entre os mundos: por um lado, o homem branco e seu discurso messiânico, levando a boa-nova àqueles "pagãos"; de outro, o indígena, cujo ideal de vida estava ligado à natureza, como epifanias da benevolência dos deuses. Subjacente à pregação missionária, o interesse comercial da coroa portuguesa, que via a nova terra como fonte de riqueza à sua disposição. Do lado indígena, por seu turno, a negação a prestar-se à exploração, uma vez seu provimento suficiente pelas dádivas da natureza. O mundo natural é uma expressão máxima da benevolência dos deuses, uma vez que, através de cada elemento no qual se manifesta, está subjacente a *persona* de um dos deuses que compõem sua cosmogonia. As missões jesuíticas e a exegese catequética correspondente tiveram papel significativo no discurso apologético relacionado ao mundo do trabalho, visto como uma antítese ao mundo da natureza.

Não podemos perder de vista as particularidades dos povos indígenas. No caso da aplicabilidade do trabalho compulsório, os povos indígenas da Amazônia surgem com um caráter diferenciado. Nessa região, o uso da mão de obra indígena foi intenso e as sublevações, ao contrário das tribos litorâneas paulistas, eram raras, compondo um quadro de desolação (ALENCASTRO, 2000). Para além das questões históricas, esse panorama permite-nos analisar, à luz da interpretação sociológica, como a religião racionalizada, atrelada à ideia de trabalho, permitiu ao

colonizador fundamentar seu domínio dos povos nativos, evitando, no caso amazônico, oposições e tampouco rebeliões.

O catolicismo e seu projeto salvacionista surgem como ideologia, tal como na perspectiva gramsciana, ou seja, o âmbito religioso é um *locus* do exercício do poder para reforçar a dominação material. Gramsci (2001) permite-nos compreender que a religião, tomada em seu sentido lato, *religari*, opera uma ligação enviesada entre criador e criatura, uma vez que a empresa salvacionista jesuítica aparece nesse contexto como um aparelho da superestrutura religiosa vinculado a outro elemento bastante significativo no contexto da catequização, isto é, a educação. Numa dimensão mais ampla, o papel dos padres jesuítas não se baseava exclusivamente em anunciar aos gentios o santo evangelho; antes, cumpriam a função de educadores, sobretudo no ensino da língua portuguesa aos índios, para que, a partir dessa compreensão, pudessem catequizá-los. Assim fazendo-se, viabilizar o trabalho nos moldes que interessava ao colonizador e, por sua vez, os valores de trabalho como meio de glorificação divina. O catolicismo propagado nessas terras gera, ainda, a polarização dos mundos, que opõe o homem religioso e branco, para quem a defesa do sacramento é o baluarte, para não dizer sua ontologia, ao indígena, cujos costumes, hábitos, danças e deuses foram destronados em face de um Deus vingativo, que exige o trabalho como meio de purgação dos pecados destes.

Da magia à religião: o processo de desencantamento entre os indígenas

Um dos aspectos mais importantes da vida nas sociedades tribais, ou em outras formas de convívio comunitário de pequeno porte, diz respeito ao caráter coletivo das crenças e da magia, de modo que essa fé coletiva assegura a eficácia dos ritos da magia primitiva.

Mauss, antropólogo francês preocupado com o estudo dos ritos de magia, frisa a complexidade dessas ritualísticas, afirmando que não se trata de atos simples, desprovidos de solenidade. Já para Pierruci (1997; 2005), magia é menos um sistema de crenças e mais um conjunto de práticas. Em operação, é possível encontrar a crença e não necessariamente uma ação reflexiva de que existem "leis" que regem "ocultamente" as relações de correspondência entre os reinos da natureza, conferindo regularidade e previsibilidade a essas relações. Toma de empréstimo o pensamento de James George Frazer (1854-1941), pioneiro no estudo da magia primitiva e para quem o universo simbólico do magismo obedece, como um todo, à lei da simpatia. Isso faz de toda e qualquer prática mágica um ato de magia simpática.

Considerando-se essas abordagens, outra valiosa contribuição está na obra de Emile Durkheim, cujas reflexões acerca do binômio magia-religião fornecem-nos aporte teórico na compreensão da problemática levantada. Em *Formas elementares de vida religiosa*, a religião é definida como um sistema de crenças e práticas

em relação ao sagrado, que une em uma mesma comunidade moral todos os que a ela adira (DURKHEIM, 1989: 79). Com isso, o autor apresenta o traço moral marcante da religião e afirma que só pode haver moral se a sociedade possuir um valor superior à de seus membros.

Nesse sentido, o que temos de relevante é a tácita diferenciação entre religião e magia. Quando tomamos a terminologia "magia", nos referimos a um mundo encantado, cujos passos em direção ao desencantamento encontramos nos marcos da sociologia da religião de Max Weber, indubitavelmente o autor que mais se preocupa com o lugar e o papel da religião na vida humana, sobretudo no Ocidente.

Para Weber, o lugar do judaísmo é essencial para compreender o cristianismo, uma vez que as condições históricas que perpassam o judaísmo oferecem elementos que são norteadores na evolução da moderna ética econômica do Ocidente: "(...) refere-se aos impulsos práticos de ação que se encontram nos contextos psicológicos e pragmáticos das religiões" (WEBER, 2004: 309). A ética religiosa aqui aparece despida do caráter místico, que diz respeito à magia, e se calca num monoteísmo, que se choca com o politeísmo dos nativos, carregado de teor mágico. Nesse caso, o ascetismo mágico é discutido no âmbito da glorificação do sofrimento e há o destaque da ideia de punição.

> "(...) a anunciação e promessa da religião dirigiram-se, naturalmente, às massas dos que necessitavam de salvação. Elas, e os seus interesses, passaram ao centro da organização profissional para a 'cura da alma' que, na verdade, ali se originou. Mágicos e sacerdotes passaram a ter como atribuição a determinação dos fatores a serem responsabilizados pelo sofrimento, ou seja, a confissão dos pecados" (WEBER, 2004: 315).

Tanto do ponto de vista psicológico quanto social, a religiosidade é manifestada a partir de uma cadeia de relações, dos indivíduos consigo mesmos e dos indivíduos entre si. Na dimensão ritualística, tais relações se expressam através de uma corporeidade comunitária que, no caso da catequese dos indígenas, tendeu o fragmentá-la, fazendo-o através do rompimento daquilo que Weber denominaria de unidade da imagem primitiva do mundo:

> "(...) em que tudo era mágica concreta, tendeu a dividir-se em conhecimento racional e domínio racional da natureza, de um lado, e em experiências 'místicas do outro'" (WEBER, 2004: 325).

Sendo a religião criação e, ao mesmo tempo, criadora de relações entre os indivíduos na sociedade, e por isso formadora de comunidades, o carisma institucionalizado pelo catolicismo busca organizar a religiosidade das massas e monopolizar seus valores, a fim de evitar autonomias religiosas de demais qualificações. A importância sociológica deste fato está em alcançar eficácia no redirecionamento da salvação, que passa de uma ação contemplativa do mundo para uma ação efetiva

neste mundo, através do trabalho. Disso se depreende o processo de desmagificação dos mitos dos povos indígenas, do período colonial até os dias atuais. No caso dos povos indígenas da Floresta Amazônica, a vertente pentecostal e neopentecostal do cristianismo é a que prevalece no trabalho missionário com o qual são postos em contato e interação.

O trabalho missionário adentra os aldeamentos por meio de práticas assistencialistas organizadas. Se, por um lado, há o benefício social de serviços médicos e odontológicos ofertados, dentre outros, há os danos culturais imensuráveis referentes ao projeto de salvação que está atrelado a tais práticas, o que, então, configura um quadro de etnocídio que discutiremos a seguir.

A Amazônia do Senhor Jesus: a atuação da evangelização pentecostal junto aos povos indígenas

A exploração na Floresta Amazônica não se restringe apenas ao que o território tem para oferecer em termos materiais, mas se estende para outros campos, como o espiritual-religioso, em que se dá acelerada expansão evangélica junto aos povos indígenas da região, particularmente o pentecostalismo.

O pentecostalismo[1] no Brasil cresce com vigor, porém, nem sempre foi assim. Suas incursões pioneiras se devem aos missionários de duas denominações: a Congregação Cristã no Brasil (CCB) e a Assembleia de Deus. A primeira foi fundada em 1910 pelo italiano Luis Francescon. A segunda, em 1911, pelos missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, em Belém do Pará. No caso da CCB, a concentração de esforços e os correspondentes contingente de fiéis deram-se em São Paulo e no Paraná, embora seu avanço seja notório noutras regiões. Já a Assembleia de Deus, apesar de ter inúmeros templos espalhados pelo país, encontra-se fragmentada entre os ministérios de Belém e de Madureira, o que incita diversidade em suas doutrinas, gerando dificuldades em sua classificação junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A Assembleia de Deus é a vertente que mais tem se embrenhado floresta adentro, com suas missões, em busca dos indígenas para evangelizar, ou, como dizem, levar a palavra de Deus para as almas perdidas. O esforço missionário contemporâneo não é errático. Ao contrário, conta com uma estratégia de cartografização das localidades de inserção dos diversos povos indígenas, bem como referente ao *status* da evangelização dos mesmos, o que se verifica na Figura 1.

1. O pentecostalismo nasceu de um movimento religioso conhecido como Missão de Fé Apostólica, na Rua Azuza Street, em Los Angeles. O reavivamento decorrente em Azuza Street impulsionou plenamente inúmeros missionários em anunciar a glossalália ou Xenolália (nome técnico empregado para o fenômeno de falar em línguas estranhas; é um ato de se comunicar com Deus, numa linguagem divina).

Figura 1 Localização dos povos indígenas e características do esforço de evangelização.

A suscetibilidade dos povos indígenas, em particular, ao trabalho evangelizador na região Amazônica é considerável. Nisso, referimo-nos não apenas às missões encabeçadas, principalmente, pelas Assembleias de Deus – cuja concentração de templos na região é a segunda maior do país, ficando atrás apenas do estado do Rio de Janeiro –, mas por outras vertentes cristãs, como a Igreja Batista, que, anualmente, recruta seus jovens em período de férias para suas missões nas comunidades tanto indígenas quanto caboclas incrustadas em áreas ribeirinhas do rio Amazonas e seus afluentes. O êxito das incursões de evangelização pode ser medido pelo conteúdo do mapeamento que se refere ao avanço das interações com os grupos indígenas. Segundo os dados da Associação de Missões Transculturais Brasileiras (AMTB), essa interação rumo à conversão religiosa alcança mais da metade dos grupos indígenas identificados pela instituição (Figura 2).

São muitos os fatores aos quais podemos atribuir o avanço dessas missões nas comunidades indígenas. Entre eles, as lacunas que o Estado tem deixado no cumprimento de seu papel. O suprimento das carências materiais são iniciativas nas quais há o estabelecimento de um ambiente de confiança e laços, os quais

propiciam o caráter teológico da interação. As missões, ora denominadas como transculturais, estão destacadas nas agendas das denominações cristãs, e parcela dos dízimos e ofertas dos fiéis tem a finalidade de mantê-las.

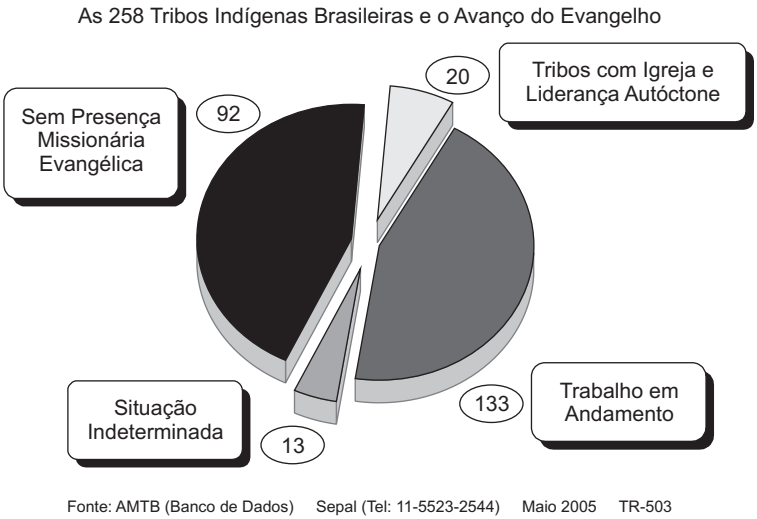


Figura 2 Identificação do *status* da evangelização junto aos povos indígenas

As missões transculturais ocupam lugar de destaque em relação às nacionais. Em 1996, no Congresso Mundial de Evangelização, ocorrido em Seul (Coreia do Sul), as lideranças evangélicas brasileiras se comprometeram a incrementar estratégias de aumento da eficácia do trabalho evangelizador, no intuito de colocar, até o ano 2000, pelo menos um missionário em cada uma das denominadas tribos. Dentre tais estratégias, a de verificar a necessidade de tradução da Bíblia, em especial, do Novo Testamento (Figura 3). De fato, não se mediram esforços e os resultados se fizeram sentir, sobretudo na região Amazônica, onde pelo menos uma Casa de Oração da Assembleia de Deus ou uma igreja flutuante da Congregação Cristã no Brasil[2] têm levado o evangelho às comunidades mais longínquas, sem falar de outras denominações que têm se lançado nessa empreitada; por exemplo, a Igreja do Evangelho Quadrangular e a já mencionada Igreja Batista, entre outras.

Conclusões

O processo evangelizador dos povos indígenas esteve constantemente presente na história brasileira e não deu trégua àqueles circunscritos à região Amazônica. Fosse ao âmbito das interações incitadas pelas missões do catolicismo ou das vertentes pentecostais, os povos indígenas estiveram vulneráveis ao contato com um

2. No caso da Congregação Cristã no Brasil é importante ressaltar que a contribuição de seus membros não é compulsória como na Assembleia de Deus.

outro que nega sua cosmogonia ou se lhe oferece suprimentos que o Estado esquece de lhe prover adequadamente.

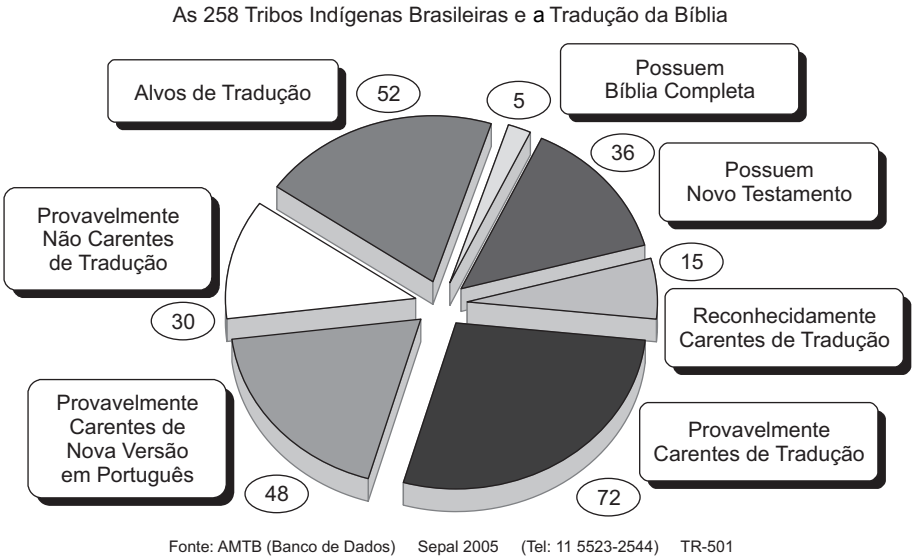


Figura 3 Interação com os povos indígenas quanto ao uso da Bíblia Sagrada.

Assim, se o mundo se constitui numa miríade de povos tradicionais, cujas especificidades culturais e direito a autodeterminação merecem ser considerados, o que temos em relação às formas de abordagem das missões de caráter religioso junto aos povos indígenas no Brasil é a permanência de uma lógica de poder. O processo de catequização de outrora e a atual evangelização pentecostal estão inseridos num projeto maior, como diria Bourdieu (1987), num mercado de bens simbólicos, de modo que tomá-los num sentido histórico significa explicá-los a partir de um contexto concreto em que interesses e conflitos estão em jogo, cujo pano de fundo nada mais é que o capitalismo em seus múltiplos estágios. Daí, a oposição da magia à racionalidade do binômio pecado-punição, e do politeísmo subvertido pelo monoteísmo no plano da espiritualidade.

As línguas nativas mostraram-se, na colonização, um obstáculo à catequização e, hoje, a disseminação do idioma português transpõe essa barreira, tornando o conteúdo da Bíblia Sagrada mais acessível.

O projeto expansionista europeu, com as grandes navegações e o mercantilismo, contou com a Companhia de Jesus e com o princípio teológico cristão de anunciar o evangelho aos nativos das terras recém-descobertas. As missões pentecostais não estão descoladas, igualmente, de seu tempo. Como anunciadores da boa-nova, negligenciam aspectos fundamentais que dizem respeito ao choque de culturas e ao respeito à identidade do outro e semeiam discórdias internas na co-

munidade ao trazer para seu seio um conjunto de regras distintas da tradição local. Neófitos cristãos passam a recriminar práticas ritualísticas usuais daquele coletivo, o qual passa a sofrer um processo de desagregação. São Gabriel da Cachoeira[3] é um típico exemplo de município onde os povos indígenas estão se convertendo em massa ao pentecostalismo.

Por fim, o que podemos observar, até o presente, é a tentativa insistente de submissão dos povos indígenas ao desencantamento do mundo e, em nome dos valores oriundos do monoteísmo judaico-cristão, branco e eurocêntrico, torná-los dócil aos projetos de desenvolvimento de ocasião. A preservação de hábitos e costumes é condição para um olhar diferenciado sobre o mundo natural e a forma de produzir seu lugar. Lutar por suas crenças é, para os povos indígenas, lutar para que seus Deuses não mais sejam destronados e seu povo, em correspondência, não seja novamente desterritorializado.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO , L. F. de. **O trato dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 1989.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

PIERRUCI, F. (1997). Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em Sociologia da Religião. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 49, p. 99-117, nov. 1997.

_____ **O desencantamento do mundo**. Todos os passos do conceito em Max Weber. 2. ed. São Paulo: Editora 34.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

3. Município localizado na região noroeste do estado do Amazonas com uma população de 41.885 mil habitantes, caso único na federação brasileira em que foram reconhecidas, como línguas oficiais, ao lado do português, mais três idiomas, a saber: o Nheengatu, o Tukano e o Baniwa, línguas tradicionais faladas pela maioria dos habitantes, dos quais 85% são indígenas (Lei Municipal 145/2002, de 22 de novembro de 2002).

Capítulo XIV

Identidades Sociais e os Processos Religiosos:
o pentecostalismo na comunidade Bom Jesus, Manacapuru (AM)[1]

Elder Monteiro de Araújo
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Introdução

Desde a segunda metade do século XX, com maior intensidade na década de 1990, as igrejas evangélicas[2] têm se tornado mais influentes no campo religioso brasileiro, mostrando crescimento considerável. Os dados sobre religião do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a quantidade de evangélicos aumentou significativamente a partir da década de 1970, quando alcançaram 5,8% da população brasileira e, depois, em 1980 (6,6%), em 1991 (9,0%) e em 2000 (15,4%). Ao se referir às produções acadêmicas direcionadas ao pentecostalismo, Siepierski (2003) afirma que os primeiros trabalhos preocupados com esse movimento religioso, nas décadas de 1960 e 1970, enfatizavam seu caráter sectário e ascético, enquanto os trabalhos mais recentes focalizam a mudança nesse comportamento por parte dos neopentecostais ou novos pentecostais. Para Mariano (1999), é na década de 1980 que há irrupção de pesquisadores preocupados em investigar os pentecostais. Mariano afirma ainda que esse interesse teria sido motivado pela visibilidade que os pentecostais obtiveram nesse período através da inserção na vida político-partidária, ação televangelística e escândalos dos mais variados, divulgados pelos meios de comunicação.

Apesar da produção acadêmica sobre o pentecostalismo, suas dimensões ainda são limitadas se levarmos em consideração a abrangência desse fenômeno. Não é por acaso que Mariano (1999) nos faz perceber que os estudos e informações sobre os evangélicos estão aquém da sua notável presença na sociedade brasileira. Outra limitação está relacionada ao fato de que a maioria das conclusões referen-

---

1. Agradecemos oapoio logístico da Inteligência Socioambiental e Estratégica da Indústria do Petróleo na Amazônia (PIATAM) e apoio financeiro concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. O termo *evangélico* está vinculado à atuação da primeira igreja evangélica de língua portuguesa – a Igreja Evangélica organizada no Rio de Janeiro em 1858. Os membros dessa igreja se autodenominavam, e também eram conhecidos, pela própria sociedade, pelo termo com o qual são conhecidas as igrejas protestantes no Brasil, a saber,*"evangélicos"*.

tes aos segmentos evangélicos tem sua base em estudos circunscritos em espaços urbanos, com ênfase em determinadas denominações. Um exemplo disso é o fato de que boa parte dos estudos sobre o neopentecostalismo baseia-se nas reflexões referentes à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) (SIEPIERSKI, 2003).

Não é diferente no Amazonas e na região amazônica. A preocupação com os evangélicos e, em especial, com o pentecostalismo é minguante, principalmente se considerarmos as manifestações desse fenômeno no meio rural. Classicamente, os estudos que ressaltam a importância da religião têm seu foco no catolicismo e no xamanismo. No bojo dessa discussão poderíamos citar dois trabalhos que se tornaram literatura clássica não só para quem estuda as religiões e seus processos identitários na Amazônia, mas também para os que se dedicam aos estudos dos fenômenos sociais como um todo – o estudo de Charles Wagley, *Uma comunidade amazônica* (1988), e o de Eduardo Galvão, *Santos e visagens* (1976). Os dois autores tomaram a mesma comunidade como objeto de estudo, mas, enquanto o primeiro realizou um estudo mais geral, o segundo enfatizou a questão religiosa. Não obstante a importância, eles se depararam com um contexto em que o catolicismo obtinha larga influência no campo religioso não só na Amazônia, mas em praticamente todo o Brasil. Entre os estudos recentes[3], encontramos Raymundo Maués, que também aborda o fenômeno religioso na Amazônia e, apesar de tocar na questão pentecostal, debruça-se mais especificamente sobre o catolicismo e suas vinculações ao xamanismo (MAUÉS, 2005).

Mas, então, como podemos nos colocar diante dessa questão e como poderíamos contribuir para o desenvolvimento dos estudos acerca do pentecostalismo e suas manifestações? Neste texto gostaríamos de refletir acerca desse tema, tomando como escopo as manifestações do fenômeno religioso na comunidade Bom Jesus (AM). Para tanto, primeiramente, daremos esclarecimentos acerca das nomenclaturas do protestantismo, pentecostalismo e neopentecostalismo e a aparição, bem como a construção, desses fenômenos no Brasil. Posteriormente, apresentaremos características relacionadas à comunidade Bom Jesus (AM). Num terceiro momento, vamos relacionar a construção da identidade e a produção do fenômeno religioso nessa comunidade. Por fim, realizaremos algumas problematizações acerca do tema a partir das reflexões realizadas sobre o objeto estudado.

O desenvolvimento do campo evangélico no Brasil

O protestantismo a que nos referimos está vinculado às práticas de igrejas que surgiram no contexto da reforma protestante realizado pelo teólogo alemão Martinho Lutero, em 1517. Essas igrejas – Luterana, Presbiteriana, Congregacional,

3. Neste texto não entramos no mérito dos estudos sobre as manifestações, no âmbito da região amazônica, das religiões ou religiosidades indígenas, bem como daquelas consideradas afro.

Anglicana, Metodista, Batista e Adventista – são consideradas protestantes ou protestantes históricas. No Brasil, as ocorrências do protestantismo foram esporádicas durante o período colonial, de forma que sua atuação intensiva se deu na segunda metade do século XIX, em virtude de acontecimentos como a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, e a imigração europeia, no período de Dom João (SILVA, 2003). Outros fatos que contribuíram foram a Proclamação da República e a promulgação de uma nova constituição que estabelecia a separação entre Igreja e Estado, bem como a institucionalização da liberdade religiosa (SIEPIERSKI, 2003).

Com relação ao Pentecostalismo, há discordância no que se refere a seu lugar específico de surgimento, embora haja concordância em relação ao país, a saber: Estados Unidos. Siepierski (2003) aponta para o Colégio Bíblico Betel, na cidade de Topeka, Kansas, onde teria ocorrido uma reunião em que uma aluna teria sido batizada no Espírito Santo ou falado em línguas estranhas ou desconhecidas (glossolalia). Por outro lado, Rolim (1987) percebe o surgimento do pentecostalismo no ano de 1906, numa igreja metodista de Los Angeles.

Segundo Siepierski (2003), o pentecostalismo está vinculado ao movimento *holiness* (santidade), ocorrido ao longo do século XIX em igrejas protestantes de língua inglesa, principalmente nos Estados Unidos, influenciadas pelas igrejas metodistas – as primeiras a se engajarem na obra missionária. A ênfase desse movimento era a combinação entre conversão e santificação como sinônimo de vida cristã ideal. Os primeiros missionários pentecostais a virem ao Brasil estavam sob a influência dessa doutrina, e sua atividade proselitista culminou no surgimento das duas primeiras igrejas pentecostais do Brasil: Congregação Cristã do Brasil e Assembleia de Deus, em 1910 e 1911, respectivamente.

Mais tarde, o batismo no Espírito Santo foi acrescentado às doutrinas de *Holliness*, evidenciado pela glossolalia – oração em línguas estranhas ou estrangeiras. Para Siepierski (2003), ainda no início da década de 1950, um terceiro acontecimento, com fim proselitista, causou grande impacto no campo evangélico brasileiro, resultando na fragmentação denominacional. Sob a tutela da Igreja do Evangelho Quadrangular, à época sediada nos Estados Unidos, dois missionários iniciaram uma campanha de curas e expulsão de demônios no interior do estado de São Paulo, que logo ganhou dimensões maiores, influenciando outras igrejas evangélicas e provocando cisões no protestantismo histórico e, inclusive, nas igrejas representantes do pentecostalismo clássico: a Congregação Cristã do Brasil e a Assembleia de Deus. Aquele trabalho inicialmente atomizado de curar e expulsar demônios se espalhou pelo Brasil sob o nome de Cruzada Nacional de Evangelização ou, simplesmente, Cruzada.

Portanto, tomando como referência esse desenvolvimento histórico, podemos afirmar que o pentecostalismo se diferencia do protestantismo clássico por crer nos dons de língua (glossolalia) ou batismo no Espírito Santo, cura de enfermidades e expulsão de demônios.

Noutro momento, a partir da segunda metade do século XX, surgiu o movimento que ficou conhecido como novo pentecostalismo ou neopentecostalismo, que, segundo Mariano (2004), caracteriza-se pela compreensão do mundo enquanto uma "guerra espiritual" do bem contra o mal e, mais especificamente, contra o Diabo; pela rejeição dos usos e costumes de santidade enfatizados pelos pentecostais – um exemplo é a vestimenta[4]. Além disso, pregam a Teologia da Prosperidade[5] e intensificam a utilização dos meios de comunicação[6].

Vale ressaltar que, durante o desenvolvimento do pentecostalismo, já existem tendências que direcionam para o surgimento desse "novo" movimento entendido tanto como continuação quanto como ruptura das doutrinas presentes entre os pentecostais. Isso pode ser notado nas mensagens nos meios de comunicação utilizadas na Cruzada Nacional de Evangelização; na participação de Manoel de Mello, fundador da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, em programas de auditório e no envolvimento político-partidário de sua membresia com o seu apoio. Outro germe importante é a organização em episcopado e a ênfase no sucesso econômico apregoados por Robert Mac-Lister, que teve bastante influência sobre líderes das futuras igrejas neopentecostais, como, por exemplo, Edir Macedo.

Todas essas modalidades, herdeiras do protestantismo, são genericamente denominadas de *evangélicas* ou, mesmo, *crentes*. Este último termo aparece com maior recorrência em trabalhos realizados em espaços, por assim dizer, menos urbanos, como podemos perceber nos estudos de Eduardo Galvão (1976) e Raymundo Maués (2005). No entanto, no que diz respeito às categorias de compreensão desse fenômeno, consideramos importante a escolha de Siepierski (2003) ao utilizar a ideia de "campo" protestante ou evangélico quando se refere às igrejas cristãs nascidas da Reforma Protestante (século XVI) ou descendentes dela.

Como todo esse fenômeno alcançou a região amazônica? Somente a partir da primeira metade do século XIX foi que ocorreram as primeiras manifestações do protestantismo na Amazônia, com a atuação de viajantes e propagandistas dessa doutrina. Já o pentecostalismo tem sua presença na Amazônia vinculada à primeira metade do século XX, com a ação de missionários que contribuíram para a formação da Igreja Assembleia de Deus (DREHER, 1992: 322; MAUÉS, 2000: 88-89).

---

4. Ao contrário dos pentecostais, os adeptos do novo pentecostalismo estão liberados para utilizarem roupas da moda, bem como usar cosméticos e outros produtos de beleza (MARIANO, 2004: 124).
5. A Teologia da Prosperidade baseia-se na crença da concessão divina de prosperidade material, sendo um exemplo dessa perspectiva teológica a Igreja Universal do Reino de Deus (MARIANO, 2004).
6. Paegle (2008) afirma que, principalmente com o pentecostalismo, a religião tem se tornado uma espécie de "supermercado religioso" em virtude de sua variada combinação de gostos, o que esse autor metaforicamente denomina de "mcdonaldização religiosa". Uma das formas de oferecer os produtos é através da utilização dos meios de comunicação.

Atualmente, já é possível perceber as consequências da investida daqueles primeiros missionários protestantes e/ou pentecostais. Cesar Jacob et al. (2007), discutindo os três últimos censos do IBGE, afirma que, desde a década de 1980, os estados da região amazônica já aparecem com um índice de diversificação religiosa maior que nas outras regiões do Brasil em virtude da presença de denominações pentecostais. Presença esta que aumentou nas décadas seguintes.

Dados esses esclarecimentos sobre os segmentos que compõem o campo evangélico no Brasil, resta-nos uma pergunta: em qual dessas classificações se encontram os *evangélicos* de Bom Jesus? Pensamos que a resposta não pode ser dada de forma simplista e, por conta disso, pretendemos primeiramente apresentar ao leitor o objeto de estudo – no caso a comunidade Bom Jesus – para, posteriormente, realizar conclusões.

Bom Jesus: algumas características

A comunidade Bom Jesus é composta por 31 famílias e sua formação é relativamente recente, remontando às décadas de 1980 e 1990. A ocupação da comunidade se deu através do deslocamento de pessoas oriundas do próprio estado do Amazonas, principalmente do município do Careiro da Várzea (AM). Localizada no paraná do Iauara, no rio Solimões (AM), legalmente Bom Jesus pertence ao município de Manacapuru (AM), mas a proximidade da comunidade com o município de Anamã (AM) fez com que seus moradores construíssem estreita relação com esse segundo município (Figura 1). Inclusive, boa parte exerce suas obrigações eleitorais em Anamã.

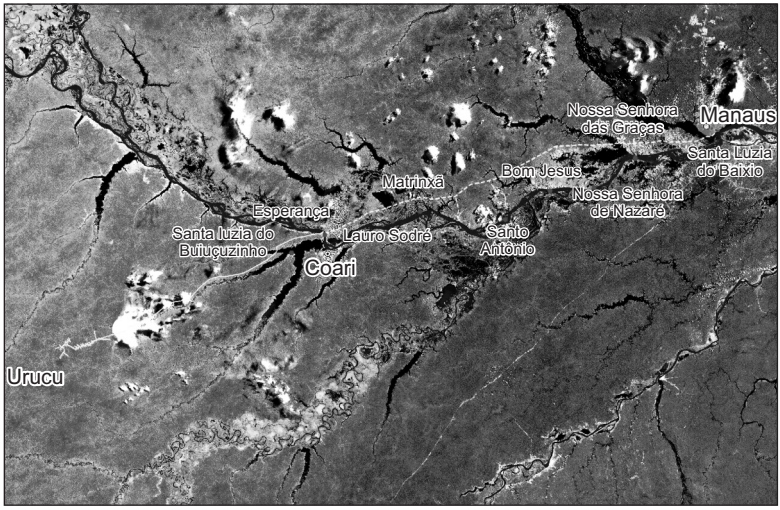


Figura 1 Trecho do rio Solimões Manaus–Coari e a localização da Comunidade Bom Jesus. *Fonte*: PIATAM, 2007.

A formação da comunidade Bom Jesus se confunde com a constituição da família do patriarca da comunidade, senhor Aureliano – mais conhecido como senhor Zoca –, bem como com a construção da igreja. Segundo ele, logo após comprar as terras onde hoje está situada Bom Jesus, recebeu a proposta de construir uma igreja evangélica no local. A proposta foi aceita à revelia da vontade do pastor da igreja localizada na comunidade vizinha, Vila Sião, que o senhor Zoca frequentava. Com a construção da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus do Brasil e a posterior expansão da família desse patriarca, a comunidade começou um processo de constituição, denominado, inicialmente, de Bom Futuro – incorporação do nome dado pelo antigo dono daquele local. Com algumas exceções, todos os comunitários têm algum laço de parentesco com aquele patriarca. Posteriormente, em virtude de decisões da hierarquia da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus do Brasil, foi escolhida outra pessoa para dirigir a igreja[7]. Essa decisão contrariou o senhor Zoca, o que, segundo ele conta, foi um dos motivos para sua saída de Bom Jesus. Apesar disso, os filhos do patriarca continuam morando naquela comunidade. Atualmente, a igreja localizada em Bom Jesus é dirigida por uma pessoa que outrora não fazia parte da comunidade, a saber, o senhor Antônio. Mais a frente, veremos quais foram as consequências desse deslocamento do senhor Antônio para uma comunidade onde moram os filhos do "fundador" da igreja.

Bom Jesus está situada numa das regiões de maior produção de juta e malva do estado do Amazonas. Nesse sentido, seus moradores têm uma relação estreita com a produção de juta e malva, pois a quase totalidade dos comunitários tem esse produto como fonte de renda. Inclusive, a própria igreja da comunidade tem um terreno onde se produz malva e juta, cujo lucro é revertido para pagar suas despesas. Para tanto, os comunitários realizam trabalhos conjuntos denominados mutirões como forma de contribuir. Nos período de vazante e enchente, a vida dos comunitários, grosso modo, se resume à produção e comercialização da juta e da malva (Figura 2).

A importância da produção de juta e malva e o fato de a comunidade localizar-se num ambiente de várzea fazem com que Bom Jesus tenha uma relação marcante com a *sazonalidade* ou *os ciclos das águas* – cheia, vazante, seca, enchente[8]. Comunitários e os ciclos se tornam, por assim dizer, parceiros na produção de juta

7. O dirigente é uma liderança leiga que passou por uma formação rápida dentro da própria Igreja (escola bíblica e/ou de líderes). Essas pessoas são chamadas pela igreja de "missionários leigos" ou "pastores leigos". É comum a substituição dos dirigentes das congregações, que podem ser enviados para outros campos no interior do Estado, na capital ou mesmo para outros países.

8. Cálculos elaborados pelo professor José Alberto Lima de Carvalho, do Departamento de Geografia (DEGEO) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a partir das planilhas fornecidas pelo porto da cidade de Manaus (período de 1903 a 2000). São considerados meses de cota máxima do rio Negro: maio (6%) junho (75%) e julho (19%); os meses de cota mínima do rio são: outubro (46%), novembro (41%) e dezembro (13%).

e malva. Para compreendermos melhor esses ciclos, podemos utilizar como exemplo a rotina dos comunitários: 1. durante a vazante, estes se empenham em semear a juta e a malva, bem como fazer a manutenção da plantação; 2. na seca dá-se continuidade à manutenção da plantação, que ainda está crescendo; 3. durante a enchente começa o período de colheita e retirada da fibra do produto, bem como sua comercialização (nesse período é necessário, também, tomar as devidas precauções para que o terreno onde foram plantadas a juta e a malva não esteja com vegetação, pois manter o terreno limpo durante a enchente garante menor quantidade de trabalho na próxima semeadura); 4. por fim, a cheia é o período de comercialização das últimas fibras de juta e malva e o momento de adquirir novas sementes para plantar novamente na vazante.

Figura 2 Processamento da juta e malva no período da enchente em Bom Jesus. *Fonte*: NUSEC/UFAM, 2008.

É durante a cheia que os comunitários se encontram mais livres para realizar outras atividades, como a pesca. Vale ressaltar que boa parte da renda adquirida pelos comunitários no período de venda da fibra de juta e malva destina-se à compra do "rancho"[9] que servirá de alimento no período da cheia.

Os períodos da seca e cheia mostram (Figuras 3 e 4) as mudanças significativas do ambiente de várzea. É possível visualizar, em diferentes ângulos, no centro de ambas as figuras, a igreja da comunidade.

É possível perceber, através da Figura 4, que, durante o período da cheia, torna-se inviável o deslocamento à pé em Bom Jesus e, por conta disso, o transporte mais utilizado nesse período é a canoa (Figura 5).

9. Para os comunitários de Bom Jesus, rancho é a "cesta básica" de alimentos, geralmente industrializados, necessários para sobreviver em determinados períodos do ano, comprados dos agentes da comercialização – patrões, marreteiros, regatões, etc. – ou diretamente nos municípios mais próximos.

Figura 3 Centro da comunidade no período da seca. *Fonte*: NUSEC/ UFAM, 2008.

Figura 4 Centro da comunidade no período da cheia. *Fonte*: NUSEC/ UFAM, 2008.

Figura 5 Reunião com comunitários na igreja. *Fonte*: NUSEC/UFAM, 2008.

Uma das características da centralidade da organização social na maioria das comunidades amazônicas tem a ver com a existência da igreja, grupo social, escola, casa de farinha e campo de futebol (MIGUEZ et al., 2007). Contudo, em Bom Jesus, diferentemente de outras comunidades, a centralidade da organização social concentra-se na igreja e na escola, pois não existe campo de futebol nem centro social – isto é, aquele lugar específico onde os comunitários realizam reuniões, festas e/ou eventos gerais.

Como foi possível perceber, a religião perpassa e é perpassada nas várias características de Bom Jesus. Desde sua fundação, pela iniciativa do senhor Aureliano em construir o templo da igreja, até o processo de trabalho de juta e malva que fazem parte do cotidiano da vida dos fiéis, influenciando, ainda, a definição da

centralidade da comunidade, uma vez que a edificação religiosa serve de local de encontro dos moradores.

A produção da identidade e a religião em Bom Jesus

Stuart Hall (2000) afirma que, ao discutir a inadequação de certos conceitos-chave, em vez de substituir por conceitos "mais verdadeiros", estes continuam a ser utilizados "sob rasura", pois, fora dessa condição, estão inadequados para avaliar a realidade social. Ainda segundo esse autor, identidade é um conceito que está nessa condição. Portanto, não poderíamos discutir sobre a ideia de identidade sem comentar, de início, algumas problemáticas referentes a essa categoria.

Segundo Hall (2000), a identidade – ou, como ele prefere chamar, a identificação – não é completamente determinada, como se ela pudesse ser sustentada ou abandonada, ou como se alguém pudesse "ganhá-la" ou "perdê-la". Ao contrário de ser um ajuste completo ou uma totalidade, esse autor defende que a identificação "é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência", e continua: "há sempre 'demasiado' ou 'muito pouco' (...)" (HALL, 2000: 106). Para Hall, no processo de identificação, há o jogo do "mais-que-um", ou do *différance*. Por conta disso, a diferenciação "envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de efeitos de fronteira" (p. 106).

Esse caráter fluido da identidade também está marcado por outra característica: a alteridade. Para tanto, faz sentido nos reportarmos, levando em consideração suas especificidades, aos estudos de etnicidade em que vamos encontrar muitas investigações discutindo a construção de identidades sociais. Entre eles, citamos o trabalho de Poutignat & Streiff-Fernat (1998), no qual se encontra a compreensão de que a identidade nunca se define de maneira puramente endógena, mas, também, leva em consideração definições exógenas.

Por último, é importante ressaltar a vinculação do processo de identidade com as relações de poder. É possível perceber esse vínculo quando observamos o estudo de Norbet Elias e John L. Scotson (2000), que, ao realizarem pesquisas numa comunidade na Inglaterra, no final da década de 1950 e início da de 1960, perceberam como, a partir dos microcosmos da vida, há o exercício da relação de poder entre os grupos sociais.

Inicialmente, com o intuito de compreender a violência existente na comunidade de Winston Parva, nome fictício, os autores supracitados perceberam que a questão central era o fato de uma parte da comunidade – os estabelecidos da aldeia – excluírem a outra – os *outsiders* do loteamento – dos espaços de poder. Além disso, havia um processo de estigmatização dos primeiros em relação aos segundos. Os estabelecidos seriam as pessoas que moravam na área onde viviam as "famílias antigas", já os *outsiders* seriam as famílias mais recentes na comunidade. O

interessante é que os estabelecidos se sentiam mais humanos e superiores em relação aos *outsiders*. Estes últimos, por serem mais recentes, não compartilhavam do estilo de vida e do conjunto de normas dos estabelecidos. Neste sentido, as famílias mais antigas perceberam o afluxo de recém-chegados à comunidade como uma ameaça ao estilo de vida e às regras estabelecidas socialmente, não obstante os recém-chegados fossem da mesma nacionalidade que os estabelecidos. É interessante perceber que Elias e Scotson (2000) estão interessados não nas classificações gerais, mas nas relações específicas entre grupos específicos.

Tal como percebido por Elias e Scotson em Winston Parva, a relação de poder existente entre os grupos em Bom Jesus também gira em torno das redes estabelecidas por cada um dos grupos. Em Bom Jesus, a comunidade se compõe de grupos sociais que buscam recursos de poder existentes dentro e fora do âmbito da comunidade. Pode-se afirmar assim que o parentesco e antiguidade também exercem papel importante nesta comunidade, mas não se pode ignorar as vinculações a determinados espaços institucionais da política, como as do município de Anamã e Manacapuru.

Na pesquisa realizada, a partir de conversas informais para a elaboração de diário de campo, foi possível percebermos que em Bom Jesus há dois grupos principais que disputam os espaços de poder. A ordem de apresentação dos grupos não representa privilégios de um em relação a outro, mas simplesmente uma escolha aleatória. Além disso, os nomes utilizados são fictícios para não comprometer as pessoas envolvidas.

Primeiro, encontra-se o grupo em que um dos principais representantes[10] é o senhor Pedro, filho do senhor Zoca, responsável pela administração da escola da comunidade. Aliados a ele, estão os comunitários que preferem os vínculos políticos com a administração do município de Anamã (AM). Do ponto de vista religioso, o senhor Pedro frequenta a Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas (IEADAM), localizada na comunidade vizinha, Vila Sião.

Num segundo momento, encontra-se o grupo vinculado à família do líder da comunidade e dirigente da igreja, senhor Antônio. Aliados a eles, estão os moradores que preferem vínculos políticos com a administração do município de Manacapuru (AM), embora, vale ressaltar, a sede desse município se encontre demasiadamente distante da comunidade em comparação com a sede do município de Anamã (Figura 1). Também por ser dirigente da única igreja da comunidade, Igreja Pentecostal Assembleia de Deus do Brasil, o senhor Antônio e sua família tendem a agrupar os comunitários que frequentam os cultos dessa última igreja.

10. O representante busca compreender um espaço social informal da comunidade, em que determinado comunitário possui poder de mobilização.

Atualmente, na comunidade Bom Jesus, há razoável distribuição dos recursos de poder entre esses grupos. Nesse sentido, as condições de estigmatização de qualquer um dos dois grupos perdem força, pois "um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído" (ELIAS & SCOTSON, 2000: 23). Para Silva (2000), entre os grupos sociais em condições de relativa igualdade, há uma disputa por quem detém o poder de definir a identidade e a diferença. Neste sentido, "deter o privilégio de classificar significa também deter o privilegio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados" (SILVA, 2000: 82). Esse autor relaciona ainda identidade, diferença e relações de poder:

> "A afirmação da identidade e da enunciação da diferença traduz o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estrita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes" (SILVA, 2000: 81).

Reforçando essa compreensão de produção da identidade e da diferença e sua vinculação com a relação de poder, Poutignat e Streiff-Fernat (1998) demonstram o motivo pelo qual os grupos disputam esse privilégio. Para eles, em contextos de dominação,

> "a importação de um rótulo pelo grupo dominante possui um verdadeiro poder formativo: o fato de nomear tem o efeito de fazer existir na realidade uma coletividade de indivíduos a despeito do que os indivíduos assim nomeados pensam de sua pertença a uma determinada coletividade" (POUTIGNAT & STREIFF-FERNAT, 1998: 143-144).

Mesmo com ou sem "rótulos dominantes", vale ressaltar que, internamente, os grupos nunca definem absolutamente o que é ser ou não membro, bem como qualquer definição está "sujeita a contestações e à redefinição por parte de segmentos diferentes do grupo" (POUTIGNAT & STREIFF-FERNAT, 1998: 143-144).

A condição de razoável igualdade de posições e a tentativa de classificar o outro faz com que os dois grupos em Bom Jesus costumem tecer comentários jocosos de um em relação ao outro, como também tentem desprestigiar as redes de relações produzidas pelo outro. Em conversa informal com senhor Ribamar, ele nos informou que a igreja localizada em Bom Jesus é conhecida como a *igreja dos rebeldes* porque *não há união*. Outro morador, desta vez adolescente, comentou informalmente que o senhor Pedro criou conflitos pelo fato de o motor de energia ser ligado para realizar o culto, o que motivou o dirigente da igreja a comprar outro gerador, exclusivo para as atividades.

Os comentários acima expressam a manipulação de um fator importante das relações sociais e que tem o poder de construir uma identidade através do estigma ou do enaltecimento pela sua característica centrífuga: trata-se da fofoca. Para Elias e Scotson (2000), a fofoca não é produzida aleatoriamente, mas tem o sentido de enaltecer o grupo a que se pertence e estigmatizar o outro. Para esses autores, a fofoca é um fenômeno eminentemente social. Assim,

> "a fofoca (...) não é um fenômeno independente. O que é digno dela depende das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias. (...) Uma comparação entre as fofocas da 'aldeia' com a existente entre os moradores mostrou com muita clareza como era estreita a ligação entre a estrutura da fofoca e a da comunidade cujos membros a difundem" (ELIAS & SCOTSON, 2000: 121).

A ideia de união é algo sistematicamente apregoado por grande parte das pessoas com as quais conversamos. Ao falar sobre o que falta à comunidade, o senhor Jorge, frequentador da igreja da comunidade e vinculado ao grupo do senhor Antônio, afirma que:

> "o que está faltando é, assim (...) a comunidade é pra está unida, né? (...) o que tá faltando, às vezes, é a gente dá uma orientação. Às vezes a gente tá num trabalho ferrado e, às vezes, tá agoniando a pessoa. Aí, a comunidade somo vinte e oito sócios, aí o que é do presidente: rapaz aquele ta aperriado, vamo tirar uma hora, duas horas, vamo dá uma ajuda a ele. É isso aí que é uma questão de orientação. Que daí não tem" (senhor Jorge, morador da comunidade Bom Jesus).

Nesse depoimento, o senhor Jorge comenta a falta ou a pouca união dos comunitários no que se refere ao mutirão[11] no processo de trabalho da juta e/ou malva. Levando em consideração os trabalhos de campo realizados na comunidade Bom Jesus, é correto perceber que essa falta de união é menos em relação aos membros da associação e frequentadores da igreja e mais em relação aos comunitários que não aceitam a liderança desenvolvida pelo presidente da associação e dirigente da igreja, o senhor Pedro. Se destacarmos o discurso inicial proferido pelo entrevistado, essa percepção será mais evidente. Ao ser perguntado sobre as atividades realizadas pelo presidente da associação, o senhor Jorge afirma:

> "O que ele faz (...) é que ele tá na frente, na liderança. O que ele planejar, o trabalho, a gente vai por ele, é ele que tá na liderança. (...) Nós se reuni todo mês, a respeito do trabalho, do mutirão. (...) Assim a gente vai (...) todo mês

11. O mutirão, também conhecido como ajuri ou puxirum, é uma prática comum entre os moradores das comunidades amazônicas e consiste na ajuda mútua entre comunitários quando uma das famílias percebe que não realizará os seus trabalhos sozinha e/ou quando o patriarca fica impossibilitado de realizar as atividades necessárias para a sobrevivência da família em questão.

> a gente tem reunião. É ele que lidera o trabalho. Às vezes, como hoje, a gente tava no trabalho (...) não deu pra mim ajudar no trabalho da igreja. É que a gente tem um trabalho, um roçado que nós planta pra fazer o trabalho da igreja, associação" (senhor Jorge, morador da comunidade Bom Jesus).

Os processos a médio e longo prazo fazem compreender melhor a situação de poder na comunidade. Mesmo sob sua condição de, por assim dizer, neófito, tem de ser levado em consideração o fato de que o senhor Pedro chegou às comunidades numa situação privilegiada, ocupando um espaço importante no poder local. Ao substituir o ex-dirigente, o senhor Pedro mudou – ou, pelo menos, tentou mudar – alguns aspectos no estilo de vida da comunidade, como, por exemplo, proibir os jogos de futebol e alguns programas televisivos (MIGUEZ et al., 2007: 87). No caso do senhor Pedro, que faz parte de uma das famílias mais antigas e frequenta a igreja localizada na comunidade vizinha, a percepção da chegada de pessoas "novas" em Bom Jesus e que, de imediato, exerceram posições de poder, não foi aceita de bom grado. Somente nesse sentido poderíamos afirmar que o senhor Antônio – e não a instituição que representa – seria considerado *outsider*.

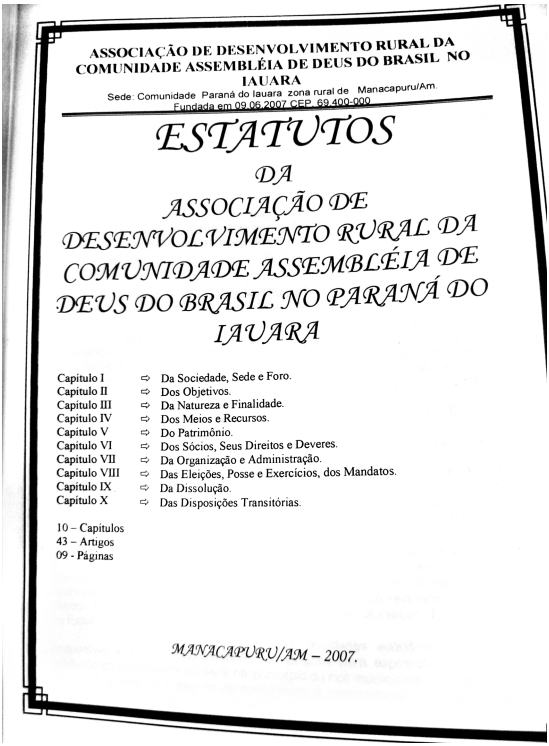
Foi sob essa circunstância que se articulou a instalação da associação de moradores da comunidade. Apesar de os relatos de moradores mais antigos apontarem o início do século XX como o momento de chegada dos primeiros moradores da localidade onde se encontra a comunidade, somente no segundo semestre de 2007 a comunidade de Bom Jesus legalizou sua associação.

Outrora, havia uma organização comunitária informal cujo eixo de articulação principal era a igreja da comunidade. Os moradores sempre reclamaram por ainda não haver associação na comunidade. Essas reclamações também se devem à influência da organização social existente na Vila Sião, onde, além de igreja e da escola com melhores estruturas, também há uma associação de moradores legalizada. Essa influência da Vila Sião foi também sugerida em Fraxe et al. (2007), mas neste caso apenas citaram a igreja e a escola. De fato, durante os trabalhos de campo foi comum presenciar no discurso dos moradores de Bom Jesus elogios à forma de organização existente na Vila Sião.

Uma característica que pode ser ressaltada é o fato de a legalização da associação ter se dado através da articulação com um vereador de Manacapuru (AM). Além disso, o nome utilizado no registro vincula a entidade à igreja da comunidade, a saber: Associação de Desenvolvimento Rural da Comunidade Assembleia de Deus do Brasil no Paraná do Iauara (Figura 6). Outro dado interessante é o fato de a diretoria da associação ser composta por frequentadores da igreja localizada na comunidade.

Essa característica dialoga com a interpretação de Abner Cohen (1978) de que a religião contribui para o processo de construção de identidade, podendo ser utilizada como uma forma de articular os *grupos de interesse*. Como já se pode per-

ceber acima, antes de ser legalizada, a associação existia de maneira informal tendo como seu aspecto articulador a religião. Para Cohen (1978), a religião mobiliza emoções e sentimentos e, por conta disso, tem as condições ideais para oferecer uma base institucional a determinado grupo.



ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA COMUNIDADE ASSEMBLÉIA DE DEUS DO BRASIL NO IAUARA

Sede: Comunidade Paraná do Iauara zona rural de Manacapuru/Am.
Fundada em 09.06.2007 CEP. 69.400-000

ESTATUTOS
DA
ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL DA
COMUNIDADE ASSEMBLÉIA DE
DEUS DO BRASIL NO PARANÁ DO
IAUARA

Capitulo I ⇨ Da Sociedade, Sede e Foro.
Capitulo II ⇨ Dos Objetivos.
Capitulo III ⇨ Da Natureza e Finalidade.
Capitulo IV ⇨ Dos Meios e Recursos.
Capitulo V ⇨ Do Patrimônio.
Capitulo VI ⇨ Dos Sócios, Seus Direitos e Deveres.
Capitulo VII ⇨ Da Organização e Administração.
Capitulo VIII ⇨ Das Eleições, Posse e Exercícios, dos Mandatos.
Capitulo IX ⇨ Da Dissolução.
Capitulo X ⇨ Das Disposições Transitórias.

10 – Capitulos
43 – Artigos
09 - Páginas

MANACAPURU/AM – 2007.

Figura 6 Página de rosto do Estatuto da Associação. *Fonte*: NUSEC/UFAM, 2007.

Por último, gostaríamos de comentar sobre um traço na identidade dos pentecostais de Bom Jesus que inicialmente nos surpreendeu. Durante os momentos em que estivemos em Bom Jesus, começamos a perceber que seus moradores também acreditavam em *bichos visagentos*. O dirigente da igreja tentou realizar uma interpretação disso ao afirmar que a cobra-grande existe, mas "com o poder de Deus... ela só te fere quando Deus quer". Outra afirmação da cobra-grande foi realizada por uma das professoras da comunidade, também evangélica pentecostal. Tanto um quanto o outro nunca tiveram experiências com essas visagens, mas comentaram, com verossimilhança, sobre relatos ouvidos.

Quando lemos o livro de Eduardo Galvão (1976), encontramos relatos daquilo que ele denominou de *bichos visagentos*, tal como a cobra-grande, curupira, a lenda do boto, entre outros, mas nas conversas com os comunitários de Bom Jesus pudemos ouvir relatos de outra visagem não discutida por Galvão. Segundo a pro-

fessora da comunidade, a *onça-da-água* existe nos lagos e devora pessoas na ocasião da realização de pesca. Seria uma espécie de cardume que atacaria os pescadores que aproveitam a pescaria para cozer o peixe na brasa, geralmente nas praias.

Considerações finais

Este capítulo não pretende esgotar a compreensão do processo identitário e suas relações com os fenômenos religiosos e, muito menos, os processos mais gerais relacionados às sociedades ou formas organizacionais que, muitas vezes, se quer resumir no termo "comunidades amazônicas". Não obstante, buscamos abrir uma fresta para essa compreensão. Mas como o estudo sobre a comunidade Bom Jesus pode nos ajudar nessa empreitada?

Poderíamos começar com a problemática referente à nomenclatura em que possivelmente a instituição religiosa de Bom Jesus se enquadraria. Se pudéssemos enquadrar a igreja da comunidade em alguma das classificações citadas acima, ela seria incluída *mais* no pentecostalismo. O itálico no "mais" é justificável a partir do momento em que percebemos que as características das práticas religiosas não se enquadram perfeitamente nas classificações existentes, no entanto, ainda resta a pergunta: por que pentecostal? A instituição existente em Bom Jesus é a Assembleia de Deus do Brasil, que se autodenomina pentecostal, mas esta é a versão oficial e o que nos interessa aqui são as práticas ocorridas em Bom Jesus. Os adeptos da igreja da comunidade acreditam no batismo no Espírito Santo – e, portanto, na glossolalia –, cura de enfermidades e expulsão de demônios, mas onde se classificariam os pentecostais que acreditam também naquilo que Eduardo Galvão (1976) chamou de *bichos visagentos*? Seria necessário acrescentar mais um adjetivo para qualificar essa "outra" forma de ser pentecostal, em que os *bichos visagentos* não são contraditórios ou não estão necessariamente incluídos no aspecto profano dessas crenças existentes entre esses *crentes* de Bom Jesus?

Outro ponto a ser comentado refere-se à disputa de denominações pentecostais. Essa característica reforça ainda mais o argumento de que a ideia de *movimento pentecostal,* como se houvesse uma unicidade, não contempla as manifestações de um fenômeno religioso desse tipo e, por conta disso, como sugere Siepierski (2003), é melhor pensarmos como *campo protestante*. No caso de Bom Jesus, sugerimos o termo campo pentecostal, já que as igrejas envolvidas então mais próxima dessa nomenclatura.

Como já pudemos perceber, a questão religiosa se torna uma das principais características de Bom Jesus e, por conta disso, também se transforma em um espaço de poder disputado pelos grupos envolvidos. As identidades construídas não são ingênuas como nos sugere Silva (2000), mas envolvem disputas de poder que servem para a articulação dos *grupos de interesse*. Quando Abner Cohen (1978) discutiu a articulação de grupos a partir de aspectos sociais, inclusive a religião, estava interessado nas articulações informais desses grupos, mas é importante comentar

que, não obstante a legalização da associação de moradores de Bom Jesus, a religião ainda possui peso considerável. Esse argumento é compreensivo quando observamos a fundação da associação a partir da instituição religiosa. Noutras palavras, o surgimento da associação não minimizou a importância da religião.

Construir identidades, no caso a religiosa, em Bom Jesus é um processo escorregadio, porque tais identidades estão alojadas na contingência, como afirma Hall (2000). Isso significa que, enquanto estamos escrevendo este texto, as identidades podem estar em deslocamento no âmbito de Bom Jesus. Os grupos envolvidos podem obter certos aspectos ou perder outros que (re)definam a identificação.

Portanto, em Bom Jesus, a religião está presente de forma circunscrita, pois os grupos sociais manipulam suas identidades, levando em consideração vários aspectos, às vezes aparentemente contraditórios, como no caso da crença em *bichos visagentos*. O pentecostalismo, por sua presença marcante, se torna um desses aspectos em que esses grupos formulam suas identidades, manipuladas no contexto das relações de poder existentes na comunidade.

Referências bibliográficas

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FERNAT, J. **Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

COHEN, A. **O homem bidimensional**: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DREHER, M. História dos protestantes na Amazônia. In: HOORDNAERT, E. (Org.). **História da igreja na Amazônia**. Rio de Janeiro: Petrópolis. 1992.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os *outsiders*.** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FRAXE, T. J. P. **et al. Memória, história oral e lugar**: o surgimento das comunidades da área focal. (Faltam ano, cidade, editora, etc.)

PIATAM. In: FRAXE, T. J. P; WITKOSKI, A. C.; PEREIRA, H. dos S. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: memória, ethos e identidade. Manaus: Edua, 2007.

GALVÃO, E. **Santos e visagens**: um estudo da vida religiosa de Itá, baixo Amazonas. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da S. (Org.). **Identidade e diferença**: os perspectivados estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

JACOB, C. R. et al. A diversificação religiosa. **Estudos Avançados**, n. 52, v. 18, p. 17-28, set.-dez. 2004.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: O caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**. n.° 52, Vol. 18, set-dez, 2004, pp. 121-138.

MARIANO, R. **Neopentecostais:** sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola. 1999.

MAUÉS, R. H. Cristianismo amazônico e liberdade religiosa: uma abordagem histórico-antropológica. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 9, p. 77-100, 2000.

MAUÉS, R. H. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico – a religião. **Estudos Avançados**, n. 3, v. 19, 2005.

MIGUEZ, S. F; FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C. Caracterização sociocultural das comunidades da área focal do Piatam. In: FRAXE, T. J. P; WITKOSKI, A. C.; PEREIRA, H. S. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: memória, ethos e identidade. Manaus: Edua, 2007.

PAEGLE, E. G. de S. Os evangélicos brasileiros e a mcdonaldização religiosa. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH (PR), 11., 2008, Jacarezinho. **Anais...** Jacarezinho, maio de 2008.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FERNAT, J. **Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

ROLIM, F. C. **O que é pentecostalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeira Passos).

SIEPIERSKI, C. T. **O sagrado num mundo em transformação**. São Paulo: Edições ABHR e UFRPE, 2003.

SILVA, E. da. O protestantismo brasileiro: um balanço historiográfico. In: SIEPIERSKI, P. D.; GIL, B. M. (Orgs.). **Religião no Brasil**: enfoques, dinâmicas e abordagens. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 127-130.

SILVA, T. T. da S. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da S. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

Parte IV

Expressões Espaciais da Violência na Produção Social do Mundo Urbano

Capítulo XV

Múltiplos Territórios e Desterritorializações Múltiplas: repensando as dinâmicas urbanas a partir dos desastres relacionados às chuvas

Victor Marchezini
Mariana Siena

Introdução

No Brasil, o debate em torno dos desastres relacionados às chuvas tem abordado o detalhamento de alguns fatores de ameaça, tais como os eventos de precipitações extremas, riscos de deslizamentos, inundações, enchentes, etc. Contudo, menor atenção tem sido dada à análise sociológica das dimensões socioeconômicas das vulnerabilidades dos afetados, sobretudo no que concerne à perspectiva de demanda pelas ações de assistência social e defesa civil (VALENCIO et al., 2006), desde o aspecto de prevenção até o de resposta e recuperação quando da ocorrência do desastre[1].

Em outras palavras, reforça-se a questão pelo lado da potencialização da ameaça ("foi uma chuva atípica", "choveu em um dia o que era previsto para todo o mês"), dotando a ameaça natural de poder sobrenatural (DOMBROWSKY, 1998), capaz de punir, destruir e matar, isto é, a natureza é que causa danos: "são as chuvas que destroem casas", "são as chuvas que matam, que deixam desabrigados". Nessa vertente, os desastres são nominados como de causa natural e não se problematiza a vulnerabilidade, tornando o sujeito desprovido de autoridade para qualquer tipo de reinvidicação, já que o desastre é "algo não controlável" por conta de sua "origem natural", sempre tido como uma "fatalidade".

Dentro dessa temática, os subsídios que a Sociologia tem fornecido à mitigação dos desastres nas cidades brasileiras enfoca-os pela perspectiva da vulnerabilidade social e não apenas pela valorização dos fatores de ameaça. Isto é, os desastres não

1. No debate sociológico contemporâneo, não há consenso acerca do que o termo desastre designa para as várias partes constituintes de uma dada sociedade. Contudo, uma definição que tem obtido êxito é aquela que compreende o desastre como a articulação dos prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais, propiciando à sociedade interrogar-se a si mesma, "em seus meios e propósitos, tanto por aquilo que (não) se fez antes (a prevenção e a precaução), como naquilo que (não) se faz durante (a gestão da crise) ou depois (as transformações necessárias)" (LIEBER & ROMANO-LIEBER, 2005: 71).

são naturais: a ameaça natural passa a ser compreendida não como causa do desastre, mas como prenúncio de uma crise e de determinados comportamentos relacionados ao contexto social (QUARANTELLI, 1998). Assim, a natureza dos desastres passa a ser buscada na organização social, compreendendo-os como um processo ligado à vulnerabilidade social; suas causas devem ser explicadas como problemas estruturais, devendo ser contextualizadas. Nesse sentido, no caso brasileiro, um contexto sócio-histórico das mais absolutas e estruturais desigualdades que se refletem territorialmente é uma das variáveis de análise que são consideradas.

A partir da análise dos impactos sociais ocorridos num desastre – tomando por foco o caso dos desabrigados do município de São Sebastião do Caí, RS –, o objetivo principal deste capítulo é refletir se realmente a desterritorialização é um "mito" ou se é um processo contínuo, invisibilizado e de múltiplas dimensões.

Múltiplos territórios

Para Haesbaert (2002a), ao se analisar a história da concepção de território, de como a mesma surgiu e da importância da relação sociedade-espaço, identificam-se duas grandes vertentes interpretativas que tradicionalmente se opuseram. Num extremo, há uma concepção "naturalista" do território, que o compreende a partir de um sentido físico, material, como inerente ao homem, ou seja, como extensão do próprio ser. Num outro extremo emergiu uma concepção etnocêntrica do território, negando a relação sociedade-natureza, como se o território pudesse prescindir de uma base natural e fosse uma construção puramente humana.

Saquet (2007) afirma que, a partir dos anos 1950-1960, emergiram novas definições do conceito de território, representadas por quatro tendências e/ou perspectivas, a saber: a) uma eminentemente econômica, que entende o território a partir de relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a que enfatiza as dinâmicas político-culturais e simbólico-identitárias; e d) por fim, uma abordagem que, a partir dos anos 1990, dirige-se às discussões sobre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local. Segundo o autor, apesar das especificidades de cada abordagem, há um aspecto comum entre elas, qual seja, o de superar o caráter meramente descritivo, classificatório e acrítico predominante até os anos 1950. Em outras palavras, passou-se de "estudos do território de matriz biológica ou com base na atuação do Estado-Nação (...) para abordagens relacionais-processuais, reconhecendo-se outros níveis de relações de poder" (SAQUET, 2007: 17).

Para Haesbaert (2004), o território "nasce" com uma dupla conotação: material e simbólica. Etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), isto é, relaciona-se a uma dominação (jurídico-política) da terra que inspira terror, medo e impedimento de entrar e, ao mesmo tempo, relaciona-se a uma identificação, a uma apropriação. O território, segundo o autor, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não somente ao

tradicional poder político. Refere-se ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao seu sentido mais simbólico, de apropriação.

Desse modo, o território é um espaço para manutenção, conquista e exercício de poder, que se define e se delimita a partir das relações, envolvendo dominação e apropriação. A dominação implica a criação de territórios para fins utilitários e funcionais. A apropriação refere-se a uma dimensão não somente concreta, mas de ligações afetivas e simbólicas entre um grupo social e seu espaço.

A essa apropriação e dominação de um espaço dá-se o nome de territorialização, a qual tem por objetivos: abrigo físico, fontes de recursos materiais ou meios de produção; a identificação ou simbolização de grupos por meio de referências espaciais; a disciplinarização ou controle por meio do espaço, a construção e controle de conexões e redes. Nessa territorialização, haveria por parte de indivíduos e/ou dos grupos sociais a constituição da territorialidade. Para Haesbaert (2004), além de incorporar uma dimensão estritamente política, a territorialidade se refere, também, às relações econômicas e culturais, estando intimamente ligada ao modo pelo qual os grupos utilizam-se da terra, como organizam o espaço e dão significado ao lugar. Como o território "é uma relação social mediada e moldada na/pela materialidade do espaço (...) minha classe social, meu gênero, minha língua (ou mesmo meu sotaque), minhas roupas (...), cada uma destas características joga um papel diferente na construção de minha territorialidade urbana" (HAESBAERT, 2004: 350).

Dessa forma, há uma vivência ao mesmo tempo de muitos territórios que, combinados, irão constituir a multiterritorialidade. Tais territórios se constituem como: a) territórios-zona – com áreas e limites bem demarcados – como, por exemplo, na casa onde moro; b) territórios-rede – espacialmente descontínuos, dinâmicos e mais susceptíveis a sobreposições – como, por exemplo, o percurso de ônibus que tenho de acessar para me deslocar entre zonas diferentes, da casa para a escola, da casa para o trabalho, do trabalho para a escola. Porém, o usufruto ou não dessa multiterritorialidade depende de questões de ordem cultural e identitária, mas, principalmente, de condições socioeconômicas e políticas, que definirão distintas territorialidades: "enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver (...) outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do 'primeiro' território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana" (HAESBAERT, 2004: 360).

Território e desastre: uma compreensão para além das chuvas

Todo o território constituído está sujeito a um processo de desterritorialização, ou seja, de negação da fixação de grupo social a uma base biofísica (HAESBAERT, 2004) – o que acarreta a descaracterização dos agentes dos lugares em que se situam,

que assumem e que ocupam por meio de suas propriedades (BOURDIEU, 2001). Segundo Haesbaert (2004), cada momento histórico e cada contexto geográfico revelam sua própria forma de desterritorialização, quer dizer, sua própria relação de domínio e/ou apropriação do espaço, privilegiando determinadas dimensões do poder. Assim, a utilização desse conceito de desterritorialização deveria ser aplicada[2]

> "a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural" (HAESBAERT, 2004: 312).

Haesbaert (2002a) aponta a existência de desterritorializações extremas também denominadas de *aglomerados de exclusão*. Estes compreendem os grupos marginalizados "no sentido de exclusão social de fato, o que significa a própria exclusão do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemônicas promovem no espaço dos miseráveis" (HAESBAERT, 2002a: 185). Para ele, "toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial" (HAESBAERT, 2004: 315).

Mais do que um espaço "à parte, excluído e amorfo", o autor afirma que, sobre o aglomerado, cruzam-se uma multiplicidade de territórios de redes e territórios que não permitem definições ou identidades claras, como se fossem "vazios de sentido", tal como se o conceito de "massa" tivesse uma contrapartida geográfica na noção de aglomerados humanos de exclusão. Assim, defini-los espacialmente é uma tarefa difícil porque os aglomerados estão imbricados "na avalanche que joga em nosso cotidiano todas as escalas e quase todos os sentidos possíveis" (HAESBAERT, 2002a: 186).

Os aglomerados são produtos do abandono dos circuitos globais de integração à sociedade capitalista, seja em relação à dimensão do trabalho, do consumo ou da cidadania. Nas cidades brasileiras, essa lógica tem se replicado recorrentemente e se ampliado para outras dimensões, inclusive à que se refere ao próprio acesso à cidade que, como atenta Cardoso (2006), é mediado pelo acesso à terra. Acesso à terra este que foi desde o princípio negado a parcelas da população, já que o Brasil viveu nos últimos 70 anos um processo sócio-econômico-político de urbanização

2. Haesbaert (2002b) considera que grande parte dos trabalhos acadêmicos tem focalizado a destruição de territórios, ou seja, a desterritorialização, sem elucidar a concepção de território que está embutida nesse processo. Segundo o autor, ao se reportar ao processo de desterritorialização, é preciso esclarecer que este se trata de uma imbricação entre duas dimensões – uma política, mais concreta, e outra cultural, de caráter mais simbólico – ou, ainda, de preponderância de uma delas, pois muitas vezes não são processos coincidentes.

acelerado e prenhe de desigualdades. Conforme Maricato (2000), foi a partir das primeiras décadas do século XX que o processo de urbanização da sociedade brasileira começa realmente a se consolidar, alavancado pela emergência do trabalhador livre, pela Proclamação da República e por uma indústria ainda incipiente, comprometida com as atividades ligadas à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno. Além disso, ações e políticas higienistas marcaram o início da República e as tentativas do Estado de conter a proliferação de habitações insalubres.

Não houve, em compensação a essas ações, política de habitação que objetivasse sanar o déficit habitacional criado com a destruição de tais moradias insalubres (VIANA, 2008). Somente a partir da segunda metade do século XX é que o Brasil apresentou intenso processo de urbanização. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total; em 2000, ela era de 81,2%. A industrialização baseou-se em baixos salários, os operários não tiveram seus ganhos regulados pela necessidade de sua reprodução, e isto se associou ao grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade determinando, assim, muito do ambiente a ser construído, refletido nas desigualdades socioespaciais existentes hoje.

Todo esse processo de crise cumulativa urbana (ULTRAMARI, 2006) tem confluído para o seguinte cenário: o aumento dos eventos extremos relacionados às chuvas, em contexto de Mudanças Climáticas, somado à vulnerável inserção territorial e à produção social do espaço citadino têm gerado um aumento dos municípios com ocorrência de desastres. Embora a visibilidade desses desastres seja pontuada pela mídia no momento em que as chuvas ocorrem principalmente nos municípios de grande porte, a análise dos dados de ocorrência de desastres no período 2003-2007 revela que, de um total de 1.428 municípios, mais de 80% são de até 50 mil habitantes (vide Tabela 1).

Tabela 1 Municípios com ocorrência de desastres relacionados às chuvas, Brasil, 2003-2007.

Número de habitantes	**Total de municípios brasileiros afetados**	**Porcentagem (%) em relação ao total de municípios afetados**
Até 50.000	1.210	84,7
De 50.001 a 100.000	114	8,0
De 100.001 a 500.000	91	6,4
Acima de 500.001	13	0,9
TOTAL	1.428	100

Fonte: Cerutti, 2008 (adaptado).

Tais municípios têm de lidar recorrentemente com famílias que perdem seus imóveis de uso domiciliar, por danificação e/ou destruição, e, consequentemente, têm a desintegração do espaço privado de convivência e alteração do seu *habitus*[3] .

Como não encontram apoio da vizinhança, de amigos e de parentes para alojarem-se circunstancialmente em suas moradias, têm de ir para abrigos temporários organizados pelo Estado[4]. Assim, dissociadas da territorialidade conferida pelo par casa-família, são sujeitas a uma primeira desterritorialização, que é aquela que retira de si a possibilidade de nominação sobre o que é no mundo ao serem classificadas como *desabrigados* pela Defesa Civil.

Dessa forma, podemos considerar os desastres como processos em que está imbricada a desterritorialização. Se casas forem destruídas ou danificadas, haverá a desterritorialização de famílias por parte dos órgãos públicos. Assim, desabrigados têm o par família-casa, como elementos de construção da realidade social, dissociado em razão da moradia estar destruída ou danificada ou em área considerada de risco. Torna-se inviabilizado, por questões ditas de "segurança", o modo pelo qual as famílias reproduziam-se na casa, "no seu fazer algo", "por ou com alguém", "em algum lugar do lar". Isto é, com a desterritorialização, as famílias precisam tentar recriar as práticas associadas ao mundo privado da casa num outro território forjado pelos órgãos públicos – os abrigos temporários – para a suposta segurança das mesmas (MARCHEZINI, 2009).

Dito de outro modo, o desabrigado perde o chão, o local da cidade que lhe é cabível, o qual, em geral, teve de ocupar e resistir durante um tempo para lhe servir de direito, isto é, perde a dimensão política associada ao território. Mas também é desterritorializado do ponto de vista simbólico: perde a casa e a trajetória de luta que, em geral, envolve a sua construção; perde o passado, o presente e o futuro que o projeto familiar incorporou na casa e nos objetos que compõem o mundo privado. Está sujeito a perder o próprio exercício da família e os papéis a ela associados, tendo em vista que esta é uma construção social que se fundamenta a partir do mundo privado. Isto é, o abrigo temporário pode ser definido como um prolongamento do desastre (SIENA, 2009). Esse prolongamento irá se engendrar a partir das múltiplas desterritorializações que o grupo sofrerá ao longo do tempo, à espera de uma reconstrução de suas moradias por parte do Estado. Trataremos desta lógica a partir de um estudo de caso do município de São Sebastião do Caí, RS.

---

3. Segundo Bourdieu (2004: 158), "o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído".
4. Para o Estado, o abrigo temporário é um *locus* provisório de atendimento das necessidades básicas dos desabrigados, devendo o gestor público ali atender a um conjunto de provisões que se referem à proteção física, a um local de repouso, à alimentação, ao vestuário, à medicação, dentre outros, até que uma solução duradoura de construção de novas moradias em áreas seguras seja adotada pelo ente público.

Desterritorializações múltiplas: uma análise a partir do caso dos desabrigados de São Sebastião do Caí, RS

Durante o período de 2006 a julho de 2009, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres, da Universidade Federal de São Carlos (NEPED-UFSCar), realizou o projeto de pesquisa "*Representações sociais dos abrigos temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas*", aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No âmbito de tal projeto, previa-se a realização de pesquisa de campo em abrigos temporários localizados nas cinco macrorregiões do país. No que se refere à região Sul, o município de São Sebastião do Caí, RS, foi um dos selecionados para a pesquisa, realizada em setembro de 2008. Neste capítulo, abordaremos como esse caso é representativo de uma dinâmica urbana que tem se replicado em inúmeros municípios brasileiros, inclusive nos de pequeno porte.

Caracterização do município de São Sebastião do Caí, RS

O município de São Sebastião do Caí, RS, está localizado no Vale do Rio Caí, entre a Grande Porto Alegre, o Vale do Sinos e a Serra Gaúcha. Sua área é de 114 km^2, sendo que no ano de 1991 havia 16.326 habitantes, dos quais 11.952 (73,2%) residiam na área urbana e 4.374 (26,8%) na área rural. Já no ano 2000, a população aumentou para 19.700, crescimento este verificado na área urbana, que passou a ter 15.957 (81% do total), enquanto a população na área rural caiu para 3.743 (19% do total). Assim, a taxa de urbanização entre 1991 e 2000 cresceu 10,64%, passando de 73,2% para 81% (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/PNUD, 2000).

A esse crescimento da taxa de urbanização somam-se outras variáveis que permitem caracterizar a situação do município a partir dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M). No tocante ao IDH-M geral, em 1991 ele era de 0,740, apresentando melhora significativa em 2000, quando alterou-se para 0,843 (mais de 0,1). Entretanto, nota-se que, no mesmo período, o Índice de Gini passou de 0,53 (em 1991) para 0,56 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda cresceu no município (PNUD, 2000).

As principais atividades econômicas do município se concentram na agricultura, principalmente na produção de cítricos como bergamota, laranja e limão. Suas indústrias também atuam no setor de produtos alimentícios. Essas atividades comerciais, bem como todo o município, têm um histórico de prejuízos quando ocorrem chuvas na região. O rio Caí, que contorna grande parte da cidade, e seus afluentes estão sujeitos a oscilações bruscas em seus níveis na época de chuvas intensas. Ao longo da história do município registraram-se os maiores níveis no ano de 1878 e em 2003, quando o rio atingiu marcas aproximadas de quinze metros

acima de seu leito normal, conforme pode e observar no Gráfico 1. Isso demonstra que as cheias fazem parte da história do município e não são fenômenos recentes.

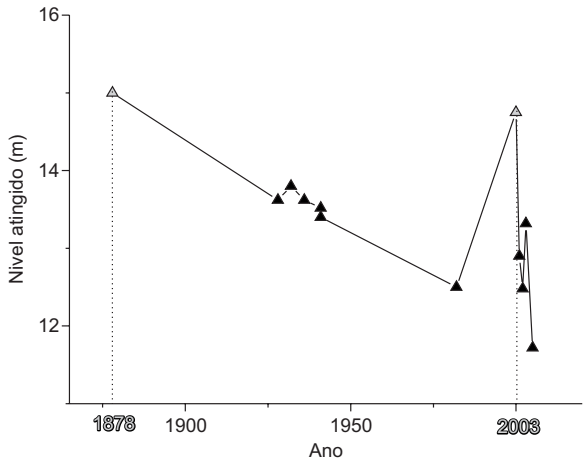


Gráfico 1 Maiores níveis registrados do rio Caí entre 1878 e 2005. *Fonte:* Dados oriundos do site da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí (http://www.sscai.famurs.com.br/geografia.htm) e sistematizados por Siena, 2009.

Embora essas cheias sejam recorrentes ao longo da história do município, isso não significou a formulação e a implementação de ações que pudessem minimizar as vulnerabilidades existentes e, consequentemente, reduzir os danos sociais e os desastres. Segundo a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Sul (2009), dos seis desastres reconhecidos pela CEDEC-RS, no período 2003-2008, cinco se relacionam à ocorrência de chuvas, a ponto de serem registradas quatro situações de emergência (Tabela 2). As referências ao número de pessoas atingidas em relação ao número total de habitantes (19.700 no ano 2000) demonstram que grande parte da cidade é impactada. Os bairros atingidos recorrentemente são: Navegantes, Quilombo, Vila Rica e Rio Branco.

Se anteriormente foi dito que, apesar da melhora no IDH-M (período de 1991-2000), a desigualdade de renda cresceu no município, essa piora se efetivou, sobretudo, nos bairros que também são recorrentemente afetados, tal como o Bairro Navegantes, situado às margens do rio Caí. Tal sobreposição de áreas pobres com áreas mais susceptíveis à ocorrência de enchentes, deslizamentos, etc., foram conceituadas por Torres et al. (2003) como *hiperperiferias,* ou seja, é onde os piores indicadores socioeconômicos coincidem com os riscos de enchentes.

Entretanto, a possibilidade de viver e se fixar nesses territórios tem sido negada pelas instituições públicas a partir de mecanismos de contestação sancionados pelo aval técnico e científico: são os chamados mapas de áreas de risco. Segundo Valencio (2008: 2), nesse novo mecanismo tem destaque a

"progressiva substituição da nominação do lugar, que passa de 'área carente' para 'área de risco'. Essa nova nominação tem por conteúdo uma definição territorial com o mesmo juízo de valor sobre os ali inseridos. Porém, são acrescidos componentes do ambiente natural na equação, como solos propensos à erosão, inundação, enchentes e afins para converter a ocupação em algo inadmissível".

Tabela 2 Desastres notificados e reconhecidos pela Defesa Civil Estadual, de 2003 a 2008.

Data	Evento	Decreto	Pessoas atingidas	Bairros atingidos
20/02/2003	Enchente	S.E.	1.022	Quilombo, Navegantes, Vila Rica e Rio Branco.
09/07/2003	Enchente	S.E.	1.159	Quilombo, Navegantes, Vila Rica e Rio Branco.
08/03/2005	Estiagem	S.E.	21.431	Agricultura
01/09/2005	Enchente	Não decretado	150	Margens do rio (Bairro Navegantes, principalmente)
24/09/2007	Enchente	S.E.	14.331	Quilombo, Navegantes, Vila Rica, Rio Branco, além da zona central da cidade
10/09/2008	Vendaval	S.E.	Sem registro	Bairros Navegantes, Quilombo, Vila Rica, Vila Progresso, Angico, Chapadão, Loteamento Popular, Lot. São José, Lot. Nova Rio Branco, Zona Central e parte da Zona Rural

Fonte: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Sul, 2009.

Tal processo de desterritorialização ocorreu em São Sebastião do Caí, com a blindagem territorial (VALENCIO, 2008) de parte do bairro Navegantes, que foi coberto com pedras para que os antigos moradores não voltassem a construir lá (Figura 1).

Figura 1 Pedras foram colocadas em área da beira do rio para impedir novas ocupações (foto de Renato Klein/FN). *Fonte*: Baptista, 2007d.

Como alternativa aos desterritorializados, o município organizou abrigos temporários. Vejamos como os *desabrigados* são submetidos a desterritorializações múltiplas.

A perda da moradia e a (sobre)vivência nos abrigos temporários

Em setembro de 2007, o município enfrentou um desastre relacionado às chuvas que culminou na decretação de Situação de Emergência: mais de quatrocentas pessoas "tiveram de ser levadas para o abrigo oferecido pela prefeitura nos ginásios esportivos do Parque Centenário" (KLEIN, 2007).

O Ginásio de Esportes do Parque Centenário encontra-se numa região privilegiada da cidade, próxima ao centro comercial, assistida por diversas linhas de ônibus e com fácil acesso ao centro da cidade. O parque é dotado de boa infraestrutura, que inclui dois ginásios de esporte, com quadras poliesportivas, banheiros, vestiários e bebedouros, estacionamento de bicicletas, playground infantil, etc. (Figura 2).

Em outubro desse mesmo ano, isto é, um mês após as enchentes, ainda havia abrigados nos ginásios esportivos do Parque Centenário. Como o local, tradicionalmente, recebia um grande evento de *motocross*, com festival de bandas, olimpíadas comerciárias e shows de *rock* e *reggae* (cf. BAPTISTA, 2007b) que entretinham os munícipes bem como atraíam turistas da região, a prefeitura removeu novamente os abrigados: desta vez, estes foram retirados do Parque Centenário e deslocados para um galpão localizado num bairro distante do centro da cidade, o Bairro Rio Branco (Figura 3).

Figura 2 Ginásio do Parque Centenário tomado, num primeiro momento, como abrigo temporário, *Fonte*: NEPED-UFSCar, 2008.

Figura 3 Galpão alugado pela prefeitura para onde os desabrigados foram levados. *Fonte*: Baptista, 2007c.

Para esse galpão foram deslocadas 14 famílias. Muito afastado do centro da cidade (cerca de 20 minutos de carro, por uma autoestrada), a infraestrutura do local era precária, caracterizada por uma construção de madeira vulnerável a infiltrações e umidade e com pouca circulação de ar. A tentativa de territorialização de um mundo privado para reconstrução social do grupo familiar e das identidades a ele associadas era feita por meio de lonas e lençóis (Figura 4).

Figura 4 Condição precária de sobrevivência dentro do galpão que serviu de abrigo temporário. *Fonte*: Rodrigues, 2007.

As 14 famílias dividiram dois banheiros e apenas um chuveiro, por cerca de quatro meses. Relatos apontaram a dificuldade com as redes de esgoto que viviam entupidas, ocasionando problemas de saúde e higiene pessoal[5].

5. Quando as famílias foram entrevistadas pelo NEPED/UFSCar, elas não mais se encontravam no abrigo temporário do bairro Rio Branco.

> "No outro (abrigo no bairro Rio Branco) a gente tinha dificuldade. Que daí eram catorze família, a gente só tinha dois banheiro, tinha um chuveiro só, tinha mais criança do que adulto, ali era difícil (...)" (V., desabrigada). *Fonte*: NEPED/UFSCar, 2008.
>
> "Os tanques a gente tinha que usar o mesmo pra lavar roupa, tinha que esperar uma lavar, porque era só duas torneiras... Uma lavava e a outra lavava, que nem, quem não tinha máquina, usava tanque, mas tinha um tanque que a água voava tudo dentro do barraco... Era tudo aberto. Os banheiros era tudo entupido, nós que desentupimos..." (R.., desabrigada). *Fonte*: NEPED/UFSCar, 2008.

Segundo os abrigados, a desterritorialização para esse abrigo foi muito problemática, não somente em razão das precárias infraestruturas ali existentes, mas também por conta de sua localização, muito distante dos bairros onde moravam e nos quais mantinham suas relações sociais: o exercício das rotinas diárias, como a ida ao trabalho, à escola, à creche, ao hospital, à casa de parentes, etc., foi prejudicado e, por vezes, teve de ser interrompido. Essa dificuldade resultava no adiamento da reconstrução de suas rotinas e da possibilidade de recuperação dos bens materiais e imateriais. Isto é, há uma multiplicidade de desterritorializações que se somam com o passar do tempo, à medida que o desastre é produzido, simbolicamente, pelos agentes sociais que detêm maior poder de enunciação sobre a construção da realidade como "superado". Tais desterritorializações múltiplas se perfazem desde a perda do território mínimo do abrigo e da possibilidade de sua apropriação simbólica até a perda paulatina do usufruto de outros territórios que permitem se reconhecer como constituinte da sociedade: a escola, a creche, o hospital, o local de trabalho.

> "A escola ficava longe! Na época minha guria estudava lá embaixo, naquele coleginho, vocês acham que passaram por lá... lá minha guria estudava, daí a gente reclamou (...) aí eles [prefeitura] botaram um ônibus pra carregar as crianças. Daí, quando a gente precisava ir no centro, no começo, o motorista do ônibus nos levava, depois já não tinha mais ônibus. Daí a gente tinha que vir a pé do Rio Branco no Caí e do Caí voltar a pé de novo... porque aí a gente não tinha condições de tá pagando a passagem. E eu, na época, tava trabalhando, e eu tive que pedir as conta do emprego porque aí ficava longe pra mim ir e voltar né...? Eu cuidava de idosos, de um casal, daí não tinha... eu pegava das 8h da manhã e largava as 20h da noite... daí eu não tinha como andar na faixa [estrada] de noite, né? É muito perigoso! Daí praticamente eu perdi meu emprego, né... eu tive que pedir as conta, parei de trabalhar, meu marido trabalhava no mato, a gente ganhava pouco, né. Ganha pouco! A gente não tem condições de comprar outro lugar pra morar..."(V., desabrigada). *Fonte*: NEPED/UFSCar, 2008.
>
> "Naquele tempo eu trabalhava lá em Harmonia. (...) daí ficou difícil trabalhar, durante um tempo não pude ir, né? Não tinha como (...) aí, quando eu ia tra-

> balhar eu passava a semana no serviço. Só vinha embora [para o abrigo] sexta-feira de noite. Eu ia segunda e voltava sexta de noite. Não tinha como. Acampava no galpão do patrão. Tinha o galpão dele. Levava roupa de cama lá, tudo e dormia. E a mulher e as crianças ficavam ali. né [abrigo]" (P., desabrigado). *Fonte*: NEPED/UFSCar, 2008.

A vivência dessas desterritorializações múltiplas se engendra sobretudo pelo abandono paulatino das ações assistenciais para provimento de direitos que possibilitem assegurar, no mínimo, a sobrevivência, garantida por lei inclusive a pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências (BRASIL, 2004). No abrigo do Parque Centenário, segundo relataram os abrigados, a prefeitura fornecia diariamente alimentos para que os próprios abrigados preparassem, isto é, cada família preparava sua refeição. A maioria das famílias havia conseguido trazer seus fogões e demais utensílios domésticos para o abrigo, o que permitia, de certo modo, recompor, sob bases precárias, o território da "cozinha".

Com a nova desterritorialização, seguida da reterritorialização para o abrigo no bairro Rio Branco, os desabrigados não receberam mais nenhum tipo de suporte da prefeitura. Enquanto estavam no ginásio do Parque Centenário (centro da cidade), "a prefeitura ajudava nós, deram rancho [cesta básica], deu roupa, deu colchão. Eles chamavam a gente por fila, daí pegava o documento da gente, tirava o nome da gente e pra cada família eles iam dando o que eles tinham que dá" (M., desabrigada) (NEPED/UFSCar, 2008). Já no abrigo no bairro Rio Branco: "ali eles [agentes da prefeitura] não levavam nada. Ali [no abrigo Rio Branco] eles não levavam nada de comida... Nada! Ali eles largaram nós (...) atiraram sem nada. Só pegaram nós do Parque [Centenário] largaram lá [no abrigo Rio Branco] e lá a gente ficou abandonado" (V., desabrigada) (NEPED/UFSCar, 2008).

Do abrigo ao auxílio-moradia

Passado um ano da perda de suas casas, as famílias ainda se encontravam na condição de desabrigadas, mas não mais nos abrigos temporários, e sim no auxílio-moradia[6], pois segundo os representantes do poder local ainda estavam à procura de uma área – que atendesse a determinados padrões técnicos como, por exemplo, não estar situada em áreas sujeitas a enchentes e deslizamentos – para a reconstrução das casas.

Todavia, no caso dessas famílias, a adoção do auxílio-moradia pela prefeitura acabou criando novos problemas. Como os preços do aluguel se elevaram em razão da procura por casas em áreas não sujeitas a enchentes, o valor de R$300 do referente auxílio não era suficiente para pagar o aluguel e as demais despesas, como contas de luz e de água – sem mencionar os gastos com alimentação, saúde, etc.

> "E eu não uso água pra esbanjar, eu não lavo calçada, uso o normal, pro dia a dia [se referindo às altas contas de água]. Eles [prefeitura] estão pagando só o aluguel e mais nada, nada, nada" (V., desabrigada). *Fonte*: NEPED/UFSCar, 2008.

Como os desabrigados moravam anteriormente no bairro Navegantes – onde não havia regularização de cobrança de água e de luz e, muitas vezes, o próprio rio era sua fonte de água –, a nova vivência num ambiente privado, ao mesmo tempo em que permitia a reterritorialização do par casa-família, implicava o endividamento das famílias de modo repentino e novas desterritorializações. Isto é, a impossibilidade de arcar com as despesas de água e luz acabou por fazer com que algumas famílias abandonassem as casas alugadas com o auxílio-moradia e procurassem outras em bairros periféricos em que não havia a regularização dessas cobranças.

Sendo assim, observa-se que não houve, por parte da gestão local, monitoramento do processo de reconstrução perante o desastre a fim de verificar se as famílias tinham condições de sustentar essa "nova casa alugada" com a renda que obtinham, uma vez que, como no caso de algumas desabrigadas, tiveram de abandonar seus empregos quando a prefeitura removeu-as para o abrigo no bairro Rio Branco, muito distante de seus locais de trabalho.

Deixados de lado nos processos decisórios sobre a reconstrução das casas, o desafio final dos abrigados é o de lidar com a ausência de informação dos gestores acerca das providências que estão sendo tomadas para a produção de novas moradias e com a incerteza acerca da renovação ou não, por parte da prefeitura, do contrato de auxílio-moradia:

> "Eles [prefeitura] fala que não tem casa, nem terreno e nem sabe se vai sair a renovação do contrato do auxílio [auxílio-moradia]" (V., desabrigada). *Fonte*: NEPED/UFSCar, 2008.
>
> "Mas a gente espera que renove, porque como que vão fazer? Colocar 14 família na rua?" (T., desabrigada). *Fonte*: NEPED/UFSCar, 2008.

Enfim, o auxílio-moradia é o reflexo de uma ineficiência na gestão dos abrigos. Foi uma alternativa, que também se mostrou falha, para o que não era mais viável. A situação pós-abrigo em São Sebastião do Caí era consequência de uma irresolução para o problema do desabrigo, demonstrando como o desastre se prolonga como diferença social, pois além de serem desabrigados agora eram devedores no mercado formal (SIENA, 2009).

Podemos assim compreender os desastres como processos em que estão imbricadas desterritorializações. Entretanto, os sujeitos vivenciam diferentes desterritorializações e reterritorializações conforme a posição que ocupam na estrutura social. No caso dos desabrigados de São Sebastião do Caí, podemos considerar que, longe de se constituir como um mito, a desterritorialização é um processo contínuo, invisibilizado e de múltiplas dimensões: a negação da territorialização pelo fato de

6. O auxílio-moradia, no valor de R$300,00, foi pago pela prefeitura para que as famílias desabrigadas alugassem outra casa até que uma área, tida como segura, fosse eleita para a reconstrução das moradias.

a área onde ocupavam ser considerada "de risco"; a remoção do abrigo do Parque Centenário em razão do evento de motocross; o remanejamento para o abrigo no bairro Rio Branco; a incerta e temporária vivência no auxílio-moradia (Figura 5).

Figura 5 Linha do tempo – desterritorializações múltiplas vivenciadas pelo desabrigados de São Sebastião do Caí.

Considerações finais

Se o grande dilema desse novo século parece ser o da "desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui (...) [a] multiterritorialidade, e a massa ou os 'aglomerados' crescentes de pessoas que vivem na (...) reclusão socioespacial" (HAESBAERT, 2004: 372), dar visibilidade a esses processos é uma forma de desnaturalizar a compreensão dos desastres como fenômenos naturais. Se o debate da desterritorialização precisa incorporar a dinâmica da natureza e a questão ambiental, pois "afetam e afetarão cada vez mais nossa organização territorial", o que implica considerar até mesmo "os eventos naturais mais imediatos, de amplitude temporal bastante reduzida, mas de efeitos muitas vezes igualmente intensos" (HAESBAERT, 2004: 368-369), podemos dizer que tais eventos ocorrem de forma ameaçadora porque, de fato, a vulnerabilidade se perpetua em relação a três pontos: à pobreza, às territorialidades precárias e a uma ausência de interlocução consistente com o Estado, pontos estes que fazem parte de um processo sócio-histórico que precisa ser rompido (SIENA, 2009).

Por fim, dado o contingente expressivo e reiterado ano a ano de desabrigados – que revela tratar-se de uma questão estrutural à qual as políticas de prevenção a desastres, sobretudo as políticas urbanas, não estão respondendo a contento –, é preciso considerar que não estamos somente em tempos de asseveramento dos eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas, mas de replicação de desterritorializações múltiplas que, em meio à pobreza, tornam os abrigos formas permanentes de viver nos municípios brasileiros.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, G. Enchente: 85 famílias tiveram de ser removidas pela prefeitura. **Jornal Fato Novo**, Vale do Caí, 14 jul. 2007a. Disponível em: http://www.fato novo.com.br/ler.php?id=489&ed_id=&imp=ok. Acesso em: 12 set. 2008.

_____. Prefeito defende a volta da draga. **Jornal Fato Novo**, Vale do Caí, 5 out. 2007b. Disponível em: http://www.fatonovo. com.br/ler.php ?id=766&ed_id=&imp=ok. Acesso em: 12 set. 2008.

_____. Desabrigados não poderão reconstruir casas em áreas atingidas pela enchente. **Jornal Fato Novo**, Vale do Caí, 12 out. 2007c. Disponível em: http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id=791&ed_id=&imp=ok. Acesso em: 12 set. 2008.

_____. **Prefeitura terá de alugar casas para 14 famílias de flagelados.** Jornal Fato Novo. Vale do Caí, 09 de setembro de 2007d. Disponível em: <http://www.fatonovo.com.br /ler.php?id=870&ed_id=>. Acesso em: 12 set. 2008

BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Coisas ditas**.São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

CERUTTI, D. F. Análise dos danos humanos decorrentes de desastres associados a chuvas, ventos, granizo e escorregamentos, no Brasil, 2003-2007. In: **Curso Internacional sobre Saúde, Desastres e Desenvolvimento**. Brasília, 2008.

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. **Centro de Operações**. 2009. Disponível em: http://www.defesacivil.rs.gov.br/. Acesso em: 15 out. 2008.

DOMBROWSKY, W. R. Again and again: is a disaster we call a "disaster"? In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.). **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.19-30.

HAESBAERT, R. O binômio território-rede e seu significado político-cultural. In: **Territórios alternativos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2002ª. p.117-127.

_____. Fim dos territórios, das regiões, dos lugares? In: **Territórios alternativos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2002b. p.129-142.

_____. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KLEIN, R. O Caí enfrenta a primeira grande enchente do século. **Jornal Fato Novo**, Vale do Caí, 25 set. 2007. Disponível em: http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id=745&ed_id=&imp=ok. Acesso em: 12 set. 2008.

LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. Risco e precaução no desastre tecnológico. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 67-84, 2005.

MARCHEZINI, V. **Análise sociológica das políticas públicas para desabrigados:** a relação Estado-sociedade em contextos de desastres relacionados às chuvas. São Carlos: NEPED/DCSo/UFSCar, 2007. Mimeo.

_____. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. **Sociologia dos desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 48-57.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **Revista São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 14, n. 4, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2008.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Fundação João Pinheiro; IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M)**. Brasília: PNUD, 2000.

QUARANTELLI, E. L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In:_____. (Org). **What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998. p.1-7.

RODRIGUES, R. **Série desabrigados.** 2007. Disponível em: http://www.flickr.com/photos/10938759@N06/. Acesso em: 7 out. 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SIENA, M. **A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres**: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

TORRES, H. G. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, 2003. Disponível em: ttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100006&lng=en&nr m=iso. Acesso em: 9 mai. 2008.

ULTRAMARI, C. Vulnerabilidades, resiliências e crises cumulativas urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 109-122, jan.-mar. 2006. Disponível em: http://www.seade.gov.br.

VALENCIO, N. F. L. S. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008. 28 p.

VALENCIO, N. F .L. S. et al. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 96-108, jan.-mar. 2006. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_07.pdf.

VIANA, T. C. B. S. Moradia, mercadoria e representações: o olhar dos moradores da cidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008.

Capítulo XVI

O Desastre como *Locus* da Barbárie:

apontamentos sobre o caso brasileiro

Norma Valencio

O grande valor humano é o próprio homem.
Para valorizar o globo terrestre, é preciso,
antes de tudo, valorizar o homem (...)
Reduzindo, diminuindo, enfraquecendo, numa palavra,
colonizando uma parte da humanidade, agimos contra nós mesmos.
Anatole France

Introdução

Para a Sociologia dos Desastres, há certo consenso de que o termo desastre designa um acontecimento trágico, o qual associa elementos físicos e um dado contexto social. Ao menos quatro indagações são pertinentes quando ouvimos rumores sobre a ocorrência de um desastre, a saber: "ocorreu *o quê*?", "*aonde*?", "*quando*?" e "*com quem*?". Trata-se de questões indissociáveis porquanto um desastre exige uma configuração espaço-temporal e sócio-histórica para manifestar-se. Sua característica como fenômeno adverso é pertinente na medida em que deflagra rupturas indesejáveis e imprevistas, em vários níveis, no quadro das relações sociais espacializadas, desarrumando-as de um modo difícil para sua recomposição.

Essa concepção do termo desastre permite várias ponderações secundárias, mas não menos importantes, tais como as que remetem às distintas representações da realidade desordenada e, porque não dizer, a uma quinta indagação: "*quem foi o responsável?*". No geral, há diversidade de narrativas relacionadas aos fatores desencadeantes dos danos e prejuízos ocorridos, sejam eles materiais ou simbólicos; à abrangência espacial da devastação; à duração do acontecimento; a quão afetados foram os distintos sujeitos sociais, relações e instituições; e, por fim, aos sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, na produção desse acontecimento adverso. Porém, essa diversidade de visões e versões costuma ser escamoteada e, no imaginário social corrente, uma interpretação dominante vem à tona e impregna a leitura da paisagem devastada como algo homogeneamente desolador. Daí, a frequência com que se jogam os refletores sobre determinados recortes da tragédia, dando de barato que as providências de 'restabelecimento da normalidade' se farão para aquele mesmo grupo. Para obter verbas extras em instâncias superiores,

tais imagens e apelos lacrimosos dos moradores afetados no contexto destruído vêm a calhar na narrativa do ente público, como se o compromisso de transferência dos recursos obtidos para as medidas de reabilitação e reconstrução fosse inquestionável. Há gestores públicos que, inquiridos sobre o destino das verbas, retrucam como se tivessem sido afrontados. Tomando a indagação como uma ofensa pessoal – numa sociedade em que convenientemente as 'questões de honra' são sacadas do rol do universo masculino autoritário –, tais gestores são evasivos na resposta pública. Para a plataforma de campanha eleitoral, o desastre tende a desaparecer do registro do gestor público que não deu conta de sanar a situação caótica, e isso se dá com a mesma facilidade com que o desastre vem à tona na campanha rival para desqualificar o candidato concorrente.

Uma problematização sociológica em torno de desastres no Brasil deve ter em conta as recorrentes simplificações acerca dos acontecimentos, oriundas da fala oficial. Essa fala obscurece a própria responsabilidade diante dos acontecimentos, omite aspectos de suas práticas que contribuíram para as perdas e desolação havidas, bem como escamoteia as relações de poder instituídas entre os que interagem na cena, antes, durante e após a devastação. As simplificações são instrumentais ao cinismo social macroenvolvente que, seguindo ao largo das imbricações entre as dimensões objetivas da destruição e suas dimensões sociais, mantêm o *modus operandi* individualista. Nas dimensões sociais constam os processos socioambientais e político-culturais precedentes e sucedâneos ao que é sinalizado como 'ruptura da normalidade', portanto, é o lugar a ser perscrutado em busca tanto da lógica de produção das vítimas aos roldões quanto das muitas estratégias que mantêm a vulnerabilidade como uma invariância do modelo de desenvolvimento brasileiro.

No país, temos assistido a um intrigante fenômeno, constituído por duas facetas: a primeira é a do reconhecimento oficial, ano após ano, de milhares de desastres, como se se tratasse de uma manifestação exógena, autônoma e independente das forças sociais, políticas e econômicas que operam no interior das instituições do Estado; a segunda faceta é a da constatação da repetição dos mesmos tipos de desastres, ano após ano, isto é, das imbricações constantes de fatores de ameaça e de vulnerabilidades já conhecidos, referidos aos mesmos grupos sociais e lugares. Tais facetas implicam que, por ação ou omissão, o Estado está envolvido nos desastres, isto é, no recrudescimento das privações dos referidos grupos, nos seus danos e perdas, no processo de dessocialização e desumanização que lhes é imposto no cotidiano, na intensificação da dor física, moral e emocional de cada indivíduo e do coletivo subjugado a tais circunstâncias e, por fim, na eliminação da vida destes. Tal fenômeno, por sua existência e persistência, enseja sérias e impostergáveis indagações, as quais remetem aos nexos substantivos entre os desastres, o desfazimento de processos identitários e de territorialização e a estabilidade do *ethos* burocrático-personalista que é sua lógica promotora. Nisso dizer: é necessário refletir sobre a racionalidade que baliza as representações, discursos e

práticas do Estado, o qual, longe de impedir, produz e amplia o sofrimento social daqueles a quem lhe cumpre proteger.

Há que se considerar, preliminarmente, que, no contexto brasileiro de desigualdade estrutural, o Estado se manteve como um ator forte, agente privilegiado na construção das bases materiais e espaciais em que se assentou a aspiração da nação na possibilidade de difusão do bem-estar. No arcabouço constitucional, apresenta-se como o agente a quem se impõe o dever de proteção à pessoa humana, na indissociabilidade de seus direitos e sem distinções dentro da sua jurisdição. Como parte constituinte da sociedade, o Estado espelha suas contradições, mas deve perseguir o coesionamento das frações em tensão, isto é, não perder de vista o âmago da sua missão institucional que é estabelecer um ambiente propício à civilidade, nos domínios do mundo público e privado, e cuja antítese é a barbárie. Dito de outra forma, tudo aquilo que interrompe, omite, obstaculiza, conflita, neutraliza e, enfim, se opõe à realização desse desiderato institucional age como prática de solapamento da civilidade, o que, para além de tais ou quais injunções no plano prático, é uma perversão ao construto social ideal do humano. É a desumanização manifesta.

São variados os cenários e nuances do processo desumanizador no Brasil contemporâneo, desde os mais tolerados aos invisibilizados.

Aqui e acolá, tomam a forma de antagonismos explícitos entre sujeitos, com disputas assimétricas de projetos territoriais que guardam diferentes gradações de legalidade e legitimidade e que culminam na processual inviabilização da sobrevivência e reprodução dos *losers*, o que vem se tornando historicamente tolerado. Há o degringolar da violência explícita, como as práticas individuais ou grupais de homicídio, que geram, ainda, algum incômodo à consciência coletiva, mas que só chegam a ser consideradas intoleráveis quando subvertem a dimensão de classe. E há, ainda, o processo desumanizador invisibilizado pelas tintas assistencialistas que os agentes do Estado utilizam junto às vítimas que a racionalidade institucional produz, ou seja, a barbárie fazendo-se passar por seu contrário. Os desastres recorrentes no país, como os relacionados às chuvas, fazem parte desse último processo. Radicam menos das ameaças das nuvens, cujas águas precipitam, do que do encontro da *modernização conservadora* (TAVARES, 1979) com a *modernidade incompleta* (MARTINS, 2000), ou seja, da sinergia entre um modelo de desenvolvimento que torna permissível e permanente a iniquidade distributiva, expressa territorialmente, e a obstrução gradativa da criticidade coletiva ao conteúdo das relações e instituições que moldam um espaço intrinsecamente supressor de alteridade.

A modernização que não apenas convive, mas se nutre dos hiatos da modernidade é, em sua natureza, um fenômeno antidemocrático, no qual a barbárie se sente cada vez mais à vontade para se expressar nas injustiças corriqueiramente praticadas, no desassossego cotidiano, na segregação espacial, na perda material e imaterial de um entorno significativo, na eliminação do outro e na impotência deste

para defender a integridade própria. Enfim, a barbárie se manifesta na dilaceração do sentido da vida de contingentes cada vez mais expressivos de desfiliados país afora, país adentro. Diante disso, e em grande medida, os desastres no Brasil não deveriam ser considerados como a ruptura de um cenário de normalidade cujo substrato fosse uma cidadania preexistente – como o discurso institucional de defesa civil se habitou a pressupô-lo –, mas como a culminância de mazelas que desde sempre estiveram ali, mal resolvidas embora naturalizadas. Mazelas tão mais silenciadas quanto mais profundas a opressão material, cultural, social e política dos afetados. Os desastres no Brasil, no geral, são o apogeu da barbárie que somos capazes de tolerar, conviver, testemunhar e produzir. Não diz respeito apenas aos que, coletivamente, perdem algo e alguém, mas ao conjunto das relações que produzem tal afetação.

Para suscitar reflexões sobre o tema, passaremos, adiante, a tratar de alguns dos aspectos estruturantes do desencadeamento de desastres relacionados às chuvas no país, assim como de práticas sociopolíticas que se manifestam na cena, para identificar o que leva o ente público a, de forma ambivalente, perpetuá-los mesmo quando sua performatividade junto aos afetados aparenta eliminá-los.

A produção social do medo e da desesperança

Medo e desesperança são algumas das expressões subjetivas da vulnerabilidade de determinados sujeitos. Decorrem, amiúde, da vivência cotidiana de interações sociais verticalizadas que insinuam, frequentemente, a legitimidade de práticas sociopolíticas supressoras e opressoras de modos de pensamento, hábitos, preferências, lugares, vozes e identidades que não estejam em conformidade com aquilo que é convencionado, por poucos, como sendo 'adequado', 'de bom gosto' e 'belo'. Significa dizer, nesse aspecto, que são estados emocionais suscetíveis de serem deflagrados em um sistema concreto e espacializado de trocas desiguais, cuja lógica organizativa não aceite refutação.

Se entendermos o espaço conforme Santos (1998), isto é, como sistemas de objetos e sistemas de ações, poderemos supor a modernização brasileira como a integração desses sistemas por uma racionalidade instrumental que, a cada passo adiante, sofistica os processos desumanizantes. Tratar-se-ia, pois, de um paradoxo no qual a multiplicidade, a simultaneidade e a interpenetração das interações do real e do virtual, do aqui e do acolá, da acumulação e complexidade do conhecimento científico e das técnicas, enfim, da gama da experiência social, não estariam a serviço do atendimento da plenitude dos direitos da pessoa humana, mas de sua redução, a depender do estrato social a que pertença o grupo. O ajuste do território ao interesse mercantil relegaria amplos contingentes a uma sobrevivência brutalizada nos meandros esquecidos do território, ao relento da lei, expostos aos caprichos da natureza numa espacialização contingente e assaz fraturada. Dito de outra forma, a barbárie hodierna é praticada por sujeitos cuja racionalidade movente

se apresenta como seu inverso, o ápice da civilidade; por aqueles que condenam *a priori* o outro, denominando como rude e tosco todos e tudo que não lhes pareça culturalmente similar; pelos que se esquivam pudicamente ao debate com os 'ignorantes'; pelos que promovem apenas o saber de seus agentes específicos e o sistema de objetos que esse saber produz, tornando o espaço instável, incerto e inseguro aos que ali se situam, mas cujo controle territorial permanece fora de suas possibilidades (SANTOS, 1998). Assim, há grupos que se encontram num dado espaço, mas são destituídos da possibilidade de tecê-lo em contornos e conteúdos com os quais se sintam identificados em prol de sua plena socialização. Logo, a retirada, destruição ou deterioração, provocada por outrem, dos sistemas de objetos significativos do espaço onde o referido grupo se constitui, mais do que causar rupturas na realidade material em si mesma, causa danos à vida interior destes que se veem destituídos à revelia.

A ruptura arbitrária da realidade material e espacial que entrelaça a trajetória dos indivíduos e famílias num grupo maior é, assim, não apenas fonte de entristecimento, mas de amedrontamento destes, pois se converte no temor de que uma sucessão de outras perdas, promovidas por entes, ao mesmo tempo, inomináveis e já sabidos, ainda esteja por vir caso a 'lição não tenha sido aprendida'. Daí porque as ações reivindicativas de controle sobre os sistemas de objetos autoproduzidos num dado espaço geográfico, isto é, que reivindicam o reconhecimento de seu lugar como uma territorialização válida, vêm apenas de parte dos que experimentam seguidas situações de destituição à revelia. Essa prática política costuma esbarrar em seu contrário, que é o crescente silenciamento de parte do grupo, que tanto deriva da revolta contida, por receio de punição, quanto de um dilaceramento profundo do lugar e do Eu, que ao lugar dava sentido e neste estava refletido; ambos pulverizados. No segundo caso, a palavra escasseia porque as narrativas do *self* e da identidade coletiva vão se paralisando quando continuamente obstruídas em virtude da desconfiguração da sua situacionalidade substantiva. Os escombros materiais correspondem a uma vida social destruída. Os escombros da vida social exigem um esforço de resistência cotidiana à desfiliação, mas nem todos se sentem capazes para lidar emocional, social e politicamente com isso.

Há que considerar as advertências de Freire (2006) acerca de quão desconhecida, embora profunda, é a presença do opressor introjetada nos oprimidos, gerando nestes as narrativas fatalistas. E, ainda, quão pouco sabemos acerca das feridas que a discriminação provoca na substantividade de nosso ser. O fracasso do projeto existencial dos pobres nem sempre é evocável e, quando o é, muitos passam ao largo, fingindo ser inaudível. Assim, se torna melancólica a tentativa de figuração dos oprimidos, que ousam interpelar aqueles que insistem em permanecer alheios, e lhes contar o que havia por detrás daquilo que já nem mesmo é, ou seja, partilhar significados contidos nos objetos e lugares destruídos. Os que estão envolvidos ativamente na produção da cena, embora finjam alheamento, ausentam-se escrupulosamente como plateia; quando não, assistem-na ao longe e protegido pelas telas

da TV e escarnecem dos acontecimentos, reiterando o argumento de que o grupo que vivencia a tragédia a engendrou autonomamente e, antes que ameace a ordem do entorno, precisa ser removido. Nesse particular, a prostração de afetados nos desastres indica o breu de possibilidades afirmativas em termos socioespaciais, com correspondência ao vazio do entendimento de si no mundo. O desastre é o resultado de um processo nulificador ensejado pelo meio contra o grupo, significa a resistência dos estabelecidos à plena incorporação dos demais os quais, caindo em desesperança, denotam a eficácia das práticas de manutenção da distância social.

Para os grupos afluentes, a incompletude característica da vida social na modernidade resulta no preenchimento provisório de vazios existenciais com práticas, relações e objetos de fácil descarte. Contudo, se considerado o contexto de desigualdade no Brasil, a incompletude dos sujeitos dominantes sugere relativa liberdade na construção de suas inúmeras identificações – forjando carapaças mais ou menos resistentes às angústias em torno do que lhes falta –, o que não é passível de reprodutibilidade no cotidiano dos sujeitos subalternos, os quais não têm mecanismos para se protegerem das diversas formas de expressão das fobias manifestas contra si. Para estes, há o medo derivado do cerceamento constante das identificações que porventura acionem. Não podem remeter agilmente a outro projeto identificador, expresso em alternativas condizentes de territorialidade, bem como lhes falta a largueza das possibilidades de fruição e descarte de mercadorias que tomam formas de novas opções de inserção geográfica, de moradia, de exercício do trabalho, de aparência pessoal e de escolha de bens culturais, dentre outras.

O debruçar sobre os muitos casos de desastres relacionados às chuvas no país, com as enchentes e deslizamentos colocando abaixo os projetos de vida dos empobrecidos, permite-nos afirmar que o movimento da população afetada no território brasileiro é fruto não apenas do desejo de encontrar e participar de um lugar melhor para si, ir ao encontro de um progresso mítico, em termos de moradia e emprego, principalmente, mas do afã de evitar *aquele* sofrimento experimentado de forma humilhante e traumática no território deixado pra trás. Partir não significa, necessariamente, aos afetados por desastres, ter clareza e controle sobre aonde se quer chegar. Por vezes, é uma prática voltada mais para a mobilização interna do indivíduo ou do grupo, se autoconvencendo de que é possível renovar a página da memória e superar a afasia. É uma mobilidade que se define pelo misto de desalento e ilusão, mas que também, como demais processos de migração e tal qual aponta Furtado (1992), vai inviabilizando o país como um projeto nacional, escamoteando as tensões, interrompendo o processo de formação de um Estado-nação, o qual exige uma discussão democrática sobre os rumos do desenvolvimento, cerceada pelo discurso hegemônico da técnica, em atendimento incontestável à lógica de acumulação.

É fato que os deslocamentos e flutuações populacionais indicam a subordinação e remodelação do território pelo meio técnico-científico-informacional, sin-

tonizando o aparelho institucional precipuamente aos propósitos do capital (SANTOS, 1993). Como o capital atua numa lógica multiterritorial, os grupos que se pensam integrados ao circuito econômico num dado momento são descartados no momento seguinte (HAESBAERT, 2004; MARTINS, 2003). Ocorre que esses processos macrossociais dissolvem as dimensões de segurança nos contextos microssociais, desde a segurança pessoal, no trabalho e emprego, na garantia de permanência no lote, na manutenção da moradia e do sustento da família, dentre outros. Nos termos de Martins (2003: 20-21):

> "A sociedade da promessa da integração no princípio do contrato e da igualdade vem se firmando como a sociedade da incerteza e do medo (...) medo de se tornar ninguém e coisa alguma, de ser descartado e banalizado, o medo daquilo que não se vê. Isso é de fato, por inteiro, a exclusão social. É inconsistente reduzir a exclusão à pobreza material (...). A vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras."

A dissociação entre os que estão no lugar e os que o controlam é marcada pela desorganização contínua do espaço, na reinvenção dinâmica da segmentação territorial que deteriora algumas de suas porções para viabilizar benefícios a outras. A vinculação dos efeitos socioambientais deletérios da espacialização dos grupos sociais descartáveis pela lógica econômica – os quais dispõem de restrito elenco de alternativas territoriais – com sua sujeição à recepção arbitrária dos dejetos do território modernizado tende a recrudescer a degradação do espaço de convivência, ou a *injustiça ambiental* (ACSELRAD, 2010), o que propende a rotina local ao desastre. Ou seja, a ocorrência de desastres aumenta e estes alcançam com mais frequência os grupos descartáveis porque tais fenômenos exprimem os efeitos crescentemente degenerativos do desenvolvimento desigual e as conexões subordinadas entre os lugares que progridem e os que têm sua existência contestada.

O receio de ter sua presença no território contestada se espraia no cotidiano dos empobrecidos, para quem os contratos formais podem ser revistos e as garantias se tornam incertas. As incertezas e inseguranças atravessam seu lugar de morar, seu trabalho, seu trânsito no lugar público, sempre sujeitando o grupo a ser encarado como perigoso; a ser levado à suspeição; à batida policial; a ter prontidão em dar explicação sobre os atos mais corriqueiros; levando, enfim, ao paroxismo, ao medo em grande extensão da sua vida social. No lugar público, reporta Martins (2000), o medo tem seu cenário predileto, em vista da forma anônima e desconfiada com que uns se comportam diante dos outros. Ocorre que o pobre vive um anonimato relativo: identificado por seus trajes, seus costumes, sua linguagem corporal e outros marcadores de inferioridade, destaca-se no imaginário predominante como sendo portador de uma ameaça indeterminada, porém existente e, por que não dizer, prestes a se manifestar. Para evitar o sobressalto com os prováveis e sorrateiros ataques do grupo, as práticas de segurança pública recomendam atacá-

lo antecipadamente, exigindo-lhe documentos, atestado de bons antecedentes, encarcerando-o em delegacias até proceder aos levantamentos criminais ou atirando 'preventivamente'. Assim, o lugar público é o cenário de um medo singular, posto que as formas de exercício do anonimato não se dão com o estabelecimento de regras equânimes de trânsito, mas resultam em achaques cuja legitimidade baseia-se em identificações provisórias, tornando ali o lugar que expressa a agudeza da ausência de reciprocidade e a possibilidade da morte banal.

Em última instância, o medo mais aterrador que os empobrecidos têm é o relacionado à morte física precoce e à forma como essa ocorrerá. Não raro, no imaginário social destes, ao lado do temor à exposição mais intensa às formas correntes de violência nas periferias das cidades, são as águas turvas e incontroláveis de enchentes o ambiente concebido como o que apresenta grande perigo à vida, seja pela força da corrente, que pode carrear pessoas à revelia, seja pelas demais ameaças que suas profundezas abrigam e ocultam, incluindo bueiros, redemoinhos e animais vorazes dispostos a atacar tais pessoas na fragilidade de sua condição de autodefesa. A inserção em morros, em áreas de várzeas, igarapés e beiras de rios, repletos de animais peçonhentos, silvestres e abandonados, além de vetores de doenças, são as referências espaciais do dia a dia que correspondem a esse imaginário. Uma morte, assim, é pavorosa porque se situa em meio à repentina e imprevisível desventura, ao desespero na busca de um 'chão' para fincar os pés, à necessidade impostergável de ar respirável e à impossibilidade de lográ-lo, ao cansaço da luta contra as indomáveis forças da natureza e, por fim, à sujeição à condição de presa de formas selvagens de vida. É, antes de tudo, no escopo dessa representação do mundo, um desfecho condizente com uma trajetória, individual ou coletiva, desviante que os empobrecidos são, diuturnamente, levados a crer que corresponde ao seu destino.

O medo é um sentimento complexo, lembra Tuan (2005), que remete ao sinal de alarme e à ansiedade: o primeiro deflagrado por um evento inesperado e o último derivado de uma ação refreada pela sensação difusa e imprecisa de ameaças que rondam. Ambos os sentimentos adentram a rotina dos que moram nos lugares acima, os quais ainda estão expostos à vergonha quando o discurso repreensivo da imprensa e do meio perito em emergência e assistência social os culpabiliza pela produção de uma paisagem de desordem, feiura e doença. Tudo se passa como se a comunidade que vive em 'área de risco' fosse, deliberadamente, produtora de uma afronta espacial, pois o caos das moradias frágeis que propendem à destruição contradiria a concepção de cidade ensejada pelos setores afluentes. As paisagens materiais de casas precisam lembrar ao citadino, que representa a boa sociedade, que o caos foi controlado e impera a ordem; e que a ordem, em primeira instância, se manifesta no controle dos fenômenos da natureza:

> "Cada moradia é uma fortaleza construída para defender seus ocupantes humanos dos elementos; é uma lembrança constante da vulnerabilidade huma-

> na. (...) De modo geral, todas as fronteiras construídas pelo homem na superfície terrestre (...) são uma tentativa de manter controladas as forças hostis" (TUAN, 2005: 12).

A constância do medo coletivo revela o conteúdo da sociedade a qual, segundo Santos (1996), não é independente da forma, ou seja, dos objetos geográficos da paisagem. O espaço, por conseguinte, são essas formas em movimento, as quais, complementa Freire (2006: 17-18), fazem girar tudo em torno de certas classes ou grupos, "*afogando o direito dos outros (...) que junta à insensibilidade sua arrogância e malvadez; que chama as classes populares se está de bom humor, 'essa gente', se, de mau humor, 'gentalha'*".

Quando as cidades testemunham os empobrecidos sofrendo riscos à vida em razão da exposição às águas torrenciais, revoltas, contaminadas, imiscuindo dejetos orgânicos, animais peçonhentos e vetores de doenças, não raro, a predisposição à compaixão e solidariedade cede lugar ao outro polo da conotação de ordem moral, qual seja, o de distanciamento do que é, então, elaborado como punição exemplar ao comportamento coletivo deplorável do grupo. O distanciamento que os grupos socialmente bem integrados vão tomando dos desastres apresenta, assim, uma dupla significação: a de não interferir no 'destino merecido' dos que sofrem – a fim de que estes reforcem, na experiência dolorosa, a correspondência e expurgo de seus maus atos; e o covarde autoconvencimento de que as duras penas físicas aplicadas a outrem através dos desastres, até a eliminação final dos afetados, são elementos que os distinguem, moral e zelosamente, dos bons. A necessidade que os grupos afluentes têm de reafirmar quadros sociais de memória aferrados à diferenciação moral diante dos empobrecidos que atravessam calamidades é o ponto de partida para uma relação sistematicamente desvinculante com estes no plano prático e, particularmente, no plano político.

A coesão social que tem por base a similaridade econômica é camuflada em similaridade moral. Desde aí, produz um repertório de representações coletivas que mescla as origens morais resultantes do drama alheio ao incômodo com a manifestação desse drama no seu quintal. Isto é, ao mesmo tempo em que descontinuam, destrinçam e recompõem os elementos estruturais da narrativa sobre as mazelas alheias, de modo a operar dissociação com as construções sociais que envolvam sua própria responsabilidade, os grupos afluentes traçam os rumos espaciais de uma convivência intolerante cujo corolário é a ruptura do direito de permanência dos diferentes e inferiores e a insensibilidade para com os desastres que a esses abatem. Os que sofrem a destruição causada 'pela chuva inesperada' – jamais, no discurso oficial, derivado dos processos desiguais de territorialização – devem purgar por sua má conduta, mas fazê-lo sem impor, constrangedoramente, a exposição de sua dor aos grupos que vivem em retidão moral e, além do mais, que são materialmente precavidos. Vivenciar o drama resignadamente, aceitar a condição de desamparo e desvantagem, em virtude do acerto de contas com seu passado, no qual

subjaz seus desvios de conduta, é uma expectativa inerente ao arcabouço cultural racista que permeia a realidade social brasileira e algo que deve se dar longe dos olhos dos virtuosos, os quais se fingem desconectados, assepticamente, das representações coletivas que produzem o sofrimento coletivo de forma sistemática e permanente, nos que vivem nos morros e várzeas das bordas periféricas.

Por fim, conforme destaca Delumeau (2004), na origem do racismo que incita a persistência da barbárie há o terrível medo do Outro, daquele a quem descrevemos, culturalmente, não apenas como o estranho, mas como o ameaçador, que pode contaminar a nossa paisagem e costumes, trazendo e difundindo flagelos e danação ao nosso meio em razão do mal do qual é portador. Nas palavras do autor:

> "Ao lado das apreensões vindas do fundo de nós mesmos – medo do mar, da noite – e das motivadas por perigos concretos – terremotos, incêndios, epidemias, etc. –, devem-se incluir medos mais culturais, que podem, também eles, invadir o indivíduo e as coletividades, fragilizando-os. Como o medo do outro. Na origem deste encontra-se a apreensão provocada pelas pessoas que não conhecemos ou que conhecemos pouco, que vêm de outro lugar, não se parecem conosco e que, principalmente, não têm o mesmo modo de vida que nós. Elas (...) têm códigos que não compreendemos. Têm costumes, comportamentos, práticas culturais que diferem das nossas, não se vestem como nós, não comem como nós (...) elas causam medo, e somos tentados a usá-las como bodes expiatórios em caso de perigo. A humanidade sem dúvida ainda levará muito tempo para combater esse medo do outro, forma particular do medo do desconhecido, que sobe incessantemente à superfície e que está na origem do racismo de todos os tempos" (DELUMEAU, 2004: 9).

Desastres silentes, desastres vocalizados

No Brasil, correntemente, há três grupos de situações relacionadas aos desastres, cada qual caracterizando a ausência de linearidade entre a realidade concreta e as práticas do Estado. As contradições aparentes entre os referidos grupos de situações não camuflam convergências possíveis quando descortinamo-las sob a lógica sociopolítica imperante no país.

Por vezes, numa dada localidade, ocorre certo conjunto de fenômenos socioambientais, o qual, no uso da definição discutida ao início, poderia ser caracterizado como desastre, mas, surpreendentemente, os acontecimentos não encontram a ressonância esperada na vocalização do ente público naquela jurisdição. A realidade concreta e caótica não guarda a devida correspondência com o discurso político e a prática do Estado, tanto na comunicação quanto nos trâmites relacionados às emergências. Esse primeiro grupo de desastres são os silentes, situação em que o agente autorizado a nomeá-lo oficial e publicamente, e nisso respaldando providências urgentes para minimizar as adversidades ali surgidas no cotidiano de um grupo social, não o faz. O estranhamento fica ainda maior quando, num

segundo grupo de desastres, há o brandir oficial da condição de desastre e a priorização das providências do ente público sem que haja correspondência com um conjunto de fenômenos, seja no grau de severidade de perdas e danos havidos ou no estágio de degradação humana a que são levados os afetados naquela localidade. E há um terceiro grupo de desastres, que são aqueles de ocorrência sucessiva, numa mesma localidade. A repetição, em anos consecutivos, dos mesmos fenômenos socioambientais adversos não é motivo de embaraço das autoridades, e o cumprimento dessa regularidade não lhes chega a ser desconcertante, nem sequer para que se rompa com o uso do argumento em torno da subtaneidade do evento. O uso, pelas autoridades competentes, da assertiva 'fomos surpreendidos!', quando da recorrência tanto do fator ameaçante, como as chuvas intensas, quanto da vulnerabilidade social perante as mesmas, denota a inequívoca desfaçatez com que se opera o continuísmo discursivo, o que denota a desvinculação da responsabilidade do gestor da sucessão de agravos ao processo de territorialização dos grupos sociais fragilizados ali inseridos. Isto é, ausência de *accountability*.

Diante de tais grupos de situações, é lícito indagar: afinal, o desastre é algo que 'está aí', objetivado? É um infortúnio coletivo, isto é, um acontecimento adverso, mas também inesperado? Ou é previsível, resultando de sucessões de ações e omissões? Ou, ainda, se trata apenas de um discurso de certos sujeitos sobre o mundo?

Diríamos que, em vista do debate atual em Sociologia dos Desastres, todas as proposições acima são válidas, embora, a princípio, contraditórias. Uma coisa é o espaço circunstancialmente desconfigurado, que torna os sistemas de objetos e os sistemas de ações arbitrariamente disfuncionais. Outra são os sujeitos que interpelam essa cena e, no seu arcabouço de experiência, de envolvimento com o problema, de sua matriz sociocultural, política e econômica, passam a defini-la de tal ou qual modo. Outra, ainda, são as conveniências oficiais para ajustar a classificação das circunstâncias do mundo ao conjunto de forças que definem a ordem territorial local – subvertendo o uso do conceito de desastre para adotá-lo ou renegá-lo conforme convenha – ou, no sentido oposto, a mobilização social para conclamar o reconhecimento de seu drama quando este é obscurecido.

Os desastres silentes são expressões da dessocialização levada ao limite. Convertem-se, no plano político, em ocorrências que ficam deliberadamente ao largo do discurso e da pauta de prioridades do executivo local, que caminha na rotina como se nenhum fenômeno de destruição socioambiental estivesse em curso na área sob a sua jurisdição, uma vez que a mesma passa ser incorporada na já naturalizada paisagem desoladora da pobreza. A degradação 'normal' e 'anormal' do espaço entram, nesse caso, em autoajustamento a ponto de permitir, supostamente, a preterição das intervenções da máquina pública. Exemplos há quando bordas periféricas urbanas altamente adensadas – cujos moradores se veem num cotidiano repleto de perigos, que mesclam ameaças às suas vidas, sua saúde, suas moradias

e os objetos ali contidos, além de suas rotinas – exigem ações emergenciais do ente público, mas não encontram acolhimento do governante. Se o drama ali havido não tomar o interesse da imprensa ou não prejudicar o andamento dos sistemas de objetos e de ações que interessam à acumulação, a inação do ente público fica mais evidente.

O desprestígio do grupo afetado junto ao Estado implica que suas interações com os agentes que atuam nas emergências não estão ancoradas na idéia de proteção dos direitos elementares de cidadania. Esses direitos que já eram aviltados no contexto precedente do desastre – incluindo compor uma de suas importantes causas – se tornam ainda menos considerados quando o desastre é ignorado ou quando, sob a pressão e os refletores da mídia, a explicação e a ação pública são contundentes na culpabilização das vítimas, responsabilizando-as pelo seu destino cruel, imiscuindo as dimensões materiais e simbólicas de violência radicadas na discriminação e no preconceito.

O desastre como o inaceitável diante da aceitável injustiça vivida

O processo sócio-histórico que torna aceitável aos setores afluentes das cidades brasileiras contribuir na espacialização deteriorada da pobreza – implicação essa mal disfarçada nas feições e comentários de desconforto perante o território 'feio e violento' que toma um caráter meramente paisagístico – perpetra o discurso dos órgãos de emergência voltado para a busca do 'retorno da normalidade' após o desastre. Mas a 'normalidade' à qual tal discurso reporta é a que persiste segregando os pobres nos retalhos de terra que circunstancialmente ficam fora dos interesses centrais do mercado imobiliário.

A pobreza é um desastre social, mas a tal ponto banalizado que o imaginário social se lhe suprimiu urgência nas providências de erradicação. Vai daí que aquilo ora tomado por desastre nos assentamentos precários é o que, ainda, vigora como sendo algo inaceitável, mas que, na naturalização da desigualdade, pode rumar para algo plenamente absorvido e aceitável pela boa sociedade. O inaceitável, para os empobrecidos afetados, é o rompimento, para pior, do *continuum* da carência e privação até então administráveis. Um rompimento que não encontra meios de ser suplantado. Ocorre que o inaceitável para os afetados pode ser aceitável para a boa sociedade de tal forma que apenas os primeiros denominarão o fenômeno como desastre. E, sem esse eco, ficarão à mercê de providências públicas insuficientes; sentindo, mais uma vez, a força da realidade política discriminatória.

Poucos caminhos se colocam aos desvalidos nos desastres silentes ou assumidos pelo ente público. Desalojados e desabrigados cavam com as mãos o lamaçal, à procura de seus mortos; são levados a chafurdar no lixo, em meio ao qual submergem fragmentos de sua moradia, à busca dos objetos penosamente adqui-

ridos; ali priorizam, além da busca dos entes queridos falecidos, o resgate de documentos que lhes conferem, junto ao Estado e aos demais, o mínimo de identificação social para compor direitos de sobrevivência no mundo da ordem: a carteira de identidade (RG), o cartão do INSS, o cartão do CPF, a carteira de trabalho, a carteira com algum dinheiro, a guia do serviço médico...

Os espectros humanos que se tornam os grupos desabrigados e desalojados – que vivenciam o desastre com um misto de dor e exaustão, com roupas e corpos encharcados e sujos de barro, mas impossibilitados de priorizar os cuidados imediatos de si para salvar o pouco do sistema de objetos nos quais possam se reconhecer – são a expressão da luta para restituir a materialidade de seus projetos alternativos de rala sobrevivência, evitando sua fantasmagoria total. "Minha casa era aqui!", eis a vocalização em busca de eco, esperançosa que o Outro lhe constate a veracidade. Amputados na identidade, mas não de todo invalidados, mantém-se a cada pequeno objeto recuperado o sentido maior de tais projetos, a elaboração de argumentos para autoconvencimento do mister de seguir em frente: a foto da família, o brinquedo de estimação do filho, a imagem do santo protetor...

A profusão e intensificação de desastres relacionados às chuvas, resultantes da vulnerabilidade estrutural dos territórios dos empobrecidos que não é enfrentada e, por conseguinte, não resolvida, é um mecanismo de abate moral e físico do grupo. As chuvas serão representadas como a 'natureza em fúria', levando parte da responsabilidade pelo serviço do aniquilamento dos *losers*. A outra parte será tida como suicídio coletivo 'da gentalha que sabia que morar lá era perigoso...'

Intervenção na paisagem desagradável: o ápice da barbárie no discurso higienista da remoção

Se a produção social da territorialização precária dos empobrecidos é parte constituinte de um processo maior de organização espacial fundada na desigualdade – o qual é intensificado na cidade –, aquilo que é denominado pelo Estado como 'área de risco' também não se explica apenas como uma referência geográfica e tampouco como algo isolado. Está-se diante de uma tessitura socioespacial na qual o ordenamento territorial para os setores abastados reflete, de forma assimétrica, as possibilidades locacionais para os demais. Assim, a narrativa do meio perito que aponta 'ali é uma área de risco', acompanhada da imagem na forma de fotos e mapas, é urdida para suscitar, naquele que a absorve, a concepção equivocada de que é apenas no interior da vida cotidiana dos pobres – essa, ainda, na sua rudeza, traduzida como preguiça, ausência de valores, ignorância, má índole – que se encontram os elementos explicativos do aparecimento e recrudescimento dos riscos. Nisso, procura dissociar os processos de afluência expressos territorialmente, fruto da parceria do setor privado e do poder público, daqueles que são obrigados a ocupar o uso de maneira arriscada e degradante.

O discurso que, na sua elaboração e persuasiva difusão, promove a dissociação dos processos supra, inerentemente imbricados, é promotor de uma prática última de assepsia, qual seja, a de tomar uma distância higiênica cada vez maior daquilo mesmo que seus agentes criam. Um aspecto da distância social é a má figuração do esquecimento, isto é, da ambivalência da situação de *abandono vigiado*, na qual o menosprezo social ao sofrimento dos que vivem intranquilos, em virtude de conjugação das chuvas com a ausência de acesso às favorabilidades da tecnologia construtiva, é transmutado em problema de segurança pública. As providências se resumem à encomenda de estudos técnicos, com a cartografização da área e o monitoramento do território dos pobres sem a devida correspondência com providências para assisti-los dignamente (VALENCIO, 2009). O corolário da racionalidade dissociativa da territorialização dos empobrecidos e do entorno é a remoção destes, resguardando o local e seu potencial de uso para outras finalidades.

A remoção indica uma intervenção paisagística radical, cujas consequências, para a vida dos que ali se constituem, são pouco avaliadas e sequer é o propósito da administração pública fazê-lo. Os argumentos do ente público em prol da remoção são deflagrados, num primeiro momento, com a justificativa de preocupações com a vida dos moradores, mas não tarda explicitar-se a associação coisificante entre o território, a moradia e as pessoas. 'As moradias serão removidas' é uma assertiva, em si mesma, violenta, no que concerne à espacialização dos empobrecidos, posto que desvincula o objeto de seu sentido, o conteúdo de seus vínculos, o lar da vida cotidiana que integra a sociabilidade no seu interior e de seu entorno. Porém, a atualização da assertiva para 'as pessoas serão removidas' é ainda mais aviltante, posto que ultrapassa o respeito elementar à condição humana do Outro, designando-o como um objeto a ser moldado e afeito a receber, passiva e naturalmente, um comando externo ao seu próprio arbítrio. 'Remover as pessoas' ou similares, como 'retirar as pessoas', é um argumento que deixa implícito não apenas a ausência de diálogo com aquele que sofrerá a ação, mas a ideia de incontestabilidade do comando proferido. A ordem para que determinado grupo seja 'removido' tem o traço relacional monológico fundado na desqualificação radical da natureza social de quem é objeto da ação autoritária, o que contradiz o subargumento de que tal prática vise ao bem de quem, docilmente, obedece.

Antes mesmo de configurar a prática de retirada de pessoas de 'áreas de risco', por vezes, associada aos ares de tolerância do agente do Estado, que concede que essas levem consigo limitado conjunto de pertences, o discurso da remoção emerge do imaginário obtuso dos que consideram que os empobrecidos precisam ser cerceados da sua condição de decidir por si mesmo sobre o seu destino, de espacializar sua própria existência, de, enfim, reconhecer em si a condição humana. O discurso da remoção é, assim, de uma desumanização radical.

O que urge, na pressão do meio envolvente e nas providências dos agentes do Estado, subjacente à remoção/retirada das pessoas das 'áreas de risco', é a pro-

moção da paisagem saneada. É esta a razão pela qual os agentes do Estado dizem, com igual desembaraço, 'remover as casas' e 'remover as pessoas', para tirar rapidamente da vista dos estabelecidos o problema, que associa questões estéticas e higiênicas. A desumanização dos grupos em 'áreas de risco' engendra a compreensão de que não há pessoas depositadas em lixo e expostas à contaminação, mas elas próprias tornadas como tal, como seres descartáveis, fétidos, passíveis de contaminar o território maior caso um rígido cordão sanitário tarde. As ações municipais de cartografização de 'áreas de risco', para as quais a comunidade cientifica oferece seus préstimos, vêm delimitar geograficamente, e sem nenhuma sutileza, a espacialização da pobreza, olvidando a correlação da produção territorial de ameaças de loteamentos e condomínios de alto padrão, plantas industriais altamente poluentes e permeabilização desenfreada do solo, dentre outros, com as enchentes, deslizamentos e fenômenos correspondentes nos bairros que carecem de infraestrutura. Sacar o mapa e desviar para ele a atenção é uma performatividade silenciadora, pois que tanto obscurece a dimensão política da produção daquela informação, travestida em uma tecnicalidade pretensamente neutra e impessoal, quanto rebate os que criticam a inoperância do poder público para promover a remoção dos grupos cuja territorialização incomoda aos bem inseridos. Isso, para não comentar sobre sua eficácia em remeter contra-argumentativamente aos próprios grupos que insistem em ficar no seu lugar: o mapa de risco 'diz' que não é possível ficar, que é imperiosa a necessidade de saída dali, a qual o Estado procederá de forma compulsória, se o morador não agir primeira e responsavelmente em prol de sua vida. E, a despeito das agruras tão ou mais intensas que esperam os removidos, após deixarem suas moradias para trás e adentrarem os abrigos provisórios e casas de parentes e amigos, a desterritorialização compulsória dos mesmos prossegue.

Assim é que ao ato de desocupação rápida do local, não raro feito com práticas de uma violência mais explícita, segue-se a transformação de moradores em desajolados e desabrigados, sem uma solução habitacional em curso. Viver num abrigo provisório é, assim, "viver num contexto de empréstimo, num espaço incerto" (FREIRE, 2006: 51). A arbitrariedade e insensibilidade na evacuação das pessoas do local – na qual a decisão unilateral, as máquinas e o pessoal, com respectivos rangidos de motor, gritos de ordem e afins, constituem instrumentos de pressão – derivam da mesma racionalidade pública que torna desimportante os infortúnios passados, presentes e futuros dos que foram expulsos. A "recuperação" da paisagem, no geral, infundida de objetos e de regras mais rígidas que sinalizam interdição de uso para fins de moradia – cercas, muros, parques, praças –, torna-se prioridade da gestão pública e não propriamente quaisquer compromissos com o destino dos desterritorializados, para quem a privação e a incerteza são as parceiras únicas e recorrentes.

A manutenção da assimetria na interlocução com os desajolados e desabrigados é o que faz sucumbir a aspiração destes em conseguir que o Estado legitime o seu ponto de vista em torno da degradação a que são levados a viver. A

dinâmica espacial, especialmente acelerada no meio urbano, mas não restrita a este, segrega os mais empobrecidos e, após, desintegra o seu lugar cujas feições já denunciavam o estrutural descaso do ente público. O aspecto limitante da ausência, nas casas e na comunidade, de tecnologias amenizadoras dos efeitos das ameaças naturais, como as chuvas, encontra seu ápice quando tal ambiente se transforma literalmente numa cloaca, carreando para dentro si toda a gama de dejetos e resíduos do consumismo desenfreado do qual os que ali vivem pouco participam. Não basta, aos pobres, lidar com os detritos gerados no próprio lugar, que o serviço público recolhe ineficientemente; é preciso conviver com os outros tantos detritos que para ali converge, no caldo nocivo que, com as águas pluviais, a tudo e a todos dali envolve, desorganizando o já precário ajustamento da pobreza no território. Nessa lógica operativa das relações sociais, forma e conteúdo se correspondem na inferiorização dos afetados: se a forma constitutiva do espaço é a da imersão de um coletivo humano no lixo, o conteúdo desse espaço passa a indicar no imaginário corrente que os que ali vivem são, igualmente, lixo, inumanos, dejetos, dos quais se deve tomar uma distância asséptica, a quem se deve descartar; de quem não se pode esperar senão que cometam imundices; que propendam ao crime e toda a sorte de más ações típicas dos que são incapazes de apreender e se adequar aos códigos civilizados. Enfim, a boa sociedade deve, preventiva e pudicamente, livrar-se deles.

A barbárie, na narrativa da boa sociedade, não é algo fabricado no interior das relações que ela mesma, verticalmente, codifica e ajusta, mas um atributo do sujeito cujas circunstâncias decompostas em que vive o denunciam. Tais circunstâncias não tomam, nessa narrativa, a denominação de 'opressivas', mas de 'comprometedoras'. Corresponde dizer que o contexto espacial de inserção do pobre é, antes, um reflexo de sua identidade pessoal e social, a qual propenderia para uma autoprodução moralmente degradada. Identidade e território estariam, assim, associados para instaurar e incitar fluxos sociais negativos para o meio abrangente. Posto dessa forma, conclui-se que não basta sanear aquele meio para a fruição daquele grupo, mas saneá-lo eliminando ambos, o sujeito e o meio que, nessa visão, se interpenetram. A penúria naturalizada que atravessa o cotidiano do pobre, nos escassos e frágeis bens que lhe é possível, com sacrifícios, dispor, encontra, dessa forma, um estágio mais agravado de rudeza da vida, que é a opressão oriunda do preconceito dos que lhe negam o direito de pertencimento ao lugar, seja ao bairro, à cidade, ao município...

A perda da concha e a perda de si: da casa ao corpo, os referentes externos da identidade

Uma moradia destruída ou a qual o sujeito se veja obrigado a abandonar intempestivamente é um pedaço da identidade arrancada subitamente. Sobre ela, seus membros erguem, do despertar ao devaneio, as possibilidades de atuar no mundo e ser parte dele. O suporte da casa não está apenas nos objetos materiais

disponíveis diretamente aos vários afazeres e finalidades – na forma de vestimentas para trabalho e para passeio, nos utensílios domésticos, nos materiais escolares e instrumentos de trabalho – ou indiretamente relacionados, como os objetos de higiene pessoal, de entretenimento, de exercício de práticas religiosas, de repouso. Está na cumplicidade da casa antropoformizada, conforme o imaginário social corrente. É cúmplice quando inventamos papéis e personagens os quais precisamos testar na intimidade para, convencendo-nos, obter alguma segurança para uma figuração externa, quando sentimos que 'o mundo desaba', na perda do emprego, de um ente querido, de um amor, e podemos voltar para o nosso canto que é, também, na topoanálise de Bachelard (2003), um necessário espaço para o recolhimento interior. Estar em casa é quando, no geral e enfim, buscamos ser 'nós mesmos', o que implica a manutenção do *habitus,* o que confere níveis de segurança propiciados tanto pelo sentimento de bem-estar quanto por saber da tolerância mais alargada dos que conosco partilham aquele espaço.

A casa antropoformizada é esse parente compreensivo, que protege maternalmente, assiste confidentemente aos bons e maus momentos de seus membros; é o porto seguro, de onde partir e para onde voltar quando o ser-no-mundo se exercita, entre êxitos e frustrações. Transfigura-se no fiel depositário da memória do grupo convivente quando este tende a fragmentar-se. A moradia que alcança essa representação para os membros da família assume, no desastre, a configuração de um ente enfermo e, por fim, falecido. Para além de todos os embaraços relacionados às dimensões objetivas da existência, uma vez que os objetos 'engolidos' pelas águas pluviais e pela lama privam ou dificultam o exercício dos afazeres supra, a família experimenta o luto com a perda da moradia. Ocorre como se não apenas as lembranças dos acontecimentos ali havidos e os projetos de futuro que contavam com aquele ancoradouro tivessem sido usurpados, mas como se a própria concepção espacial de segurança psicossocial, que imiscui acolhimento e intimidade, fosse instantaneamente esvaziada. Com o desabamento do mundo material, da casa que perdeu a *luta contra a tempestade* (BACHELARD, 2003), há o correspondente desabamento do mundo simbólico. A casa subjetiva, que referencia a elaboração e a reafirmação das identidades dos afetados, se torna uma ruína e se desdobra na miséria da condição humana dos que se compuseram ou foram coesionados sob seu teto.

Não há repouso, nem refúgio, tampouco coesão dos membros e coesão psíquica sem a presença da casa, pois desta depende a topografia do nosso ser social. E também de nosso ser íntimo, afirma Bachelard (2003: 25), que continua: a casa "*mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida*", pois só 'moramos' em nós mesmos se nos é possível arbitrar quando e de que forma o mundo pode ou não entrar no espaço de nossa intimidade protegida. Abrigos provisórios, como espaços coletivos e públicos que 'depositam' os corpos vivos, descuram das identidades, tornam cada família e cada indivíduo propensos à dispersão e às hostilidades. O medo, na forma de sinais de alarme e angústia, se

avoluma. As lembranças tristes do momento do colapso da casa, mais e mais são revividas, consolidando sua personificação, filiação e bravura:

> "E a casa, contra essa matilha que pouco a pouco se desencadeia, torna-se o verdadeiro ser de uma humanidade pura, o ser que se defende sem jamais ter a responsabilidade de atacar (...). A casa adquire as energias físicas e morais de um corpo humano. Ela curva as costas sob o aguaceiro (...). Sob as rajadas, dobra-se quando é preciso dobrar-se, segura de poder endireitar-se de novo no momento certo, desmentindo sempre as derrotas passageiras (...). A casa vivida não é uma casa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico" (BACHELARD, 2003: 27-29).

Um estágio mais avançado de perda e sofrimento, para além da moradia, é o da desidentificação do Eu, tanto por meio do corpo como das relações, o que configura a própria existência social. Este que se converte no último refúgio dos desterritorializados, invoca os resquícios da humanização da vida. Para os desabrigados e desalojados, o corpo destratado pela indumentária precária que o cobre, por vezes, indumentária rota, suja ou mal ajambrada, em virtude das restrições para substituí-la, seguido da humilhação da necessidade de submeter-se resignadamente à recepção de roupas e calçados já usados e cuja doação, em quantidade, qualidade e preferência estética, obedecem a critérios externos, é um corpo submisso. As mudas de roupas disponibilizadas nem sempre são em quantidade que permita as trocas conforme a rotina de higiene pessoal, sobretudo, as peças íntimas, e há deformações na roupa e calçados para as quais não há ajustes senão pela dor e pelo incômodo físico daquele que as recebe.

Para além das vestes, a aparência é composta de demais aspectos que apresentam o sujeito a si mesmo e ao outro: suas práticas de assepsia pessoal e de demonstração de zelo com pele e pelos, o ato de pentear e o estilo do penteado, barbear-se ou depilar-se, as fragrâncias que compõem sua presença. Desajolados e desabrigados são grupos que, na destituição da casa, são cerceados de autodeterminação para recompor o corpo: à submissão ao vestuário de outrem, desidentificador, seguem normas de moradias alheias e abrigos coletivos que impõem os limites para as práticas íntimas de banhar-se, escovar-se, dedicar-se à aparência, o que inclui restrições ao descanso e devaneio. Daí porque não ser raro que as idas e vindas de abrigos coletivos às moradias de parentes e amigos, enquanto se espera pela condição de produzir uma nova moradia, tenham por mote a busca por um direito maior à privacidade, a cuidar de si e evitar ser chamado de 'vagabundo'. O 'sentir-se em casa' (ROLNIK, 2005) está fora dos arranjos concretos de desajolados e desabrigados, os quais conhecem a extensiva devastação psíquica e social da mistura de perdas e deslocamento espaciais involuntários. A inoperância do ente público e a inviabilidade/insuficiência dos esforços da família para prover uma nova moradia são caminhos para que, sobretudo entre as mulheres, a paulatina perda da vaidade e da autoestima se manifeste.

No abrigo provisório, 'o tempo passa gota a gota', tal como expressa Levi (1988) ao reportar a vida num campo de concentração. No abrigo, igualmente ao campo e demais locais portadores da racionalidade de instituições totais, a destituição de um espaço de intimidade produz aos mais ínfimos objetos e hábitos os mais amplos significados:

> "Estas coisas fazem parte de nós, são algo como os órgão de nosso corpo; em nosso mundo é inconcebível pensar perdê-las (...) imagine-se agora um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo o que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes, perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência" (LEVI, 1988: 25).

Para os que resistem em suas moradias 'adoecidas', ou seja, não as abandonam quando ameaçam ruir ou ser invadidas pelas águas, o corpo também é vitimado, exposto aos inúmeros agentes de contaminação. O preço da resistência é a doença e a pecha de insanidade.

A supressão do ente querido e de estreita relação cotidiana, vitimado fatalmente no desastre, é axiomática tanto do sentido último da relação do Estado com os empobrecidos quanto do esvaziamento existencial daqueles que padecem a perda de amigos e familiares em meio aos escombros. Entretanto, como lembra Levi (1988), aquele que é levado à morte por ação ou omissão dos agentes do Estado é quem dispõem da dimensão maior da barbárie cometida. A impossibilidade de autoexpressão do morto não impede que as circunstâncias da morte, além da própria morte, sejam *per se* expressivas e acusatórias da trama do preconceito e do descaso social que recaíram em sua pessoa e potencialmente recairiam naqueles que, nas mesmas circunstâncias socioambientais, sobreviveram. Tudo, na cena dos desastres relacionados às chuvas no Brasil, denota a generalização do descompromisso com o viés de classe: a morte que, de evitável, se torna frequente; os corpos inertes, cujas medidas mais imediatas de recuperação dependem das práticas solidárias dos familiares e vizinhos compadecidos; a busca oficial finda sem a devida recuperação e entrega dos corpos, privando a família dos rituais de luto; a entrega do corpo feita sem a compensação oficial pela perda e para os rituais de luto...

O estágio derradeiro de barbárie perpetrada aos que permanecem vivos encontra-se nas pessoas em situação de rua. No geral, trata-se de um grupo cujas sequelas na identidade os faz renunciar ao direito de morar a ponto de perder o sentido da moradia, como lar e como laços. Parte desse grupo é constituída por afetados em sucessivos desastres e para quem o Estado ignorou soluções multifacetadas, envolvendo moradia, saúde, trabalho e a recuperação de vínculos sociais.

Além das hostilidades diuturnas que sofrem na paisagem construída e nas relações que não os absorve – com o agravado fenômeno social de muitos gestores municipais inviabilizarem a criação e/ou manutenção de albergues –, condenando-os ao aprisionamento em si mesmo, são abatidos sem piedade pelas intempéries, pelos linchamentos, pelos agravos à saúde. As situações de intolerância contra esse grupo não se limita a favorecer que seja levado mais rapidamente à anomia, mas avança para seu extermínio, na forma de espancamentos, atiçamento de fogo em seus corpos, ferimento à bala e outros, vividos numa revolta contida (VALENCIO et al., 2009). Conforme adverte Martins (2003), populações em situações anômicas são impedidas de manifestar o conflito e um projeto para si. E, complementa Rolnik (2005): aqueles para quem o mundo é assaz movediço têm a sociabilidade e a sobrevivência psíquica forjadas apenas no compartilhamento das feridas, que são a coisa real e conhecida para referenciar aspectos e sentidos dos modos de ser.

Para concluir: vida de passarinho também é padecimento

Certa vez, a companhia de assento de um falante rapazinho de 11 anos de idade, num voo de Brasília a Porto Velho – ele retornava ao seu estado natal após participar, como delegado, de uma conferência infanto-juvenil no tema ambiental –, me permitiu colher um relato casual das agruras pelas quais passava sua família que, nos rincões de Rondônia, teimava na ideia de inserir-se na porção urbana de um dos municípios interioranos. A cada casa levantada às duras penas, a estação forte das chuvas a destruía, devorando-a pelo piso. Reconstruída num nível mais elevado em relação ao terreno, as águas vinham um nível acima, e junto com elas as cobras e tudo o mais que tornava o piso um ambiente inseguro para colocar os pés. A família, então, abandonava o terreno, sem esperança de comprador; e, dizia-me o menino, ia em busca de um novo e promissor terreno, dentro de suas possibilidades, mas nunca vencendo a contento a "brabeza" das águas. Conclui o relato: "Levamos vida de passarinho...".

Vida de passarinho, para mim, até ali, era uma imagem poética, que só poderia exprimir coisa boa: liberdade, beleza, paz, uma vida melodiosa e plena. Mas, súbito, dei-me conta de que o contexto remetia ao seu exato oposto: a necessidade de partir quando o desejo era o de ficar, a angústia, o temor, uma vida difícil e incerta. A expressão delicada, mas ambiguamente tão contundente e triste, proferida por uma boca infantil e tão cheia de esperança em sua participação política precoce, permitiu antever qual era, em última instância, o desejo do menino: o de deixar de ter 'vida de passarinho' para ter vida de gente, vida cidadã, com lugar seguro para 'pousar'.

Os acontecimentos coletivos disruptivos da vida material, subjetiva e social, ora denominados desastres, são decorrência e, ao mesmo tempo, geradores da 'vida de passarinho' de muitos milhares de brasileiros, e a tendência é ascendente. O fato de alguns desastres alçarem o reconhecimento oficial como situação de emer-

gência ou estado de calamidade pública não significa que as mazelas publicizadas sejam objetos de políticas públicas visando à sua efetiva redução ou mitigação. O alarde oficial em torno delas, instrumentalizando a comoção pública, não corresponde, necessariamente, a providências que eliminem a penúria e contrabalancem as perdas. A vocalização pública do reconhecimento da situação como sendo um desastre, ao contrário, tem servido para que a atenção concentrada do gestor passe a dedicar-se, legal, contundente e prioritariamente, à busca de um estado de normalidade que elimina os empobrecidos da cena, através das práticas coisificantes de remoção.

É preciso que a singularidade da forma pela qual as práticas de remoção se traduzem em cada município do país, isto é, a especificidade dos processos de territorialização dos empobrecidos locais, não acoberte a similaridade da lógica governante, que é a da desigualdade social. As mazelas dos grupos cuja existência é sujeita à contestação não começam quando as chuvas irrompem, inundando suas moradias ou levando-as morro abaixo. Os problemas de habitação, de drenagem urbana, de falta de educação formal, assistência social, saúde e afins, são antecedentes e se interpenetram. As chuvas apenas relembram ao grupo que este, desde sempre, é um ente social indesejável.

Remoção, sofrimento e morte formam o tripé característico dos moradores das 'áreas de risco' e definem o patamar da violência ora consentida contra os empobrecidos. Tal tripé denota a ambivalência do projeto modernizador nacional. De um lado, remete a uma moralidade repressora para formatar os juízos em relação à territorialização dos empobrecidos enquanto o Estado alarga a permissividade junto aos que exaurem os recursos naturais, concentram a terra, produzem resíduos e desenham as tragédias das águas pluviais que, se geram incômodos à sua própria rotina, abatem os demais. Esse mesmo Estado, por outro lado, reforça as hostilidades abertas aos pobres, vistos como o grupo que atenta contra a aprazível paisagem do *locus* da civilidade, a cidade. A barbárie recorrente, mas, ainda assim, inconfessável, praticada pela boa sociedade dá-se, entre outros, pelo instituto da letargia do Estado nas ações de proteção ao direito de morar de todos e na sua contribuição à progressiva dessocialização dos afetados por desastres. Sendo o fulcro desta breve reflexão a crítica ao desenvolvimento desigual, esvazia-se de sentido supor, equivocadamente, que estejamos a fazer apologia à invasão de encostas, morros, áreas de várzea e bordas de mananciais. Suposição melhor seria a de que é necessário suscitar um questionamento social mais amplo, indagando-nos ao espelho dos olhos do Outro: é esse um caminho válido para a nossa humanização? A esse respeito, ensina Martins (2000: 19):

> "Se levarmos em conta a historicidade do homem, o homem como autor e protagonista de sua própria história, a história de sua humanização, a modernidade só é possível como momento contraditório dessa humanização. A capacidade de justificar o injustificável, de fabular sobre o progresso. Momento que, por

> sua vez, cobra do homem o tributo de sua coisificação, de seu estranhamento em relação a si próprio, no ver-se pela mediação alienadora de um outro que é ele mesmo, embora não pareça."

A intencionalidade de classe nas composições assimétricas do espaço exerce pressão para segregar e, após, negligenciar os segmentos economicamente mais vulneráveis, levando-os à instabilidade do viver. Fruto da segregação socioespacial é a dimensão fragmentada da percepção cotidiana da vida urbana dos estratos superiores, cuja visão histórica propiciada pela boa educação serve às amenidades de conversas de salão, mas não condiz com os comentários, a insensibilidade e as práticas diante do sofrimento social à sua frente. Obnubilar o pensamento crítico se torna obrigatório aos que não abrem mão das comodidades e imperativos da gestão racionalizadora da vida. Conforme Souza (1994), o que deriva da fragmentação do espaço e do tempo, da geografia e da história, é a indiferença ao sofrimento social, que se converte em desumanização de quem assiste e participa ativamente do cotidiano de desenraizamento e desistoricização. As práticas desumanizantes são as que inviabilizam a garantia de direitos, continua a autora supra, e a construção e a destruição de territórios são uma forma de o capital materializar esse intento. A água e a lama, que a tudo invadem e contaminam, são elementos ambientais integrados aos novos sistemas de objeto de apartação social, como o são os tratores e marretas que derrubam moradias para impelir os moradores a renunciar ao lugar. O grupo que não tem controle sob o seu lugar está sempre atravessado e atravessando a territorialidade alheia, colocado sempre em circunstância de transeunte e perece quando afirma o direito de ficar. Os novos sistemas de ações, que dão coerência a tais elementos e objetos, são a omissão do Estado e as soluções que, *a posteriori* das perdas e danos havidos, apresentam-se com características degradantes. Os desajolados e desabrigados, ainda mais humilhados, partem para alternativas próprias de realocação, embora igualmente longe do ideal de realização do Eu.

A cotidianidade da produção do espaço do pobre na modernidade postiça é um estado permanente de incertezas e de luta pelo provimento parco, em termos materiais e relacionais, de sua dignidade sempre combalida. A territorialidade desprotegida suscetibiliza os moradores das chamadas 'áreas de risco' não apenas pelo entorno propenso às inúmeras ameaças ambientais, mas pelos riscos sociais, de confronto e de banimento que perpassam o seu cotidiano.

A barbárie só é evitada com uma mudança de rumo e protagonismo social.

A maneira de consegui-lo, segundo Furtado (1992), é abandonarmos ilusões e exorcizarmos fantasmas de uma modernidade calcada num mimetismo cultural esterilizante, para confiar que, no conhecimento de nossa própria história, possamos procurar um modo próprio de garantir a difusão da cidadania e a justeza das decisões políticas. Ou, como ensina Martins (2003), reconhecer os indícios da desumanização da sociedade contemporânea pela indiferença com que proliferam,

no seu seio, aqueles que não têm esperança; portanto, a modernização incompleta é o inverso de um projeto autenticamente civilizacional, pois nem protege os homens dos reveses da natureza, nem tampouco os protege contra eles próprios. Nesse sentido, é possível dizer que os desastres relacionados às chuvas no Brasil são mais do que o resultado da ausência de medidas prioritárias das instituições públicas para a prevenção e a preparação dos empobrecidos; fazem parte do repertório de valores macrossociais que aceita as tragédias do grupo como oportunidade para puni-lo, fazendo-o purgar para, nisso, revalidar as regras mais gerais da sociabilidade urbana, as quais remetem ao assentimento de tudo que condiga, apenas, ao universo cultural da afluência.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento de justiça ambiental. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 24, p. 103-120, 2010.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DELUMEAU, J. A realidade do mito. **Folha de S.Paulo,** São Paulo, 15 ago. 2004. Caderno Mais, p. 8-10.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2006.

FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1988.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

ROLNIK, S. Subjetividade antropofágica. In: LINS, D.; FEITOSA, C. et al. **Razão nômade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 89-109.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SOUZA, M. A. A. Geografias da desigualdade: globralização e fragmentação. In:. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. M. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 1994. p. 21-28.

TAVARES, M. da C. **Da substituição das importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

TUAN, Y.-F. Paisagem do medo. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VALENCIO, et al. Pessoas em situação de rua: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 7, p. 556-605, 2008.

VALENCIO, N. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (Orgs.). **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 34-47.

Sobre os Autores

Antonio Carlos Witkoski: graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) (1985), mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) (1998) e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2002). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DCIS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ensina e pesquisa no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) (no qual atualmente exerce a função de coordenador) e no Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). E-mail: acwitkoski@uol.com.br.

Daniele J. Oliveira: bacharel em Ciências Sociais, mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente, é pesquisadora vinculada ao LEST (Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissão e Mobilidade Social). E-mail: djo_c@yahoo.com.br .

Diego Correia: bacharel em Ciências Sociais, mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisador vinculado ao NEPED (Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres). E-mail: diego.sociologo@yahoo.com.br.

Elder Andrade de Paula: professor adjunto e pesquisador do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: elderpaula@uol.com.br .

Elder Monteiro de Araújo: mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGS-UFAM) e pesquisador do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC). E-mail: araujoelder@yahoo.com.br.

Fernanda Flávia Cockell: fisioterapeuta, doutora em Engenharia da Produção, pós-doutorando FAPESP em Sociologia, pesquisadora associada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), vinculada ao LEST (Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidade Social). E-mail: fercockell@yahoo.com.br.

Israel Pereira Dias de Souza: graduado em Ciência Política e mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre (UFAC), membro do Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental (NUPESDAO). E-mail: israelpolitica@gmail.com.

Jacob Carlos Lima: doutor em Sociologia pela USP (1992), tendo realizado pós-doutorado no Departament of Urban Studies and Development do MIT (2001). Professor titular no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atua em pesquisas nas áreas de Sociologia do Trabalho, Urbana, Econômica e do Desenvolvimento. E-mail: jacob@uol.com.br.

Josué da Silva Santos: mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre (UFAC), cientista político (UFAC) e sociólogo da Prefeitura Municipal de Rio Branco – Secretaria Municipal de Planejamento. E-mail: josuemdr@gmail.com.

Maria de Jesus Morais: geógrafa e professora de Geografia, doutora em Geografia, docente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (UFAC), professora do Curso de Geografia e professora do Programa de Pós-graduação Mestrado em

Desenvolvimento Regional. Coordena o Grupo de Estudo sobre Fronteira e Identidade. E-mail: mjmorais@hotmail.com; mjmorais@globo.com.

Mariana Siena: socióloga, mestre em Sociologia, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), bolsista FAPESP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: mari_siena@yahoo.com.br.

Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto: professora adjunta I, lotada no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pesquisadora e membro do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFAM. E-mail: marilina-pinto@ig.com.br.

Norma Valencio: economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Sociais. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: normaf@terra.com.br.

Noval Benayon Mello: economista, professor do Departamento de Economia e Análise, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Regional (PRODERE) e Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: nbenaionmello@ig.com.br.

Pedro Rapozo: sociólogo, mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pesquisador do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) da Faculdade de Ciências Agrárias – UFAM. E-mail: pedro_rapozo@hotmail.com.

Rosemeire Aparecida Scopinho: graduada em Psicologia (USP-RP), mestre em Educação (UFSCar) e doutora em Sociologia (UNESP-Araraquara). É professora do Departamento de Psicologia da UFSCar, no qual coordena o grupo de pesquisa Trabalho, Organização Social e Comunitária. E-mail: scopinho@.ufscar.br.

Silvio Simione da Silva: graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre e doutor em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP). Professor adjunto do Curso de Geografia da UFAC. E-mail: ssimione@terra.com.br.

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe: graduada em Agronomia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (1987), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFAC) (1997) e doutorado em Sociologia pela UFAC (2002). É atualmente professora associada da UFAM, coordenadora do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC/FCA/UFAM) e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA). E-mail: tecafraxe@uol.com.br.

Victor Marchezini: sociólogo, mestre em Sociologia, doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e bolsista CAPES, onde também congrega o corpo de pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia. E-mail: victor_marchezini@yahoo.com.br.

Processos de Territorialização e Identidades Sociais

Organizadores:
Norma Valencio
Elder Andrade de Paula
Antonio Carlos Witkoski

Volume

I

A motivação central do grupo responsável por essa obra foi expressar, sob vários prismas – como o da Sociologia, Geografia, Economia, Psicologia, Filosofia e Política –, os diversos processos de violência contra grupos vulneráveis no Brasil contemporâneo, sobretudo os que têm suas identidades reforçadas pela forma específica de sua territorialidade.

Este primeiro volume está organizado em quatro partes, que abordam as subtemáticas sociais relacionadas à paisagem da floresta tropical úmida e à 'selva de pedra'. Ao pretender transcender o discurso monológico sobre um tipo de desenvolvimento que mal acoberta sua distorção e incompletude, os autores aqui congregados se inserem no debate tanto para trazer à consideração alguns casos que endossam as análises críticas clássicas e recentes de suas respectivas áreas de conhecimento quanto para propor outros caminhos analíticos.

RiMa
CAPES
Edufac
EDUA